



PORTUGAL de PERTO



# Etnografias Portuguesas (1870 - 1970)

Cultura Popular e Identidade Nacional

João Leal



PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE





## Biblioteca de Etnografia e Antropologia

**E**ste livro explora a importância que tiveram no desenvolvimento histórico da etnografia portuguesa dois tópicos centrais: a) a cultura popular de matriz rural, como objecto fundamental de pesquisa; b) uma perspectiva interpretativa que fez desta um terreno estratégico para o tratamento de temas relacionados com a identidade nacional portuguesa. Na prossecução desse objectivo, João Leal – professor de Antropologia do ISCTE – adoptou um enfoque disciplinar amplo, por forma a levar em conta um conjunto de discursos que, embora originários de campos como a arqueologia, a literatura ou a arquitectura, partilham com a etnografia o mesmo fascínio pelo popular como instância de fundamentação da identidade nacional. Para além do tratamento de temas como as teses lusitanistas, a saudade e as discussões sobre a psicologia étnica, a dialéctica entre nação e região, «Etnografias Portuguesas» propõe ainda uma abordagem detalhada das principais expressões de interesse pela arquitectura popular no decurso do século XX: da «casa portuguesa» aos trabalhos de Veiga de Oliveira e seus colaboradores, passando pelo «Inquérito à Habitação Rural» e pelo «Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa».

*foto da capa (Araldo Soares/93) gentilmente cedida pela Divisão Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus — Cinco Artistas em Sintra — (óleo sobre tela, 86,3 x 128,8cm) / João Cristino da Silva (1855)*

7614540

ISBN 972-20-1799-3



9 789722 017992

*PORTUGAL DE PERTO*

*Biblioteca de Etnografia e Antropologia*

*dirigida por*

Joaquim Pais de Brito

*do ISCTE*

Dois critérios presidem à escolha dos títulos desta colecção, critérios esses já sugeridos no próprio nome que a encabeça - *Portugal de Perto*. Em primeiro lugar, todos eles se reportam ao espaço português, estudando os mais diversos aspectos da sua cultura (poderíamos dizer: das suas culturas). Em segundo lugar, esse estudo é feito mais ou menos *de perto*, com base num trabalho de recolha directa, e propõe-se, algumas das vezes, trazer *para mais perto* fatias do real descuradas ou desconhecidas. Tudo isso nos limites de uma área disciplinar que, *grosso modo*, vai da *Etnografia* à *Antropologia*, e dirigindo-se não só aos estudiosos e especialistas, como também à curiosidade do grande público.

## O AUTOR:

João Leal nasceu em 1954 em Lisboa. É doutorado em Antropologia Social pelo ISCTE, onde exerce as funções de Professor Auxiliar do Departamento de Antropologia. É investigador do Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS) do mesmo Instituto e director da revista *Etnográfica*.

É o autor do livro - editado nesta colecção - *As Festas do Espírito Santo nos Açores. Um Estudo de Antropologia Social* (1994). A sua pesquisa recente tem incidido sobre história da antropologia em Portugal. Além de vários artigos sobre o tema publicados em revistas nacionais e estrangeiras, organizou e prefaciou, no âmbito desta colecção, os volumes: *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, de José Leite de Vasconcelos; *Festas, Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal (Obra Etnográfica, Vol. I)* e *Cultura Popular e Educação (Obra Etnográfica, Vol. II)* de Adolfo Coelho; *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos* de Consiglieri Pedroso; e *Contos Tradicionais do Povo Português* de Teófilo Braga.

JOÃO LEAL

ETNOGRAFIAS PORTUGUESAS (1870-1970):

Cultura Popular e Identidade Nacional

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE  
LISBOA  
2000

Biblioteca Nacional - Catalogação na Publicação

Leal, João, 1954  
Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular  
e identidade nacional. - (Portugal de perto; 40)  
ISBN 972-20-1799-3  
CDU 39 (469) "1870/1970"  
342.1 (=1.469)



**Publicações Dom Quixote, Lda.**  
Rua Cintura do Porto  
Urbanização da Matinha - Lote A - 2.º C  
1900-649 Lisboa • Portugal

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

© 2000, João F. Leal e Publicações Dom Quixote

Gravura da capa:  
João Cristino da Silva, *Cinco Artistas em Sintra* (1855), óleo sobre tela

Revisão tipográfica: Lídia Freitas  
1.ª edição: Outubro de 2000  
Depósito legal n.º 154234/00  
Fotocomposição: ABC Gráfica, Lda.  
Impressão e acabamento: SIG

ISBN: 972-20-1799-3

*À memória de Paulo Valverde (1961-1999)*

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	11
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>PARTE I À PROCURA DO POVO PORTUGUÊS</b>	
1. A Antropologia Portuguesa entre 1870 e 1970: um Retrato de Grupo.....	27
2. A Sombra Esquiva dos Lusitanos: Exercícios de Etnogenealogia.....	63
3. Psicologia Étnica: Invenção e Circulação de Estereótipos.....	83
<b>PARTE II. GUERRAS CULTURAIS EM TORNO DA ARQUITECTURA POPULAR</b>	
4. Um Lugar Ameno no Campo: a Casa Portuguesa.....	107
5. Pastoral e Contra-Pastoral: o <i>Inquérito à Habitação Rural</i> .....	145
6. Os Arquitectos e a Modernidade do Popular: o <i>Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal</i> .....	165
7. Veiga de Oliveira e a <i>Arquitectura Tradicional</i> .....	197
<b>PARTE III. NAÇÃO E REGIÃO: RÉPLICAS, APROPRIAÇÕES, RESISTÊNCIAS</b>	
8. Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia.....	227
<b>OBSERVAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>245</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>249</b>

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação de que resulta o presente livro iniciou-se há cerca de quatro anos. No seu decurso foram inúmeras as dívidas de gratidão que contraí.

Muitas das ideias agora desenvolvidas começaram por ser apresentadas no âmbito da cadeira «Antropologia Portuguesa, Cultura Popular e Identidades» do mestrado «Antropologia: Patrimónios e Identidades» (ISCTE). Agradeço aos estudantes das duas edições desse mestrado a cumplicidade e o sentido crítico com que acompanharam a exposição de ideias então em fase de elaboração.

Os colegas Benjamim Pereira, Joaquim Pais de Brito, Filipe Verde, Francisco Oneto, Miguel Vale de Almeida, Vera Alves e António Medeiros foram leitores atentos de versões preliminares de alguns dos capítulos que integram este livro. Os capítulos sobre arquitectura popular beneficiaram da leitura crítica de Paulo Varela Gomes e Ana Tostões. A Graça Cordeiro, a Clara Carvalho, a Maria Manuel Quintela, a Catarina Mira e a Teresa Fradique nunca desistiram de perguntar pelo livro, mesmo quando, manifestamente, ele estava parado. A todos(as), os meus agradecimentos. Escusado será dizer que a responsabilidade final do livro, sobretudo do que nele estiver menos bem conseguido, é inteiramente minha.

Este livro foi concebido como um todo. Entretanto, parte dos capítulos que o integram foram apresentados, sob formas ainda preliminares, em colóquios, conferências e outras ocasiões de índole académica.

O capítulo 2 - «A Sombra Esquiva dos Lusitanos: Exercícios de Etnogenealogia» - foi inicialmente apresentado no âmbito da conferência comemorativa do 80.º aniversário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e de Etnologia (SPAEE) realizada em Dezembro de 1998 na Faculdade de Letras do Porto e, posteriormente, no quadro das minhas provas de Agregação em

Antropologia, que tiveram lugar no ISCTE (Lisboa) em Julho de 1999. Estou particularmente grato ao Ruben Oliven, da UFRS (Brasil), pelos comentários e sugestões formuladas nessa última ocasião. Uma versão castelhana deste capítulo deverá ser publicada no n.º 12 da revista *Complutum* (da Universidade Complutense de Madrid) sob o título «Las Tesis Lusitanistas: Antropologia e Arqueologia en Portugal». Agradeço a Luís Ángel Sánchez Gomez o convite para participar nesse número da revista.

Algumas das ideias desenvolvidas no capítulo 3 - «Psicologia Étnica. Invenção e Circulação de Estereótipos» - foram inicialmente trabalhadas no quadro de uma comunicação apresentada ao VI Congresso da SIEF, que teve lugar entre 20 e 25 de Abril de 1998 em Amsterdam. Intitulada «The Making of *Saudade*. National Identity and Ethnic Psychology in Portugal», essa comunicação foi posteriormente publicada em francês na revista *Ethnologie Française*, sob o título «'Saudade', la Construction d'un Symbole. 'Caractère National' et Identité Nationale au Portugal» (*Ethnologie Française* 1999, vol. XXIX (2), pp. 177-189). Agradeço a Bela Feldman-Bianco, Onésimo Teotónio de Almeida, Mary Bouquet, Mareije Schoonen, Bojan Baskar e JasnaCapo - e, de novo, a Miguel Vale de Almeida - os comentários e sugestões. Finalmente, uma versão bastante similar àquela que agora se publica foi apresentada no Colóquio «Tensões Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais. Diálogos Críticos Luso-Brasileiros», organizado por Bela Feldman Bianco, Cristiana Bastos e Miguel Vale de Almeida no quadro dos Cursos de Verão da Arrábida, entre 1 e 5 de Novembro de 1999.

O capítulo 8 - «Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia» - retoma, com ligeiras alterações, uma comunicação apresentada no colóquio «Etnografias e Etnógrafos Locais» organizado pelo Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS) do ISCTE em 11 de Abril de 1997 e originalmente publicada no n.º 2 do Vol. I da revista *Etnográfica*. Agradeço à Isabel João e ao Onésimo Teotónio de Almeida a leitura atenta do artigo.

Para além das pessoas mencionadas, queria ainda agradecer a todos aqueles que, nessas diferentes ocasiões, me formularam críticas ou adiantaram sugestões, ou, simplesmente, manifestaram interesse pelo meu trabalho.

Ao longo dos quatro anos em que fui compondo esta obra, tive sempre a companhia da Margarida, da Sofia e da Teresa, que sabem, melhor do que eu, quanto ela lhes deve - em paciência mesclada de curiosidade, em apoio misturado com complacência. Os meus pais acompanharam também a gestação deste livro, que animou algumas das conversas dos jantares de 6.ª feira à noite. O meu pai, em particular, na sua qualidade de arquitecto da geração do *Inquérito* e de entusiasta da etnografia e da antropologia foi essencial na opção que tomei de consagrar uma parte do livro à arquitectura popular. As conversas que tivemos sobre o tema foram essenciais para eu me ir sentindo em casa relativamente à arquitectura portuguesa dos anos 1950 e 1960.

Este livro é dedicado à memória do Paulo Valverde. Se ele cá estivesse, teria sido um leitor atento e crítico de totalidade ou partes da sua versão pré-final. A sua amizade, as conversas sobre antropologia, música e literatura, a sua cumplicidade profissional e o seu entusiasmo pelas poucas «causas» - como a *Etnográfica* - que ainda valem a pena continuam-me a fazer tanta falta hoje como há um ano atrás.

## APRESENTAÇÃO

Este livro procura explorar a importância que tiveram no desenvolvimento histórico da etnografia e da antropologia portuguesas dois temas centrais: a) a cultura popular de matriz rural, como objecto fundamental de pesquisa; b) uma perspectiva interpretativa que fez desta um terreno estratégico para o tratamento de tópicos relacionados com a identidade nacional portuguesa.

Na prossecução desse objectivo, adoptei um enfoque disciplinar amplo. Para além da etnografia e da antropologia na acepção mais corrente dos termos, procurei também levar em conta um conjunto de outros discursos que, embora originários de campos disciplinares distintos - como a arqueologia, a literatura, a arquitectura ou a economia agrária - se aproximam, por vezes apenas episodicamente, da etnografia e da antropologia, tanto na escolha dos objectos estudados como nas perspectivas de interpretação adoptadas.

Na sua ambição de fundar uma reflexão sobre a identidade nacional portuguesa a partir da cultura popular, a antropologia não se encontra de facto sozinha. Em várias outras áreas é possível detectar a presença de um discurso que, à falta de melhor termo, pode ser designado como um discurso de «etnografia espontânea» (Brito & Leal 1997). Quer isso dizer que podemos encontrar nesses outros campos disciplinares, tanto projectos pontuais de descrição etnográfica de certos aspectos da cultura popular, como modalidades de interpretação destes em que conceitos como cultura, raízes ou tradições, desempenham um papel central.

Como creio que ficará claro no decurso deste livro, é de facto impossível esquecer as conexões antropológicas de um geógrafo como Orlando Ribeiro, tanto na sua qualidade de discípulo de Leite de Vasconcelos, como pelo papel determinante que teve no projecto antropológico de Jorge Dias e da sua equipa. É muito difícil falar das interpretações histórico-genéticas da cultura popular portuguesa propostas por antropólogos e etnógrafos como Teófilo Braga,

Consiglieri Pedroso, Leite de Vasconcelos ou Jorge Dias, sem levar em conta as investigações de arqueólogos como Martins Sarmiento ou Mendes Correia. Também se torna relativamente empobrecedor perceber «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» de Jorge Dias (1990a [1953]), sem estabelecer um diálogo com alguns dos escritos anteriores de Teixeira Pascoaes sobre a saudade. As pesquisas dos arquitectos sobre a arquitectura popular portuguesa, igualmente, são indispensáveis ao pleno entendimento do significado do trabalho de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores na mesma área. E os exemplos poder-se-iam multiplicar. De facto, a etnografia e a antropologia portuguesas, nesse seu duplo centramento na cultura popular e na identidade nacional, fazem parte de uma nebulosa mais vasta de autores e textos - oriundos por vezes dos mais improváveis quadrantes - que não podem ser ignorados pelo historiador da antropologia que recuse uma perspectiva «presentista» (Stocking 1982a [1965]) da história do seu campo disciplinar.

Para além deste enfoque disciplinar amplo, o presente livro é também guiado por preocupações de diálogo com investigações antropológicas, sociológicas e históricas que têm vindo a tomar a nação, o nacionalismo e a identidade nacional como seus objectos privilegiados de pesquisa.

De facto, as «etnografias portuguesas», no seu itinerário entre 1870 e 1970, podem ser vistas como parte integrante de um processo que, recorrendo à terminologia proposta por Benedict Anderson (1991 [1983]), visa a construção de Portugal como uma «comunidade imaginada». Por intermédio das suas contribuições, os etnógrafos, antropólogos e outros eruditos comprometidos com o estudo do popular colaboraram num empreendimento mais vasto de constituição do laço nacional em laço imaginário susceptível de tornar os habitantes de Portugal portugueses. O reconhecimento e identificação da cultura popular enquanto terreno marcado por formações específicas, a apropriação «monumentalizadora» (Branco & Leal 1995) dessas formações como símbolos da nacionalidade, são denominadores comuns ao seu discurso, que se inscreve, nessa medida, no processo mais vasto de «refundação da nacionalidade» (Ramos 1994) que atravessa a história portuguesa de finais do século XIX e de grande parte do século XX.

Esta opção pelo estudo «nacionalizador» da cultura popular deve ser vista num quadro comparativo mais vasto. Sensivelmente ao longo do mesmo período de tempo, em países europeus tão diferentes como a Alemanha (Bausinger 1993), a Finlândia (Wilson 1976) e a Grécia (Herzfeld 1986) triunfava uma orientação idêntica. E mesmo em países como a França - onde triunfou uma antropologia mais cosmopolita e menos auto-centrada - existiu, paralelamente, uma tradição de estudos folclóricos e etnográficos mais ou menos comprometida com pressupostos de tipo nacionalista.

<sup>1</sup> Os países citados são apenas três de entre um leque razoavelmente maior de exemplos que poderiam ser dados. Para a Hungria, veja-se Sozan 1972, para a Roménia, Karnouh 1990 e, para a Noruega, Maure 1990, 1996.

<sup>2</sup> Cf., entre outros, Faure 1989 e Peer 1998.

Podemos nessa medida reconhecer nas «etnografias portuguesas» linhas de força que se reencontram, em proporções variáveis, um pouco por toda a Europa. Assim, tal como muitas das suas congéneres europeias, a antropologia portuguesa é uma antropologia comprometida, antes do mais, com um discurso etnogenealógico de identidade nacional. A expressão é adaptada de Anthony Smith (1991), que - no seguimento de Friederich Meinecke -, distinguiu entre dois grandes modelos de identidade nacional: o modelo cívico-territorial e o modelo étnico (ou etnogenealógico, como também é possível designá-lo).

Enquanto que no primeiro caso, a identidade nacional repousaria sobre um conjunto de representações e rituais relacionados com o território e a história e sobre uma cultura cívica assente num conjunto de direitos e deveres comuns, no segundo, ela articular-se-ia em torno de representações e rituais que enfatizam a nação como uma comunidade de descendência e como um corpo de natureza étnica, baseado numa língua e em costumes populares idênticos<sup>1</sup>. Produzida originalmente para diferenciar o nacionalismo das Revoluções Francesa e Americana do nacionalismo da Alemanha e de outros países do leste europeu, esta distinção, embora conserve parcialmente esse seu valor diferenciador, é hoje entendida de forma mais flexível - designadamente pelo próprio Anthony Smith - para designar duas grandes modalidades discursivas sobre a identidade nacional que seria possível reencontrar em contextos nacionais muito diferenciados, incluindo aí aqueles - como é o caso de Portugal - onde o modelo cívico-territorial parece ser hegemónico<sup>2</sup>.

Enfatizando a nação como uma comunidade de descendência e destacando o papel que a cultura vernácula, a língua e os costumes populares desempenhariam na sua definição, o modelo etnogenealógico teve entre os antropólogos, os etnógrafos e os folcloristas os seus «intelectuais orgânicos» por excelência. Foram eles, como afirma Smith, que, através das suas pesquisas, forneceram os materiais para a elaboração de um discurso identitário sobre a nação baseado na cultura popular.

E justamente a partir deste quadro analítico que podemos encarar a antropologia portuguesa ao longo do período que vai de 1870 a 1970. Como muitas das suas congéneres europeias, ela constitui um dos lugares centrais de articulação de um discurso de tipo etnogenealógico sobre a identidade nacional. O seu território por excelência é, nessa medida, o da acumulação de factos e argumentos susceptíveis de construir a nação como uma comunidade de

<sup>1</sup> Esta distinção é hoje relativamente consensual, podendo encontrar-se em autores como Gellner (1983) ou Hobsbawm (1990).

<sup>2</sup> Acerca da presença de discursos inspirados no modelo etnogenealógico em França - usualmente considerada a pátria do nacionalismo cívico-territorial - para além das referências indicadas na nota 2, cf. ainda Pomian 1992, Lebovics 1992, Thiesse 1991, 1997 e Golan 1995. Seria também interessante examinar o chamado «little englandism» à luz deste tipo de pressupostos (cf. a esse respeito Samuel 1989, 1994).

descendência étnica revelada pela sua cultura popular. Orvar Løfgren definiu a ideologia nacionalista como um «gigantic do-it-yourself kit» que estipularia, entre os atributos que uma nação deveria possuir, «um passado (...) comum, (...) uma cultura popular nacional, um carácter ou uma mentalidade nacional (...)» (1989: 9). Coube frequentemente aos antropólogos e etnógrafos - muitas vezes secundados por outros especialistas - a fixação desses requisitos, por intermédio dos quais se foi gradualmente elaborando «[através de processos de selecção, categorização, recontextualização e congelamento] uma versão correcta, autorizada e intemporal do povo» (id.: 12) enquanto essência da nação.

Nesse seu empreendimento etnogenealógico, os etnógrafos e antropólogos portugueses, deram particular relevo, antes do mais, à etnogenealogia no sentido mais estrito da palavra, isto é, a uma análise histórico-genética da cultura popular susceptível de enraizar a identidade nacional portuguesa no tempo longo da etnicidade. Embora observada no presente, a cultura popular era vista como um conjunto de testemunhos, conservados entre os camponeses, dos antedecentes étnicos mais remotos da nação.

Paralelamente, foi grande o peso concedido à reconstrução, a partir da cultura popular, de um elenco de traços psicológicos e espirituais que seriam próprios do carácter nacional português, ou, para utilizar uma expressão recorrentemente usada por vários autores, da psicologia étnica portuguesa. Por intermédio dessas investigações, procurou-se - de acordo com um dispositivo recorrente nas ideologias nacionalistas - construir Portugal como um «indivíduo colectivo» (Dumont 1983, Handler 1988) caracterizado por uma idiosincrasia própria, que encontraria na saudade - um dos tropos por excelência que o século XX inventou para falar de Portugal - a sua expressão condensada.

Por fim, os etnógrafos e antropólogos portugueses - em conjunto com outros especialistas - foram também essenciais no processo de «objectificação» (Handler 1988) da cultura popular portuguesa, isto é, da sua transformação num conjunto de aspectos, traços e objectos que, retirados do seu contexto inicial de produção - o localismo da vida camponesa - puderam funcionar como emblemas da identidade nacional. Esses «objectos que só nós temos e os outros não» - desde espécimes de literatura popular a alfaias agrícolas, de tipos específicos de arquitectura vernácula a manifestações variáveis de arte popular - foram assim constituídos em símbolos sobre os quais repousaria a possibilidade mesma de se falar da identidade nacional portuguesa.

As investigações que deram sucessivamente corpo aos processos que acabei de enumerar conheceram desfechos variáveis. Nuns casos esperava-as o sucesso. É o que se passa com as discussões sobre psicologia étnica em que intervêm sucessivamente Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Teixeira de Pascoaes ou Jorge Dias ou com as investigações em torno da arquitectura popular conduzidas pelos arquitectos modernos e pelos etnólogos da equipa de Jorge Dias nos anos 1950 e 1960. Noutros casos - como sucedeu com as tentativas de apropriação antropológica das teses lusitanistas de Martins Sarmiento e Mendes

Correia - as dificuldades, as hesitações e os silêncios determinaram, pelo contrário, o seu insucesso.

Os consensos gerados por estas diferentes pesquisas foram também diversos. Nuns casos, as eventuais resistências iniciais a uma determinada forma de olhar a realidade foram vencidas e as análises e conclusões propostas foram aceites como mais ou menos incontroversas - como aconteceu com as propostas de Pascoaes sobre a saudade. Noutros casos, porém, aquilo que é relevante são os conflitos de interpretação, as formas de olhar que entram em polémica, as guerras culturais em torno de diferentes imagens do povo e do país (Lebovics 1992). O campo que nos ocupará no presente livro é um campo onde as tensões e as diferenças são, por assim dizer, endémicas. Propondo-se idealmente como um espaço de convergência capaz de superar diferenças regionais, de classe, género ou idade, a identidade nacional é entretanto, na prática, uma arena onde se confrontam diferentes entendimentos sobre o que foi, é ou deverá ser uma nação.

As sucessivas análises da arquitectura popular portuguesa propostas pelos defensores da casa portuguesa, pelos engenheiros agrónomos do *Inquérito à Habitação Rural*, pelos arquitectos modernos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*<sup>1</sup> e por Veiga de Oliveira e os seus colaboradores, são um bom exemplo das tensões e conflitos que atravessam o campo dos discursos sobre a cultura popular portuguesa. No limite, todo o período que coincide com o Estado Novo pode ser visto a essa luz: como um período organizado em torno de uma guerra cultural acerca da natureza do vínculo entre cultura popular e identidade nacional, que põe face a face a chamada «etnografia de regime», as teses de Jorge Dias e da sua equipa e várias incursões de sectores críticos do regime no campo da cultura popular.

Da mesma maneira, a versão hegemónica da nação proposta a partir do centro pode ser objecto de processos relativamente complexos de reciclagem, negociação e resistência a partir da periferia, sobretudo se essa periferia - como parece ser o caso dos Açores - recorre aos mesmos dispositivos que o centro para pensar a sua identidade no quadro do todo nacional.

São justamente as diferentes facetas destes processos que o presente livro pretende explorar. Nele procurei fazer não tanto uma relação histórica exaustiva da etnografia e da antropologia portuguesas como discursos de imaginação etnográfica da nação, mas um tratamento selectivo de tópicos particularmente significativos. Esse tratamento tem por base um trabalho de pesquisa

<sup>1</sup> O *Inquérito* organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos de que resultou o livro *Arquitectura Popular em Portugal* (1961) tinha o título inicial - relativamente pouco conhecido - de *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. Este título foi certamente adoptado por razões de natureza táctica, uma vez que era essa a designação que o regime reservava ao universo daquilo que, entretanto, os arquitectos do SNA irão rebaptizar - ao esolherem o título para o livro - de *Arquitectura Popular em Portugal*. Por essa razão, no decurso deste livro, optei por designar o *Inquérito* como *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*.

bibliográfica que incidiu fundamentalmente sobre fontes publicadas, complementado com consultas pontuais de algumas fontes manuscritas - que se encontram devidamente identificadas no texto - e com entrevistas realizadas a alguns dos intervenientes nos processos que analiso<sup>1</sup>. Embora o livro tenha sido pensado como um todo requerendo uma leitura sequencial, muitos capítulos acabaram, no processo de redacção final, por ganhar alguma autonomia relativa. Se o leitor o desejar, poderá então optar por uma leitura mais solta, não sequencial, do texto.

A I Parte do livro - intitulada «A Procura do Povo Português» - inicia-se com um capítulo consagrado ao processo de desenvolvimento da etnografia e da antropologia portuguesa entre 1870 e 1970. Depois de apresentada uma proposta de periodização histórica da antropologia portuguesa, são identificados os principais protagonistas da disciplina em cada um dos seus principais períodos de desenvolvimento e os contextos políticos e culturais mais vastos em que eles se moveram. De seguida, põe-se em relevo o modo como em cada um desses períodos, triunfam não apenas formas diferentes de pensar metodológica e teoricamente a antropologia, mas modos distintos de definição do próprio universo da cultura popular. Finalmente, chama-se a atenção para o modo como essas diferenças são dobradas por formas distintas de imaginar o país e de tematizar a identidade nacional. A pesquisa de que resulta a síntese proposta neste capítulo procurou ser o mais abrangente possível. Para certos aspectos precisos - como é o caso da etnografia do Estado Novo -, recorri entretanto a levantamentos mais selectivos. Embora não retire segurança à interpretação proposta - que beneficia do surgimento recente de alguns estudos sobre o tema (Alves 1997, Melo 1997, Branco 1999a, 1999b) -, essa circunstância torna as minhas considerações em torno do tópico mais abertas a futuras revisões.

Proposto este «Retrato de Grupo» da antropologia e da etnografia portuguesas, o capítulo seguinte - «A Sombra Esquiva dos Lusitanos. Exercícios de Etnogenealogia» - tenta proceder a uma abordagem tematizada daquela que é, como sugeri, uma das grandes constantes do discurso etnográfico português: a sua preocupação com a reconstituição da etnogénese da cultura popular, capaz de dotar a identidade nacional portuguesa da espessura e da duração da etnicidade. Em alternativa a uma abordagem eventualmente mais equilibrada, preferi privilegiar um tópico preciso - a atracção da antropologia portuguesa pelas teses lusitanistas - para, a partir daí, fornecer um conjunto de indicações mais sintéticas sobre outras teses etnogenealógicas. Como o lei-

<sup>1</sup> Realizei um total de seis entrevistas desse tipo com Benjamim Pereira, Eugénio Castro Caldas (entretanto falecido), Carlos Silva, Fernando Távora, Alexandre Alves Costa e Nuno Teotónio Pereira. Todas as entrevistas decorreram em 1996 e - com excepção da de Benjamim Pereira, que foi mais prolongada - tiveram uma duração aproximada de duas horas. Queria agradecer a todos os entrevistados a disponibilidade evidenciada, bem como a valiosa informação fornecida.

tor se dará conta, foi particularmente importante, para a argumentação desenvolvida neste capítulo, a leitura, em 1995, de um artigo de Anthony Smith publicado na revista *Nations and Nationalism* (Smith 1995). Sem esse artigo, as considerações finais acerca do conflito entre a «razão nacional» e a «razão etnográfica» teriam ficado certamente formuladas de uma forma menos clara.

O terceiro capítulo organiza-se em torno de uma leitura aprofundada do importante ensaio de Jorge Dias «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (1990a [1953]) e é consagrado a essa recorrente preocupação da antropologia portuguesa com a definição do carácter nacional português. A abertura para os discursos de etnografia espontânea que dialogam com a antropologia propriamente dita - embora já entrevista no capítulo anterior - torna-se aqui mais importante, sobretudo por intermédio do peso concedido às reflexões de Teixeira de Pascoaes em torno da saudade. Embora, mais uma vez, tenha procurado ser o mais abrangente possível, optei por dar um tratamento secundário a textos - como *O Enigma Português* de Cunha Leão (1973 [1960]) - que provavelmente mereceriam uma análise mais aprofundada. Em contrapartida, na parte final do capítulo, projectei a discussão para actualidade, interrogando textos de Eduardo Lourenço, José Matoso e Boaventura Sousa Santos. A escolha destes autores é tudo menos inocente. Eles são, do meu ponto de vista, as figuras fundamentais do processo de reestruturação dos discursos de identidade nacional portuguesa subsequente ao 25 de Abril, à descolonização e à adesão de Portugal à União Europeia. Pô-los em diálogo com Teófilo Braga, Teixeira de Pascoaes ou Jorge Dias - que, noutras circunstâncias, desempenharam um papel similar - pareceu-me pois, mais do que adequado, ironicamente justo. O leitor terá ocasião de verificar porquê.

Depois de percorridos os caminhos sucessivos da etnogenealogia e da psicologia étnica, a II parte do livro - integrada por um conjunto de quatro capítulos - tenta interrogar alguns processos de objectificação da cultura popular portuguesa ao longo do período compreendido entre 1870 e 1970. Entre os vários temas possíveis - literatura popular, alfaias agrícolas, traje tradicional, música popular - optei pela arquitectura popular. As razões para essa escolha - como sugeri nos «Agradecimentos» - são, em certa medida, pessoais e têm a ver com uma atracção antiga pelo universo da arquitectura.

Mas há também razões menos subjectivas para essa opção. Assim, por um lado, do ponto de vista das articulações entre a etnografia e a antropologia e outros discursos de etnografia espontânea, o tema da arquitectura surgiu-me, desde o princípio, como um dos mais promissores. Frequentado por antropólogos tão importantes como Rocha Peixoto, Vergílio Correia e Ernesto Veiga de Oliveira, ele foi ainda alvo da atenção de historiadores da arte - como Gabriel Pereira ou João Barreira - de arquitectos - com destaque para Raúl Lino e para a sua casa portuguesa e para os arquitectos modernos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* - e, ainda, dos engenheiros agrónomos do frequentemente esquecido *Inquérito à Habitação Rural*.

Por outro lado, em seu torno, era particularmente claro esse elemento de tensão polarizado por diferentes imagens da cultura popular e do próprio país indispensável para restituir uma dimensão frequentemente negligenciada dos discursos de identidade nacional. Entre as propostas de Raúl Lino e da casa portuguesa abordadas no capítulo 4 e as perspectivas sucessivamente desenvolvidas pelo *Inquérito à Habitação Rural*, pelo *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* e pelas pesquisas de Veiga de Oliveira e seus colaboradores - abordadas nos capítulos 5, 6 e 7 -, travou-se de facto uma das mais expressivas guerras culturais do período do Estado Novo.

Que essa guerra tenha sido frequentada por personagens como António Ferro - chefe da propaganda do regime nos seus anos fundacionais - ou Duarte Pacheco e Rafael Duque - ministros «modernizadores» de Salazar -, que o próprio Salazar ou, ainda, Álvaro Cunhal, tenham nela tido curtas aparições, reforçou a minha convicção de que este era um «dossier» particularmente adequado para ilustrar os elementos de conflito presentes nos discursos sobre identidade nacional organizados a partir da cultura popular portuguesa.

Ao optar pelo tema da arquitectura popular, corri um certo número de riscos, decorrentes sobretudo da minha condição de intruso no campo disciplinar da história da arquitectura. Para reduzir esses riscos, adoptei algumas precauções. Evitei entrar no domínio - no qual não me sinto muito à vontade - da análise arquitectónica dos edifícios, recorrendo - sempre que tal me pareceu necessário - aos escritos dos especialistas. Dei também grande ênfase à pesquisa de fontes escritas susceptíveis de restituir o modo, como no seu tempo, os problemas foram pensados e discutidos. Entre essas fontes, as revistas *Arquitectura Portuguesa*, *Construção Moderna* e *Arquitectura* - esta última para as décadas de 1950 e 1960 - revelaram-se particularmente úteis. Resta-me acrescentar que aquilo que procurei fazer nos capítulos sobre a casa portuguesa e sobre o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* não foi história da arquitectura - matéria para a qual não me reconheço competência - mas a história de certos episódios que, na arquitectura portuguesa do século XX, reenviam, por intermédio de uma comum referência à cultura popular e à identidade nacional, para o campo disciplinar da antropologia.

Situada no seguimento desta longa viagem pelos processos de objectificação da cultura popular associados à arquitectura rural, a III e última parte do livro - integrada pelo capítulo «Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia» - interroga uma faceta geralmente pouco retida das «etnografias portuguesas»: os saberes etnográficos locais e/ou regionais<sup>1</sup>. Recorrendo ao exemplo açoriano, tento mostrar que a equação entre cultura popular e identidade, começando por se deixar ver de uma forma particularmente clara à escala nacional, é também estruturante dos discursos etnográficos produzidos

<sup>1</sup> Cf., a este respeito, Santos Silva 1997: 131-151 e os estudos publicados em Brito & Leal 1997. António Medeiros (1995, 1996) consagrou também alguns dos seus trabalhos à interrogação dos discursos etnográficos centrados no Minho.

## APRESENTAÇÃO

regionalmente. Ponho também em evidência o modo como, no caso açoriano, esses discursos - que se «encarregam de pormenorizar no terreno a cartografia da nação elaborada a partir do centro» (Brito & Leal 1997: 188) - se constituem como espaços de reciclagem, negociação e resistência relativamente aos processos de imaginação etnográfica da nação conduzidos a partir do centro.

Finalmente, nas «Observações Finais», tento - à semelhança do que fiz no capítulo sobre psicologia étnica - projectar para o presente as questões que analisei no passado. De facto, alguns dos temas examinados no livro possuem um interesse e uma dimensão que não são exclusivamente históricas. Neles cristalizaram, designadamente, recursos simbólicos que têm vindo a adquirir um valor acrescido em consequência dos processos de patrimonialização nostálgica que acompanham o fim do mundo rural «tal como o conhecíamos» e da importância que as políticas identitárias - à escala local, regional e/ou nacional - têm vindo a ganhar. São alguns dos aspectos desse retorno post-moderno da tradição e da identidade que me proponho interrogar nas páginas finais deste livro.

PARTE I

À PROCURA DO POVO PORTUGUÊS

## CAPÍTULO 1

### A ANTROPOLOGIA PORTUGUESA ENTRE 1870 E 1970: UM RETRATO DE GRUPO

Num artigo de 1982 George Stocking (1982b) chamou a atenção para a existência de duas tradições distintas no processo de desenvolvimento da antropologia a partir do final do século XIX: uma tradição antropológica de «construção do império» e uma tradição antropológica de «construção da nação». A primeira triunfou nos EUA e em países europeus «centrais» - como a Grã-Bretanha e a França - que possuíam então um império colonial. Nesses países, a antropologia definiu-se como uma disciplina preferencialmente orientada para as sociedades e culturas não-ocidentais, por intermédio da qual ganhou corpo uma reflexão sobre a primitividade e a alteridade culturais. A segunda tradição, por seu turno, ganhou maior expressão em países europeus da periferia ou semi-periferia que, além de não terem colónias, lutavam então pela obtenção e/ou consolidação da sua autonomia nacional. Aí, a antropologia definiu-se como um projecto orientado para o estudo da tradição camponesa nacional marcado por pressupostos analíticos decisivamente ligados à construção da identidade nacional.

Em Portugal, apesar da existência de um império e da inexistência de um problema nacional idêntico ao da generalidade dos países periféricos e semi-periféricos da Europa, foi entretanto como uma antropologia de construção da nação que a antropologia se desenvolveu e afirmou na cena cultural e intelectual portuguesa a partir das décadas de 1870 e 1880.

De facto, por um lado - e em provável consequência da debilidade e do carácter dependente do colonialismo português -, é relativamente tardio o desenvolvimento de um interesse antropológico centrado no terreno colonial português. Este, como demonstrou Rui Pereira (1986, 1989a, 1989b, 1989c, 1999),

remonta ao final da década de 1950, quando Jorge Dias iniciou a sua pesquisa entre os Macondes do norte de Moçambique. Até aí, como sublinhou o mesmo autor, a frequência «antropológica» do terreno colonial português havia-se orientado exclusivamente para investigações de antropologia física e/ou biológica (Pereira, Rui 1999). Embora tivessem sido editados alguns estudos marcados por uma certa curiosidade pelos sinais propriamente culturais da alteridade das populações residentes nos territórios sob administração colonial portuguesa, trata-se de contribuições isoladas, de teor essencialmente descritivo e com uma circulação e um impacto limitados na cena cultural e científica portuguesa.

Na ausência de uma tradição antropológica de construção do império, foi como uma antropologia de construção da nação que a disciplina se desenvolveu em Portugal. De facto, tal como em muitos outros países europeus onde prevaleceu uma opção idêntica, a antropologia portuguesa não só se constituiu como um espaço disciplinar orientado para o estudo da cultura popular portuguesa de matriz rural, como essa sua orientação foi dobrada por pressupostos analíticos marcados pela centralidade da problemática da identidade nacional. É certo que Portugal, usualmente considerado como uma das mais «antigas e contínuas nações do ocidente» (Seton-Watson 1977), não tinha um problema nacional similar ao da maioria dos países onde triunfou uma tradição antropológica de construção da nação. Entretanto, como sublinhou Eduardo Lourenço (1978), não é menos verdade que a vida cultural portuguesa ao longo do século XIX e de boa parte do século XX parece estruturar-se em redor da «preocupação obsessiva» (id.: 89) com a identidade nacional portuguesa, resultante daquilo que o autor classifica como um persistente «sentimento de fragilidade ôntica» (id.: 92) dos intelectuais portugueses relativamente ao seu próprio país. Responsável pelo lugar central que Portugal enquanto sujeito ocupa na história literária portuguesa dos últimos 150 anos, essa circunstância é também susceptível de explicar o peso que o tópico da identidade nacional teve no desenvolvimento histórico da antropologia portuguesa

Nascida sob o signo da identidade nacional, a antropologia portuguesa guardou até muito tarde estas suas características. De facto, por um lado - como acabámos de ver -, só a partir do final de década de 1950, com o trabalho de Jorge Dias entre os Macondes, é que o auto-centramento da disciplina em torno do terreno português começou a ser posto em causa. Por outro lado, foi apenas nas décadas de 1960 e 1970 que começaram a surgir trabalhos - como os de Joyce Riegelhaupt (1964, 1967, 1973), Colette Callier-Boisvert (1966, 1968) e José Cutileiro (1971, 1977) - onde o estudo da cultura popular de matriz rural aparece dissociado de quadros analíticos influenciados por pressupostos de tipo nacionalista.

Pode-se pois dizer que ao longo do período de quase um século que se estende de 1870 a 1970 a antropologia portuguesa não só teve na cultura

· Adopto aqui os limites cronológicos empregues por Luís Angel Sanchez Gomez (1997).

popular de matriz rural o seu objecto principal de pesquisa, como o seu interesse por tópicos se organizou em torno de preocupações hegemónicas pelo tema da identidade nacional portuguesa.

## CONTEXTOS, PROTAGONISTAS, INSTITUIÇÕES

Nessa sua dupla configuração, a antropologia portuguesa conheceu, ao longo desse período de quase um século, diferentes fases no seu processo de desenvolvimento, ligadas antes do mais a diferentes contextos, protagonistas e níveis de institucionalização.

A primeira grande fase de desenvolvimento da antropologia em Portugal coincide com as décadas de 1870 e 1880: é nesse período que se assiste à emergência, como campo disciplinar autónomo, da antropologia portuguesa. Tendo em Adolfo Coelho (1847-1919) e em Teófilo Braga (1843-1924) as suas figuras mais destacadas, a nascente antropologia portuguesa assentou ainda no trabalho pioneiro de Consiglieri Pedroso (1851-1910) e do então jovem Leite de Vasconcelos (1858-1941).

O contexto intelectual mais vasto em que estes autores desenvolveram o seu trabalho é dominado pelas Conferências do Casino de 1871 - de que Adolfo Coelho e Teófilo Braga foram participantes destacados - e pelos seus propósitos de radical regeneração da vida intelectual portuguesa. Insistindo na urgente europeização de Portugal e na sua adesão às «ideias do século», procurando «agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência Moderna» (Antero de Quental *in* Pires 1992: 62), as Conferências do Casino constituíram de facto um momento de viragem na cultura e na ciência portuguesas do século XIX, tendo tido um impacto considerável no desenvolvimento

<sup>1</sup> O que se procura de seguida fazer foi já tentado por diversas vezes na história da antropologia portuguesa, por autores como Leite de Vasconcelos (1933: 250-325), Jorge Dias (1952), Jorge Freitas Branco (1986), João Pina Cabral (1991) ou Sánchez Gomez (1997). É no seguimento dessas reflexões anteriores sobre a periodização da antropologia portuguesa que se situa a presente proposta. Esta, ao mesmo tempo que apresenta em relação a elas um certo número de similitudes, separa-se delas nalguns pontos. Assim, nos termos da presente proposta, e deixando de lado os precursores românticos, seria possível distinguir fundamentalmente quatro grandes períodos na história da antropologia portuguesa: anos 1870 e 1880; viragem do século; anos 1910 e 1920; e, finalmente, anos 1930 a 1960. Esta periodização apresenta, relativamente às propostas anteriores, algumas diferenças importantes. Assim, no século XIX, autonomizo o período da viragem do século relativamente aos anos 70/80 (cf., a este respeito, Leal 1995). No século XX, procedo também à autonomização do período dos anos 1910 e 1920, até agora objecto de tratamentos relativamente sumários. A minha visão dos anos 1930 a 1960, por fim distingue três grandes grupos de protagonistas: a etnografia do Estado Novo, o grupo de Jorge Dias e a etnografia construída em torno da crítica ao Estado Novo.

<sup>2</sup> Sobre Adolfo Coelho, cf. Leal 1993a e 1993b; sobre Teófilo Braga, há apenas estudos parcelares; cf. Ferré 1982, Branco 1985, Leal 1987; sobre Consiglieri Pedroso cf. Leal 1988; finalmente, acerca da actividade de Leite de Vasconcelos neste período, cf. Guerreiro 1986a.

de ramos de saber até então desconhecidos em Portugal. Entre esses saberes - a par das ciências naturais darwinistas, da história de Renan ou da linguística indo-europeia - encontra-se justamente aquilo que hoje designamos como antropologia e que, na altura, era classificado de muitas outras maneiras.

Etnografia, folclore, etnologia, demótica, demologia, mitologia, mitografia, tradições populares, eram, de facto, as expressões mais ou menos equivalentes utilizadas para designar este novo campo de saberes que possuía, simultaneamente, fronteiras relativamente porosas com disciplinas como a filologia, a linguística, a história literária, a arqueologia ou a antropologia física. Dada esta porosidade de fronteiras, a maioria dos etnólogos portugueses desse período foram também destacados cultores de outras disciplinas. Teófilo Braga, por exemplo, teve um papel determinante na divulgação do positivismo em Portugal<sup>1</sup> e praticou a história literária. Adolfo Coelho, para além de antropólogo, foi também linguista e pedagogo<sup>2</sup>. Leite de Vasconcelos percorrerá, a partir de 1885, os caminhos da dialectologia e da arqueologia.

Esta porosidade de fronteiras reflecte obviamente tendências mais gerais prevaletentes na Europa, onde os novos saberes oitocentistas comunicam então entre si com uma facilidade que só começará a ser posta em causa nas primeiras décadas do século XX. Mas, no caso português, deve ser também vista como um efeito do clima instaurado pelas Conferências do Casino. Dispersando-se por várias áreas científicas, os etnólogos portugueses das décadas de 1870 e 1880 procuravam alargar a frente do combate pela introdução dos novos saberes oitocentistas, indispensável ao programa de regeneração da vida intelectual portuguesa pelo qual se batiam.

Simultaneamente, estas décadas iniciais deixam-se também ver como um período dominado por uma grande vontade de actualização internacional da antropologia portuguesa e, simultaneamente, de grande visibilidade desta na cena intelectual e cultural interna.

De facto, antes do mais, os etnólogos portugueses mostram-se a par das principais obras, correntes e debates que percorrem os campos disciplinares em que operam. Estas, desde a inauguração da ligação ferroviária à Europa, passaram a chegar a Portugal com relativa facilidade. Em consequência, a amplitude das referências bibliográficas manipuladas é por vezes surpreendente. Teófilo Braga - como tem sido sublinhado (Branco 1985, Leal 1987) - lê praticamente tudo o que há para ler, embora lhe sobre por vezes pouco tempo para digerir tanta leitura. Consiglieri Pedroso faz anteceder o seu ensaio pioneiro sobre «A Constituição da Família Primitiva» (1988a [1878]) de um exaustivo balanço dos principais desenvolvimentos científicos oitocentistas, pontuado por

<sup>1</sup> Para algumas considerações sobre esta porosidade de fronteiras disciplinares, cf. Ramada Curto 1993: 132 e 1995: 179-184.

<sup>2</sup> Acerca do papel de Teófilo Braga na divulgação do positivismo, cf. Ribeiro, Álvaro 1951 e Catroga 1977.

<sup>3</sup> Acerca da obra de Adolfo Coelho no domínio da pedagogia, cf. Fernandes 1973.

referências a autores tão diversificados como Renan, Mömmsem, Benfey, Max Müller, Darwin, Spencer, Boucher de Perthes ou E. B. Tylor. Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos afinam pelo mesmo diapasão, recorrendo de forma sistemática a Max Müller e à escola da Mitologia Comparada ou a Tylor e a outros autores evolucionistas. Simultaneamente, é forte a inserção internacional da antropologia portuguesa da época. Um dos autores mais expressivos a este respeito é Consiglieri Pedroso, cujos conhecimentos de línguas lhe dão acesso a autores pouco conhecidos em Portugal, designadamente da nacionalidade alemã, russa e polaca. Os seus contactos internacionais são também relativamente amplos e Consiglieri mantém correspondência com diversos folcloristas estrangeiros, sendo membro de várias sociedades científicas internacionais. Em consequência, alguns dos seus ensaios e recolhas - com destaque para a sua colecção de contos populares, publicada em Londres ainda antes da sua edição portuguesa (Pedroso 1882) - serão editados em revistas e editoras estrangeiras<sup>1</sup>. Adolfo Coelho mantém igualmente uma rede de cooperação internacional alargada, publicando artigos na *Romania*, nos *Zeitschrift für Romanische Philologie* ou no *Archivio per lo Studio delle Tradizione Popolari*. A sua colecção de contos populares será também editada em Londres, sob o título *Tales of Old Lusitania from Folklore of Portugal* (Coelho 1885).

Paralelamente a esta inserção internacional, a antropologia das décadas de 1870 e 1880 possui também uma grande visibilidade na cena cultural e científica portuguesa, que se reflecte, por exemplo, no lugar que ocupa - designadamente pela mão de Consiglieri Pedroso e de Teófilo Braga - numa revista tão importante como *O Positivismo*. Jornais de circulação nacional relativamente significativa como o *Jornal do Comércio* ou o *Diário de Notícias* publicam também com alguma frequência artigos etnográficos. É igualmente à luz desta capacidade de atracção da antropologia e da etnografia que se pode entender, por exemplo, o modo como intelectuais como Teixeira Bastos (1856-1901) (Bastos 1878) e, sobretudo, Oliveira Martins (1845-1894) (Martins 1880, 1881, 1882, 1883) frequentaram então esse campo disciplinar. O caso de Oliveira Martins é particularmente importante, não apenas pela importância que o autor tinha na vida cultural portuguesa da época, mas também pelo facto das suas incursões na antropologia terem originado a publicação de quatro volumes da sua famosa Biblioteca de Ciências Sociais<sup>2</sup>.

Apesar deste clima globalmente favorável ao desenvolvimento da nova disciplina, são entretanto notórias as suas dificuldades de consolidação institucional<sup>3</sup>. E verdade que surgem então as primeiras revistas especificamente etnográficas e/ou antropológicas, como a *Revista de Etnologia e Glotologia*,

<sup>1</sup> Cf., a este respeito, Leal 1988.

<sup>2</sup> Acerca da produção antropológica de Oliveira Martins, cf., por exemplo, Guerreiro 1986b. e Vakil 1995.

<sup>3</sup> Para uma visão geral das dificuldades de implantação institucional da disciplina antropológica em Portugal, cf. Branco 1986.

dirigida por Adolfo Coelho, ou o *Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas*, editado por Leite de Vasconcelos. Mas estas revistas são, no essencial, empreendimentos individuais sem efectiva capacidade de congregarem os esforços dos membros da reduzida comunidade antropológica existente e, por essa e outras razões, não durarão mais de um a dois anos<sup>1</sup>. Simultaneamente, todo este ambiente não repercute em desenvolvimentos consistentes ao nível das instituições - como os museus ou a universidade - que poderiam ter eventualmente dado um suporte mais seguro e permanente à disciplina. O conceito mesmo de museu etnográfico não surge ainda nas discussões da época. Quanto à universidade, embora alguns dos etnólogos sejam lá professores e ocupem simultaneamente posições de destaque noutras instituições científicas e/ou culturais, fazem-no em geral ligados a outras áreas que não a antropologia. Assim, Teófilo Braga ensinou Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras, onde Consiglieri Pedroso leccionava História Universal e Pátria e Adolfo Coelho Filologia Românica e Filologia Portuguesa. Quanto a Leite de Vasconcelos, o primeiro lugar público de destaque que exerceu foi o de director da Biblioteca Nacional de Lisboa.

O segundo grande período de desenvolvimento da antropologia portuguesa corresponde à viragem do século, isto é, às décadas de 1890 e 1900<sup>2</sup>. Se o acontecimento decisivo para entender a antropologia portuguesa dos anos 1870 e 1880 tinham sido as Conferências do Casino, o evento fundamental que enquadra a antropologia portuguesa na viragem do século é o *Ultimatum* e, na sua sequência, a abertura da fase final da crise da monarquia. Como teremos ocasião de verificar, é designadamente em resultado desse acontecimento que se pode entender o peso que terá na antropologia portuguesa de então o tema da decadência nacional. Os principais protagonistas da cena antropológica desse anos são Rocha Peixoto (1868-1909)<sup>3</sup> e Adolfo Coelho, sendo este último o único autor já activo nas décadas de 1870 e 1880 que prossegue então o seu labor no domínio antropológico. Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso haviam, sensivelmente desde o meio da década de 1880, trocado a antropologia pela política republicana e Leite de Vasconcelos, a partir da mesma altura, irá secundarizar o seu interesse pela etnografia em resultado de um mais efectivo investimento na arqueologia<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> A *Revista de Etnologia e Glotologia*, que nunca publicou outras colaborações senão as do seu director, extinguiu-se ao fim do quarto fascículo e o *Anuário* não conseguiu também publicar senão um único volume em 1882.

<sup>2</sup> Na bibliografia até agora disponível sobre história da antropologia portuguesa, este período não tem sido geralmente tratado de forma autónoma, sendo encarado como um prolongamento dos desenvolvimentos ocorridos nas décadas de 1870 e 1880. Parece-me entretanto que as suas diferenças relativamente a essas décadas iniciais são suficientemente importantes para justificarem o seu tratamento autónomo (cf., a este respeito, Leal 1995).

<sup>3</sup> O melhor estudo acerca de Rocha Peixoto, continua a ser o de Flávio Gonçalves (1967). Cf. também Veiga de Oliveira 1966a e Leal 1995.

<sup>4</sup> Acerca da reorientação arqueológica da carreira de Leite de Vasconcelos a partir de 1885, cf. Leal 1996 e ainda o capítulo 2 do presente livro.

Do ponto de vista institucional, há a registar a maior consistência das revistas etnográficas e antropológicas portuguesas então lançadas, com destaque para a *Portugália* e para a *Revista Lusitana*, a primeira fundada e dirigida por Rocha Peixoto e a segunda por Leite de Vasconcelos. É também desse período que datam as primeiras incursões museológicas da etnografia e da antropologia portuguesas. Em 1896, Adolfo Coelho propõe a realização de uma exposição etnográfica em Lisboa, por ocasião do 4.º centenário da viagem de Vasco da Gama à Índia, cujo programa será publicado no ensaio «Exposição Etnográfica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes» (1993e [1896]). Embora essa exposição não se chegue a realizar, será entretanto organizada, no âmbito dessas comemorações, uma exposição de alfaias agrícolas na Tapada da Ajuda (Coelho 1993g [1901]), que pode ser encarada como uma das primeiras exposições etnográficas realizadas em Portugal. Antes, em 1893, havia também sido criado o Museu Etnográfico Português, dirigido por Leite de Vasconcelos, que apesar da sua vocação fundamentalmente arqueológica, compreendia também uma secção consagrada à etnografia.

Na sequência das actividades pioneiras de Silva Vieira e da *Revista do Minho* e, ainda, de A. Tomás Pires (1850-1913)<sup>2</sup> e do círculo de etnógrafos de Elvas - que remontam aos anos 1880 - tornam-se mais evidentes os sinais de desmultiplicação local e regional da etnografia portuguesa. O papel da *Portugália* de Rocha Peixoto nesse processo de descentralização é particularmente importante. Alguns dos seus nomes mais relevantes - como Silva Picão (1859-1922) e Tude de Sousa (1874-1951) - são colaboradores regulares da *Portugália*, cuja rede de correspondentes locais se estende um pouco por todo o país. No mesmo período, a *Revista Lusitana* publica também regularmente recolhas de A. Tomás Pires e outros etnógrafos locais e surgem revistas como *A Tradição* e *A Ilustração Transmontana*, dedicadas exclusivamente a matéria etnográfica - como é o caso de *A Tradição* de Serpa - ou reservando a este um lugar de destaque - como é o caso da *Ilustração Transmontana*. Cândido Landolt (1863-1921) (Barcelos e Póvoa do Varzim), Pedro Fernandes Tomás (1853-1927) (Figueira da Foz), Vieira Natividade (1899-1968) (Alcobaça) e Ataíde de Oliveira (1842-1915) (Algarve), são, para além dos nomes já indicados, outros autores que testemunham deste florescimento local e regional da antropologia portuguesa na viragem do século.

Apesar desta maior espessura institucional, mantém-se entretanto o alheamento universitário em relação à antropologia e globalmente a produção antropológica, agora mais rotinizada, perde alguma da visibilidade na vida cultu-

<sup>1</sup> Acerca do Museu Etnográfico Português, cf. Branco 1995 e Leal 1996.

<sup>2</sup> Acerca de Tomás Pires, cf. Falcão & Ferreira 1986 e Lajes 1992.

<sup>3</sup> Para mais detalhes acerca destes autores cf. Vasconcelos 1933: 268-283. Acerca da importância das etnografias locais e regionais no desenvolvimento histórico da disciplina antropológica em Portugal, cf. Brito & Leal 1997 e Santos Silva 1997: 131-151.

ral e científica portuguesa que possuía nas décadas de 1870 e 1880. Isso não impede que não se mantenha alguma capacidade de actualização teórica da disciplina, particularmente bem ilustrada na obra de Adolfo Coelho, onde é possível encontrar inúmeras referências a antropólogos como Wundt, Durkheim, Mauss e Boas, que, como se sabe, marcaram em plano de relevo a antropologia internacional da viragem do século.

O terceiro grande período do desenvolvimento da antropologia portuguesa estende-se ao longo das décadas de 1910 e 1920. Coincidente em traços gerais com a I República, essa fase tem em Vergílio Correia (1888-1944), D. Sebastião Pessanha (1892-1975), Luís Chaves (1889-1975) e Augusto César Pires de Lima (1888-1959) algumas das suas principais figuras. É também nestes anos que, depois de quase duas décadas consagradas basicamente à dialectologia e, sobretudo, à arqueologia, Leite de Vasconcelos regressa de forma mais sistemática à investigação etnográfica, com a edição dos ensaios incluídos na série *Estudos de Etnografia Comparativa* (1918, 1925a, 1925b) e com a publicação do *Boletim de Etnografia*, de que foi o fundador, director e único colaborador. É de resto em torno de Leite de Vasconcelos que os etnógrafos acima referidos se organizam. Vergílio Correia - que posteriormente entrará em rota de colisão com Vasconcelos e abandonará a etnografia, concentrando-se na arqueologia e na história da arte - e Luís Chaves foram seus colaboradores no Museu Etnológico Português e A. C. Pires de Lima publicava com regularidade na *Revista Lusitana*.

Do ponto de vista institucional, registam-se alguns tímidos progressos por referência ao período da viragem do século. O processo de descentralização local e regional da etnografia e da antropologia portuguesas prossegue, tendo em Cláudio Basto (1866-1945) e na revista *Lusa* (Viana do Castelo), por ele fundada e dirigida, um dos seus mais expressivos exemplos. Várias outras revistas regionalistas, como a *Terra Nossa* ou a *Alma Nova*, reservam também um lugar de relevo à publicação de materiais etnográficos. Autores como Leite de Ataíde (1882-1955) e Urbano Mendonça Dias (1878-1951) (Açores), Jaime Lopes Dias (1890-1977) (Beira Baixa), Pe. Firmino Martins (1890-?)

<sup>1</sup> Conforme assinalámos atrás, este tem sido até agora um período negligenciado na produção disponível sobre a história da antropologia portuguesa. Entretanto, como procurei demonstrar, apesar de uma produção eventualmente menos significativa, a etnografia destas duas décadas marca não apenas uma inflexão importante no desenvolvimento histórico da antropologia em Portugal, como é essencial para a compreensão da etnografia do Estado Novo, que se situa na sua sequência imediata.

<sup>2</sup> Sobre o retorno de Leite de Vasconcelos à etnografia cf. Leal 1996. Acerca dos restantes autores que marcaram em plano de maior ou menor relevo as décadas de 1910 e 1920, não há, devido ao silêncio que tem rodeado até agora este período de desenvolvimento da antropologia portuguesa, estudos disponíveis do ponto de vista da história da antropologia. Sobre Vergílio Correia, existe alguma bibliografia, mais orientada, entretanto, para as suas prestações no domínio da história da arte e da arqueologia. Cf. designadamente França 1990 (1967): 344-352 e Carvalho, Joaquim 1946.

(Vinhais), Afonso do Paço (1895-1968) e Alberto Braga (1862-1965) (Minho) confirmam também essa crescente expressão regionalizada da etnografia portuguesa. A nível central, entretanto, a situação é de algum impasse. No plano museológico, apesar dos passos auspiciosos dados na última década do século XIX, mantém-se uma situação de alguma estagnação, com o Museu Etnográfico Português - que desde 1897 havia adoptado a designação mais abrangente de Museu Etnológico Português - a continuar a privilegiar o seu espólio arqueológico em detrimento dos materiais etnográficos. Apesar desse impasse, que se reencontra, mais uma vez, ao nível da universidade, surgem entretanto novas instituições de alguma forma comprometidas com a antropologia, como a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), fundada no Porto por Mendes Correia (1888-1960) e que, apesar de uma opção dominante pela antropologia física e pela arqueologia, não deixará de estimular alguma pesquisa etnográfica. Em Lisboa, por seu turno, Vergílio Correia aparece associado - com D. Sebastião Pessanha - à revista *Terra Portuguesa* que, a par de temas da história de arte e de arqueologia, consagrará também um lugar de relevo à etnografia.

Apesar das dificuldades de institucionalização e de um relativo isolamento internacional - reencontrável noutras tradições nacionais de antropologia da época - a etnografia portuguesa do período recupera entretanto, no plano doméstico, alguma da visibilidade perdida nos anos da viragem do século. Os etnógrafos têm de facto presença relevante nalgumas das revistas culturais mais significativas da época, como *A Águia* de Teixeira de Pascoaes (1877-1952) ou a *Atlântida* de João de Barros (1881-1960) e, como teremos ocasião de ver mais adiante, integram-se activamente no clima de nacionalismo cultural que caracteriza os anos da I República (Ramos 1994).

Finalmente, um quarto período no desenvolvimento da antropologia portuguesa é o que se desenvolve desde a década de 1930 até aos anos 1970. Politicamente coincidente com o Estado Novo, esta fase é protagonizada por uma diversidade maior de actores, que podemos distribuir por três grandes grupos.

Um desses grupos é constituído pelos etnógrafos mais ligados ao Estado Novo, cuja «política de espírito», como se sabe, reservou um lugar extremamente importante à etnografia e ao folclore. A acção do SPN/SNI - sob a direcção de António Ferro - foi, a esse respeito, decisiva. Orientada simultaneamente para a propaganda externa de Portugal e para acções de divulgação interna junto das classes médias urbanas, a actividade do SPN/SNI notabili-

<sup>1</sup> Durante muito tempo ignorado pelas pesquisas de história da antropologia portuguesa, a etnografia do Estado Novo tem vindo a ser redescoberta recentemente por vários historiadores que têm trabalhado sobre política cultural do Estado Novo e por alguns antropólogos interessados na história da disciplina. Entre as contribuições dos historiadores, cf., por exemplo, Paulo 1994, Melo 1997 e Acciaiuoli 1998. Entre os antropólogos cf. Brito 1982, Alves 1997 e Branco 1999a e 1999b.

zou-se pela importância concedida a procedimentos de estilização da cultura popular em exposições, espectáculos, edições e outras iniciativas. Entre essas iniciativas destacam-se, em 1938, o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, e, em 1940, a organização do Centro Regional da Exposição do Mundo Português, integrado por uma secção ao ar livre - onde se reproduziam os diversos tipos regionais de casa popular portuguesa - e pelo pavilhão da Vida Popular. Acompanhado pela edição do livro *Vida e Arte do Povo Português* (1940) e pelos primeiros espectáculos do grupo de bailados Verde Gaio<sup>1</sup>, o Centro Regional forneceu ainda o núcleo de edifícios e peças a partir do qual foi criado, em 1948, o Museu de Arte Popular, ponto culminante do «processo de fixação fotográfica, estética e simbólica do mundo da cultura popular» conduzido pelo SPN/SNI (Melo 1997: 85).

Simultaneamente ao SPN/SNI, outros organismos tiveram também uma acção de relevo no campo da etnografia e do folclore. Entre eles conta-se a Junta Central das Casas do Povo (JCCP), criada em 1945 como organismo de coordenação das Casas do Povo. A etnografia e o folclore foram, de facto, aspectos fundamentais da actividade de enquadramento político-ideológico das populações rurais cometidas a este organismo. Ao mesmo tempo que estimulou - com um sucesso muito relativo - a formação de museus etnográficos e ranchos folclóricos nas Casas do Povo (cf. Melo 1997), a JCCP editou também o *Mensário das Casas do Povo*, onde a doutrinação folclórica e ruralista e os apontamentos regulares sobre matéria etnográfica ocupam um lugar de relevo<sup>2</sup>. Finalmente, a FNAT, criada em 1935 e com uma acção importante de enquadramento dos ranchos folclóricos, e as Juntas Provinciais e Distritais, que, em muitos casos, estimularam o aparecimento de museus e revistas de natureza etnográfica<sup>3</sup>, contam-se também entre os organismos oficiais que se virão a revelar importantes no desenvolvimento de uma etnografia próxima do Estado Novo.

Tendo atingido o seu apogeu no decurso dos anos 1940 e 1950, esta etnografia pôde contar, em primeiro lugar, com alguns dos etnógrafos já em actividade nos anos 1910 e 1920, com destaque para Luís Chaves e para Augusto César Pires de Lima e, embora de forma menos sistemática, para D. Sebastião Pessanha e Vergílio Correia. Luís Chaves, em particular, foi um activo colaborador do SPN/SNI e de algumas das suas iniciativas mais importantes, como o Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal ou a edição do volume *Vida e Arte do Povo Português*. Quanto a A. C. Pires de Lima, foi o fundador e director do Museu de Etnografia e História do Douro Litoral e da revista *Douro Litoral*. A estes nomes vindos da etnografia da I República juntam-se entretanto

<sup>1</sup> Acerca do Verde Gaio, cf. nomeadamente Pavão dos Santos (ed.) 1999.

<sup>2</sup> Sobre o *Mensário das Casas do Povo*, cf. Branco 1999b.

<sup>3</sup> Entre as Juntas Provinciais e Distritais, a que teve actividade etnográfica mais relevante foi o da Douro Litoral, que dinamizou um Museu de História e Etnografia e editou a revista *Douro Litoral*. A sua actividade teve depois continuação na Junta Distrital do Porto, que, entre outras iniciativas, foi responsável pela *Revista de Etnografia*. Embora num plano mais modesto, refira-se também a Junta Provincial da Estremadura, que editou a revista *Estremadura*.

etnógrafos como Ábel Viana (1869-1964), Guilherme Felgueiras (1890-1990), Armando Leça (1893-1977), Armando de Matos (1899-1953) e dois outros Pires de Lima: Joaquim Alberto Pires de Lima (1877-1951) e, sobretudo, Fernando de Castro Pires de Lima (1903-1973) que, em 1960, será o organizador dos três volumes de *A Arte Popular em Portugal* (Lima 1960). Embora a partir do final dos anos 1950 - com o declínio das formas mais espectaculares de investimento ideológico do Estado Novo na cultura popular -, haja um certo esforço para dotar esta etnografia de um rosto mais académico - designadamente por intermédio da organização de alguns colóquios científicos, de tentativas de estabelecimento de redes de cooperação internacional ou da edição de revistas como a *Revista de Etnografia* - ela manteve sempre, a par de um envolvimento mais ou menos claro com a política e a ideologia do regime, uma certa marginalidade em relação aos circuitos universitários e/ou científicos.

Simultaneamente, outras figuras surgem então em cena, mais ligadas a uma etnografia de contornos académicos. Entre essas figuras sobressai, antes do mais, Leite de Vasconcelos - que, na sequência do seu retorno à etnografia na década de 1910, inicia, a partir dos anos 1930, a publicação da sua ambiciosa *Etnografia Portuguesa* (1933, 1936, 1942), posteriormente interrompida pelo morte do autor. Paralelamente, um conjunto de jovens sem ligações com o passado da disciplina ganham lugar de relevo na cena antropológica. Entre eles encontra-se, por exemplo, um autor injustamente esquecido pela generalidade dos historiadores da antropologia portuguesa: Herculano de Carvalho, autor de uma monografia sobre sistemas tradicionais de debulha influenciado pela escola alemã «Palavras e Coisas» (Carvalho, Herculano 1953).

Mas a figura central da antropologia portuguesa de perfil académico nos anos 1930 a 1970 é sem dúvida A. Jorge Dias (1907-1973). Com um doutoramento em Etnologia obtido em Munique, Jorge Dias forma, no seu regresso a Portugal, em 1947, uma equipa de trabalho, onde avultam os nomes de Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Fernando Galhano (1904-1995), Benjamim Pereira e Margot Dias que operará primeiro a partir do Porto - onde Mendes Correia tinha confiado a Jorge Dias a direcção da Secção Etnográfica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular - e, de 1956 em diante, a partir de Lisboa.

<sup>1</sup> Refiram-se a este propósito os Congressos Internacionais de Etnografia e Folclore, realizados respectivamente em 1956 em Braga e em 1963 em Santo Tirso e o Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos, que teve lugar no Porto em 1958.

<sup>2</sup> Acerca da escola «Palavras e Coisas», cf. Beitzl, Bromberger & Chiva 1997.

<sup>3</sup> A bibliografia de referência sobre Jorge Dias é já relativamente numerosa. Para uma apresentação de conjunto da sua obra, ver, entre outros, Lupi 1984 e Veiga de Oliveira 1968 e 1974.

<sup>4</sup> Para além dos nomes acima indicados, fizeram ainda parte da equipa de Jorge Dias - embora em posições de menos destaque - António Carreira (1905-1988) e Fernando Quintino (cf. Lupi 1984: 413-414). Entre outros colaboradores mais ocasionais de Jorge Dias, deve também mencionar-se Viegas Guerreiro (1912-1997) - autor de volume IV da monografia sobre os Macondes (Guerreiro 1966) - que parece ter entretanto entrado em ruptura com Jorge Dias uma vez terminada a sua investigação em Moçambique.

Por intermédio deste grupo - que terá uma produtividade e uma longevidade notáveis - a antropologia portuguesa recupera alguma da actualização teórica e inserção internacional perdida nas décadas da I República. Jorge Dias bater-se-á de facto desde o seu regresso a Portugal por uma forte inserção internacional da antropologia portuguesa. O papel activo que desempenhou nas actividades da Comissão Internacional de Artes e Tradições Populares (CIAP) a partir de 1947, tem sido, a este respeito, posto em evidência. De facto, entre 1954 e 1956, Dias exerceu o cargo de Secretário-Geral deste organismo que coordenava a pesquisa etnológica na Europa, e quando, em 1964, «a CIAP mudou a sua designação para Société Internationale d'Ethnologie et Folklore (...) [foi] eleito para membro do Conselho de Administração» (Lupi 1984: 46). Em 1965, integrou também o grupo fundador da revista *Ethnologia Europaea*, a cuja comissão editorial pertenceu até à sua morte. Simultaneamente, outros factos devem ser retidos. Entre eles, vale a pena mencionar a preocupação de Jorge Dias com a abertura de linhas de diálogo com as academias espanhola e brasileira, as suas deslocações a colóquios e reuniões de trabalho no estrangeiro, os ensaios que publicou fora de Portugal e, ainda, as suas viagens aos EUA nas décadas de 1950 e de 1960. Estas últimas levaram-no nomeadamente a participar, em 1953, no colóquio da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research subordinado ao título «Anthropology Today»<sup>1</sup> e a permanecer durante alguns meses em 1960 como «visiting scholar» da Universidade de Stanford (Califórnia). Esta projecção internacional do trabalho de Jorge Dias e da sua equipa é de resto testemunhada pelo elevado número de colaboradores não-portugueses nos volumes *In Memoriam António Jorge Dias* (1974) e *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira* (Baptista, Brito & Pereira 1989). Enquanto que no volume de homenagem a Veiga de Oliveira esses colaboradores foram vinte, nos volumes dedicados a Jorge Dias participaram mais de cinquenta antropólogos estrangeiros, com relevo para figuras como Meyer Fortes, Max Gluckman, M. G. Marwick e John Beattie, com quem Jorge Dias havia certamente entrado em contacto na sequência das suas investigações sobre os Macondes do norte de Moçambique.

Simultaneamente, no plano interno, a equipa de Jorge Dias projectou de forma importante a antropologia na cena intelectual e científica portuguesa, como o comprovam nomeadamente o êxito das monografias de Jorge Dias sobre Vilarinho da Furna (Dias 1948a) e Rio de Onor (Dias 1953a) ou a importância do seu ensaio «Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (Dias 1990a [1953]). A influência de Jorge Dias estende-se de resto aos etnógrafos do Estado Novo que, depois de uma atitude inicial de indiferença ou mesmo desconfiança em relação a Dias (Pereira, Benjamim 1996) irão, sobretudo a partir do final dos anos 1950, reconhecer a importância da sua pesquisa. É sig-

<sup>1</sup> Acerca da importância do colóquio «Anthropology Today» na antropologia norte-americana do post-guerra, cf. Stocking 1999.

nificativo, a este respeito que *A Arte Popular em Portugal* de F. C. Pires de Lima abra com contributos de Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (Oliveira & Galhano 1960a, 1960b) ou que o número inaugural da *Revista de Etnografia* - também dirigida, como vimos, por Pires de Lima - publique um artigo de Dias sobre a natureza científica da etnografia (Dias 1963) seguido de uma contribuição de Sigurd Erixon (1963), etnólogo sueco amigo de Dias e uma das figuras centrais - a par de Dias - da etnologia europeia do pós-guerra.

Esta projecção do trabalho de Jorge Dias e da sua equipa - para além da própria qualidade e persistência que o caracterizava -, fica a dever-se a duas razões principais. A primeira tem a ver com a capacidade que Jorge Dias e os seus colaboradores mostram para inserir as suas pesquisas numa rede mais alargada de discussões interdisciplinares baseada na universidade e onde se integram, em plano de relevo, a geografia humana de Orlando Ribeiro (1911-1997) ou a linguística de Paiva Boléo (1904-1992) e Lindley Cintra (1925-1991). A importância do persistente diálogo que Jorge Dias estabelece com Orlando Ribeiro - ao qual teremos ocasião de regressar no decurso deste livro - deve, em particular, ser realçado.

A segunda razão para o êxito de Dias e dos seus colaboradores tem a ver com a articulação da sua pesquisa com os primeiros esforços consistentes e relativamente bem sucedidos de institucionalização da disciplina antropológica tanto ao nível da investigação, como ao nível museológico e universitário. A Secção Etnográfica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, e, mais tarde, os Centros de Estudos de Etnologia e de Antropologia Cultural, que forneceram sucessivamente o suporte organizativo para o trabalho de Dias e dos seus colaboradores, constituem os primeiros organismos especificamente orientados para a investigação antropológica em Portugal. Simultaneamente, no plano universitário, Jorge Dias foi responsável pela docência das primeiras cadeiras com efectivo conteúdo antropológico existentes na universidade portuguesa, primeiro nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa e, depois, no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (mais tarde Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) onde, a convite de Adriano Moreira, foi professor entre 1956 e 1967. Finalmente, no plano museológico, Jorge Dias está, como se sabe, decisivamente ligado à criação, em 1965, do Museu de Etnologia do Ultramar, que, na sequência do Museu Etnológico Português de Leite de Vasconcelos e do Museu de Arte Popular, se transformará no museu português de referência nessa área.

Um terceiro grupo de protagonistas importante na cena antropológica portuguesa entre 1930 e 1970, por fim, é constituído por um conjunto de intelectuais ligados de forma menos sistemática à etnografia e à antropologia, mas que, a partir de posições críticas da etnografia do Estado Novo, tiveram incursões relativamente significativas nessas áreas. Com formações muito variadas

<sup>1</sup> Sobre a criação do Museu de Etnologia do Ultramar, cf. Pereira, Rui 1989c.

- artistas, arquitectos, músicos - e com posicionamentos políticos também relativamente diversificados - desde gente relativamente próxima do PCP até católicos de esquerda - este grupo de intelectuais convergiu entretanto na preocupação de construir um contra-discurso ao discurso etnográfico do Estado Novo.

Embora com alguns antecedentes nos anos imediatamente a seguir à II Guerra, esta etnografia crítica conheceu um desenvolvimento mais importante no final da década de 1950 e no decurso da década de 1960, beneficiando, em muitos casos, das novas condições de trabalho cultural criadas pela Fundação Calouste Gulbenkian. As suas figuras mais emblemáticas são sem dúvida Michel Giacometti (1930-1990)<sup>1</sup> e Fernando Lopes Graça (1906-1994). Mas críticos de arte como Ernesto de Sousa (1921-1988)<sup>2</sup>, os arquitectos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* ou, ainda, o conjunto de cineastas - como Manuel de Oliveira ou António Campos (1923-1999) - que, no decurso das décadas de 1960 e de 1970, procurou filmar o popular a contra corrente do gosto etnográfico do Estado Novo<sup>3</sup>, desempenharam também um papel importante na afirmação desta visão alternativa do mundo rural português. A visibilidade deste discurso, que, por razões sobretudo políticas, teve algumas dificuldades de penetração universitária, foi sobretudo efectiva nos meios culturais da esquerda. A este nível mais restrito, entretanto, o seu impacto foi considerável, como o demonstra, para o caso da música popular, a influência que o exemplo de Michel Giacometti teve na canção de intervenção dos anos 1970, ou, num plano mais genérico, a capacidade de atracção que o paradigma de recolhas da cultura popular do mesmo Giacometti teve sobre as modalidades de diálogo com o povo no imediato post-25 de Abril (cf. Branco & Oliveira 1993).

## OBJECTOS, MÉTODOS, TEORIAS

Os diferentes momentos que temos vindo a passar em revista remetem todos eles para a centralidade do estudo da cultura popular portuguesa na tradição antropológica portuguesa.

Esta é estudada de acordo com algumas grandes constantes. Assim e antes do mais, a cultura popular é sempre sinónimo de ruralidade. Dela estão excluídas, por norma, as cidades e as camadas populares urbanas. Nela têm também uma presença insignificante - salvo excepções localizadas - as populações

<sup>1</sup> Acerca de Giacometti, cf. Branco & Oliveira 1993. Cf. também a recensão deste livro em Leal 1994.

<sup>2</sup> Acerca de Ernesto de Sousa, cf. Brito (ed.) 1995.

<sup>3</sup> Cf., a este respeito, o catálogo do ciclo de cinema *Olhares sobre Portugal. Cinema e Antropologia* (Leal et al. 1993). Para uma avaliação das incursões desta etnografia alternativa no domínio do teatro popular cf. Raposo 1998.

piscatórias (cf. Martins 1997). Em segundo lugar, a ruralidade que tanto fascina os etnógrafos e antropólogos portugueses é objecto de um olhar descontemporaneizador (Fabian 1983). Embora observada no presente, ela é vista, antes do mais, como um testemunho do passado: um passado que há que reconstituir em termos interpretativos, que há que registar antes que desapareça, que há que preservar, que há eventualmente que «purificar». Finalmente, o mundo da cultura popular estudado pela antropologia portuguesa é um mundo moral e esteticamente qualificado pelo olhar do observador, um mundo relativamente ao qual não é possível a indiferença. É, ou um mundo do qual se celebram, embora em tons diversos, as excelências, ou - embora esta seja, como teremos ocasião de verificar, uma posição minoritária - um mundo visto, pelo contrário, como o depositário de um conjunto de traços negativos.

No interior destes consensos, entretanto, em cada um dos períodos do desenvolvimento histórico da antropologia portuguesa, são diferentes não apenas os objectos precisos que são supostos representar de forma mais emblemática a cultura popular, mas também os meios metodológicos e teóricos mobilizados para o seu estudo.

Assim, nos anos 1870 e 1880, a cultura popular é vista como um universo formado quase exclusivamente pela literatura e pelas tradições populares. A literatura popular, pelo seu lado, compreendia três grandes géneros: o cancionero, o romanceiro e os contos. Quanto às tradições populares, formavam uma área relativamente heterogénea, onde cabiam desde crenças a «superstições», festas cíclicas, ritos de passagem, etc.

De acordo com esta definição da cultura popular, os etnólogos portugueses desse período consagram grande parte das suas energias à realização de extensas colectas em ambos os domínios. Teófilo Braga, por exemplo edita sucessivas recolhas em cada uma das três áreas mais relevantes da literatura popular (Braga 1867a, 1867b, 1987 [1883]). Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso - para além de contribuições menos marcantes no domínio do cancionero e do romanceiro - publicam também importantes colecções de contos populares (Coelho 1879, Pedroso 1882)<sup>1</sup>. Estes dois últimos autores, e ainda Leite de Vasconcelos, editarão ainda as mais significativas colecções de tradições populares destes anos inaugurais da etnografia e da antropologia portuguesa (Coelho 1993c [1880], Pedroso 1988b [1879-82], Vasconcelos 1882).

Em consequência deste investimento na recolha e no estudo da literatura e das tradições populares, a imagem da cultura popular predominante neste período é uma imagem eminentemente textual. O povo e a cultura popular são textos, desinseridos dos seus contextos concretos de produção e circulação. Esta ideia é particularmente evidente - por razões óbvias - nas colecções de

<sup>1</sup> A recolha de Leite de Vasconcelos, a mais importante de todas quantas foram até hoje produzidas no âmbito da antropologia portuguesa, foi editada postumamente nos anos 1960 (cf. Vasconcelos 1963, 1966).

literatura popular. Estas são, literalmente, colectâneas de textos, eventualmente organizadas por temas e antecedidas de um prefácio do colector. Mas é também de acordo com o mesmo modelo que são tratadas as tradições populares. Estas são recorrentemente transcritas como textos - embora mais curtos - que contêm uma narrativa, sob a forma de um provérbio, de uma crença ou de uma «superstição». A edição destes materiais é ela própria feita frequentemente de forma idêntica à de uma colectânea de literatura popular.

Do ponto de vista metodológico, estas recolhas de literatura e de tradições populares assentam sobre procedimentos ainda muito incipientes. De facto, contrariamente a uma ideia muito generalizada na avaliação deste período, o contacto efectivo com os protagonistas da cultura popular é então escasso. O caso mais emblemático a esse respeito é o de Teófilo Braga, de quem Leite de Vasconcelos viria a escrever mais tarde que «poucas vezes interrogou directamente o vulgo», baseando-se fundamentalmente em materiais «colhidos em fontes literárias, e em informações que pessoas cultas lhe deram» (Vasconcelos 1933: 264). Mas, nos restantes casos, embora se desenvolva um esforço de colecta mais importante, embora se enfatize insistentemente a necessidade de recolher a informação «na boca do povo», embora se cheguem inclusivamente a organizar algumas excursões científicas com esse objectivo - por exemplo à Serra da Estrela ou ao Soajo<sup>1</sup> -, os materiais são obtidos maioritariamente por processos como o testemunho de uma velha «ama» - ou «criado» - de origem rural, informações enviadas por correspondentes locais, curtas deslocações de trabalho ou de férias fora de Lisboa.

A interpretação da cultura popular repousa, pelo seu lado, sobre a utilização informada de várias correntes então em voga na Europa. Entre essas correntes destacam-se a mitologia comparada de Max Muller, que, apoiada nas conquistas da linguística comparada, defendia a origem indo-europeia da literatura e das tradições populares da maioria dos países europeus. Presente na reflexão de Consiglieri Pedroso (Leal 1988), a mitologia comparada foi também determinante em Adolfo Coelho (Leal 1993a) e em Leite de Vasconcelos. Embora em plano secundário, podemos detectar também marcas da sua influência nalguns textos de Teófilo Braga escritos na primeira metade dos anos 1880 (Leal 1987). Em todos estes autores, a mitologia comparada, em resultado de um certo eclectismo teórico que é de resto um traço mais ou menos estrutural da antropologia portuguesa entre 1870 e 1970 (cf. Leal 2000), convive entretanto com a influência de outras correntes teóricas. Entre estas contam-se escolas difusionistas pré-evolucionistas - como o difusionismo de

<sup>1</sup> A excursão científica à Serra da Estrela teve lugar no início dos anos 1880. Embora organizada no âmbito das ciências naturais, possuía também objectivos de levantamento da vida popular, como resulta das notas etnográficas publicadas por Eduardo Coelho — irmão de Adolfo Coelho — no «Diário de Notícias» (cf. a este respeito, Coelho 1993a [1880]). Quanto à excursão ao Soajo, contou com a participação, entre outros, de Leite de Vasconcelos e Martins Sarmento e teve lugar em 1882 (cf. Vasconcelos 1927: 3-9).

Benfey ou o turanianismo de Lenormant - que influenciam de forma importante, respectivamente Adolfo Coelho e Teófilo Braga - que, de resto, se mostra também sensível a teses celticistas e moçárabes. O evolucionismo, pelo seu lado, exerceu alguma influência na obra de Consiglieri Pedroso - em particular na sua reflexão sobre a família - e de Adolfo Coelho (Leal 1988, 1993a).

Recorrendo a estas diferentes teorias, os etnólogos dos anos 1870 e 1880 subscrevem uma perspectiva historicista da cultura popular. Esta é vista não apenas como um testemunho do passado, mas de um passado de características fundamentalmente etnogenealógicas (Smith 1991). Embora observadas no presente, a literatura e as tradições populares são encaradas como uma herança étnica de que o povo asseguraria a custódia. Mais do que o criador dos textos que profere para o etnógrafo, o povo é pois visto como um guardador de textos anonimamente criados em remotos tempos étnicos.

Na viragem do século emerge uma imagem relativamente menos textual e mais complexa da cultura popular, decorrente de uma certa diversificação de objectos. Além da literatura e das tradições populares, as tecnologias e a cultura material, a arte popular, as formas de vida económica e social, etc., passam a integrar a agenda de pesquisa da antropologia portuguesa. Esse processo de diversificação de objectos toma primeiro corpo com Adolfo Coelho que, em vários textos de natureza programática, insiste repetidamente na necessidade de multiplicar os campos de estudo (Coelho 1993b [1880], 1993d [1890], 1993e [1896]). Fiel aos seus próprios apelos, o próprio Adolfo Coelho fará ele próprio algumas investigações pioneiras sobre temas até aí não cobertos pela antropologia portuguesa, como os ciganos (Coelho 1892), as alfaias agrícolas (Coelho 1993g [1901]) ou a pedagogia popular (Coelho 1993f [1898], 1993h [1910], 1993i [1910]).

Mas é sobretudo em Rocha Peixoto que este esforço de alargamento temático é mais visível. No ponto de partida da sua produção antropológica encontram-se ainda as tradições populares - como as Maias, as festas de São João ou o Natal - sobre as quais escreveu os seus primeiros ensaios (1967a [1894], 1967b [1894], 1967c [1894]). Mas, rapidamente, os seus interesses vão conhecer um processo de decisivo alargamento e temas como a arte e a arquitectura popular, as tecnologias tradicionais ou o colectivismo agrário prenderão sucessivamente a sua atenção. Esta mesma concepção alargada da etnografia e da antropologia reencontra-se também na orientação editorial imprimida por Rocha Peixoto à *Portugalia*, onde Adolfo Coelho publicou um dos seus mais importantes textos sobre pedagogia popular (Coelho 1993f [1898]) e Silva Picão capítulos da sua monografia sobre a vida rural alentejana (Picão 1903).

Simultaneamente, do ponto de vista metodológico, à escassez de contactos com o povo substitui-se na viragem do século um contacto mais efectivo com os protagonistas da cultura popular. O exemplo de Rocha Peixoto é a esse respeito particularmente significativo. Os seus artigos mais importantes resultam justamente de reconhecimentos *in locu* que se estendem um pouco por todo o norte do país, cobrindo uma área que, como escreveu o seu biógrafo

Flávio Gonçalves, «surpreende pela (...) amplitude» (1967: XXIX). É também essa preocupação de construir um contacto mais efectivo com o povo que explica a importância que passa a ser atribuída à produção etnográfica local, sobretudo no círculo de etnógrafos mais directamente influenciados por Rocha Peixoto. Por seu intermédio, punha-se à disposição do público interessado informação etnográfica resultante de recolhas directas junto das populações estudadas, cujos modos de vida alguns desses etnógrafos conheciam de muito perto.

Quanto à inspiração teórica dominante torna-se o evolucionismo, um paradigma que, embora evidenciando alguns sinais de crise, mantinha intacta uma certa influência na Europa da viragem do século (Stocking 1994). Se no caso de Adolfo Coelho - que já havia recorrido nos anos 1880 a autores evolucionistas - esta influência se faz sobretudo sentir por intermédio das suas leituras antropológicas, no caso de Rocha Peixoto, ela baseia-se fundamentalmente no diálogo com a arqueologia, de que o autor foi também praticante.

Em consequência desta dominância do evolucionismo, continua a triunfar uma concepção historicista da cultura popular. Entretanto, o passado que é agora valorizado é não tanto o passado étnico predominante nos anos 1870 e 1880, mas o passado dos estágios de evolução dos evolucionistas. O camponês passa a ser visto como uma espécie de «primitivo moderno», em particular nos textos de Rocha Peixoto, onde são constantes as analogias entre os costumes populares «modernos» e as populações pré-históricas.

Seja pelo facto desta equação entre o primitivo e o camponês contaminar este último com os atributos pouco entusiastas com que os autores evolucionistas generalizadamente qualificavam o primeiro (cf. Stocking 1987: 186-237), seja em consequência do cepticismo relativamente à valia de Portugal e do povo português induzido pelo *Ultimatum*<sup>1</sup> a imagem da cultura popular que triunfa nos escritos de Adolfo Coelho e de Rocha Peixoto ao longo deste período é uma imagem negativizada. Expressões como «boçal», «rude», «grosseira», «bárbara» são agora utilizadas para caracterizar a cultura popular e o povo é momentaneamente visto - em contraste com a representação de matriz romântica prevalecente nos restantes períodos da antropologia portuguesa - como uma entidade de que se lamentam os defeitos.

Nas décadas de 1910 e 1920, por seu turno, a cultura popular passa a ser vista, com sacrifício da concepção alargada que se havia imposto na viragem do século, como sinónimo de arte popular, compreendendo um conjunto de objectos, entre os quais se contavam a olaria, a arte pastoril, o traje tradicional ou a casa. Os antecedentes desse interesse etnográfico pela arte popular remontam a um texto pioneiro escrito em 1881 por Leite de Vasconcelos - contra a corrente do gosto etnográfico da época - acerca das cangas de bois minhotas (Vasconcelos 1881) e, sobretudo, aos ensaios que Rocha Peixoto consagrou sucessivamente à olaria do Prado (1967e [1900]), aos ex-votos

<sup>1</sup> Cf., a este respeito, Leal 1995.

(1967g [1906]), aos cata-ventos (1967h [1907]) ou às filigranas (1967i [1908]). Mas tinha sido sobretudo no âmbito da história da arte e, em particular, da obra de Joaquim de Vasconcelos (1844-1936), que um interesse mais sólido pelo tema se tinha desenvolvido<sup>1</sup>.

A figura chave neste fascínio da etnografia portuguesa dos anos 1910 e 1920 pela arte popular foi, sem dúvida, Vergílio Correia que, além de numerosos estudos empíricos sobre a arte popular alentejana - depois reunidos no volume *Etnografia Artística. Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana* (Correia 1916a) -, foi também o autor da primeira reflexão de fundo sobre o tema (Correia 1915a). Mas, na sua peugada, vários autores - com destaque para D. Sebastião de Pessanha e outros colaboradores da revista *Terra Portuguesa*, para Luís Chaves e para o próprio Leite de Vasconcelos - cultivarão também aquilo que na época é recorrente e apropriadamente classificado como «etnografia artística».

Em consequência, ganha sistematicidade um esforço de levantamento da arte popular portuguesa e de identificação de alguns dos seus núcleos mais relevantes. Secundado pela formação ou alargamento de colecções como a do Museu Etnológico Português, esse trabalho, em muitos casos, não se limitou à mera fixação de informação, mas articulou-se com processos de activa reinvenção de tradições em crise ou já mesmo caídas em desuso. Foi nomeadamente o que se passou com os tapetes de Arraiolos - objecto de uma intensa campanha organizada pela revista *Terra Portuguesa*<sup>2</sup> que conduziu à revitalização de uma tradição que parecia encontrar-se então praticamente moribunda - ou com os bonecos de Estremoz, que parecem ter sido relançados como resultado do interesse que etnógrafos como Luís Chaves manifestaram por eles (Chaves 1916).

Simultaneamente, dá-se uma espécie de colonização de outras áreas - como as tradições populares - por esta concepção da etnografia como estudo privilegiado da arte popular. Aquelas, em vez de documentos de natureza literária - como eram definidas nos anos 1870 e 1880 - passam a ser vistas, por exemplo na obra de A. C. Pires de Lima ou de Cláudio Basto, como objectos de natureza quase-plástica, descritos e analisados de acordo com uma retórica e convenções muito similares àquelas que eram utilizadas para falar da arte popular no sentido mais estrito da palavra.

<sup>1</sup> Sobre Joaquim de Vasconcelos, ver França 1990 (1967): 115-120.

<sup>2</sup> Acerca da campanha em torno dos tapetes de Arraiolos, cf. designadamente *A Terra Portuguesa*, Vol. I, pp. 96, 183, Vol. II, pp. 135, 151-52, vol. III, pp. 35-37. Cf. também o jornal *Povo de Arraiolos* Ano I, n.º 14, de 8 de Março e Ano I n.º 15 de Abril de 1917, dedicados à exposição resultante da campanha organizada pela revista *A Terra Portuguesa*. No jornal *Terra Nossa*, essa exposição é referida nos seguintes termos: «Deverá ser uma manifestação curiosa e salutar dessa nossa velha e extinta indústria caseira. Que dela surja um belo renascimento, são os votos que fazemos!» (Vol I, n.º 3, p. 64). D. José Pessanha (1898-?) e D. Sebastião Pessanha foram duas das figuras chave nesta campanha. Cf. a este respeito Pessanha, D. José 1906 e Pessanha, D. Sebastião 1916.

Com esta reorientação da etnografia portuguesa para os temas artísticos, a concepção da cultura popular que se impõe neste período é a de um universo composto basicamente por objectos que devem ser vistos e apreciados. A etnografia transforma-se literalmente em etnografia artística, expressão que - como acabámos de ver - é recorrente nos textos da época. Triunfa nessa medida uma imagem eminentemente visual da cultura popular. Esta é antes do mais qualquer coisa que deve ser olhada. Esta imagem da cultura popular invade de resto as próprias modalidades de apresentação da etnografia. Os artigos então publicados caracterizam-se pela abundância de desenhos e ilustrações etnográficas que os acompanham e, simultaneamente, fortalecem-se os laços de cooperação entre etnógrafos, fotógrafos, aquarelistas e pintores<sup>1</sup>. As ligações da etnografia com disciplinas dependentes também de uma relação de natureza visual com os seus objectos de estudo, como é o caso da história de arte ou da arqueologia, são também muito fortes. A própria linguagem empregue a propósito desta cultura popular esteticizada pelo olhar do etnólogo é uma linguagem eminentemente pictórica «à la Perec»<sup>2</sup>, feita do enunciado obsessivamente descritivo das propriedades e características formais dos objectos sucessivamente apresentados.

Os procedimentos metodológicos dominantes nesta etnografia fascinada com a arte popular, por seu turno, parecem traduzir um certo recuo relativamente às possibilidades abertas na viragem do século por Rocha Peixoto e tendem, em função do próprio objecto, a basear-se em visitas intermitentes, muito direccionadas e aparentemente rápidas ao terreno. As oficinas dos artesãos, as colecções locais de arte popular de alguns eruditos ou as feiras regionais passam a ser os principais focos de uma etnografia que se mostrava mais interessada nos objectos em si do que propriamente no contexto em que eles eram produzidos ou por referência ao qual faziam sentido.

<sup>1</sup> Numerosos factos testemunham, por exemplo, as ligações preferenciais existentes entre a etnografia deste período e a pintura tardo-romântico. Atente-se por exemplo na seguinte notícia inserida no primeiro número da revista *Terra Portuguesa*: «Muita coisa valiosa para a Etnografia e Arqueologia artísticas de Portugal apareceu nesta nova exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes. A reprodução de monumentos e de assuntos regionais (tipos, casas, interiores, paisagens, costumes), embora não tenha cientificamente senão um valor muito relativo, favorece consideravelmente o desenvolvimento do gosto pelas cousas portuguesas, pouco conhecidas ou pouco divulgadas. Sem intenção, a maior parte das vezes, porque apenas têm de se preocupar com os efeitos artísticos, os desenhadores e os pintores vão criando um ambiente apropriado à expansão dos conhecimentos de estética regionalista, de arqueologia e de etnografia. É por isso que, a cada nova exposição, vamos seguindo enternecidamente a pronunciada tendência dos nosso artistas para se ocuparem, cada vez mais, de assuntos absolutamente portugueses» (p. 32).

<sup>2</sup> Georges Perec é um romancista francês contemporâneo cuja escrita, provocadoramente experimental, reserva um papel importante à descrição obsessivamente minuciosa de situações, personagens ou objectos. Um dos seus romances - *A Vida. Modo de Usar* - foi traduzido para português por Pedro Tamen.

Finalmente, quanto à inspiração teórica então prevalecente, ela não é, em geral, muito relevante. Mostrar e celebrar a cultura popular enquanto conjunto de objectos de arte popular, mais do que explicá-la, parece ser a opção dominante. Há evidentemente excepções, como é o caso do ensaio de Vergílio Correia sobre arte popular publicado em *A Águia* (Correia 1915a) ou das preocupações comparativas que caracterizam alguns dos seus artigos sobre arte popular alentejana. Mas, de uma forma geral, a vontade de teorização é bastante incipiente e a característica dominante da esmagadora maioria dos textos é o seu tom celebratório, assente num número limitado de recursos retóricos, que invariavelmente cantam a «beleza», a «simplicidade» e «humildade» dos objectos de arte popular ou evocam as suas lições de «são tradicionalismo», de «modéstia» e de «singeleza».

O passado mantém-se como referência principal na interpretação deste novo território etnográfico. Só que, em resultado da irrelevância de apoios teóricos muito sofisticados, esse passado é, por um lado, algo indefinido e essencializado, uma vez que, a seu respeito, raramente são propostas especificações étnicas ou temporais detalhadas. A cultura popular tende nessa medida a ser vista como uma tradição remota e imemorial, tão remota e imemorial que seria redundante precisar o seu grau de antiguidade: por definição ela está lá desde o princípio do tempo. Por outro lado, e na medida em que o discurso etnográfico então dominante se articula frequentemente com um trabalho de activa reinvenção de tradições em crise ou já caídas em desuso, o passado de que falam os etnógrafos dos anos 1910 e 1920 é frequentemente visto como algo que se procura preservar e reactivar no presente, de forma a projectar neste as qualidades estéticas e morais que lhe estariam associadas.

Ao longo das décadas que se estendem de 1930 a 1970, em função da diversidade de protagonistas que caracteriza a antropologia portuguesa desses anos, é possível encontrar diferentes formas de definição do universo da cultura popular e metodologias e inspirações teóricas também elas distintas.

A etnografia directamente ligada à «política de espírito» do Estado Novo, pelo seu lado, privilegiará uma concepção de cultura popular que se situa no seguimento da prevalecente nas décadas da I República. Esta continuidade deve ser sublinhada. À semelhança do que aconteceu em França - onde o investimento do regime de Vichy no popular se situa na sequência de iniciativas desenvolvidas inicialmente no quadro da III República (cf. Peer 1998) - também em Portugal a descontinuidade política entre a I República e Estado Novo não exclui que, noutros planos, não se possam detectar importantes continuidades. E o que se passa com a etnografia.

Quer isto dizer que a cultura popular continua a ser vista durante o Estado Novo como sinónimo da arte popular, e a etnografia frequentemente classificada como etnografia artística. É claro que a par da arte popular, alguns dos etnógrafos desses anos se continuam a movimentar em áreas como a literatura ou as tradições populares. É esse, por exemplo, o caso de Augusto César e Fernando de Castro Pires de Lima ou de Alexandre Lima Carneiro (1898-?).

Mas, no cômputo global, é a arte popular que ocupa o lugar mais destacado. É para a sua importância que remetem as grandes iniciativas do SPN/SNI, com destaque para o Museu de Arte Popular, ou a actividade regular de organismos como a JCCP - com a sua obsessão pelos museus etnográficos locais - ou a FNAT - com a sua actividade de disciplinamento dos ranchos folclóricos. É também da centralidade da arte popular que falam não apenas o título mas, sobretudo, o conteúdo das duas publicações colectivas que assinalam respectivamente o início e o termo dos anos de ouro deste tipo de etnografia: a *Vida e Arte do Povo Português* (1940) e *A Arte Popular em Portugal* (Lima 1960)<sup>1</sup>. É por fim, sobre arte popular que, para além de Luís Chaves, escrevem etnógrafos como Abel Viana, Armando de Matos, Armando Leça, ou, embora em proporções mais modestas, Cardoso Marta (1882-1958) ou Guilherme Felgueiras.

Por detrás desta continuidade temática em relação às décadas de 1910 e 1920 perfilam-se entretanto diferenças e deslocamentos de significado que não são desprezáveis. Assim, o conceito de arte popular - que já antes colonizava áreas como a da literatura popular - passa agora, de forma mais efectiva, a recobrir a quase totalidade do universo da cultura popular, abarcando tópicos como o traje e a música - esta última investigada por Armando Leça -, ou, no pólo oposto, a alfaia agrícola - como o mostram por exemplo as contribuições de Vergílio Correia e Guilherme Felgueiras para a *Vida e Arte do Povo Português* (Correia 1940, Felgueiras 1940). É sobre essa concepção alargada da arte popular, de resto, que repousa o Museu de Arte Popular. Nas diferentes salas que o compõem, correspondentes às principais províncias portuguesas, arados e bonecos de barro, rendas de bilros e barcos de pesca, utensílios de cozinha e exemplares de arte pastoril são tratados de forma homóloga, como instâncias, apenas formalmente diferenciadas, do mesmo universo de bens artísticos do povo, dotados de um valor indistintamente decorativo. Simultaneamente, há como que uma valorização acrescida de algumas áreas que mais facilmente se prestavam às operações de encenação da cultura popular favorecidas pelo Estado Novo. A dança é um dos exemplos mais claros do que acabo de dizer. Tanto os novos apoios fornecidos, designadamente por

<sup>1</sup> O elenco de temas abordados na *Vida e Arte do Povo Português* é significativo: «o trajar do povo», «teares e tecedeiras», «Arte dos namorados», «barcos de Portugal», «arte popular», «bordadoras e rendilheiras», «o carro rural», «a faina do campo», «pastoreio e arte pastoril», «luminária popular», «festas do calendário», «danças e cantigas», «o fogo de vista», «oleiros e olaria», «bonecos de barro» e «ourivesaria popular». Em *A Arte Popular em Portugal*, embora o ténario seja mais amplo, a orientação de base não é muito distinta, sendo abordados temas como «arquitectura», «mobiliário», «cobre, ferros e latões», «ourivesaria», «cestaria e esteiraria», «arte de papel», «medicina e superstição», «culinária e doçaria», «escultura», «pintura», «cerâmica», «literatura de cordel», «teatro», «música e dança», «tecidos», «tapeçarias e bordados», «rendaria», «trajo», «brinquedos, fogo de artifício», «carros e carroças» e «barcos. Alguns nomes são comuns a ambos os volumes: é o que se passa com Luís Chaves, Guilherme Felgueiras, D. Sebastião Pessanha, Octávio Filgueiras e Luís de Pina.

intermédio da FNAT, aos ranchos folclóricos, como a formação do grupo Verde Gaio, darão uma projecção ao universo da dança - e, com ela, aos domínios associados do traje e da música popular - que, embora preparada em anos anteriores, ganha agora uma expressão inédita<sup>1</sup>.

Em consequência deste conjunto de transformações, a imagem visual da cultura popular herdada da I República torna-se, por assim dizer, mais coreográfica. Os objectos representativos do viver popular põem-se em movimento, num processo que é favorecido também pelo emprego de novas convenções visuais de estilização erudita da cultura popular assentes no desenho de inspiração moderadamente modernista e sem preocupações de reprodução exacta da realidade que era apanágio das iniciativas do SPN/SNI ou do grafismo adoptado pelo *Mensário das Casas do Povo*. Como se sabe, foi António Ferro que de forma mais feliz sintetizou esta imagem coreográfica da cultura popular, quando afirmou, por exemplo, que «o verdadeiramente belo seria transformar Portugal rústico numa constante *exposição viva* de arte popular» (Ferro *in* Melo 1997: 235; os itálicos são meus), ou, quando, a propósito dos bailados do Verde Gaio, escreveu:

Com Verde-Gaio começaram a animar-se, a ganhar vida e arte, todos aqueles objectos ingénuos e familiares do Centro Regional: as flores de papel, as filigranas, as olarias, os trajes, as mantas, os chapéus festivos, os instrumentos populares, harmónios e adufes, as próprias mãos bailarinas das bordadoras (id., *ibid.*: 264).

Do ponto de vista metodológico e teórico a etnografia do Estado Novo prolonga também algumas das características da etnografia dos anos 1910 e 1920. Entretanto, do ponto de vista metodológico, as recolhas directas parecem agora alternar com maior frequência com a gestão de redes de etnógrafos locais que se desenvolvem muitas vezes à sombra das iniciativas governamentais (Alves 1997) e o tom repetitivamente celebratório dos textos articula-se mais amiudadamente com uma retórica ideológica de inspiração ruralista e nacionalista, que atinge o seu ponto culminante nalgumas colaborações escritas pelos etnógrafos deste período para o *Mensário das Casas do Povo*. A cultura popular é agora vista como o substrato sobre que repousa a nacionalidade na particular versão que dela elaborou o Estado Novo.

Entretanto, no mesmo período, com Jorge Dias e a sua equipa, emerge uma concepção da cultura popular relativamente distinta. Nessa concepção, o lugar central é ocupado, antes do mais, pelas tecnologias tradicionais. Uma das primeiras grandes obras de Jorge Dias é, como se sabe, um estudo de síntese sobre os arados portugueses (Dias 1948b). No seguimento desse estudo, Jorge Dias e os seus colaboradores irão desenvolver um projecto de levantamento sistemático das tecnologias tradicionais que dará origem a um conjunto

<sup>1</sup> Para desenvolvimentos comparativos em torno dos ranchos folclóricos, cf. Duflos-Priot 1995.

de mais de uma dezena de monografias, recobrando domínios como os moinhos e azenhas (Dias, Oliveira & Galhano 1959a, 1959b, Oliveira, Galhano & Pereira 1965, 1983), os sistemas de armazenagem e secagem dos cereais (Dias, Oliveira & Galhano 1963), de atrelagem de bois (Oliveira, Galhano & Pereira 1973), as actividades agro-marítimas (Oliveira, Galhano & Pereira 1975), a alfaia agrícola (Oliveira, Galhano & Pereira 1976) e a tecnologia tradicional do linho (Oliveira, Galhano & Pereira 1978). As raízes deste extenso trabalho de pesquisa remontam, por um lado, à agenda da etnologia europeia dos anos do post-guerra, dominada por grandes projectos de cartografia etnográfica centrados designadamente em elementos da cultura material<sup>1</sup>. Mas têm directamente a ver, por outro lado, com o peso que, nas prioridades de pesquisa definidas por Dias e pelos seus colaboradores tinham as recolhas centradas em elementos da cultura tradicional vistos como mais ameaçados pelas transformações tecnológicas e sociais nos campos portugueses.

Nessa medida, em Jorge Dias encontramos uma imagem da cultura popular que, embora privilegiando objectos - à semelhança da etnografia das décadas de 1910 e 1920 e, na continuidade desta, da própria etnografia do regime -, dá entretanto visibilidade a outro tipo de objectos, predominantemente associados à materialidade da vida camponesa e dotados, se assim se quiser, de propriedades mais tácteis do que propriamente visuais. Reforçado pela viragem museológica que o trabalho da equipa de Jorge Dias conheceu com a criação do Museu de Etnologia do Ultramar em 1965, este acento nos objectos privilegia, de facto, objectos que funcionam, cujos modos de construção e de operação são descritos com detalhe e que, sobretudo, são reiteradamente contextualizados por referência ao modo de vida rural que lhes conferiria sentido e que, nessa medida, deveria ser exaustivamente documentado.

Simultaneamente, Jorge Dias e os seus colaboradores reintroduziram também - na linha dos etnógrafos da viragem do século, e, em particular de Rocha Peixoto, etnógrafo em relação ao qual nunca esconderam de resto a sua admiração<sup>2</sup> - uma certa diversidade na investigação da cultura popular portuguesa. Tópicos como as comunidades de montanha do norte de Portugal, a arquitectura popular, as festividades cíclicas, foram, entre outros, objecto da atenção da equipa de Jorge Dias. No tocante às comunidade de montanha, é conhecida a importância das monografias pioneiras que Dias escreveu sobre Vilarinho da Furna (1948a) e Rio de Onor (1953a). A arquitectura popular, por seu turno, foi objecto - como teremos ocasião de examinar mais detalhadamente no decurso do capítulo 7 - das atenções de Veiga de Oliveira, acompanhado por vezes de Fernando Galhano e Benjamim Pereira (Oliveira & Galhano 1960a, 1992, Oliveira, Galhano & Pereira 1969). Quanto às festividades cíclicas - para além de estudos mais pontuais de Jorge e Margot Dias (Dias & Dias

<sup>1</sup> Acerca da cartografia etnográfica na equipa de Jorge Dias, cf. Brito 1989.

<sup>2</sup> Cf. Oliveira 1966a.

1950, 1956) e de Benjamim Pereira (1973) - foram sobretudo trabalhadas, mais uma vez, por Ernesto Veiga de Oliveira (1966b, 1984).

Esta diversificação da pesquisa deve ser vista, por um lado, como o prolongamento natural do esforço de documentação do modo de vida rural português presente na pesquisa de Dias e dos seus colaboradores sobre alfaías agrícolas. Mas é sobretudo o reflexo de uma vontade de conhecimento mais completo da cultura popular portuguesa, que, de resto, possibilitou que Jorge Dias e os seus colaboradores se abalançassem às primeiras tentativas de natureza antropológica de pensar a cultura portuguesa no seu conjunto. É nessa perspectiva que deve ser designadamente vista a importância de ensaios como «Algumas Considerações acerca da Estrutura Social do Povo Português» (Dias 1990b [1955]), «Tentamen de Fixação das Grandes Áreas Culturais Portuguesas» (Dias 1990c [1960]) e «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (Dias 1990a [1953]), nos quais Jorge Dias tentou sistematizar os factores de diversidade e unidade da cultura popular portuguesa.

Recobrando as temáticas que acabámos de passar em revista, a produção de Dias e dos seus colaboradores caracteriza-se, do ponto de vista metodológico, por uma aproximação relativamente sofisticada à cultura popular, assente sobretudo na metodologia da «extensive survey». De facto, tanto os levantamentos no domínio das tecnologias tradicionais como as recolhas em torno da arquitectura popular ou das festividades cíclicas assentam numa cobertura equilibrada e representativa do país, apoiada em estudos curtos mas numerosos realizados nas diferentes áreas sucessivamente cobertas pelos investigadores. Simultaneamente, nas monografias sobre Vilarinho da Furna e Rio de Onor, Jorge Dias realizou aquelas que podem ser vistas, no âmbito da antropologia portuguesa, como as primeiras aproximações ao terreno «à la Malinowski», com estadias mais ou menos prolongadas de investigação que procuraram cobrir a totalidade dos aspectos da vida cultural e social das populações estudadas.

Do ponto de vista das influências teóricas, por fim, apesar da complexidade e diversidade de uma obra que se estendeu por mais de três décadas e que foi escrita a várias mãos, podem-se de qualquer forma surpreender algumas tendências principais na produção antropológica de Jorge Dias e dos seus colaboradores.

A primeira prende-se com a prevalência do difusionismo post-evolucionista de inspiração alemã. *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* (Dias 1948b) e os *Espigueiros Portugueses* (Dias, Oliveira & Galhano 1963) são - como teremos ocasião de verificar mais em detalhe no próximo capítulo - os exemplos mais elucidativos da influência difusionista na obra de Jorge Dias. No primeiro caso, os três diferentes tipos de arado dominantes no território português são apresentados como derivando de correntes étnicas diferenciadas, respectivamente lusitana - no caso do arado radial - romana e árabe - no caso do arado de garganta - e sueva - no caso do arado quadrangular. Quanto aos espigueiros, a sua difusão é vista como resultando da influência sueva no noroeste

do país, que afectaria também um conjunto diversificado de outros aspectos da cultura popular dessa área. A par desta influência do difusionismo mais ortodoxo - que se tenderá a atenuar com os anos - os trabalhos de Dias e dos seus colaboradores caracterizaram-se também por uma certa abertura para uma historicidade menos conjectural e mais apoiada no curto prazo. São disso exemplo - como teremos ocasião de ver - os estudos iniciais de Ernesto Veiga de Oliveira sobre arquitectura popular ou ainda a interpretação desenvolvida nos *Sistemas de Atragem de Bois* acerca dos jugos minhotos de bois, que sublinha a sua origem nas reformas do liberalismo e no enriquecimento das casas agrícolas do noroeste provocado por aquelas (Oliveira, Galhano & Pereira 1973: 87).

Simultaneamente, é também possível detectar, em particular na produção de Jorge Dias subsequente a 1950, uma presença importante do culturalismo norte-americano, corrente com a qual Jorge Dias teve oportunidade de se familiarizar de forma mais efectiva aquando da sua primeira deslocação aos EUA. Textos como *Rio de Onor* (1953a), com a sua tentativa final de aplicação da dicotomia apolíneos/ dionisíacos (Benedict 1934) à análise de Rio de Onor e Vilarinho da Furna, ou «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (1990a [1953]), marcado por preocupações idênticas às presentes nos estudos de carácter nacional da escola «cultura e personalidade», constituem duas das mais conhecidas expressões da receptividade de Jorge Dias às propostas culturalistas. Esta é de resto indissociável da sua formação alemã, uma vez que, como se sabe, o culturalismo se desenvolve nos EUA à sombra da matriz alemã que Boas tinha emprestado desde finais do século XIX à antropologia norte-americana<sup>1</sup>.

Em resumo, embora ao recuperar as preocupações etnogenealógicas características dos anos 1870 e 1880, o projecto antropológico de Jorge Dias mantenha intacta a equação entre a cultura popular e o passado, a sua simultânea abertura para a história mais recente e para o presente deve ser também realçada. Por seu intermédio, a cultura popular portuguesa passa a ser vista de modo mais efectivo como o testemunho de qualquer coisa que, embora ameaçada de extinção - e, nessa medida, condenada a médio prazo a fazer parte do passado - se situa apesar de tudo num patamar cronológico mais próximo do do observador.

Finalmente, na etnografia nascida de uma vontade de crítica em relação à leitura da cultura popular proposta pelo Estado Novo, podemos encontrar uma opção por universos que apresentam algumas similitudes como os domínios favoritos dos etnógrafos do Estado Novo. De facto, a arte popular - com Ernesto de Sousa (1973) -, a arquitectura tradicional - com os arquitectos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* (1980 [1961]) - e, sobretudo, a música popular - por intermédio dos trabalhos de Giacometti e Lopes Graça<sup>2</sup> -, foram

<sup>1</sup> Sobre a matriz alemã do pensamento de Boas, cf. Stocking (ed.) 1996.

<sup>2</sup> De Lopes Graça, retenha-se sobretudo *A Canção Popular Portuguesa* (1974 [1953]). Michel Giacometti, pelo seu lado, escreveu pouco. Veja-se de qualquer forma o seu livro *Cancioneiro Popular Português* (Giacometti 1981). Cf. ainda os textos que acompanham os sucessivos LPs editados no quadro da *Antologia da Música Popular Portuguesa*.

Embora o passado esteja inequivocamente presente na sua leitura da cultura popular, alguma desta etnografia crítica - sobretudo a produzida por intelectuais mais próximos do PCP - tende simultaneamente a projectá-la para o futuro, na medida em que a cultura popular passa a ser implicitamente vista como parte de um programa de transformação democrática de Portugal ou, mais modestamente, de um programa vanguardista de renovação das artes. E a esta luz que poder ser interpretado o papel que Giacometti teve nas recolhas etnográficas organizadas, após a Revolução de 1974, no âmbito do Serviço Cívico Estudantil (cf. Branco & Oliveira 1993).

\*

Em resumo, no interior de um quadro de convergências cuja importância deve ser acentuada, desenvolveram-se também, ao longo do período que vai de 1870 a 1970, concepções distintas acerca da cultura popular, relativas tanto aos objectos pertinentes para a sua definição, como aos meios teóricos e metodológicos mobilizados para o seu estudo. Estas divergências são particularmente marcantes e nítidas entre 1930 e 1970. Em torno da etnografia do Estado Novo, da antropologia de Jorge Dias e da sua equipa e, por fim, daquilo que temos vindo a designar como etnografia crítica, desenrolou-se de facto - como teremos ocasião de explicitar de forma mais clara no final do capítulo 7 - uma espécie de guerra cultural centrada na cultura popular e em diferentes modalidades da sua representação e interpretação que foi um dos episódios mais importantes da vida intelectual portuguesa no período da ditadura.

## IMAGENS DO PAÍS E MODALIDADES DE ASSERÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Associados a objectos, métodos e teorias diferenciadas, ligados a imagens distintas da cultura popular, os diferentes momentos da antropologia portuguesa que temos vindo a passar em revista, articulam-se não apenas com diferentes formas de pensar o país, mas também com modalidades distintas de construção da identidade nacional.

Assim, nos anos 1870 e 1880, predomina uma visão do país enquanto unidade sem falhas. A localização das informações publicadas, embora existente, é irrelevante e aquilo que se encontra numa localidade ou área regional determinada é suposto encontrar-se por todo o país. Isto é, parte-se do princípio que há uma distribuição homogénea da tradição. Acoplada a esta imagem unitária do país, afirma-se uma forma de pensar a identidade nacional oscilante entre um modelo que poderíamos designar de romântico e um modelo etnogenealógico relativamente mais sofisticado.

Para o modelo romântico - de que Teófilo Braga foi o melhor intérprete - a literatura e as tradições populares seriam como que a alma, a substância

mesma sobre que repousaria a identidade do país. A publicação pura e simples de recolhas - sem mais comentários e análises - seria uma forma de, mostrando essa alma, afirmar a identidade da nação.

Os modelos etnogenealógicos mais sofisticados assentam, pelo seu lado - como teremos ocasião de verificar mais detalhadamente no próximo capítulo - no peso de correntes como a mitologia comparada ou as escolas difusionistas pré-evolucionistas e propõem-se trabalhar a literatura e as tradições populares como testemunhos das correntes étnicas que teriam sucessivamente frequentado o país. Por seu intermédio, ganha corpo uma reflexão antropológica que procura ancorar a identidade nacional numa tradição provida dos argumentos da antiguidade e da originalidade. A esse respeito podemos encontrar as mais diversas teses. Algumas delas procuram - com recurso à mitologia comparada - vincar a antiguidade e a originalidade da cultura popular portuguesa no quadro geral indo-europeu. Outras - como o difusionismo turaniano praticado por Teófilo Braga ou as teses lusitanistas defendidas sucessivamente por Martins Sarmiento (1833-1899) e Leite de Vasconcelos - procuram antecedentes étnicos anteriores às migrações indo-europeias. Por fim, desenvolvem-se também as primeiras tentativas mais ambiciosas de construção de uma etnogenealogia pluralista para a nação, da autoria de Teófilo Braga. Apesar das suas diferenças, todas estas aproximações estão porém de acordo em dois pontos essenciais: a afirmação de Portugal como uma comunidade étnica de descendência e a simultânea reivindicação da antiguidade e originalidade dessa comunidade. Portugal deixa de ser visto como o resultado contingente de um conjunto de acontecimentos políticos e militares mais ou menos recentes, para passar a ser visto como o produto de remotíssimas originalidades étnicas, bem mais fortes e poderosas, identificáveis justamente através da persistência da literatura e das tradições populares. A antropologia das décadas de 1870 e 1880 dá-se nessa medida como objectivo a reconstituição de uma verdadeira arqueologia «espiritual» da nação susceptível de enraizar a sua identidade na longuíssima duração da tradição.

Na viragem do século, em confronto com a imagem unitária e homogeneizadora da cultura popular prevalecente nos anos 1870 e 1880, triunfa uma concepção relativamente mais complexa de Portugal como somatório de diversidades. Como vimos, esse período é caracterizado pela descoberta dos registos local e regional. Com essa descoberta, passa-se a conferir maior ênfase às particularidades regionais portuguesas, designadamente das que derivam da própria variedade de ambientes naturais. As recolhas e estudos de Rocha Peixoto, por exemplo, incidem não apenas sobre uma multiplicidade de objectos, mas cobrem também uma diversidade grande de contextos locais: Póvoa do Varzim, Gerês, Trás-os-Montes, Ribeira minhota, etc. O que a multiplicidade desses contextos locais põe em relevo é justamente a diversidade do país e das principais expressões da sua cultura popular. Nesse sentido, cada um dos textos de Rocha Peixoto é uma espécie de reconhecimento tácito dessa diversidade que, por vezes, assume mesmo expressões mais claras. Falando por

exemplo da habitação popular portuguesa (1967f [1904]), Rocha Peixoto - como teremos ocasião de verificar mais detalhadamente no capítulo 4 - assume de forma explícita a sua diversidade etnográfica, rejeitando, nessa medida, a possibilidade de se falar de um modelo único de casa portuguesa. Este reconhecimento, tanto implícito como explícito, da diversidade do país não se articula entretanto como uma tentativa sistematizada de pensar essa diversidade. Isto é: a diversidade da cultura portuguesa é descoberta mas não é ainda pensada enquanto tal de uma forma sistemática.

Simultaneamente, desenvolve-se um discurso sobre a identidade nacional que substitui o tom optimista dos anos 1870 e 1880 por um tom mais declaradamente pessimista. De facto, a viragem do século é marcada, como vimos, por um acontecimento político maior: o *Ultimatum*. Ora bem, este - como tem sido sublinhado - suscitou duas reacções contraditórias. Por um lado um sobressalto nacionalista que deu nomeadamente origem à chamada geração de 90 - com particular expressão em domínios como a literatura, a arte ou a arquitectura (cf. Ramos 1994). Por outro, desenvolveu-se também uma reacção mais céptica, baseada na descrença em relação à viabilidade de Portugal como nação, em que o tema da decadência nacional ocupou um lugar determinante<sup>1</sup>.

É neste último quadro que se inscreve a etnografia portuguesa do período. Tanto Adolfo Coelho como Rocha Peixoto, de facto, foram particularmente sensíveis ao tema da decadência nacional. O retrato negativizado que ambos traçaram de certos aspectos da cultura popular portuguesa reflecte aliás a ideia segundo a qual a própria cultura popular estaria já irremediavelmente afectada pelo declínio geral do país. Estas ideias ecoam de forma clara nos programas antropológicos e etnográficos escritos por Adolfo Coelho nos anos 1890 (Coelho 1993d [1890], 1993e [1896]) ou emprestam ainda um tom pessimista à sua reflexão sobre a pedagogia popular portuguesa (Coelho 1993f [1898]). Mas é nalguns textos de Rocha Peixoto - como no conhecido «O Cruel e Triste Fado» (1897) ou ainda em «A Casa Portuguesa» (1967f [1904]) - que o tema da decadência nacional como característica constitutiva da própria cultura popular portuguesa ganha um tom particularmente acerbo (cf. Leal 1995: 136-140). Centrada em torno do tema da decadência nacional, a antropologia portuguesa da época configura-se nessa medida não já como uma antropologia de construção da nação, mas como uma antropologia de problematização e interrogação da nação, à luz das teses decadendistas.

Desenvolvendo uma visão céptica e descrente acerca da relação entre cultura popular e identidade nacional, os antropólogos portugueses da viragem do século são portadores de um discurso sobre a identidade nacional em choque com o discurso mais optimista da chamada geração de 90. Desse choque

<sup>1</sup> Acerca do tema da decadência nacional na cultura portuguesa do século **XIX** cf. Pires, A. Machado 1992. Para um enquadramento comparativo, cf., por exemplo, Pick 1989.

acabará por sair vitorioso o discurso mais optimista. A implantação da República é de facto encarada pela esmagadora maioria dos intelectuais como uma nova oportunidade para a nação portuguesa, em que todas as energias se deveriam concentrar no renascimento pátrio. Em consequência, todo o período coincidente com as décadas de 1910 e 1920 é um período de intenso patriotismo, que - como demonstrou Rui Ramos (1994) - conhece uma intensificação sem precedentes do trabalho de invenção de tradições identitárias ligadas à nação. Assiste-se à multiplicação de revistas culturais com designações<sup>1</sup> e projectos nacionalistas. Teixeira de Pascoaes e o saudosismo impõem-se como referências centrais na cena intelectual portuguesa. São dados passos decisivos no sentido da criação de uma arte nacional. O regionalismo, encarado como um preliminar indispensável ao verdadeiro patriotismo, conhece um desenvolvimento sem precedentes e a província afirma-se como uma espécie de pequena pátria, cujo amor implementa o amor à grande pátria<sup>2</sup>.

A etnografia portuguesa do período redefine-se de acordo com este programa ideológico. A sua imagem do país é marcada pela insistente reiteração do local e do regional como níveis de análise principais, mesmo por parte de etnógrafos mais ligados ao centro. A arte popular de Vergílio Correia, por exemplo, é, fundamentalmente, a arte popular do Alentejo. Os Pires de Lima trabalham também num quadro localista relativamente bem delimitado. Mas por detrás dessas escalas de análise, encontra-se um discurso de claros contornos nacionalistas que postula a equivalência entre a «pequena pátria» e a «grande pátria». O local e o regional não são - como na viragem do século - um meio para constatar a diversidade da cultura popular portuguesa, mas instâncias contingentes e desmultiplicadas do espectáculo maravilhoso dos recursos do povo sob a forma de uma galeria de retratos típicos todos eles representativos à sua maneira da mesma essência - a nacionalidade<sup>3</sup>.

Quanto ao discurso identitário de que essa etnografia é portadora ele é pouco elaborado, decompondo-se imediatamente no simples gesto de mostrar e celebrar esse espectáculo maravilhoso, nomeando-o e exibindo-o, sem entretanto o explicar. Caracterizada por textos invariavelmente curtos, povoados - como vimos - de muitas imagens, a etnografia dos anos 1910 e 1920 limita-se a pontuar esses textos e a legendar essas imagens com afirmações genuinamente comovidas sobre o carácter «autenticamente português», «caracte-

<sup>1</sup> Entre essas designações veja-se por exemplo *Lusa*, *Lusitânia*, *Renascença*, *Terra Nossa*, *Terra Portuguesa*, etc. Para um levantamento mais exaustivo de títulos de revistas culturais com uma referência aos lusitanos, cf. a nota de rodapé da página 66 do presente livro.

<sup>2</sup> Para efeitos comparativos, cf. Thiesse 1991, 1997.

<sup>3</sup> Como teremos ocasião de verificar no capítulo 8, há evidentemente excepções a esta modalidade «nacionalista» de pensar os registos local e regional. Mas ela não deixa de ser, tanto nos anos da I República, como no decurso do Estado Novo, a modalidade dominante de articulação entre local, regional e nacional.

risticamente nosso», «verdadeiramente tradicional» das tradições e objectos estudados. Alinhada com a retórica nacionalista dominante, a etnografia portuguesa desse período é, nessa medida - à semelhança da história da arte, da casa portuguesa ou do saudosismo - um dos domínios fundamentais onde se procede à nacionalização de Portugal

Entre as décadas de 1930 a 1970, a etnografia do Estado Novo prolonga as linhas centrais da etnografia da I República. Servida agora por meios de propaganda muito mais eficazes, sedimenta-se portanto uma imagem do país indiferente à sua diversidade e em que as escalas local (ou regional) e nacional são vistas como ontologicamente equivalentes. Como afirma Pais de Brito

a diversidade não era apreendida enquanto tal, com todas as conflituosidades que transporta, mas antes como uma variação cromática dentro do mesmo (...). Esboçava-se mais pelo lado pictórico, folclórico e ilustrativo de curiosidades de diferenciação local (1995: 11).

Fortalece-se igualmente um discurso luxuriantemente nacionalista - mas teoricamente insignificante - em torno da cultura popular como essência da nacionalidade que, mais do que explicar, há que comemorar «através de festivais de folclore, concursos, jogos florais voltados para a restituição e embelezamento» de um país visto como um realidade de natureza «cénica» (id., ibid.).

Com Jorge Dias e a sua equipa, encontramos um discurso sobre Portugal relativamente distinto. A imagem do país projectada pela antropologia de Dias e seus colaboradores baseia-se de facto não só na redescoberta da sua diversidade, como na tentativa de proceder à sua sistematização. Postulada inicialmente pela antropologia da viragem do século, a diversidade da cultura popular portuguesa é agora objecto de uma reflexão que procura dar conta das suas grandes linhas de força.

Essa reflexão apoia-se decisivamente no modelo tripartido proposto por Orlando Ribeiro em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1963 [1945]), segundo o qual seria possível distinguir em Portugal três áreas claramente individualizadas do ponto de vista da geografia física e humana: o Portugal Mediterrânico - coincidente com o Algarve, o Alentejo, a Estremadura e o Ribatejo - o Portugal Atlântico - correspondente à Beira Litoral, ao distrito do Porto e ao Minho - e o Portugal Transmontano - compreendendo Trás-os-Montes e as Beiras. Sensível - devido à sua formação alemã - aos contributos da geografia, Jorge Dias irá socorrer-se do modelo de Orlando Ribeiro para pensar a diversidade etnográfica e antropológica de Portugal. A primeira tentativa de operacionalização antropológica desse modelo é feita em *Os Arados Portugueses e suas prováveis Origens* (Dias 1948b), sendo depois retomada em monografias como os *Espigueiros Portugueses* (Dias, Oliveira & Galhano 1963) ou a *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992). A distribuição dos diferentes elementos da cultura material tradicional é explicada, nestas diferentes monografias, com recurso ao modelo de Orlando

Ribeiro. Mas é sobretudo nos ensaios «Algumas Considerações acerca da Estrutura Social do Povo Português» (Dias 1990b [1955]) e «Tentamen de Fixação das Grandes Áreas Culturais Portuguesas» (Dias 1990c [1960]) que a explicitação antropológica do modelo de Orlando Ribeiro é levada mais longe. De acordo com Jorge Dias, a totalidade dos elementos em que se decomporia a cultura tradicional portuguesa - das alfaías agrícolas aos tipos de família, das tipologias habitacionais às modalidades de organização social, das formas de povoamento às características da religiosidade popular - distribuir-se-ia no território português de acordo com a divisão tripartida proposta por Ribeiro.

Consagrando uma parte significativa da sua produção à sistematização da diversidade da cultura popular portuguesa, Jorge Dias interrogou-se simultaneamente sobre os factores que, sobrepondo-se a essa diversidade, concederiam unidade à cultura portuguesa. Nessa medida, os seus ensaios de «Algumas Considerações acerca da Estrutura Social do Povo Português» (Dias 1990b [1955]) e «Tentamen de Fixação das Grandes Áreas Culturais Portuguesas» (Dias 1990c [1960]) devem ser lidos em conjunto com «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (1990a [1953]). Uma vez postulada a diversidade do país, trata-se de pensar a sua unidade, que assentaria, segundo Dias, na partilha de uma substância espiritual comum a toda a cultura portuguesa. Influenciado por tentativas anteriores de pensar a psicologia étnica portuguesa - com destaque para as concepções da *saudade* como núcleo estruturador da identidade nacional formuladas no início do século pelo poeta Teixeira de Pascoaes - Jorge Dias encontra na «personalidade base» dos portugueses, ou no seu carácter nacional, o grande elemento unificador, do ponto de vista antropológico, de Portugal.

É a partir das linhas de força que temos vindo a pôr em evidência que é também possível interpretar a relação que no discurso antropológico de Jorge Dias e dos seus colaboradores é estabelecida entre cultura popular e identidade nacional. Assim, a reciclagem do modelo tripartido de Orlando Ribeiro por Jorge Dias está intimamente ligado à reivindicação de uma etnogenealogia pluralista de Portugal, com as diferentes áreas propostas por Ribeiro a serem vistas por Dias como diferentes «províncias etnogenéticas» de Portugal ligadas respectivamente aos romanos e árabes (Portugal mediterrânico), aos lusitanos (Portugal transmontano) e aos suevos (Portugal atlântico). Quanto à reflexão de Dias sobre o carácter nacional português, é sobre ela que assenta - na continuidade de posições defendidas já no final do século XIX por autores como Teófilo Braga, Adolfo Coelho ou Rocha Peixoto, mas, sobretudo, na continuidade da reflexão de Teixeira de Pascoaes sobre a *saudade* - a reivindicação da singularidade e da superioridade da cultura portuguesa.

Finalmente, a etnografia que se situa numa posição crítica em relação ao Estado Novo propõe também - à semelhança de Jorge Dias e dos seus colaboradores - uma imagem do país que se opõe à imagem unitária proposta pelo regime e que acentua os factores de diferenciação e clivagem internas da cul-

tura popular portuguesa. Nalguns casos, essa ênfase na diversidade é também acompanhada de uma nova geografia simbólica do país, em que áreas marginalizadas pela etnografia do Estado Novo passam a receber um estatuto de grande visibilidade. É o que se passa com o lugar que o Alentejo ocupou na etnomusicologia de Michel Giacometti e, de uma forma mais geral, no imaginário da esquerda sobre a cultura popular.

Por fim, o discurso de identidade nacional desta etnografia - sobretudo da mais radicalizada politicamente - tende a ver o povo como detentor de um segredo ligado à transformação do país num sentido alternativo ao proposto pelo Estado Novo. Pode-se nessa medida falar de um «reaportuguesamento à esquerda» do vínculo entre cultura popular e identidade nacional.

Tal como no plano das imagens relativas à cultura popular, também neste domínio mais relacionado com os modos de pensar o país e as modalidades de afirmação da identidade nacional, assistimos a uma guerra cultural entre os diferentes protagonistas da antropologia portuguesa ao longo do período que se estende entre 1930 e 1970. O principal çonto de discórdia é constituído pela questão da unidade e diversidade do país. À imagem unitária proposta pela etnografia do Estado Novo, contrapõe-se o acento na diversidade defendido tanto pelo grupo de Jorge Dias como pelos etnógrafos críticos. Entretanto ao nível da identidade nacional, essa guerra cultural parece ganhar formas mais atenuadas. O facto deriva do consenso que em última instância todos os protagonistas partilham relativamente à equação cultura popular/ identidade nacional. Pode haver diferenças - e diferenças importantes, como vimos atrás - relativamente aos modos de definição da cultura popular, mas definida de diferentes maneiras, a cultura popular é sempre o fundamento da identidade nacional.

## CONCLUSÃO

De formas diferentes, estes sucessivos momentos do processo de desenvolvimento histórico da etnografia portuguesa confrontam-nos pois com esse traço verdadeiramente estrutural da disciplina que é a sua articulação com exercícios de imaginação etnográfica da nação conduzidos a partir da cultura popular.

Nessa sua fixação na temática da identidade nacional, a etnografia e a antropologia não estão sós. De facto, como mostraram Eduardo Lourenço (1978) e, mais recentemente, Rui Ramos (1994), outras disciplinas e modalidades discursivas, da literatura à pintura, da filosofia - especialmente a chamada filosofia portuguesa - ao ensaísmo, fizeram de Portugal e da identidade portuguesa o seu tema reiterado de reflexão ao longo deste últimos 150 anos. Nesse sentido, ao mesmo tempo que - como foi sugerido no início deste capítulo - a opção da antropologia portuguesa pela tematização da identidade nacional deve ser interpretada por referência ao quadro comparativo do desenvolvimento da disciplina antropológica na Europa, deve também ser pensada no

**A** *ANTROPOLOGIA PORTUGUESA ENTRE 1870 E 1970: UM RETRATO DE GRUPO*

âmbito dessa orientação preferencial da cultura portuguesa para o seu auto-questionamento No fundo, ao privilegiarem Portugal como objecto de estudo, ao concentrarem-se no vínculo entre cultura popular e identidade nacional, os etnólogos portugueses não fizeram mais do que replicar no interior do seu espaço disciplinar próprio, uma tendência mais geral da cultura portuguesa.

## CAPÍTULO 2

### A SOMBRA ESQUIVA DOS LUSITANOS: EXERCÍCIOS DE ETNOGENEALOGIA

Num artigo depois parcialmente retomado em *After Tylor*, George Stocking (1992,1994) abordou o tema dos livros que na história da antropologia não foram escritos. Os exemplos que dá são dois: Tylor e a edição revista de *Primitive Culture*, obra inicialmente editada em 1971 e considerada um dos clássicos da antropologia evolucionista e Malinowski e a monografia sobre o parentesco trobriandês. Em ambos os casos, apesar dos autores terem anunciado publicamente ser seu objectivo publicar essas obras, elas nunca chegaram a ser editadas. Em ambos os casos, também, Stocking mostra como esses não-acontecimentos permitem sublinhar aspectos importantes do desenvolvimento histórico da antropologia: a crise do paradigma evolucionista na viragem do século, no caso de Tylor, a marginalidade de Malinowski no novo curso que os estudos sobre família e parentesco ganharam na antropologia britânica a partir de Radcliffe-Brown. A conclusão implícita do artigo de Stocking é a de que se aprende tanto com o que realmente aconteceu como com aquilo que não chegou a acontecer, aprende-se tanto com a história dos êxitos como com a história dos insucessos.

Exemplos de tipo similar aos fornecidos por Stocking poderiam ser dados para a história da antropologia em Portugal. É o caso dos trabalhos de Consiglieri Pedroso sobre botânica e medicina popular que, embora formalmente anunciados pelo autor (Pedroso 1988b: 114 e 256 [1879/80: 331; 1882: 219]), nunca chegaram a ver a luz do dia. É também o caso da *Etnografia Portuguesa* de Leite de Vasconcelos (1933, 1936, 1942), obra prematuramente interrompida pela morte do autor ao fim do terceiro de um conjunto previsível de dez a doze volumes. E ainda o caso da anunciada e nunca concretizada monografia de Jorge Dias sobre Castro Laboreiro, que deveria completar o

ciclo de monografias sobre comunidades de montanha do norte de Portugal de que fazem parte *Vilarinho da Furna* (Dias 1948a) e *Rio de Onor* (Dias 1953a) Em qualquer dos casos, o que nunca chegou a acontecer dá-nos indicações úteis sobre algumas linhas de força, constrangimentos ou características principais de um determinado campo disciplinar.

E na mesma linha que podemos encarar o «dossier» a que este capítulo é consagrado - o «dossier» dos lusitanos. Não tanto que sobre ele não tenham sido escritos ensaios ou livros. Como veremos, até foram escritos vários. O fascínio pelas teses lusitanistas na antropologia portuguesa é de facto indesmentível. Mas o que avulta nesse «dossier» é o modo como esse fascínio acaba por ser contrariado por promessas não cumpridas, por projectos de livros inacabados e/ou abandonados, por silêncios, dificuldades e viragens que gradualmente o vão transformando num enredo titubeante e incompleto, talvez mesmo falhado.

Isto é: à semelhança dos livros não escritos por Tylor ou Malinowski referidos por Stocking, o «dossier» lusitano configura-se também como uma história de insucesso.

## EXUMAÇÃO E TRIUNFO DOS LUSITANOS

Entretanto, à partida - como em muitas outras histórias de insucesso - pareciam estar reunidas as condições para que as coisas se tivessem passado doutro modo.

De facto, afirmando-se como uma «antropologia de construção da nação», a antropologia portuguesa ao longo do período que medeia entre 1870 e 1970 configura-se - como vimos no capítulo anterior - como uma antropologia fortemente comprometida com a construção de um discurso de características etnogenealógicas (Smith 1991) sobre Portugal. Como em muitos outros países europeus, a antropologia portuguesa deu-se de facto como objectivo recorrente a fundamentação da nação como uma «comunidade étnica de descendência», baseada em antecedentes étnicos providos dos argumentos da antiguidade e da originalidade, isto é, apoiada numa «etnogenia» peculiar e remota, de que a cultura popular seria exactamente o testemunho. Descontemporaneizada (Fabian 1983) pelo olhar do etnólogo, a cultura popular era vista como um dos terrenos por excelência a partir dos quais era possível enraizar a existência da nação na longa duração da tradição e da etnicidade. A importância sucessiva que tiveram na antropologia portuguesa paradigmas historicistas de interpretação da cultura popular - desde correntes difusionistas pré-evolucionistas como o difusionismo de Benfey ou o turanianismo, até à mitologia comparada e ao difusionismo propriamente dito - deve ser interpretada justamente a esta luz. Em qualquer dos casos, o que está em causa é o potencial analítico que essas correntes ofereciam para os exercícios etnogenealógicos inscritos no projecto nacionalista da antropologia portu-

guesa. Viajando espacialmente no país e nas suas tradições, o etnólogo procedia a uma autêntica e gratificante viagem no tempo étnico da nação.

Nesse seu comprometimento com um projecto de tipo etnogenealógico, a antropologia portuguesa - em segundo lugar - não depende exclusivamente de si, mas está, pelo contrário, estreitamente vinculada às teses e conclusões obtidas no âmbito de outros campos disciplinares, como a história ou a arqueologia. Os seus vínculos com a arqueologia são, em especial, particularmente fortes<sup>1</sup>. O pano de fundo que possibilita o diálogo entre os dois campos disciplinares é fornecido pela sua comum preocupação com os antecedentes étnicos precisos de uma população nacional determinada<sup>2</sup>. No quadro deste objectivo comum, estabelece-se entretanto uma divisão de trabalho entre ambas as disciplinas que tem a ver, em primeiro lugar, com as fontes utilizadas. Enquanto que a arqueologia estuda os antecedentes étnicos da nação a partir dos vestígios materiais da pré-história - eventualmente combinados com a interpretação dos testemunhos da literatura antiga sobre os povos «primitivos» da Europa -, a etnografia fá-lo pelo seu lado a partir dos hábitos e costumes dos camponeses encarados como sobre vivências conjecturais desse fundo étnico ancestral. Essa divisão de trabalho estende-se depois aos objectivos que cada disciplina prossegue. A arqueologia tem de certa maneira a seu cargo o estabelecimento de uma espécie de lista dos antepassados étnicos da nação. A antropologia, pelo seu lado, deve proceder, a partir dessa listagem, à demonstração, com base na cultura popular, das relações de continuidade entre esses antepassados e a nação na sua dimensão actual.

E justamente neste quadro que a história do «dossier» lusitano parece reunir, desde muito cedo, condições para se tornar numa história de sucesso. De facto, a partir de final dos anos 1870, os lusitanos transformam-se gradualmente num dos horizontes a partir do qual podia ser pensada a etnogenealogia de Portugal<sup>3</sup>. Martins Sarmento - uma das figuras centrais da arqueologia oitocentista em Portugal - desempenha a esse respeito um papel central. Com recurso à leitura de fontes antigas sobre a Península Ibérica e com base na interpretação de um certo número de achados arqueológicos - com destaque para os castros e para as antas e dólmens do norte e centro de Portugal - Martins Sarmento procede de facto a um trabalho de verdadeira exumação dos lusitanos como antepassados étnicos de Portugal.

Essa exumação dos lusitanos fez-se inicialmente - entre 1876 e 1879 (Sarmento 1933a, 1933b, 1933c) - à luz de teses de contornos celticizantes, então relativamente em voga na Europa<sup>4</sup>. A partir de 1880, os lusitanos pas-

<sup>1</sup> Cf. Leal 1996 para um tratamento mais genérico do problema.

<sup>2</sup> Acerca da articulação entre arqueologia e nacionalismo, cf. Diaz-Andreu & Champion 1996.

<sup>3</sup> Para uma síntese da importância das teses lusitanistas na arqueologia portuguesa, cf. Fabião 1996. Ainda na mesma linha, mas explorando a figura de Viriato, cf. Guerra & Fabião 1992.

<sup>4</sup> Acerca do celticismo, cf. Chapman 1978, 1992.

sam entretanto a ser vistos - como provável resultado do impacto das teses indo-europeístas da mitologia comparada - como os representantes de uma primeira vaga de migrações de povos indo-europeus para o ocidente, entre os quais se encontrariam os ligures, de que os lusitanos seriam de alguma forma os representantes mais ocidentais (Sarmiento 1933d, 1933e, 1933f). Em qualquer dos casos - celtas ou pré-celtas indo-europeus - os lusitanos seriam os antepassados por excelência de Portugal.

Propostas inicialmente por Martins Sarmiento, as teses lusitanistas tenderão a ganhar, à medida que nos aproximamos dos anos 1890, um certo consenso, que se manterá até relativamente tarde. Por detrás desse consenso encontra-se antes do mais a natureza particularmente eficaz da narrativa etnogenealógica para Portugal que podia ser construída a partir delas. Por seu intermédio ganhava corpo - em primeiro lugar - uma etnogenealogia provida dos argumentos da originalidade e da antiguidade. De facto, por um lado, embora inseridos em correntes migratórias mais vastas, os lusitanos testemunhavam de qualquer maneira de uma tendência precoce para a individualização. Por outro lado, a sua origem remontava àqueles que eram - nas teses celticistas e indo-europeístas - os tempos mais remotos de uma pré-história europeia etnicamente identificável. Em segundo lugar, a etnogenealogia para a nação construída em torno dos lusitanos, baseando-se na identificação clara de uma só população como responsável principal pela formação étnica de Portugal, permitia uma nacionalização retrospectiva dos antecedentes étnicos muito mais eficaz e apoiada no modelo que, no mesmo período, triunfava noutros países europeus. Tal como os alemães descenderiam dos germanos (Bausinger 1993), os franceses dos gauleses (Pomian 1992) e os gregos modernos dos antigos helénicos (Herzfeld 1986), os portugueses descenderiam dos lusitanos

Recebendo a sua força destes argumentos implícitos, o consenso que se estabelece em Portugal em torno das teses lusitanistas a partir de 1890 é particularmente evidente, em primeiro lugar, na arqueologia, onde duas figuras centrais desempenharão a esse respeito - como teremos ocasião de ver - um papel de grande importância: Leite de Vasconcelos e Mendes Correia. Em segundo lugar, esse consenso parece também ganhar a história, onde as teses voluntaristas de Alexandre Herculano parecem adequar-se mal, à medida que nos encaminhamos para a viragem do século, ao clima de nacionalismo cultural reinante (Ramos 1994). E instala-se, em terceiro lugar, de uma forma mais geral na vida cultural portuguesa. Assim o testemunham, por exemplo, as inúmeras revistas culturais portuguesas que contêm no seu nome uma referência aos lusitanos: desde a *Revista Lusitana* de Leite de Vasconcelos - à qual de resto regressaremos no decurso deste capítulo - à *Lusa* de Cláudio Basto, passando pela *Lusitânia* de Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925).

<sup>1</sup> Utilizando o inventário de revistas culturais e litarárias portuguesas realizado por Daniel Pires (1996), é possível indicar um total de 25 publicações que, entre 1900 e 1940, possuíam no seu título uma referência aos lusitanos ou à Lusitânia.

E também a essa luz que podemos olhar para as teses de Joaquim de Vasconcelos acerca das raízes pré-históricas tanto da arte popular portuguesa como do estilo românico (Vasconcelos 1908, 1909). É ainda nesse contexto - como teremos também ocasião de verificar no capítulo 4 - que nasce também, com um obscuro tenente coronel que tinha tomado a seu cargo a reconstrução da «cava de Viriato» em Viseu, o debate em torno da casa portuguesa. Na sua aparente disparidade, estes exemplos confirmam a importância das teses lusitanistas em vários horizontes da vida cultural portuguesa.

## RESISTÊNCIAS INICIAIS

Marcadas pelo crescendo de influência que acabámos de pôr em evidência, as teses lusitanistas esboçam desde a sua formulação inicial por Martins Sarmiento um horizonte de trabalho possível para a antropologia portuguesa e para as suas tentativas de interpretação etnogenealógica da cultura popular portuguesa.

Martins Sarmiento tinha sido, de resto, o primeiro a sugeri-lo. Segundo o autor, de facto, a cultura popular seria um dos melhores testemunhos dessa continuidade fundamental entre os lusitanos e Portugal. Utilizando como método principal para a localização dos «monumentos» arqueológicos dos lusitanos, as tradições populares relativas a mouros e mouras, Martins Sarmiento encarava estas como uma espécie de memória popular - obliterada pela cristianização - dos antecedentes lusitanos de Portugal. A sugestão de que o culto lusitano das fontes se reflectiria num certo número de tradições populares relativas à água, e, sobretudo, a ideia de acordo com a qual não existiria solução de continuidade entre os cultos religiosos dos lusitanos e uma parte importante do panteão católico popular português - que não seria senão o resultado da cristianização de cultos pagãos - faziam parte desse mesmo padrão interpretativo, que tendia a ver os lusitanos como uma força ainda actuante na paisagem cultural do país.

Entretanto, apesar destas suas sugestões, as teses de Martins Sarmiento terão inicialmente um eco limitado no interior da antropologia portuguesa. De facto, esta, nos anos 70/80 do século XIX, preferirá outras opções para os seus exercícios etnogenealógicos.

Entre essas opções avulta desde logo a mitologia comparada, cuja influência - como ficou sugerido no capítulo anterior - é particularmente nítida em Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, reencontrando-se também, embora de forma mais diluída, nalguns textos de Teófilo Braga. Por intermédio da mitologia comparada, vemos afirmar-se, na antropologia portuguesa dos anos 1870 e 1880, uma leitura etnogenealógica da cultura popular portuguesa que sublinha as suas raízes genericamente indo-europeias. Essa leitura assenta em dois dispositivos principais. Por um lado, na afirmação, por via comparativa, dos vínculos indo-europeus de tal ou tal aspecto da cultura popular portuguesa. Por outro lado, na reivindicação da originalidade

e da superioridade relativa da tradição portuguesa por referência à tradição indo-europeia<sup>1</sup>. Embora esta afirmação do quadro indo-europeu como quadro principal de referência não fosse em princípio incompatível com uma referência mais particularizada aos lusitanos, esse passo não é entretanto dado.

Simultaneamente à mitologia comparada, uma outra linha presente na antropologia portuguesa dos anos 1870 e 1880 é o eclectismo etnogenealógico. Esta segunda linha de trabalho é, como vimos, particularmente bem representada por Teófilo Braga. Embora a sua obra comece por se situar sob o signo das teses celticistas (1867a, 1867b) e moçárabes (1871), a partir de 1883 ela estabiliza-se em torno de um modelo tripartido de análise da etnogenia da cultura popular portuguesa, em que é posta em evidência o contributo de três camadas étnicas sucessivas na formação de Portugal tal como esta poderia ser lida a partir da cultura popular. Os ocupantes dessas camadas são entretanto variáveis. Assim, no prefácio aos *Contos Tradicionais Portugueses* (1987 [1883]), são identificados os turanianos, os indo-europeus e a civilização cristã e ocidental. Em *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1985 [1885]), Braga começa por referir de novo a importância de um primeiro fundo pré-árico, de características turanianas. Seria a esse fundo que se teriam sobreposto as migrações celtas - primeiro, com os ligures e depois com os celtas propriamente ditos - dando origem aos celtiberos. Uma terceira influência decisiva na formação etnogenealógica de Portugal seria por fim constituída pelos moçárabes, resultantes da fusão dos germanos com os árabes<sup>2</sup>.

Em qualquer dos casos - apesar do seu eclectismo etnogenealógico e da sua versatilidade - Braga mostra-se indiferente às teses lusitanistas. Estas apenas surgirão muito mais tarde na sua obra, na introdução à 3.ª edição da *História da Poesia Popular Portuguesa* (1902). Revendo as suas posições anteriores em torno do tema, Teófilo defende agora a importância de um fundo ligúrico, pré-celta, na poesia popular portuguesa, que ele designa como sendo um fundo «lusista».

Apesar pois das sugestões etnológicas de Martins Sarmento, a antropologia portuguesa permanece inicialmente alheada das potencialidades etnográficas das teses lusitanistas.

As razões exactas para isso não são entretanto fáceis de precisar. Podem eventualmente prender-se com questões de «timing»: as teses de Sarmento

<sup>1</sup> Um bom exemplo deste segundo dispositivo pode encontrar-se na reflexão de Consiglieri Pedroso sobre as mouras encantadas (1988b: 217-227). Pedroso começa por comparar as mouras encantadas com figuras similares presentes noutras tradições indo-europeias; as *nixen* germânicas, as *rusalki* eslavas, as *lac-ladies* inglesas, as *naida* gregas, etc. Desta comparação Pedroso retém fundamentalmente a singularidade das mouras encantadas portuguesas, que ele descreve como «uma das mais poéticas criações do maravilhoso popular português» (*id.*: 218).

<sup>2</sup> Estas teses foram no essencial retomadas - embora de forma retocada - em *A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça* (Braga 1894).

estavam então ainda muito frescas. O facto de elas surgirem defendidas por alguém que, a partir da província, se situava a contra-corrente da historiografia então dominante em Portugal - onde ainda ecoava o cepticismo de Herculano - deve ter tido também algum peso. Mas, mais provavelmente, a indiferença da antropologia dos anos 1870 e 1880 relativamente às teses lusitanistas de Martins Sarmiento pode ser entendida como o resultado de diferentes estratégias de gestão do impulso nacionalista subjacente às suas preocupações etnogenealógicas.

Assim, do ponto de vista dos defensores de uma aproximação baseada na mitologia comparada, as teses de Sarmiento, embora inseridas - depois de 1880 - na corrente indo-europeísta, corriam o risco de proceder a uma nacionalização excessivamente prematura desses indo-europeus «portugueses» que seriam os lusitanos, enfraquecendo as possibilidades de inserção plena da literatura e das tradições populares portuguesas no património comum indo-europeu. Nesta situação, os etnólogos portugueses influenciados pela mitologia comparada parecem ter optado por uma narrativa mais genérica, susceptível de capitalizar de forma mais efectiva o prestígio que então rodeava - como mostrou Olender (1989) - as teses indo-europeias.

Quanto a Teófilo Braga, a sua opção - sobretudo a partir de 1880 - parece ser outra. Nela exprime-se antes do mais, a preocupação com a construção de um «mito de origem» susceptível de conferir ainda maior profundidade temporal à nação portuguesa. É nessa perspectiva que podemos encarar o peso que nas suas concepções ocupa um fundo étnico pré indo-europeu. A valorização deste permitia fazer recuar ainda mais no tempo a etnogénese da nação portuguesa. Simultaneamente, Braga evidencia também um continuado fascínio pelas teses celticistas, que se revelam entretanto difíceis de compatibilizar com as teses lusitanistas na formulação que, a partir de 1880, Martins Sarmiento lhes tinha dado, ao defender que os lusitanos resultariam de uma migração de povos indo-europeus pré-celtas. Finalmente, nas teses etnogenealógicas de Teófilo Braga há também uma maior abertura às conclusões obtidas no interior de outros campos do saber, com destaque para a história. É justamente desse ponto de vista que pode ser encarado o peso que, persistentemente, Braga dá aos moçárabes na etnogénese portuguesa.

#### LEITE DE VASCONCELOS E OS LUSITANOS: DA CONTINUIDADE À JUSTAPOSIÇÃO

Dada esta conjuntura inicial de indiferença relativamente às teses lusitanistas, será pois preciso esperar algum tempo para que a situação comece a mudar e para que os primeiros sinais de atracção pelas posições inicialmente defendidas por Martins Sarmiento se comecem a manifestar.

Esses primeiros sinais provêm de um etnólogo que se encontra então na fase inicial de uma carreira que o conduzirá a médio prazo a uma posição de grande destaque não apenas na antropologia portuguesa, mas de uma forma mais geral, na ciência e na cultura portuguesas do seu tempo: Leite de Vasconcelos<sup>1</sup>.

A aproximação de Vasconcelos às teses lusitanistas parece ter sido facilitada por dois factores principais. Por um lado, pela sua proximidade com a arqueologia, que tinha estado já na origem da publicação de umas «Notas Pré-Históricas» em 1880 (Vasconcelos 1880-81). Por outro lado, pelas suas relações de amizade com Martins Sarmento. A correspondência entre ambos é assídua e nela, assuntos etnográficos articulam-se com temas arqueológicos e vice-versa (Vasconcelos 1958)<sup>2</sup>.

Ora bem, essa dupla proximidade relativamente à arqueologia e a Martins Sarmento irá determinar, por volta de 1885, uma mutação maior na sua carreira. Tendo até aí investigado e publicado basicamente na área da etnografia, Vasconcelos irá a partir de então concentrar o essencial das suas atenções na arqueologia.

O primeiro sinal dessa reorientação é dado por *Portugal Pré-Histórico* (Vasconcelos 1885). E é confirmada em 1887, com a sua nomeação para director da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), onde Leite de Vasconcelos assegurará, entre outras tarefas, a leccionação de uma cadeira de numismática - uma área que, nomeadamente no tocante à chamada «numismática antiga», possuía inúmeros pontos de contacto com a arqueologia. José Leite de Vasconcelos dá então início à constituição de uma pequena colecção museológica - referida designadamente na sua correspondência com Martins Sarmento (Vasconcelos 1958) - integrada sobretudo por objectos de valor arqueológico.

Mas é sobretudo em 1893, com a criação do Museu Etnográfico Português que essa reorientação arqueológica se tornará mais evidente. Apesar do seu título - mais tarde mudado para Museu Etnológico Português -, o Museu constitui-se a partir de um espólio em que os objectos arqueológicos são dominantes. Entre eles, e para além da própria colecção que Vasconcelos havia reunido na BNL para apoio às suas aulas de numismática, encontrava-se sobretudo o importante espólio de Estácio da Veiga

<sup>1</sup> Resumo, nas páginas seguintes um argumento que tive ocasião de trabalhar mais desenvolvidamente em Leal 1996.

<sup>2</sup> Esta relação manteve-se por mais de duas dezenas de anos, tendo-se entretanto degradado nos «últimos anos da existência de Sarmento, tempo em que uma divergência a propósito do geógrafo grego Estrabão conduziu, na prática, ao corte de contactos entre os dois sábios» (Neves, António 1998: 12). A este respeito, deve mencionar-se que Leite de Vasconcelos, a par da capacidade de atracção e convívio científico com colegas e discípulos que lhe é geralmente atribuída, é também um personagem cujo relacionamento com os seus contemporâneos apareceu frequentemente envolvido em polémicas e cortes de relações. Rocha Peixoto e Vergílio Correia, por exemplo, contam-se entre os etnógrafos que se travaram de razões com o director do Museu Etnológico Português.

(1828-1891), arqueólogo algarvio com um destacado papel na emergência da arqueologia em Portugal na segunda metade do século XIX. Presente nas suas colecções iniciais, esta vocação arqueológica do Museu reencontra-se também na orientação genérica que desde muito cedo lhe é imprimida. Por detrás dela perfila-se uma concepção historicizante do povo português em que a arqueologia ocupa justamente um lugar fulcral. Mais do que a ilustração exclusivamente etnográfica da cultura portuguesa, o Museu visa uma representação de conjunto do povo português, dotada de grande profundidade temporal, de que a «etnografia moderna» - para retomar uma expressão recorrente nos textos de Leite de Vasconcelos - não seria senão uma parte. Assente numa visão da «história da civilização portuguesa» em «épocas» - «pré-histórica, proto-histórica, romana, bárbara, arábica, medieval-portuguesa, do Renascimento e moderna» (Vasconcelos 1915: 18) -, o Museu não só dá particular ênfase a objectos de natureza arqueológica, como coloca a etnografia propriamente dita - representada através de uma única secção, correspondente à «época moderna» - numa posição algo subordinada.

Secundado pela criação, em 1895, da revista *O Arqueólogo Português* - dirigida pelo próprio Leite de Vasconcelos - a fundação e posterior desenvolvimento do Museu Etnológico irá originar um comprometimento profundo do autor com a arqueologia, não apenas no plano meramente institucional, mas também no plano científico. As suas deslocações pelo país passam a ter objectivos mais resolutamente arqueológicos como decorre de uma leitura atenta dos textos reeditados na recolha *De Terra em Terra* (Vasconcelos 1927) ou dos relatórios da actividade de Vasconcelos e dos colaboradores de Museu Etnológico entre 1893 e 1914 (Vasconcelos 1915). Uma parte fundamental da sua produção passa também a privilegiar a arqueologia, como o testemunham as numerosas contribuições que escreve para a revista *O Arqueólogo Português*, as suas participações nos congressos internacionais de arqueologia do Cairo (1909) e de Roma (1912) e, sobretudo, a publicação, entre 1897 e 1913, dos três volumes das *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos 1897, 1905, 1913), a obra fundamental de Leite de Vasconcelos no domínio da arqueologia.

Esta reorientação dos seus interesses científicos, embora duradoura, não exclui entretanto, por um lado, a prática simultânea - embora em plano mais secundário - da etnografia. E tem simultaneamente em vista, por outro lado, um posterior regresso a tempo inteiro à etnografia. De facto, defendendo a continuidade entre o passado dos arqueólogos e o «presente» dos etnógrafos, Vasconcelos parece ter encarado a sua reorientação para a arqueologia como um desvio pelo passado que tinha entretanto como objectivo um regresso posterior ao presente. E de facto nesse sentido que aponta uma das poucas referências explícitas que é possível encontrar na sua obra em relação ao assunto, quando escreve, na introdução às *Religiões da Lusitânia*, que a reconversão arqueológica da sua actividade se ficaria a dever à necessidade de efectuar

um desvio arqueológico pelo passado como condição para o entendimento do presente:

Tendo eu começado, desde muito novo, a investigar a par da Glotologia, a Etnografia moderna de Portugal, sobretudo as superstições, os costumes, as lendas e a literatura popular, fui levado, pela sucessiva complexidade do trabalho, a ocupar-me das coisas antigas, quando elas serviam no círculo dos meus estudos, para aclarar os factos da actualidade (Vasconcelos 1897: XXVII).

Isto é: privilegiando uma análise historicista do material etnográfico, Leite de Vasconcelos parece ter trocado a etnografia pela arqueologia em nome dos ganhos interpretativos que uma investigação mais aprofundada e directa do passado poderia vir a ter no estudo etnográfico do presente. A confirmação do que acaba de ser dito é dada pelo seu regresso, a partir da segunda metade da década de 1910, à investigação etnográfica, depois de mais de quatro décadas em que o seu investimento determinante foi o arqueológico. Como demonstrei noutra lugar (Leal 1996), os seus *Estudos de Etnografia Comparativa* - em particular os consagrados à figa (Vasconcelos 1925a) e ao signo saimão (Vasconcelos 1918) - relevam justamente de uma etnografia iluminada pelo conhecimento mais detalhado do passado arqueológico de que ela seria a sobrevivência.

Em todo este processo de diálogo entre etnografia, arqueologia e de novo etnografia, parece ser justamente central o fascínio exercido pelas teses lusitanistas de Martins Sarmiento. Assim, em 1885, no seu primeiro ensaio consagrado à arqueologia - «Portugal Pré-Histórico» - Leite de Vasconcelos escreve, numa óbvia alusão às teses de Alexandre Herculano

[andarem] mal avisados (...) aqueles que supõem que a nacionalidade portuguesa começou na Batalha de Ourique, e que D. Afonso Henriques, primeiro rei, é também o primeiro pórtico da nossa história. Antes de Ourique, e antes ainda do momento em que o *território portugalense* aparece mencionado nos documentos, há um grande lapso - a Lusitânia; antes da Lusitânia, um lapso muito maior - Portugal pré-histórico. A aclamação de um rei não determina, só por si, o início da vida de um povo. Para se afirmar que a história portuguesa data do século XII, era primeiro preciso provar (o que não se fez nem se pode fazer) que havia uma perfeita antinomia entre os Portugueses, os Lusitanos e os povos pré-históricos deste rincão do Ocidente (Vasconcelos 1885: 4).

Três anos depois, em 1888, dois textos testemunham de novo a importância da Lusitânia no empreendimento arqueológico de Leite de Vasconcelos. Numa crónica publicada no jornal *Repórter*, o autor, passando em revista as contribuições mais relevantes de vários contemporâneos seus em domínios como a linguística, a etnografia, a antropologia física e a arqueologia, escreve - forçando de forma clara uma realidade muito mais complexa - estarem «todos esses trabalhadores» interessados «em resolverem a questão das nossas origens étnicas e [em] determinarem cientificamente os laços que ligam a Lusitânia a Portugal» (Vasconcelos 1888a). Na sua lição inaugural ao Curso

de Numismática da BNL (1888b), finalmente, argumentando acerca da importância de factores como o território, a raça, a história, as tradições ou a língua na definição da nacionalidade, Leite de Vasconcelos, ao procurar demonstrar a antiguidade desses elementos, assume mais uma vez como referência central a Lusitânia. Relativamente ao território, sublinha por exemplo que «Portugal está compreendido na Lusitânia» (1888b: 21-22). No tocante à raça, embora a determinação do «grau de parentesco físico-fisiológico em que os povos pré-históricos e históricos da Lusitânia está para com os Portugueses» se encontre «ainda em parte por fazer (...) não há razões para deixar de admitir certa comunidade de sangue» (id.: 22-23). «Em relação à História, esta é contínua: muitas das nossas populações, por exemplo, assentam ainda hoje num solo perfeitamente lusitano ou luso-romano» *{id., ibid.}*. Quanto às tradições

seria fácil mostrar como das épocas mais antigas da Lusitânia, ainda mesmo dos tempos pré-históricos, até hoje se têm mantido muitas crenças, costumes, etc., e como a maior parte das lendas da nossa Igreja e usos cristãos derivam do paganismo *{id., ibid.}*.

Finalmente, «em relação à língua, ela é talvez a prova mais convincente dessa confraternidade primordial dos Lusitanos [com os romanos]» *{id., ibid.}*.

Presente nestes textos de 1885 e 1888, esta referência à Lusitânia como quadro interpretativo por excelência do passado pré e proto-histórico de Portugal continuará a orientar a pesquisa arqueológica posterior de Leite de Vasconcelos. A melhor prova disso é, como se sabe, aquela que é geralmente considerada a sua obra mais relevante no domínio da arqueologia: as *Religiões da Lusitânia*. Definindo a religião como «um dos elementos mais importantes (...) no viver de um povo» (Vasconcelos 1897: XXVII), Leite de Vasconcelos desenvolverá aí um elaborado estudo das religiões da Lusitânia desde os tempos pré-históricos às invasões bárbaras, passando pela romanização. Encarada como uma contribuição parcelar para uma «História da Lusitânia», a obra retoma e sistematiza na sua Introdução o essencial das ideias defendidas pelo autor em 1888 relativamente à continuidade entre a Lusitânia e Portugal:

se o território de Portugal não concorda exactamente com o da Lusitânia, está porém compreendido no dela; (...) a língua que falamos é, na sua essência mera modificação da que usavam os Luso-Romanos; (...) muitos dos nossos nomes de lugares actuais provêm de nomes pré-romanos; (...) certas feições no nosso carácter nacional (...) encontravam[-se] já nas tribos da Lusitânia; (...) grande parte dos nossos costumes, superstições, lendas, isto é, da vida psicológica do povo, datam do paganismo; (...) bom número das nossas povoações correspondem a antigas povoações lusitânicas ou luso-romanas; (...) numa palavra, quando estudamos, por miúdo, qualquer elemento tradicional da nossa sociedade, (...) achamo [-nos] constantemente em estreita relação com o passado, ainda mesmo com o mais remoto (id.: XXVI).

Isto é, o passado arqueológico que Vasconcelos se propõe examinar é antes do mais um passado construído em torno da referência central aos lusitanos e à Lusitânia.

Da mesma maneira, o posterior regresso de Vasconcelos à etnografia estava também condicionado pela frequência das teses lusitanistas. Isto é qualquer coisa que se pode entrever desde logo no título - *Revista Lusitana* - dado por Vasconcelos à revista de etnografia que fundara em 1897. Embora pioneira, essa atitude não tardará - como vimos - a ser imitada até à exaustão no decurso das próximas décadas. A mesma dependência da etnografia relativamente às teses lusitanistas reencontra-se também na lógica expositiva adoptada no Museu de Etnologia, em que a secção consagrada à etnografia moderna «fecha» um percurso arqueológico centrado na Lusitânia. Finalmente, essa é também uma ideia presente nas *Religiões da Lusitânia*. Assim, logo no I volume da obra, Leite de Vasconcelos, ao mesmo tempo que - como vimos atrás - insiste na continuidade entre os povos da Lusitânia e o povo português no respeitante designadamente ao «carácter nacional», aos «costumes, superstições, lendas, (...) [e à] vida psicológica», e, de uma maneira geral, a «qualquer elemento tradicional da nossa sociedade» inclui também, designadamente ao longo do I volume - consagrado à pré-história -, um conjunto de referências comparativas entre as práticas religiosas dos «nossos maiores» e as tradições populares portuguesas contemporâneas. As referências contidas no II volume à continuidade entre o culto do deus lusitano Endovélico e um certo número de práticas populares actuais (Vasconcelos 1905: 145-146), ou a inclusão de um Apêndice final sobre «Os Vestígios do Paganismo» (Vasconcelos 1913: 593-607) - «que principalmente se conservam nas tradições populares e ainda nos usos da Igreja» (Vasconcelos 1897: XXXIII) - participam da mesma intenção.

Esta preocupação de estabelecer laços de continuidade entre os lusitanos e a cultura popular portuguesa reencontra-se também após o regresso mais efectivo de Vasconcelos à etnografia. É o que se passa desde logo com os *Estudos de Etnografia Comparativa*, em particular com os ensaios sobre o «Signum Salomonis» (Vasconcelos 1918) e sobre «A Figa» (Vasconcelos 1925a). Tive já ocasião de sublinhar o modo como estes ensaios são dominados por preocupações de tipo etnogenealógico e o peso que nessas preocupações têm os lusitanos (Leal 1996). Assim, a difusão do signo saimão em Portugal teria sido facilitada pelas suas similitudes com a suástica lusitana. Quanto à figa, teria sido introduzida em Portugal pelos luso-romanos.

† Associada a formulações ideológicas de claro sentido nacionalista, esta fixação na Lusitânia não é tanto - como em Martins Sarmiento - uma fixação exclusiva nos lusitanos, mas a opção por um espaço cronologicamente muito ambicioso - desde os «alvores» da pré-história até à «fundação» da nacionalidade - onde se teriam sucedido um conjunto de povos - com relevo naturalmente para os lusitanos - cujas contribuições teriam gradualmente moldado a cultura «tradicional» portuguesa.

Preocupações idênticas reencontram-se na *Etnografia Portuguesa*. De facto, esta obra é vista, desde o momento em que é concebida, na continuidade do percurso arqueológico de Vasconcelos centrado nos lusitanos. Essa ideia é afirmada no prefácio ao I volume:

A *Etnografia Portuguesa* refere-se principalmente aos tempos modernos; todavia (...) dar-se-ão nela (...) notícias históricas antigas da idade média em diante: a obra formará pois (...) continuação da que se intitula *Religiões da Lusitânia*, porque começará no séc. VIII, quando (...) acabou a Lusitânia histórica, e como que já surge Portugal (Vasconcelos 1933: 11).

E é também confirmada pelo seu discípulo e biógrafo Orlando Ribeiro: as *Religiões da Lusitânia* e a *Etnografia Portuguesa* «formam uma espécie de *Monumenta Ethnica* de Portugal, desde o paleolítico até à actualidade» (Ribeiro 1994 [1942]: 36).

Parece pois indesmentível a atracção que exercem em Leite de Vasconcelos as teses lusitanistas. Entretanto, esse fascínio pelos lusitanos e pela Lusitânia é apenas um dos lados da medalha. De facto, a obra de Vasconcelos é simultaneamente caracterizada por dificuldades grandes em traduzi-lo de forma efectiva, isto é, em teses categóricas sobre a cultura popular portuguesa.

E o que sugere desde logo uma leitura atenta do Apêndice dedicado às sobrevivências do paganismo nas *Religiões da Lusitânia*. Inicialmente, esse Apêndice é apresentado como um objectivo importante da obra: na introdução geral é-lhe dado um relevo idêntico ao de cada uma das três partes em que a obra se divide (1897: XXXIII). Entretanto, na sua concretização prática, o Apêndice acaba por ficar manifestamente aquém dos objectivos previamente enunciados. Com pouco mais de quinze páginas, inicia-se com uma confissão das dificuldades que o assunto apresentaria:

De tais vestígios [do paganismo] há uns cuja história podemos mais ou menos seguir (...); há outros que não podemos relacionar directamente com documentos antigos, mas que pelo seu carácter, e pela sua estranheza em meio de crenças católicas, manifestam que provêm de estirpe não cristã, *conquanto seja difícil, e às vezes impossível, detectar quais os que têm filiação lusitana, quais os que a têm romana, quais os que a têm germânica, ou outra* (1913: 593-594; os itálicos são meus).

Nos *Estudos de Etnografia Comparativa*, por seu lado, se as referências aos lusitanos estão lá, uma leitura mais atenta dos textos revela o seu carácter apesar de tudo secundário. Assim, a difusão do signo saimão em Portugal, embora facilitada pela suástica lusitana, seria efectivamente da responsabilidade dos judeus. Quanto à figa, os luso-romanos de que fala Leite de Vasconcelos são mais romanos do que lusos. Finalmente, no respeitante à *Etnografia Portuguesa*, apesar das intenções anunciadas - ou por causa delas - os lusitanos avultam como a principal ausência. O facto de a obra ter sido interrompida pela morte do autor é certamente um factor explicativo para essa ausência. Mas não parece

ser entretanto o único. Tudo indica que, com o material entretanto acumulado tanto no plano arqueológico como no plano etnográfico pelo próprio Vasconcelos, seria de facto difícil demonstrar a continuidade entre lusitanos e portugueses.

É certo que o horizonte lusitano se mantém vivo e que em nenhum ponto da sua produção se procede à crítica explícita do projecto lusitanista. Mas tudo se passa como se da continuidade inicialmente postulada entre lusitanos e portugueses, Vasconcelos não consiga senão enunciar a sua justaposição. Teria havido lusitanos e haveria portugueses, mas a influência efectiva de uns sobre outros fica por demonstrar. Nessa exacta medida, a história da paixão lusitana em Vasconcelos é, de algum modo, a história de uma paixão não correspondida.

#### EM NOME DO PLURALISMO ETNOGENEALÓGICO: JORGE DIAS E A DOMESTICAÇÃO DO PARADIGMA LUSITANISTA

A mesma atracção pelas teses lusitanistas que estrutura a produção de Leite de Vasconcelos é reencontrável na obra de Jorge Dias, em particular nos seus primeiros textos, que se estendem ao longo do período que vai de 1946 - logo após o seu regresso da Alemanha - até 1950. Neste período, Jorge Dias irá publicar, entre outras contribuições marcantes - com destaque para *Vilarinho da Furna* (Dias 1948a) -, um conjunto de artigos sobre as formas de habitação primitiva no NW português (Dias 1946, 1947, 1948c, 1993 [1949], 1950) e o seu livro *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* (Dias 1948b).

Estes textos reflectem, por um lado, a formação teórica do autor, feita na Alemanha, onde contactou e assimilou o difusionismo alemão: a problemática das origens étnicas de cada um destes elementos culturais é neles determinante. Mas reflectem, por outro lado, uma certa proximidade que parece ter-se estabelecido entre Jorge Dias e Mendes Correia por ocasião do regresso do primeiro a Portugal. De facto, como é sabido, Mendes Correia foi uma figura decisiva no apoio institucional ao trabalho de investigação de Jorge Dias. Ora bem: Mendes Correia era nesse período - como ficou sugerido atrás - o mais importante defensor de teses lusitanistas na arqueologia portuguesa, onde tinha ocupado o lugar de alguma forma deixado livre pelo regresso de Vasconcelos à etnografia. Utilizando - à semelhança de Martins Sarmiento - os castros como referência central, Mendes Correia procedeu entretanto à revisão do estatuto histórico dos lusitanos: estes seriam pré-celtas aparentados com outros povos ibéricos que se teriam depois misturado com os celtas (Mendes Correia 1928). Simultaneamente, procedeu a um trabalho de patriotização dos lusitanos bastante apreciado, de resto, nos meios culturais e científicos do Estado Novo.

Devido tanto à sua proximidade com Mendes Correia como à própria voga que, por seu intermédio, as teses lusitanistas continuavam a manter e a con-

solidar nas narrativas arqueológicas centradas na etnogenealogia dos Portugueses, Jorge Dias irá justamente privilegiar, no quadro dessa sua procura inicial das origens da cultura popular portuguesa, uma aproximação marcada pela centralidade das referências aos lusitanos.

Essa tendência cristaliza antes do mais - de uma forma embora ambígua - em torno do problema das construções de planta circular características do noroeste português, aquilo a que mais tarde Jorge Dias chamaria de «construções primitivas». Dias procede à defesa da continuidade entre essas «construções primitivas» actuais e as construções de planta circular dos castros e citânias. A pergunta «haverá (...) um parentesco entre os construtores das actuais casas redondas e os habitantes das antigas citânias», Jorge Dias responde afirmativamente:

tudo leva a crer que essa maneira tradicional de construir casas redondas ou arredondadas representa uma linha tradicional de continuidade através dos séculos, que só nos nossos dias se rompe inteiramente perante a revolução total das formas tradicionais que a técnica ocasionou (1948c: 166).

Simultaneamente, Dias advoga nos seus artigos uma tese ecléctica quanto às origens étnicas dos inventores dessas construções. Estas seriam uma criação de populações pré-celtas posteriormente reforçada e desenvolvida devido à influência celta:

E (...) natural que as invasões célticas trouxessem a tradição da construção circular que tanto podia ser criação sua como herança de povos pré-indo europeus das regiões da Europa em que habitavam. Quando partiram dessas regiões para invadir a Península Ibérica trazendo as suas tradições e costumes, encontraram-se com povos de diferentes origens e tradições com os quais tiveram de lutar, até realizar um fenómeno de unificação de qualquer tipo (fusão, assimilação, domínio, etc.). É natural que alguns desses povos indígenas também conhecessem a construção circular que teria tido desde então um desenvolvimento extraordinário devido ao encontro ou sobreposição do mesmo tipo de construção dos dois povos, um já existente na região e outro trazido pelos povos invasores (1946: 183-184).

Embora a figura dos lusitanos não apareça mencionada de forma explícita nesta ou noutras passagens de sentido similar, as referências a Martins Sarmiento e a Mendes Correia no quadro da discussão sugerem que essas populações pré-celtas co-responsáveis pelas casas circulares seriam os lusitanos.

Mas é sobretudo em *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* que este fascínio pelas teses lusitanistas é mais flagrante. O argumento central do texto tem a ver com a identificação de três tipos fundamentais de arados no território português. Entre esses tipos encontrar-se-ia o arado radial. A área de distribuição desse tipo de arado coincidiria com uma das grandes áreas geográficas de Portugal de acordo com o modelo proposto por Orlando Ribeiro - o Portugal Transmontano - e, nessa medida, a sua adopção ficaria a dever a razões ligadas às características geográficas dessa área. Mas,

simultaneamente, a difusão do arado radial nessa área do território português seria o resultado de uma influência étnica determinada. É justamente neste ponto do argumento de Dias que reaparecem os lusitanos, mencionados agora de uma forma clara. De facto, teriam sido eles os criadores do arado radial, designado também por Dias como arado radial lusitano ou lusitânico (1948b: 108). O arado radial seria nessa medida o arado mais português, não só por ser o mais arcaico, mas também pela sua capacidade de expansão em zonas de colonização portuguesa (id.: 107).

Isto é: tal como surge ilustrado neste conjunto de textos, o percurso inicial de Jorge Dias prolonga também à sua maneira o fascínio pelos lusitanos nos exercícios etnogenealógicos da antropologia portuguesa. Esse fascínio reencontra-se nos «Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (Dias 1990a [1953]). Aí, a complexidade e o carácter contraditório do temperamento português são explicados como o resultado da etnogenealogia pluralista de Portugal, etnogenealogia na qual os lusitanos - «um povo rude, sóbrio e espantosamente resistente e aguerrido» (1990a: 143) - ocupariam um lugar de relevo.

Mas, tal como em Leite de Vasconcelos, também em Jorge Dias este fascínio pelas teses lusitanistas é apenas um dos lados da medalha.

De facto, partindo de uma posição de atracção inicial por essas teses, Jorge Dias parece ter-se defrontado, tal como Vasconcelos, com algumas dificuldades na sua aplicação plena. Algumas dessas dificuldades têm aliás certa semelhança com as encontradas anteriormente por Vasconcelos. É o que se passa relativamente às construções circulares. Este «dossier» conhece um fim abrupto em 1950, para só renascer nos anos 1960, já sem Jorge Dias, quando Veiga de Oliveira e os seus colaboradores o retomam no âmbito de um levantamento e análise sistemáticas dos diferentes tipos de construções primitivas portuguesas (Oliveira, Galhano & Pereira 1969). O fim abrupto desse interesse inicial de Dias pelo tema parece ter sido de alguma forma influenciado pelo eventual surgimento de elementos que punham em questão as teses etnogenealógicas inicialmente defendidas por Jorge Dias. Assim, num texto de 1949, Dias defende que não há continuidade - «identidade étnica» (1993 [1949]: 86) como ele escreve - «entre as actuais populações de construtores dessas cabanas e os antigos castrejos» (*id., ibid.*). E em 1950, no último dos textos consagrado por Dias ao problema, a completa ausência de quaisquer referências etnogenéticas torna claro o abandono desse inicial fascínio ambigualmente lusitanista.

Entretanto, os obstáculos maiores para a confirmação plena das teses lusitanistas por Jorge Dias parecem provir de outro lado. De facto, como ficou sublinhado atrás, essas teses propunham uma espécie de exclusivo relativamente aos antecedentes étnicos do país. Era mesmo aí que se parecia situar - como vimos - um dos motivos da sua eventual superioridade relativamente a narrativas concorrentes. Ora este exclusivo chocava-se desde o início com a efectiva diversidade de populações que se tinham sucedido historicamente no território português. É justamente para resolver essas dificuldades - como

vimos - que Vasconcelos, por exemplo, lança mão de soluções como o acento na Lusitânia ou a transformação dos romanos em luso-romanos, etc... Mas o reconhecimento de outros contributos étnicos não desaparecera entretanto da cultura portuguesa. A visão predominante a respeito desses contributos é entretanto uma visão cumulativa, como o mostra, por exemplo, a História de Barcelos ou como está implícito na *Etnografia Portuguesa* de Vasconcelos. Há uma listagem variável de populações que se terão sucedido no território português, sem que seja explicitado de que modo e até que ponto cada umas delas contribuiu para a formação e o desenvolvimento da cultura portuguesa.

Jorge Dias vai adoptar a esse respeito uma visão diferente, mais dinâmica e sistemática. Como vimos, um dos aspectos fundamentais da reflexão antropológica de Jorge Dias é a sua sensibilidade em relação à diversidade do país. Essa sensibilidade estrutura-se em torno do modelo proposto por Orlando Ribeiro e baseado na distinção entre Portugal Mediterrânico, Portugal Atlântico e Portugal Transmontano. É justamente a justeza desse modelo que a investigação de Dias em torno dos arados parece confirmar. De facto, para além do arado radial, Dias identificou ainda no território português dois outros modelos de arado, que ele denominou de arado de garganta e de arado quadrangular. Tal como o arado radial coincidiria, como vimos, com uma das áreas geográficas proposta por Orlando Ribeiro - o Portugal Transmontano - sucederia o mesmo com os dois outros tipos de arado. De facto o arado de garganta estaria ligado ao Portugal Mediterrânico, enquanto que o arado quadrangular se encontraria no Portugal Atlântico. Só que da mesma maneira que o arado radial, ligado a uma área geográfica precisa, seria também a expressão de uma corrente étnica determinada, o mesmo aconteceria com os restantes modelos de arados. Ligados a dois quadros geográficos distintos, eles seriam também os testemunhos de duas influências étnicas também elas diferenciadas: romanos e árabes, no caso do arado de garganta, e suevos, no caso do arado quadrangular.

Isto é: se é possível demonstrar a continuidade entre lusitanos e portugueses, essa continuidade não é entretanto exclusiva. Para que os lusitanos possam continuar a fazer parte do quadro etnogenealógico do país, sugere o bom senso científico que eles estejam entretanto acompanhados. Só uma parte da cultura portuguesa pode ser interpretada de acordo com o modelo lusitanista.

A semelhança pois de Leite de Vasconcelos, embora de uma forma diferente, os resultados finais do fascínio inicial de Jorge Dias pelas teses lusitanistas acabam por ser relativamente decepcionantes. Isto é tanto mais verdade quanto - com excepção dos «Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» - os lusitanos acabarão por ser os grandes ausentes da produção posterior de Jorge Dias. Orientando-se de acordo com o modelo etnogenealógico inicialmente testado em *Os Arados Portugueses e as sua Prováveis Origens*, esta irá de facto privilegiar antecedentes étnicos distintos para a cultura popular portuguesa. E o que se passa designadamente com o estudo de

Dias e dos seus colaboradores sobre os espigueiros, inteiramente dominado pela sombra do suevos (Dias, Oliveira e Galhano 1963).

Há entretanto uma grande diferença entre o resultado final do fascínio pelos lusitanos em Vasconcelos e em Dias. Enquanto que no primeiro autor, o enfraquecimento dos lusitanos deixa uma espécie de vazio etnogenealógico, no caso de Jorge Dias ele permite, pelo contrário, a construção de uma narrativa etnogenealógica alternativa, baseada na valorização do pluralismo etnogenealógico como modelo explicativo da singularidade portuguesa. Esse é de facto - como teremos oportunidade de ver no próximo capítulo - um dos argumentos fundamentais desenvolvidos por Dias em «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» (1990a [1953]).

Evitada ou contornada na antropologia portuguesa desde as formulações pioneiras de Teófilo Braga, essa narrativa permite, por um lado, a construção de uma galeria de antepassados étnicos mais ajustada às conclusões entretanto obtidas por historiadores, filólogos e arqueólogos e simultaneamente sintonizada com uma das correntes então dominantes na etnologia europeia: o difusionismo. Mas permite sobretudo que a originalidade de Portugal passe a ser postulada por intermédio da complexidade única da personalidade base dos portugueses vista precisamente como o resultado dessa etnogenealogia pluralista e do modo como ela teria enraizado nos portugueses um conjunto de profundas antinomias de carácter. Isto é: no preciso momento em que se torna - mais uma vez - claro que não é possível fazer repousar os antecedentes étnicos da nação nas vantagens da narrativa lusitanista, emerge uma narrativa alternativa que compensa essa perda com ganhos de outra natureza.

## CONCLUSÕES

Num artigo recente, Anthony Smith (1995) distingue entre as concepções «gastronómica» e «geológica» da nação. No primeiro caso, a ênfase seria colocada no «carácter imaginado da comunidade nacional e na natureza fictícia dos seus mitos unificadores» (Smith 1995: 5), entre os quais os respeitantes à sua etnogénese. No segundo caso, pelo contrário, o acento seria colocado na importância da etnogenealogia. A nação é vista como «um grupo de descendência estável» (*id.*: 12) e como «um precipitado de todos os depósitos das gerações anteriores da comunidade», cuja herança étnica determina «o carácter da nação moderna» (*id.*, *ibid.*).

Distanciando-se de ambas as concepções, Smith tenta criar uma terceira via, baseada na ideia de que o nacionalismo é uma espécie de arqueologia. Tal como a arqueologia também o nacionalismo tem como objectivo «reconstruir o passado de uma civilização e relacioná-lo com períodos ulteriores da sua história, incluindo o presente» (*id.*: 14). Esse trabalho arqueológico inscrito

† Acerca da atracção pelas teses suevas na obra de Jorge Dias, cf. Leal 1999.

no nacionalismo tem entretanto alguns limites. Entre esses, contar-se-iam os limites científicos:

As interpretações do (...) passado étnico dependem não apenas da ideologia nacionalista, mas também daquilo que os historiadores dizem acerca de eventos ou épocas passadas. A pesquisa histórica pode mudar a nossa avaliação dos heróis e acontecimentos relevantes no passado da comunidade, da mesma forma que pode fazer explodir mitos (*id.*: 17).

Na linha das sugestões de Anthony Smith, pode dizer-se que o trabalho etnogenealógico que é possível reconhecer não apenas na antropologia, mas na história, na arqueologia e na filologia portuguesas ao longo do século XIX e de boa parte do século XX, é um trabalho que se faz a meio caminho entre duas tensões fundamentais. A primeira dessas tensões deriva do seu ponto de partida nacionalista no sentido forte - ideológico, se se quiser - da palavra. A outra prende-se justamente com a ciência.

Assim, de um lado, a procura dos antecedentes étnicos para a nação faz-se de acordo com motivos em que o nacionalismo é determinante. A narrativa etnogenealógica que se procura deve propiciar não apenas a construção de uma árvore genealógica para a nação, mas a construção de um verdadeiro «pedigree», isto é: uma «árvore genealógica» que seja simultaneamente um motivo de orgulho. A originalidade e a antiguidade das origens são, em particular, especialmente valorizadas. A originalidade das origens opera como a sanção histórica para a identidade actual da nação. A antiguidade das origens enraíza ainda mais na longa duração a nação, fazendo dela idealmente uma realidade coincidente com a própria história. Entretanto, simultaneamente, a natureza ideológica desse empreendimento possui limites que lhe são fixados pelos moldes «científicos» invocados. Em cada momento, em função dos consensos metodológicos e teóricos consagrados, a exactidão, a plausibilidade e a fiabilidade são valores essenciais. Embora «nobre», o pedigree da nação deve ser verosímil, resistindo aos protocolos da prova em cada momento estabelecidos.

É justamente nessa perspectiva que podemos olhar para os destinos decepcionantes que as teses lusitanistas tiveram na antropologia portuguesa. Na base do fascínio que elas parecem exercer, encontra-se a sedução - «nacionalista» - de uma narrativa etnogenealógica apta a dotar Portugal de antepassados providos dos argumentos da antiguidade e da originalidade e integrados num mito de origem dotado simultaneamente da máxima simplicidade e da máxima eficácia. Na base dos seus resultados decepcionantes, encontra-se um certo número de dificuldades em o suportar cientificamente e de forma verosímil na área específica da antropologia. Dificuldades de estabelecimento de linhas de continuidade demonstráveis, sobretudo em Leite de Vasconcelos - mas também em Jorge Dias. Dificuldades de análise do conjunto da cultura portuguesa nos termos exclusivos das teses lusitanistas, no caso de Jorge Dias. Em resumo, para os intervenientes principais no debate lusitanista, os lusitanos até

podem ter existido, mas não só parece ser cientificamente improvável que a sua existência tenha afectado de forma profunda a nacionalidade portuguesa, como, a existir, essa influência é partilhada com outras influências étnicas tão ou mais importantes que a dos Lusitanos.

### CAPÍTULO 3

#### PSICOLOGIA ÉTNICA: INVENÇÃO E CIRCULAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Há várias razões para sublinhar a importância de 1950 - o ano do seu 43.º aniversário - na obra de Jorge Dias. A publicação, nesse ano, de «Os Abrigos Pastorais na Serra do Soajo» (Dias 1950), marca - como vimos no capítulo anterior - o termo da sua atracção pelas teses lusitanistas. Simultaneamente 1950 é também um ano fundamental na transformação do trabalho etnológico de Jorge Dias num trabalho de equipa. De facto, dois dos artigos por ele então publicados - um deles escrito em conjunto com Margot Dias (Dias & Dias 1950) e o outro com Fernando Galhano (Dias & Galhano 1950) - constituem as primeiras de um conjunto de colaborações que, com o tempo, darão continuada expressão pública à natureza cooperativa do seu empreendimento antropológico. Por fim, 1950 é ainda o ano em que Jorge Dias inicia, por intermédio de uma viagem de cinco meses aos EUA marcada pela realização de inúmeras conferências (Lupi 1984: 383), o processo de aquisição de visibilidade internacional para a nova antropologia por ele proposta. Em resumo, 1950 configura-se, sob vários pontos de vista, como um ano de viragem na carreira de Jorge Dias.

É justamente nesse ano de viragem que Jorge Dias escreverá aquele que é um dos seus mais importantes e influentes ensaios: «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa». Apresentado inicialmente ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros que teve lugar em Washington -EUA) e que foi um dos pontos altos da sua viagem aos EUA, o ensaio só viria a ser publicado em 1953 (Dias 1953b), sendo posteriormente objecto de sucessivas reedições (1961, 1971a, 1985, 1990a)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> No decurso deste capítulo, sempre que citar o ensaio de Jorge Dias, utilizarei como edição de referência a de 1990, que é, hoje em dia, a de mais fácil acesso.

Consagrado a uma caracterização da cultura portuguesa baseada na indicação de um conjunto de qualidades psicológicas que definiriam a especificidade do ser português, «Os Elementos Fundamentais...» são antes do mais importantes pelo lugar que ocupam na economia interna da obra de Jorge Dias. O ensaio deve de facto ser visto como uma das peças essenciais na tentativa de interpretação sistematizada dos factores de diversidade e unidade da cultura portuguesa que, como vimos no capítulo 1, marca em plano de relevo o projecto antropológico de Jorge Dias. Apoiando-se no modelo tripartido de Orlando Ribeiro para pensar a diversidade da cultura popular portuguesa (1948b, 1990b [1955], 1990c [1960]), Dias tenta em «Os Elementos Fundamentais...» mostrar como essa diversidade, expressa na existência de três áreas culturais distintas e individualizadas em Portugal, é compatível com a simultânea existência de factores de unificação da cultura portuguesa. Estes assentariam não tanto nas «formas e instituições» avulsas que esta apresentaria, mas no seu «conteúdo espiritual» e no seu «fundo temperamental», que apresentariam «carácter de permanência através das transformações morfológicas e ideológicas que se vão sucedendo no tempo» (1990a: 138). Simultaneamente, «Os Elementos Fundamentais ...» constituem também uma das mais precoces expressões da atracção de Jorge Dias pela antropologia cultural norte-americana. De facto, esta tinha desenvolvido a partir de 1940 um forte interesse pelos chamados «estudos de carácter nacional», que tem a sua mais conhecida expressão na monografia de Ruth Benedict sobre a cultura nacional japonesa (1946)<sup>1</sup>. Embora as referências explícitas a esse campo de estudos sejam reduzidas, alguns dos conceitos e formulações utilizadas - com relevo para o conceito de personalidade base - sugerem a importância desse tipo de aproximação no ensaio de Dias, que pode nessa medida ser visto como a primeira manifestação de um interesse - que depois terá expressões mais consolidadas - pelo culturalismo norte-americano.

Para além do lugar que ocupam na economia interna da obra de Jorge Dias, «Os Elementos Fundamentais...» são sobretudo importantes num plano mais decisivo. De facto, o ensaio deve ser simultaneamente visto como um dos textos essenciais de um debate que se desenvolvia em Portugal desde pelo menos finais do século xix e que interessava não apenas os antropólogos e etnólogos mas outras figuras destacadas da cultura portuguesa. Esse debate centrava-se em torno da possibilidade e dos termos precisos a partir dos quais se poderia encarar a identidade nacional portuguesa como uma identidade apoiada num conjunto de características espirituais ou psicológicas próprias que fariam dos portugueses, portugueses.

<sup>1</sup> Para uma apresentação dos estudos de carácter nacional da escola norte-americana da cultura e personalidade, cf. Nieburg & Goldman 1998.

## A PSICOLOGIA ÉTNICA OU A NAÇÃO COMO INDIVÍDUO COLECTIVO

Como foi sugerido na Apresentação este nível de construção da identidade nacional - que, no século XIX e em boa parte do século XX, era designado por intermédio da expressão «psicologia étnica» - deixa-se ver como um dos níveis fundamentais de construção imaginária da nação no discurso etnogenealógico. Definida como um colectivo com uma genealogia étnica caracterizada pela máxima antiguidade e especificidade possíveis, a nação tende também a ser vista como um colectivo unificado por uma alma própria, reflectida numa maneira de ser que lhe é particular.

A importância da psicologia étnica no imaginário nacionalista tem sido sublinhada por diversos autores (Llobera 1983, Nipperdey 1992). Mas é sobretudo no ensaio de Dumont «Le Peuple et la Nation chez Herder et Fichte» (1983) que é possível encontrar uma reflexão mais aprofundada sobre o tema.

De acordo com Dumont, a ideologia nacional alemã, tal como se encontra expressa na obra dos filósofos românticos Herder e Fichte, caracterizar-se-ia por uma estranha combinação de elementos holistas e individualistas e de princípios hierárquicos e igualitários. Para esses pensadores alemães,

em vez de ser um indivíduo abstracto, representante da espécie humana, portador de razão, mas desprovido de particularidades, o indivíduo é o que é, em todas as suas maneiras de ser, de pensar e de agir, em virtude da sua pertença a uma comunidade cultural determinada (1983: 118)

cujas características culturais próprias ele reproduziria. Assim, numa primeira aproximação, a ideologia nacional alemã apresentaria uma forte componente holista. Entretanto, um exame mais atento permitiria também surpreender nela fortes tendências individualistas. De facto, as culturas nacionais como entidades que englobam o indivíduo seriam recorrentemente pensadas como indivíduos colectivos:

as culturas são vistas como outros tantos indivíduos, iguais, apesar das suas diferenças: as culturas são indivíduos colectivos. (...) O individualismo [é transferido] para o plano de entidades colectivas até aí desconhecidas ou subordinadas» (*id.*: 119)

As mesmas tendências contraditórias encontrar-se-iam também no modo como a ideologia alemã articulava os princípios hierárquico e igualitário. Uma vez definidas como indivíduos colectivos, todas as culturas nacionais seriam consideradas, para além das suas diferenças, como iguais. Num segundo tempo, porém, uma forma de pensar propriamente hierárquica não deixaria de se manifestar: para cada período histórico determinado, era uma cultura nacional precisa que era considerada representativa da humanidade. Latente em Herder, esta ideia - que irá conduzir mais tarde ao pangermanismo - encontrar-se-ia já, segundo Dumont, claramente expressa em Fichte.

É justamente a partir de algumas destas ideias, como sugeriu Richard Handler no seu estudo sobre o nacionalismo no Quebec (1988), que se torna possível apreciar a importância do tema da psicologia étnica nos discursos de identidade nacional. Por seu intermédio, as culturas nacionais são literalmente vistas como indivíduos «que têm uma alma, um espírito ou uma personalidade» (Handler 1988: 41). Simultaneamente, a concepção de nação presente nos discursos centrados na psicologia étnica apresenta também uma componente fortemente hierárquica. As qualidades espirituais e psicológicas da nação definida como um indivíduo colectivo - ou, para recorrer à terminologia de Mauss (1983 [1938]), como uma «pessoa» colectiva - servem não só para reivindicar a sua singularidade, mas para conferir valor e superioridade a esse colectivo nacional.

#### A BUSCA DA PSICOLOGIA ÉTNICA: PRIMEIROS ENSAIOS

E no interior do quadro genérico que acabámos de reconstituir que é justamente possível situar o debate travado em Portugal a partir de finais do século XIX em torno da possibilidade e dos termos precisos de definição da identidade nacional portuguesa como uma identidade apoiada numa psicologia étnica própria que faria da nação portuguesa um indivíduo colectivo caracterizado por qualidades espirituais específicas.

Nesse debate, começam por ter uma intervenção relevante os antropólogos dos anos 1870 e 1880. Entre eles, encontra-se antes do mais Teófilo Braga. Foi na sua *opus magna* *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1985 [1885]) que o assunto foi mais aprofundadamente desenvolvido. Configurando-se como uma das primeiras tentativas de abordagem sistematizada da cultura popular portuguesa tal como era esta entendida pelos etnólogos das décadas de 1870 e 1880, *O Povo Português...* consagra de facto um dos seus primeiros capítulos à caracterização da psicologia étnica portuguesa enquanto somatório de um conjunto de qualidades resultantes da etnogenealogia pluralista da cultura popular portuguesa. Entre essas qualidades, Braga refere sucessivamente o «excessivo orgulho» (*id.*: 62), o «génio imitativo» e «amoroso» (*id.*: 65) e o carácter pouco especulativo - que remeteriam para o fundo turaniano da cultura portuguesa -, a tendência para o fatalismo - de origem árabe -, e, em particular no Norte do país, «uma certa brandura [de carácter], o génio aventureiro e a tendência para a exploração marítima» (*id.*: 73) - de extracção celta.

Algumas destas ideias serão posteriormente retomadas em *A Pátria Portuguesa. O Território e A Raça* (1894). O objectivo geral do livro é o de proceder ao estudo dos elementos que contribuíram para as «manifestações (...) complexas do génio nacional e do carácter individual português» (*id.*: X). Neste quadro, ao mesmo tempo que retoma e desenvolve - por vezes revendo-as - as teses anteriormente expressas em *O Povo Português...* relativamente à etnogenealogia de Portugal, Braga retorna também aos temas da psicologia

étnica, na linha das ideias inicialmente desenvolvidas na sua *opus magna*. Estes tópicos são inicialmente abordados a propósito da proximidade geográfica de Portugal em relação ao mar. A esse respeito, o autor sublinha não apenas a vocação para a «actividade marítima» (*id.*: 26), mas também a capacidade de «fácil adaptação ao meio» (*id.*, *ibid.*), o «cosmopolitismo», o «ecletismo étnico» (*id.*, *ibid.*) e a tendência para assimilação de novas ideias que seriam características dos portugueses. Mais à frente, em torno da influência celta na cultura portuguesa, Braga retoma e expande os temas do espírito de aventura e, sobretudo, do génio amoroso que marcariam a psicologia étnica portuguesa. A propósito deste último, são referidas, por exemplo, a tendência fácil para o suicídio - que seria em Portugal «uma doença contagiosa» (*id.*: 161), a nostalgia - também ela «uma doença privativa do galego e do português» (*id.*, *ibid.*) - o carácter triste e apaixonado e o lirismo intenso e fortemente subjectivo (*id.*: 161-162) que seriam apanágio do carácter nacional português. Finalmente, ao evocar a influência semita, Braga sublinha a sua importância como elemento explicativo daquilo que ele classifica como «um desequilíbrio mental» do carácter português, responsável pela «alucinação do génio e [pela] exaltação do sentimento, prevalecendo este último na forma do fanatismo da honra, da cavalaria e na intolerância (...) da religião» (*id.*: 217).

Finalmente, no prefácio à 2.<sup>a</sup> edição do *Cancioneiro Popular Português* (Braga 1911) são ainda as mesmas preocupações de caracterização da psicologia étnica portuguesa que podemos reencontrar, formuladas agora em torno do tema mais restrito da poesia popular. Esta, segundo Teófilo Braga, além de um testemunho das correntes étnicas subjacentes à cultura popular portuguesa, seria também a expressão do «lirismo espontâneo (...) vibrante, emotivo, intensamente apaixonado, da mais ingénua afectividade» (1911: V) que caracterizaria o «ethos passional» (*id.*: VII) do povo português. O cancionero sagrado, em particular, estaria ligado a uma religiosidade que se exteriorizaria em «festas, romarias, arraiais e feiras, dando ocasião a uma larga sociabilidade com o franco carácter de júbilo, que corrigem o isolamento doméstico das famílias» e que consistiria num «carácter étnico» (*id.*, *ibid.*) do povo português.

Adolfo Coelho foi outro antropólogo português que, no decurso dos anos 1870 e 1880 se preocupou também com a caracterização da psicologia étnica portuguesa. Logo no seu primeiro programa etnológico, escrito em 1880, o assunto é indicado como uma das prioridades de investigação da então nascente etnologia portuguesa (1993b [1880]: 679). No programa de 1896, ele é de novo enfatizado:

E mister estudar de modo mais sério do que se tem feito até hoje o temperamento, o tipo moral e o carácter do nosso povo nas suas variantes, o conjunto de sentimentos que nele se revelam; as ideias que o agitam relativamente ao mundo sobrenatural, à natureza e à sociedade; fazer um inquérito completo acerca do que ele sente, do que ele sabe, do que ele pensa e do modo por que ele sente, sabe e pensa e apreciar ainda sobre dados seguros o grau da sua energia volitiva, fazer enfim a sua psicologia étnica (1993c [1896]: 704).

Mas é sobretudo em dois outros textos que o problema é mais extensivamente abordado. Um deles é o programa antropológico que Coelho escreve em 1890 (1993d [1890]). O outro é o ensaio «A Pedagogia do Povo Português», inicialmente publicado na revista *Portugália* (Coelho 1993f [1898]). Estes dois textos são muito diferentes entre si, tanto no tema, como nas referências disciplinares de que se reclamam. O primeiro é um programa de estudos antropológicos escrito a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa e marcado pelo diálogo com disciplinas como a demografia, a patologia social ou a antropologia física. O segundo é um ensaio - incompleto - sobre formas populares de educação onde Adolfo Coelho tenta cruzar os seus interesses simultâneos pela antropologia e pela pedagogia. Independentemente destas diferenças, porém, estes dois textos convergem na preocupação comum de identificar alguns elementos constitutivos da psicologia étnica portuguesa. Datando de uma fase da obra de Coelho em que, como vimos no capítulo 1, se assiste ao triunfo de uma visão negativizada e decadentista da cultura popular portuguesa, ambos traçam entretanto um quadro extremamente crítico do carácter nacional português, que contrasta de modo flagrante com a visão mais optimista de Teófilo Braga.

Esse aspecto é particularmente evidente no «Esboço de um Programa para o Estudo Patológico e Demográfico do Povo Português» de 1890. Escrito na sequência directa do *Ultimatum*, o retrato da psicologia étnica portuguesa que aí se impõe é particularmente violento. Preocupado com os factores de degenerescência do povo português, Coelho fala da decadência como uma espécie de doença étnica de Portugal ou, como ele também diz, de depressão nervosa da nação (1993d [1890]: 692), que poria em evidência traços do carácter nacional como o «espírito quase constante de hesitação», a «incapacidade progressiva para o trabalho», o «predomínio dos sentimentos egoístas sobre os colectivistas, [a] falta de espírito de generalidade», o «espírito excessivo de imitação», a «insânia moral frequente», o «pessimismo, [a] hipocondria e [o] fatalismo social» (*id.*: 692 e 693).

No ensaio sobre «A Pedagogia do Povo Português», embora mais matizada, é uma aproximação idêntica que podemos encontrar. O objectivo geral do estudo, como referimos acima, é o de proceder ao estudo das formas populares de pedagogia em Portugal. Nesse quadro, Adolfo Coelho chama a atenção para a importância dos modelos nacionais de «pessoa» que seriam inculcados pelas formas tradicionais de educação. É a essa luz que o problema da psicologia étnica portuguesa é de novo tratado. Segundo Coelho, o carácter nacional português seria baseado num conjunto de qualidades morais, entre as quais se encontrariam a «franqueza, [a] lealdade, [a] tenacidade, [a] coerência nas acções» (1993f [1898]: 222-3). Definido como o «português velho», o «português de antes quebrar que torcer» (*id. ibid.*), este modelo encontraria-se entretanto - em coerência com a visão céptica de Adolfo Coelho já afirmada em 1890 -, em decadência, e essas qualidades - dos «Nunos, Albuquerque e Pachecos» (*id.*: 223) - seriam mais típicas do passado de Portugal como indivíduo colectivo do que do seu presente.

E na mesma linha de ideias que podem ser abordadas as referências - entretanto mais esparsas - que podemos encontrar ao tema da psicologia étnica na obra de Rocha Peixoto. Reconhecendo-se igualmente numa imagem negativizada da cultura popular portuguesa organizada em torno do tema da decadência nacional, Rocha Peixoto propôs também retratos pouco animadores da psicologia étnica portuguesa. Assim, ao falar sobre o interior da habitação no ensaio que consagrou à arquitectura popular portuguesa, Rocha Peixoto considerou-o como um fiel reflexo da alma nacional:

ele nos dá a impressão da sua tradicional penúria, da índole rude e violentamente utilitária, da indigência mental de um povo absolutamente carecido de faculdades artísticas, a um tempo amorudo e interesseiro, pagão irredutível ainda quando beato, escravo por vício de origem, por hábito histórico e por eterno assentimento grato e conformista (1967f [1904]: 160).

É entretanto no ensaio «O Cruel e Triste Fado» que esta caracterização violentamente negativa da alma nacional atinge o seu paroxismo. Encarando o fado como «a expressão flagrante e nítida das (...) tendências, da (...) sentimentalidade e do (...) entendimento» (1897: 293) do povo português, Rocha Peixoto traça dele um retrato que não poderia ser mais severo, em particular na conclusão, quando escreve, sintetizando o seu argumento:

ontem, ali na rua, passavam homens harpejando, macilentos, queixa de peito, olho em alvo, grenha ao vento, pró pagode. Um cantava (...) [um] conhecido mote dum fado típico, com todo o temperamento dum povo lá dentro, imundo, vadio, hipócrita, malandro. Miséria social, miséria orgânica, melopeia sem encanto, sem frescura, sem ingenuidade, modismo de desespero, de conformação, de penitência e de perdão, atitude e marcha, emprego de vida e ideal, tudo dá, ao contemplar destes grupos, uma noção: É a pátria que passa! (*id.*: 302)

Neste conjunto de desenvolvimentos dois factos avultam. Em primeiro lugar, o carácter apesar de tudo pouco sistemático das reflexões sobre a psicologia étnica. Embora em termos programáticos o tópico ocupe um lugar de destaque, os tratamentos concretos que ele acaba por ter encontram-se dispersos em estudos ou ensaios debruçados sobre outros temas. Em segundo lugar, não há um verdadeiro consenso sobre o que é a psicologia étnica portuguesa. Se Teófilo Braga, por exemplo, acentua o modo como esta se organizaria sobretudo em torno de sentimentos - como o lirismo, a nostalgia ou o génio

<sup>1</sup> Embora a conclusão constitua a passagem mais significativa de «O Cruel e Triste Fado», podemos reencontrar o mesmo tom um pouco por todo o texto. Assim, no seu início, Rocha Peixoto, fundamenta do seguinte modo a homologia que estabelece entre o fado e o temperamento português: «a sina, o acaso, a sorte que preside ao nosso destino, que determina as nossas acções e que explica os mais vários aspectos da nossa existência, ou seja numa angústia colectiva, ou, individualmente, atirando-nos com o pé direito à ventura ou com o esquerdo à desgraça, eis o que define o povo português, eis o que num antropismo universal donde herdou ou recebeu a maioria dos seus mitos, se destaca como característica própria» (1897: 293).

aventureiro Adolfo Coelho e Rocha Peixoto tendem a enfatizar características intelectuais - como a preguiça e a penúria mental - ou morais - como a ausência de tenacidade e de coerência, a mentalidade utilitária, etc.. Se, nuns casos, a psicologia étnica é a alma nacional tal como esta pode ser depreendida da cultura popular e, em particular, da literatura popular - é esta, frequentemente, a visão de Teófilo Braga - noutros casos - como por exemplo no programa de 1890 de Adolfo Coelho - ela situa-se mais ao nível de uma corporalidade pensada com o auxílio da antropologia criminal. Mas onde as divergências são maiores é no tocante aos modos de avaliação do carácter nacional português. Enquanto que, para Teófilo Braga, este se construiu em torno de um conjunto de qualidades avaliadas positivamente, no diagnóstico de Adolfo Coelho e Rocha Peixoto predominavam os traços negativos.

Apoiando-nos nas propostas teóricas de Dumont, é pois possível dizer que os antropólogos portugueses do século XIX estavam de acordo em considerar Portugal como um indivíduo colectivo, mas divergiam, por um lado, acerca do modo como esse indivíduo colectivo devia ser definido, e, por outro, acerca das consequências hierarquizadoras - positivas ou negativas - desta sua visão do país e dos seus habitantes. Esta oscilação entre uma avaliação positiva e uma avaliação negativa da psicologia étnica portuguesa pode ser analisado à luz da ideia de «sentimento de desvalia trágica» proposta por E. Lourenço (1978) a propósito do ensaísmo português sobre a decadência nacional. Mas não deixa de ser também tentador encará-la - à luz das propostas de Herzfeld em *Cultural Intimacy* (1997) - como uma expressão das características dissémicas que, segundo este antropólogo, caracterizam os discursos de identidade nacional. Estes, para além da forma mais corrente de um discurso oficial afirmativo, podem também assumir a forma de um discurso paralelo, de natureza não oficial e mais íntimo, frequentemente negativo. Teófilo Braga exemplificaria o primeiro caso, ao passo que Adolfo Coelho e Rocha Peixoto seriam representativos do segundo.

Ou, mais à frente: «tudo entre nós corre o fado, os navegadores e os lobisomens, as bruxas e as rainhas: e cada um de nós, chegada a tirana morte, tem acabado o seu fadário. Nesta fé cega, que o génio e a vida portuguesa explicam, a lassitude na iniciativa, a carência de um ideal colectivo, o alheamento do povo na obra político-económica dirigente, compreende-se na nação entontecida de grandezas ou resignada nos desastres que só atribuí ao destino. Nunca o povo português se ocupou das grandes revoluções na ciência e nas artes, nunca o uniu o sentimento consciente e altruísta da nacionalidade. Clamores isolados, pequenas revoltas, é nada: o cepticismo de hoje é o de sempre. Contra o descabro da pátria e na ruína própria, não reage nem combate: espontaneamente nunca reagiu nem combateu. Foi heróico por dever, se o mandavam: que quanto a si apenas pede que o deixem emigrar, sem protesto, resignado, ou a céu aberto, ou oculto num porão, em sacos, em pipas, em caixões» (*id.*: 298 e 299). E já perto do final do texto: «o critério geral da sorte do país, a cujo governo o povo nunca deixará de ser alheio, é o do fado que correm os lobisomens, à meia-noite, nas terças e nas sextas-feiras, olheiratos, chupados, vagabundos, funéreos: sete adros, sete encruzilhadas, sete rios, sete vilas acasteladas, sete vales e sete outeiros» (*id.*: 301 e 302).

## PASCOAES E A «INVENÇÃO» DA SAUDADE

O quadro que acabámos de descrever conhecerá uma significativa alteração a partir dos anos 1910 e 1920. Mas, tal como no caso das teses lusitanistas - formuladas basicamente no âmbito da arqueologia e só depois trabalhadas pelos antropólogos -, também neste caso o impulso transformador provém de um campo exterior à antropologia no sentido mais estrito da palavra. De facto, foi a partir da literatura - ou, se se quiser, do ensaísmo de natureza literária - que o tema da psicologia étnica foi decisivamente reestruturado nas primeiras décadas do século XX.

Nesse processo um personagem desempenha um papel central: Teixeira de Pascoaes. Poeta, escritor, ensaísta, Pascoaes é também o chefe de fila de um movimento literário conhecido por «saudosismo» que se desenvolveu a partir de 1912, como um movimento artístico e literário de reacção contra o cosmopolitismo. Centrado na revista *A Águia* e caracterizado inicialmente por uma grande abrangência, o movimento liderado por Pascoaes insere-se no quadro mais geral das tendências nacionalistas que se desenvolviam na vida portuguesa desde os anos 90 do século XIX e que se acentuaram com a implantação da República (cf. Ramos 1994), encarada como uma ocasião única para a regeneração do país. Os principais objectivos do movimento eram devolver à cultura nacional e à vida portuguesa em geral a sua grandeza perdida, substituindo as influências estrangeiras - tidas como responsáveis pelo declínio do país desde os descobrimentos - pelo culto das coisas portuguesas, que reflectissem a alma nacional.

E neste quadro genérico que Pascoaes irá propor a saudade como tema estruturador central do carácter nacional português. Não era esta a primeira vez que o tópico era tratado dessa maneira. Como de resto Pascoaes é o primeiro a lembrar, D. Duarte, Duarte Nunes de Leão, Luís de Camões, Rodrigues Lobo ou Almeida Garrett já tinham encarado a saudade como um motivo especificamente português. No final do século XIX, António Nobre (1867-1900) tinha de novo colocado o tema da saudade na agenda poética e cultural portuguesa, estabelecendo um nexo entre a nostalgia da grandeza perdida da pátria e nostalgia da felicidade da sua infância. Mas, independentemente destes desenvolvimentos anteriores, com Pascoaes era a primeira vez que alguém considerava a saudade não apenas como *um tema* especificamente português, mas como *o tema* português por excelência, no quadro de um empreendimento de cariz declarada e resolutamente nacionalista com repercussões importantes na vida cultural portuguesa.

Propondo a saudade com núcleo estruturador da alma portuguesa, Pascoaes irá reestruturar profundamente o modo como a temática da psicologia étnica portuguesa era até então vista. Assim, e em contraste com a dispersão até então prevalecente, parece gerar-se um consenso sobre a melhor maneira de caracterizar a psicologia étnica portuguesa. Esta - na continuidade das propostas de Teófilo Braga - deveria ser pensada, por um lado, ao

nível dos sentimentos. E, por outro lado, deveria ser também vista - contra Adolfo Coelho e Rocha Peixoto - como um factor de hierarquização positiva do povo português.

De facto, e em primeiro lugar, Pascoaes encarava a saudade como algo que definiria a especificidade da psicologia étnica portuguesa ao nível dos sentimentos e das emoções. No seguimento de Duarte Nunes de Leão e de Almeida Garrett, Pascoaes definiu a saudade como «o *desejo* do ser ou da coisa amada, em conjunto com a *dor* pela sua ausência. Desejo e dor confundem-se num só sentimento» (Pascoaes 1986 [1912]: 25) que combina um elemento carnal ou material - o desejo - com um elemento espiritual - a dor -, uma orientação em relação ao passado - a dor como recordação - com uma orientação em direcção ao futuro - o desejo como esperança. A saudade seria nessa medida, de acordo com Pascoaes, um sentimento contraditório que ligaria universos tidos usualmente como separados, como o material e o espiritual, o passado e o presente.

Definida desta forma, a saudade deveria ser considerada, em segundo lugar, não apenas como a essência mesma da alma portuguesa, mas como um factor de hierarquização positiva da cultura nacional. De facto, a saudade seria o grande sentimento que se encontraria por detrás da grandeza de Portugal e dos principais acontecimentos que sucessivamente lhe deram expressão, como a fundação de Portugal por D. Afonso Henriques, a vitória de 1385 em Aljubarrota, os descobrimentos, o sebastianismo, a Restauração de 1640 ou a revolução republicana de 1910. Nessa exacta medida, restituir à saudade o seu lugar central na vida portuguesa seria equivalente a recuperar para Portugal a sua grandeza perdida.

Produzida a partir do ensaísmo literário, a saudade de Pascoaes não releva entretanto exclusivamente de uma reflexão de matriz literária. A grande inovação que Pascoaes introduziu no tratamento da saudade passa efectivamente pelo modo como ele elabora uma espécie de «etnografia espontânea» do tema, isto é, como produz em seu torno um conjunto de reflexões de forte orientação etnocultural em que conceitos e ideias sobre o povo, sobre raízes étnicas e sobre cultura ocupam um lugar relevante (cf. Brito e Leal 1997). Assim, a saudade poderia ser vista, antes do mais, como uma criação colectiva do povo português, enquanto entidade etnogeneologicamente concebida. A sua existência remontaria de facto ao tempo dos lusitanos, vistos como o produto da combinação de um elemento ária - ou ariano - com um elemento semita. Esta origem dual da cultura lusitana e, depois, portuguesa, expressar-se-ia de resto na própria concepção contraditória da saudade como dor e desejo. Enquanto que a dor se ficaria a dever à influência semita, o desejo reflectiria o peso das raízes árias na formação étnica de Portugal.

Simultaneamente, na argumentação do carácter português da saudade, Pascoaes recorreu abundantemente a factos extraídos do universo da cultura popular portuguesa. A semelhança de Teófilo Braga, concedeu grande importância à poesia popular portuguesa e, em particular, ao cancionero popular,

encarando-o como «a obra mais representativa da raça» e como aquela onde melhor «transparece a fusão dos contrastes» (Pascoaes 1978 [1915]: 86). Rituais religiosos como a Encomendação das Almas<sup>1</sup> assim como outras expressões da religiosidade popular foram também utilizadas por Pascoaes como instâncias fundamentais de demonstração do carácter português da saudade.

Como se sabe, a publicação das teses de Pascoaes suscitou uma polémica muito viva. Um dos adversários mais virulentos de Pascoaes foi António Sérgio (1883-1969). Defendendo enfaticamente um ponto de vista racionalista e anti-nacionalista acerca do tópico, Sérgio optou por centrar os seus ataques a Pascoaes em torno do carácter supostamente intraduzível da palavra saudade. De facto, segundo Pascoaes, o povo português seria

o único Povo que pode dizer que na sua língua existe uma palavra intraduzível nos outros idiomas, a qual encerra todo o sentido da sua alma colectiva. (...) Sim: a palavra Saudade é intraduzível. O único povo que sente a Saudade é o povo português (...). Os outros povos europeus sentem naturalmente uma espécie de saudade que em francês é *souvenir*, em espanhol *recuerdo*, etc. Mas este sentimento, nesses Povos, não toma a alma e o corpo que adquire no sentir português. *Souvenir* ou *recuerdo* são apenas um elemento da Saudade, cujo perfil é inconfundível. E por isso, ela se exteriorizou numa palavra portuguesa que não tem equivalente noutras línguas (1986 [1912]: 30).

Para António Sérgio, pelo contrário, a palavra saudade não era de maneira nenhuma intraduzível:

muito ao contrário do que Pascoaes afirma, a palavra saudade é traduzível. Várias nações a representam por um termo especial: o galego tem *soledades*, *soedades*, *saudades*; o catalão *anyoransa*, *anyoramento*; o italiano, *desio*, *disio*; o romeno, *doru*, ou *dor*; o sueco *saknad*; o dinamarquês, *savn*; e o islandês, *saknaor*... (Sérgio 1986 [1914]: 61).

Carolina Michaelis de Vasconcelos também não subscrevia as teses de Pascoaes sobre o carácter intraduzível da saudade, tentando igualmente - à semelhança de Sérgio - mostrar que um certo número de línguas europeias possuíam também equivalentes da saudade:

E inexacta a ideia que outras nações desconheçam esse sentimento. É ilusória a afirmação (já quatro vezes secular) que o mesmo vocábulo Saudade (...) não tenha equivalente em língua alguma do globo terráqueo e distinga unicamente a faixa atlântica, faltando mesmo na Galiza de além-Minho (1986 [1914]: 145).

Segundo Carolina Michaelis, saudade tinha de facto equivalentes em quatro outras línguas da península ibérica: *soledad* ou *soledades* em castelhano, *senhardade* no asturiano, *morrinha* no galego e *anoryanza* e *anoryament* no

<sup>1</sup> Acerca da Encomendação das Almas, cf. nomeadamente Dias & Dias 1950 e 1956.

catalão. De resto, seria possível encontrar termos similares noutras línguas europeias: *sehnsucht* em alemão, *långtan* ou *långta* em sueco. A particularidade da saudade residiria no seu uso mais frequente em português, por exemplo, durante os descobrimentos ou na literatura, e na importância da sua contribuição para a configuração da «alma portuguesa».

Apesar desta controvérsia, as ideias de Pascoaes receberam em geral uma acolhimento bastante favorável. Como escreveu Óscar Lopes, «as principais ideias de Pascoaes estão em sintonia com a cultura portuguesa do seu tempo» (1994: 129) e, entre as elites culturais portuguesas, a saudade torna-se num instrumento relativamente usado para falar das especificidades do ser português. É conhecido o seu continuado impacto no desenvolvimento da chamada filosofia portuguesa e nos principais autores associados a esta, como Leonardo Coimbra (1883-1936), Delfim Santos (1907-1966), António Quadros (1923-1994) ou Cunha Leão (1907-1974).

Na etnografia portuguesa, como provável resultado das referências ao universo da cultura popular contidas nos textos de Pascoaes, o tema da saudade encontrará também um eco razoável, tanto nos estudos sobre literatura popular, como nos retratos do povo português implícitos nalguns textos sobre arte popular dos anos 1910 e 1920. A exportação do tema da saudade para tentativas mais localizadas de pensar especificidades regionais da alma portuguesa, deve ser também sublinhada. Uma das mais interessantes dessas tentativas - como teremos ocasião de verificar no capítulo 8 - é a feita pelo etnógrafo açoriano Luís Silva Ribeiro (1882-1955), quando em 1919, propôs uma primeira caracterização da psicologia étnica açoriana. Definindo os açorianos como «mais e melhores portugueses», Silva Ribeiro sublinha a importância que a saudade teria na sua configuração psicológica: «*o delicioso pungir do acerbo espinho e a suidade que faz chorar e suspirar, ninguém a sentiu tão intensamente, ninguém a exprimiu melhor que o poeta povo dos Açores*» (Ribeiro 1983 [1919]: 6).

#### JORGE DIAS E «OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA CULTURA PORTUGUESA»

A tentativa de Pascoaes não é, no período considerado, única. Mendes Correia ensaiará também algumas aproximações ao tema da psicologia étnica portuguesa (Mendes Correia 1913, 1919). Conduzidas a partir do horizonte da antropologia física e da antropologia criminal, essas aproximações - onde ecoa por vezes o ceticismo de Adolfo Coelho - terão entretanto um impacto relativamente pouco importante e revelaram-se impotentes para contrariar a hegemonia da narrativa saudosista na caracterização da psicologia étnica portuguesa<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Esta é de tal maneira que não deixará indiferente Mircea Eliade. Cf. a este respeito Lorenzana 1986: 650-651.

Será preciso esperar justamente por 1950 e pelos «Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» para que o dossier da psicologia étnica volte a conhecer desenvolvimentos razoavelmente mais significativos.

A atracção de Jorge Dias pelo tema tinha já ficado patente em 1942, ano em que foi publicado aquele que, na sua bibliografia oficial, é referenciado como o primeiro ensaio escrito pelo autor. Intitulado «Acerca do Sentimento da Natureza entre os Povos Latinos» (1942), este texto é consagrado a uma primeira incursão nos territórios da psicologia étnica. O seu ponto de partida é fornecido pela contestação da asserção segundo a qual os povos latinos, comparativamente aos povos germânicos, só possuiriam «em grau reduzido, o sentimento da Natureza» (1942: 1). Recusando-se a aceitar a pura e simples integração do povo português num conjunto cultural mais vasto que seria formado pelos povos latinos, Jorge Dias procurará demonstrar que essa afirmação não seria válida para Portugal.

De facto, no caso português, a inexistência de um culto da natureza similar ao que seria possível encontrar nos povos germânicos ficar-se-ia a dever à «falta de uma verdadeira vida urbana (...) e de uma extensa e intensa industrialização do país» (*id.*: 5). Em consequência, não se teria desenvolvido em Portugal «a reacção que se verifica nos grandes países industriais da Europa, em que a ida para o campo, nos momentos livres, toma um aspecto de fuga» (*id.*, *ibid.*). Apesar disso, seria possível encontrar expressões do sentimento da natureza entre o povo português, testemunhados essencialmente por intermédio da sua literatura, que Dias considera ser o mais «perfeito espelho da vida interior» (*id.*: 6) de um povo. O que este espelho mostraria, entretanto, seria um sentimento da natureza que, devido a traços de carácter que seriam específicos do povo português, assumiria uma feição introvertida caracterizada por um lirismo sentido, em contraste com a orientação extrovertida prevalecente nos restantes povos latinos. A introversão e o lirismo - responsáveis por um peculiar sentimento da natureza - seriam pois características fundamentais da «alma portuguesa» distinguindo-a claramente dos restantes outros latinos - que seriam mais extrovertidos - e aproximando-a «mais de outros povos nórdicos do que à primeira vista pode parecer» (*id.*: 14).

E no seguimento das preocupações expressas neste texto seminal que devem ser encarados «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa». Como se sabe, o ensaio começa por fazer seu um tom cauteloso. Por um lado, não haveria ainda os elementos para uma síntese segura. Por outro lado, «a heterogeneidade cultural que se verifica no espaço (sincrónica) e no tempo (diacrónica), complicada ainda pela heterogeneidade vertical dos vários estratos sociais» (1990a: 138) dificultaria sobremaneira a tarefa. Em função dessas dificuldades, Dias afirma que esteve quase a desistir do ensaio - «perante a dificuldade do tema», escreve, «cheguei a pensar fugir-lhe» (*id.*, *ibid.*) - atribuindo-lhe assim implicitamente o carácter de uma síntese provisória. Nessa síntese, Dias procura, para além da diversidade das formas, captar o conteúdo espiritual da cultura portuguesa, retendo aquilo que seria o seu fundo tempe-

ramental fixo, «a personalidade-base da nação» (*id.*: 139). Ecoando concepções próximas das desenvolvidas por Ruth Benedict em *Patterns of Culture* (1934) e retomadas depois, em torno da cultura nacional japonesa, em *The Chrysanthemum and the Sword* (1946), Dias defende que a cultura nacional portuguesa encarada desta maneira seria não um mero somatório das suas partes constitutivas mas a integração destas - a sua «sublimação» (1990a: 140) - num nível superior.

Fixando-se desta forma no conteúdo espiritual próprio da cultura portuguesa, ou no seu fundo temperamental fixo, Dias privilegia inicialmente duas ideias a esse respeito. A primeira tem a ver com «o carácter essencialmente expansivo» (*id.*: 141) da cultura portuguesa:

a força atractiva do Atlântico (...) foi a alma da Nação e foi com ela que se escreveu a história de Portugal. (...) Os quatro pilares do génio criador português: *Os Lusíadas*, os Jerónimos, o políptico de Nuno Gonçalves e os *Tentos* de Manuel Coelho, são quatro formas de expressão verdadeiramente superiores e originais de um povo que durante mais de um século esquadrinhou todos os mares e se extasiou perante as naturezas mais variadas e exóticas (*id.*: 142).

A segunda ideia, pelo seu lado, tem a ver com a complexidade da personalidade psico-social portuguesa, que, segundo Dias, estaria indissolúvelmente ligada ao pluralismo etnogenealógico característico da cultura popular portuguesa: «A personalidade psico-social do povo português é complexa e envolve antinomias profundas, que se podem explicar pelas diferentes tendências das populações que formaram o país» (*id.*, *ibid.*).

É justamente em torno desta ideia da complexidade psico-social do fundo temperamental português que Dias estrutura a parte mais substancial do seu argumento. De facto, em função dessa complexidade, a personalidade base do português assentaria num conjunto de contradições próprias, apresentadas inicialmente de uma forma sintética (*id.*: 145-146) e aprofundadas depois ao longo do texto. A primeira dessas contradições seria entre sonho e acção: «o português é um misto de sonhador e homem de acção, ou melhor, é um sonhador activo, a que não falta um certo fundo prático e realista», (*id.*: 145). A segunda contradição seria entre a bondade intrínseca do português e a violência e crueldade de que é capaz, «quando ferido no seu orgulho» (*id.*, *ibid.*). Mas é mais no primeiro termo da contradição que Dias coloca o acento: «para o Português o coração é a medida de todas as coisas» (*id.*: 149). A própria religião teria «o mesmo cunho humano, acolhedor e tranquilo» (*id.*: 150), em contraste com a vivência mais trágica e dolorosa prevalecente em Espanha. Haveria também no carácter português uma contradição entre «uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres» (*id.*: 146) - responsável de resto por uma «atitude de tolerância (...) que imprimiu à colonização portuguesa um carácter especial inconfundível» baseado na «assimilação por adaptação» (*id.*, *ibid.*) - e uma forte capacidade para guardar o seu próprio carácter. Outra antinomia característica do temperamento português

-na aquela que Jorge Dias já tinha surpreendido no seu ensaio de 1942, entre um vivo sentimento da natureza» e «um fundo estático e contemplativo diferente do dos outros povos latinos» (*id.*, *ibid.*). Esta orientação introspectiva do tipo temperamental português seria também responsável pela falta de «exuberância e (...) alegria espontânea e ruidosa» e pelo carácter inibido dos portugueses, em contraste, mais uma vez, com os restantes povos mediterrânicos. A contradição entre «uma forte ânsia de liberdade individual (...) muitas vezes anti-social» (*id.*: 154) e poderosos valores de solidariedade e de simpatia humana - que por vezes se sobrepõem à lei e são responsáveis pelo peso dos empenhos na vida social e pública - e entre uma certa falta de sentido de humor e um espírito trocista capaz de uma intensa ironia, seriam, por fim, outras antinomias fundamentais da personalidade base dos portugueses.

Este carácter contraditório e paradoxal do temperamento português, além de ser a principal característica distintiva da cultura nacional, seria também responsável pela oscilação que se poderia verificar na história portuguesa entre «os períodos de grande apogeu e de grande decadência» (*id.*: 146). Nas circunstâncias desafiantes viriam ao de cima as qualidades do português, ao passo que «se o chamam a desempenhar um papel mediocre, que não satisfaz a sua imaginação, esmorece e só caminha na medida em que a conservação da existência o impele» (*id.*: 146-7).

Neste conjunto de argumentos, dois factos devem ser retidos. O primeiro tem a ver com a opção por retratar o temperamento base dos portugueses recorrendo a sentimentos. De facto, as qualidades sobre as quais se apoiaria o carácter nacional português situar-se-iam no universo das emoções e dos sentimentos. O segundo aspecto que deve ser sublinhado tem, pelo seu lado, a ver com a opção por pôr em evidência o carácter contraditório desses sentimentos. Em ambos os casos, estamos perante opções bastante similares às que encontramos nos estudos de carácter nacional de matriz culturalista, como decorre de uma leitura atenta do argumento desenvolvido por Ruth Benedict em *The Crysanthemum and the Sword* (1946). Para esta autora, de facto, a cultura nacional japonesa baseava-se não apenas em dois princípios contraditórios representados justamente pelo crisântemo e pela espada, como esses princípios tinham também a ver com o domínio dos sentimentos. Enquanto que o princípio do crisântemo estaria associada a valores como a cortesia, a delicadeza e a afabilidade, o princípio da espada, ligar-se-ia, por seu turno à imprevisibilidade, à violência e à crueldade que seriam simultaneamente características da cultura nacional japonesa.

No caso de Jorge Dias, entretanto, essa dupla opção deve ser sobretudo relacionada com a influência que a aproximação «saudosista» de Pascoaes parece ter tido na sua reflexão sobre a psicologia étnica portuguesa. De facto, tanto a opção por retratar a personalidade base portuguesa por intermédio de sentimentos como a ênfase colocada carácter antinómico da personalidade base dos portugueses prolongam duas das opções centrais de Pascoaes em relação à saudade. Esta, como vimos, construir-se-ia não apenas em torno de senti-

mentos, mas de sentimentos contraditórios entre si - a dor e o desejo -, que articulariam um elemento carnal com um elemento espiritual e uma orientação para o passado com uma orientação para o futuro.

Essa influência de Pascoaes remonta aliás ao texto de 1942, no qual Jorge Dias referia já a importância da saudade - teorizada de uma forma bastante próxima da de Pascoaes, ele próprio objecto de um rasgado elogio no decurso do texto - no sentimento introvertido da natureza que seria característico do povo português: «A saudade portuguesa (...) que de todos os tempos é característica do nosso temperamento, é bem significativa do movimento de fora para dentro, de perfeita introversão» (1942: 13) que caracterizaria o sentimento da natureza em Portugal. Mas é justamente em «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» e nas referências que aí de novo podemos encontrar a saudade que essa influência de Pascoaes tem a sua mais importante expressão.

De facto, para Jorge Dias, a saudade seria uma das melhores provas desse carácter contraditório do temperamento português: «A mentalidade complexa que resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, opostos dá lugar a um estado de alma *sui generis* que o Português denomina *saudade*» (Dias 1990a: 146). O modo como esta ideia é depois desenvolvida no texto, ecoa claramente as concepções de Pascoaes. Quando Dias escreve por exemplo que a saudade ora se «compraz na repetição obstinada das mesmas imagens ou sentimentos» (*id.*, *ibid.*), ora se apresenta como «ânsia permanente da distância, de outros mundos, de outras vidas» (*id.*, *ibid.*), ele está a fazer sua a diferenciação de Pascoaes entre a saudade como dor e a saudade como desejo. Tal como em Pascoaes, também em Dias esta orientação contraditória da saudade ficar-se-ia a dever à filiação multi-étnica do povo português, com o elemento germânico a ser responsável pelo lado activo da saudade e o elemento semita a justificar o seu lado fatalista. Finalmente, um conjunto de outras ideias ao longo do texto ecoam também temas implícita ou explicitamente presentes na conceptualização da saudade em Pascoaes. É o que se passa por exemplo com o acento que Dias coloca no panteísmo do carácter nacional português ou na natureza branda da sua religiosidade<sup>1</sup>.

Mas ao mesmo tempo que ecoa Pascoaes, a análise de Jorge Dias introduz um conjunto de inovações relativamente às propostas do poeta. Uma dessas inovações tem a ver com a maior abrangência da sua aproximação. Esta pode ser surpreendida, antes do mais, ao nível das instâncias de demonstração. Assim, no tocante à cultura popular, os exemplos são agora mais diversificados dos que os propostos por Pascoaes - ou não fosse o texto escrito por um antropólogo. Assim, a simpatia humana e o fundo bondoso que caracteri-

<sup>1</sup> Um elemento suplementar acerca da importância de Pascoaes nas reflexões de Jorge Dias acerca do carácter nacional português encontra-se no facto do primeiro ensaio de Pascoaes sobre o tema da saudade, ser uma das poucas referências não-antropológicas sobre psicologia étnica indicadas por Benjamim Pereira na sua *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa* (1965).

zariam a personalidade base portuguesa são ilustrados com a religiosidade popular e o comunitarismo agro-pastoril, a violência é exemplificada com referências a lutas entre aldeias vizinhas, a adaptabilidade com indicações acerca da capacidade de readequação dos emigrantes retornados, o espírito trocista com exemplos sobre alcunhas e apodos tópicos, etc. Simultaneamente, diversifica-se o peso da cultura erudita na caracterização proposta: para além dos exemplos literários, surgem agora longas referências ao estilo manuelino e ao *ostinatismo* como características essenciais da cultura - erudita - portuguesa. Mas, sobretudo - de acordo com uma característica genérica que é possível reconhecer a muitos textos consagrados a este tipo de problemática -, parece ser maior a capacidade de Dias para se apoiar no universo da experiência diária de quem conhece Portugal e os portugueses. As referências informais ao «medo do ridículo», ao peso dos empenhos na vida social e pública ou à crença no milagre como solução de última hora, tornam de certa maneira mais concreta e menos literária a imagem que é proposta do temperamento base dos portugueses.

E entretanto ao nível da caracterização proposta - isto é, não tanto no tocante ao ponto de partida da análise, mas no referente aos seus resultados - que a proposta de Jorge Dias se revela particularmente abrangente. Em primeiro lugar, onde Pascoaes tinha trabalhado um só sentimento - a saudade - Jorge Dias trabalha com um conjunto interligado de sentimentos de que a saudade seria uma espécie de metáfora. A nação dá-se assim, se se quiser, como um indivíduo colectivo mais completo. Aplicando a esse conjunto de sentimentos o tratamento contrastante que caracterizava já a aproximação de Pascoaes à saudade, Dias, em segundo lugar, dota as suas propostas de uma capacidade muito mais clara de resistência às objecções, na medida em que o carácter nacional português é sempre visto como uma coisa e o seu contrário. E a partir desse tratamento mais sistemático dado ao carácter nacional português como um conjunto de traços que se contradizem entre si que - em terceiro lugar - se torna possível a Jorge Dias reformular as próprias avaliações contraditórias feitas no final do século XIX em torno da psicologia étnica. De facto, como vimos, segundo Jorge Dias, seria esse carácter contraditório do temperamento português o responsável pela coexistência de períodos de decadência e de grandeza. A sua construção consegue nessa medida superar a dissemia dos discursos portugueses sobre identidade nacional, integrando na sua fórmula a oscilação entre um pólo negativo e um pólo positivo.

## PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Posteriormente a 1950, o tema do carácter nacional português - para além de intervenções avulsas - só voltará a ser formalmente retomado por Dias em 1968, através do ensaio «O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura» (Dias 1971b). A importância desse texto prende-se sobretudo com a maneira como ele compatibiliza o pluralismo etnogenealógico português

com a particular capacidade para a miscegenação que a cultura portuguesa apresentaria. De facto, segundo Dias,

a unidade étnica portuguesa que resultou do caldeamento de várias sub-raças da raça caucasóide, a que se vieram mais tarde misturar, em proporções variáveis, elementos de outras raças, como a negróide e mongolóide, [é que contribuiria] para dar aos Portugueses enorme plasticidade humana e invulgar sentido ecuménico (1971b: 39).

Embora ambos estes temas já se encontrassem presentes em «Os Elementos Fundamentais...», só no ensaio de 1968 são formalmente pensados em conjunto, como provável consequência da assimilação das ideias de Gilberto Freire, que entretanto tinham conhecido uma certa divulgação em Portugal<sup>1</sup>.

Mas nessa altura, os tempos - designadamente na antropologia - começavam a não ser já propícios nem à psicologia étnica, nem sequer e de uma forma mais larga a uma excessiva conjugação entre antropologia e identidade nacional. Talvez por essa razão, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» tornou-se num texto relativamente negligenciado pelos antropólogos portugueses - que têm preferido reter como textos mais emblemáticos da produção de Jorge Dias *Rio de Onor* (1953a) e *Vilarinho da Furna* (1948a) ou a sua monografia sobre os Maconde. Dir-se-ia estarmos, então, perante mais uma história de insucesso.

Esse insucesso é porém relativo. Tendo a sua primeira edição em 1950, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» conheceu posteriormente, como sublinhámos no início deste capítulo, um conjunto de reedições - uma delas numa colecção da Imprensa Nacional - Casa da Moeda com larga difusão (Dias 1985) - que fazem dele um dos textos antropológicos portugueses com maior circulação.

De acordo com essa sua capacidade de circulação, «Os Elementos Fundamentais...» tornaram-se também em certas áreas da cultura portuguesa, um texto de referência mais ou menos obrigatória. Assim, historicamente, é grande a sua influência na chamada «filosofia portuguesa» e, em particular, nalguns dos seus cultores. É o que resulta de uma leitura atenta de *O Enigma Português* de Cunha Leão (1973 [1960]) e, sobretudo, do *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, do mesmo autor (Leão 1971). Neste último texto, em particular, a

<sup>1</sup> Acerca do impacto das ideias de Gilberto Freire em Portugal, cf. Castelo 1999. Sobre o luso-tropicalismo, cf. também Vale de Almeida 1998. Consagrando a primeira metade do ensaio a uma extensa glosa do tema da particular capacidade de adaptação dos portugueses tal como esta se teria exprimido na sua colonização, Dias vê essa característica como uma consequência de alguns dos traços do carácter nacional português tal como ele os havia descrito em 1950: «a tradição comunitária, outrora muito difundida entre nós, a família patriarcal multifuncional, o costume arreigado de muitos trabalhos rurais serem colectivos, gratuitos e recíprocos, os hábitos de sobriedade resultantes de economia de subsistência deram ao Português uma feição típica que o predispunha a aceitar de maneira natural as chamadas culturas primitivas, que de maneira nenhuma o podiam chocar» (Dias 1971b: 39).

tentativa de tratar «a enigmática alma portuguesa» como encerrando «antinomias profundas» (1971: 18) ou como «um génio de harmonizar opostos» (*id.*, *ibid.*) ecoa de forma óbvia as considerações de Dias em «Os Elementos Fundamentais...». Algumas das antinomias propostas por Cunha Leão como sendo características da alma nacional, de resto, retomam oposições originalmente formuladas por Dias em 1950.

Mas a influência de «Os Elementos Fundamentais...» não se limita a este ramo de estudos, cujo impacto na cena cultural portuguesa tem sido, de resto, limitado. Simultaneamente, o ensaio de Jorge Dias tem sido uma presença assídua nalguns debates recentes mais significativos em torno da identidade nacional portuguesa. Eduardo Lourenço, por exemplo, numa mesa-redonda interdisciplinar subordinada à interrogação «Existe uma Cultura Portuguesa?» (Santos Silva & Oliveira Jorge 1993) utilizou-o como argumento contra os antropólogos que, nesse debate, punham em causa que se pudesse falar numa cultura nacional minimamente unificada de um ponto de vista antropológico. Depois de uma acerada crítica aos antropólogos e à perspectiva antropológica, Lourenço procura virar o feitiço contra o feiticeiro recorrendo justamente a «Os Elementos Fundamentais...»:

A cultura portuguesa tem uma história, tem uma série de mitos, tem uma série de características que seria impossível enumerar. Se eu convencer as pessoas que estão aqui a darem uma vista de olhos pelas páginas deste pequeno livrinho de Jorge Dias, *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, já ganhei o dia. Porque, fundamentalmente, *as questões à volta das quais nós andámos aqui toda a tarde estão aqui todas mais ou menos explicitadas* (Lourenço in Santos Silva & Oliveira Jorge 1993: 131-2; os itálicos são meus).

Também José Mattoso, num texto de síntese sobre a identidade nacional portuguesa onde adopta uma visão essencialmente modernista do problema, embora considere que o tema do carácter nacional seja «uma questão (...) duvidosa e (...) discutível», dado «o teor habitualmente subjectivo dos critérios e o método impressionista das observações, sempre impossíveis de demonstrar» (Mattoso 1998: 104), refere-se desta maneira ao ensaio de Jorge Dias, que, de resto, já havia citado aprovadamente antes (*id.*: 101-2):

uma das tentativas mais elaboradas de traçar esse perfil [do português] deve-se a um antropólogo bastante conceituado, Jorge Dias, o que não basta evidentemente, para lhe conferir a necessária autoridade, mas *deveria constituir motivo para estudos mais atentos da parte da psicologia social* (*id.*: 105; os itálicos são meus).

Finalmente, num dos capítulos mais lidos do seu *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade* - «Onze Teses por Ocasão de mais uma Descoberta de Portugal» (1994a) - Boaventura Sousa Santos tratou o ensaio de Jorge Dias como um dos textos mais representativos daquilo que ele próprio classifica de discursos míticos sobre Portugal, elaborando a seu respeito uma desenvolvida crítica. Sousa Santos começa por referir-se desta

forma às ideias de Dias: «Duvido que o [o que Dias escreve acerca do povo português] não possa ser dito a respeito de qualquer outro povo, ou de um grupo social adequadamente numeroso e estável» (1994a: 55). Mais à frente, distancia-se também daqueles que são, na sua opinião, os «três *topoi* retóricos fundamentais» (*id., ibid.*) do ensaio de Jorge Dias e de outros textos similares: «O primeiro é que somos espanhóis diferentes» (*id., ibid.*), «O segundo (...) é que no carácter português se misturam elementos contraditórios, o que lhe confere uma ambiguidade e uma plasticidade especiais» (*id.*: 56). «o terceiro (...) consiste na oscilação entre visões positivas e visões negativas da condição do 'homem português'» (*id., ibid.*).

No essencial, as críticas e observações de Boaventura Sousa Santos são bem fundamentadas e seriam certamente subscritas pelos antropólogos portugueses que têm procurado reflectir sobre este tipo de discursos (Almeida 1998, Leal 1999a). Mas a força do ensaio de Jorge Dias parece ser tal que a denúncia das suas teses por Sousa Santos é mais nominal do que real. De facto, na parte final das «Onze Teses...», ao mesmo tempo que procura fazer uma caracterização da situação portuguesa alternativa aos discursos míticos sobre a identidade nacional, Boaventura Sousa Santos não resiste a entrar em diálogo com as teses de Jorge Dias, de uma forma que deixa o leitor mais atento algo perplexo.

Assim, por exemplo, para Boaventura Sousa Santos, «O facto de Portugal ter sido, durante muitos séculos, simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa é o elemento estruturante básico da nossa existência colectiva» (*id.*: 59). Seria justamente a «duplicidade de imagens e de representações [suscitada por essa condição] a chave para a alegada plasticidade, ambiguidade e indefinição que os discursos mítico e psicanalítico atribuem ao 'carácter do homem português'» (1994a: 60). Mais à frente, Sousa Santos é ainda mais claro:

A coexistência de representações sociais discrepantes [ora típicas dos países centrais, ora dos países periféricos] e o seu accionamento diferenciado consoante os contextos de acção confere às práticas sociais uma certa instabilidade, que se manifesta como subcodificação e abertura a novos sentidos. Daí, a ponta de verdade das leituras idealistas do 'português como um polvo' (Unamuno), 'com capacidade de adaptação a todas as coisas' (Jorge Dias) 'essencialmente cosmopolita' (Fernando Pessoa) (*id., ibid.*).

Dada a heterogeneidade do tecido social português, «Portugal tem a mais elevada percentagem europeia da população a viver em meio rural e o operariado português típico é ainda hoje um semiproletário, pluriactivo, isto é, obtém simultaneamente rendimentos do trabalho industrial e agrícola. Será talvez por isso - pergunta Sousa Santos - que 'o português tem um vivo sentido da natureza e um fundo poético e contemplativo estático diferentes dos outros povos latinos' (Jorge Dias)?» (*id., ibid.*). Do mesmo modo, «as deficiências do serviço nacional de saúde, em processo de liquidação, têm algo a

ver com 'a forte crença no milagre e nas soluções milagrosas que Jorge Dias atribuiu ao 'carácter nacional'» (*id.*: 61). A centralidade que o Estado tem na formação social portuguesa aliada à ineficiência da sua acção justificaria ainda, segundo Sousa Santos, a faceta atribuída por Jorge Dias ao carácter nacional de «'sobrepôr a simpatia humana às prescrições gerais da lei', a qual 'fez com que durante muito tempo, a vida social e pública girasse à volta do empenho ou do pedido de qualquer amigo (...)» (*id.*: 62). Finalmente, a prevalência em Portugal de uma sociedade-previdência que supre os vazios da inexistência de um Estado-providência reflectir-se-ia na convicção de que o português é um ser «'profundamente humano', que 'não gosta de fazer sofrer e evita conflitos', que 'possui um grande fundo de solidariedade humana' e é 'extraordinariamente solidário com os vizinhos'» (*id.*: 64).

Se lermos numa perspectiva comparada um outro texto de Boaventura Sousa Santos publicado em *Pela Mão de Alice - «Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira»* (1994b) - chegamos a uma conclusão muito similar. Entre a sua caracterização da cultura portuguesa como uma «cultura de fronteira» e as teses acerca da capacidade de adaptação da cultura portuguesa desenvolvidas inicialmente por Jorge Dias nos «Elementos Fundamentais...» e retomadas na primeira parte de «O Carácter Nacional na Presente Conjuntura», há uma proximidade genérica difícil de desmentir. Em ambos os casos, fala-se dessa aptidão que a cultura portuguesa teria para se deixar contaminar pelo que está fora de si, que faria dela uma entidade «poliglota», no dizer de Jorge Dias (1990: 156), ou, na expressão de Sousa Santos, uma entidade marcada por uma grande «disponibilidade multicultural».

Isto é: volvido quase meio século sobre a sua publicação, «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesas» continuam a projectar a sua sombra nas discussões contemporâneas acerca do que é ser português.

Passa-se qualquer coisa de similar com outro tema que, embora presente em Jorge Dias, foi criado por Pascoaes - o tema da saudade. Não me refiro apenas ao episódio - em si negligenciável - da súbita redescoberta do saudosismo de Pascoaes pela «moda literária». Ou ao facto de, na sua mais recente tentativa ensaística de pensar temas relacionados com a identidade portuguesa (Lourenço 1999), Eduardo Lourenço ter procedido à recuperação do tema da saudade, depois das aproximações mais distanciadas contidas por exemplo em *O Labirinto da Saudade* (1978).

Mais importante parece ser a utilização da saudade num conjunto de processos associados à transnacionalização da cultura portuguesa iniciados nos anos 1960 e com contínuos desenvolvimentos ao longo das últimas três décadas. Tive ocasião de examinar num outro ensaio (Leal 1999a) alguns desses processos, tomando como pontos de partida a edição do romance *Saudade* (1994), da autoria da escritora norte-americana de ascendência açoriana Katherine Vaz e o persistente e continuado êxito dos *Madredeus*, grupo que se transformou no porta-voz contemporâneo da saudade como tema estruturalmente definidor da originalidade portuguesa. Um e outro facto, como sugerir

nesse texto, confrontam-nos com a capacidade que o tema da saudade tem vindo a ganhar de funcionar como um símbolo da identidade portuguesa em contextos sócio-culturais precisos. Assim, Katherine Vaz e *Saudade* remetem-nos para o peso da saudade como idioma da portugalidade em contextos de emigração. Os Madredeus, pelo seu lado, confrontam-nos tanto com a importância que o tema da saudade tem vindo a adquirir na percepção exterior de Portugal, como com a sua crescente influência no «capital nacional cultural» (Löfgren 1989) de uma classe média portuguesa cada vez mais cosmopolita.

Nesse sentido, o dossier da psicologia étnica - apesar da indiferença que perante ele evidenciam os antropólogos actuais - constitui de facto uma história de sucesso. Uma história de sucesso que deve entretanto desafiar os antropólogos. De facto, depois de ter sucessivamente contribuído para a formulação «científica» do tema e para a sua desconstrução crítica, a antropologia deverá agora encarar, por um lado, a necessidade de estudar alguns destes processos da sua circulação ampliada. Por outro, deverá colocar de forma mais clara na sua agenda da pesquisa a necessidade de uma reflexão sobre Portugal e a identidade nacional capaz de subverter radicalmente os termos em que a questão tem até agora sido posta, dentro e fora da antropologia.

PARTE II  
GUERRAS CULTURAIS EM TORNO  
DA ARQUITECTURA POPULAR

## CAPÍTULO 4

### UM LUGAR AMENO NO CAMPO: A CASA PORTUGUESA

Um dos aspectos mais salientes da produção etnográfica e antropológica de Adolfo Coelho é constituída sem dúvida pelos sucessivos programas de trabalho que redigiu (1993b [1880], 1993d [1890] e 1993e [1896]). Esses programas são muito desiguais quanto às suas inspirações e alcances. Mas em todos eles Adolfo Coelho procede a uma listagem sistemática - por vezes extremamente desenvolvida - dos principais temas e objectos de estudo que deverão preocupar os etnógrafos e antropólogos portugueses.

Este afã classificatório dos Programas de Adolfo Coelho é susceptível de vários comentários (cf. Leal 1993a). Por seu intermédio somos confrontados com as primeiras tentativas de sistematização de um campo de estudos que ^ava então em Portugal os seus primeiros passos. A um outro nível, eles são importantes testemunhos do processo de alargamento de interesses de pesquisa jjiitropológica portuguesa no decurso do século XIX.

Gostaria porém de os considerar aqui, adoptando um outro ponto de vista, como uma ilustração daquilo que Richard Handler definiu como processos de objectificação da cultura (Handler 1988). Os planos de aplicação deste conceito na obra de Handler são dois. Em primeiro lugar, o conceito tem a . er com o modo como os discursos nacionalistas encaram a cultura nacional no seu conjunto. Esta é objectificada, no sentido em que, «como uma coisa, uma nação ou um grupo étnico são vistos como sendo permanentemente delimitados e como podendo ser distinguidos com precisão de outras entidades jjiialógicas» (*id.*: 15). Em segundo lugar, o conceito de objectificação tem a ver com o modo como a cultura nacional é vista como «um objecto natural ou uma entidade feita de (outros) objectos e entidades ou traços» (*id.*: 14). Isto é. segundo Handler, a possibilidade de se falar da cultura nacional como uma

entidade estaria estreitamente ligada a um processo de objectificação dos próprios elementos componentes dessa cultura.

Esta segunda acepção do processo de objectificação da cultura é desenvolvida com mais detalhe no capítulo que, na sua monografia, Handler consagra ao estudo do lugar do folclore na emergência e constituição de um discurso nacionalista no Québec. A objectificação da cultura é aí vista como um processo que transforma determinados traços da cultura tradicional em

objectos discretos que devem ser estudados, catalogados e mostrados. Esse processo envolve selecção e reinterpretção. O objectificador olha para um meio familiar e descobre que é formado de traços tradicionais, coisas que ele extrai daquilo que era tido até aí como um fundo cultural «encarado com naturalidade» e transforma em espécimes típicos *{id.}* 77)

de outra coisa completamente diferente. A objectificação é justamente esse processo que consiste na transformação de determinados traços da vida tradicional em objectos representativos de uma cultura nacional, coisas que só nós temos e os outros não, coisas sobre que repousa a possibilidade mesma de se falar de uma cultura nacional como própria, específica, distinta, original.

E, creio eu, particularmente sugestivo olhar para as listagens de temas e tópicos etnográficos de Adolfo Coelho à luz das concepções que acabámos de passar em revista. Mais do que simples tentativas de sistematização de um campo de estudos que dava então em Portugal os seus primeiros passos ou importantes testemunhos do processo de alargamento de interesses de pesquisa da etnologia portuguesa no decurso do século XIX, as listagens de Coelho devem ser vistas como uma indicação dos vários traços e/ou aspectos da cultura tradicional portuguesa susceptíveis de serem transformados em «objectos discretos que devem ser estudados, catalogados e mostrados» na sua qualidade de objectos representativos da cultura tradicional portuguesa.

Por seu intermédio somos pois confrontados com uma das dimensões centrais dos discursos etnográficos e antropológicos em Portugal: o modo, como, à semelhança dos estudos folclóricos analisados por Handler no Québec francês, a etnografia e a antropologia portuguesa - com a cumplicidade de outras áreas disciplinares de uma ou de outra forma interessadas no popular - podem ser encaradas como disciplinas onde se efectua esse trabalho de objectificação da cultura popular portuguesa, indispensável à plena assumpção de Portugal como nação distinta e singular.

Ora bem, entre os objectos de pesquisa recorrentemente indicados por Adolfo Coelho nos seus Programas encontra-se a habitação. No Programa de 1880, a referência é ainda breve, resumindo-se à indicação da importância da realização de estudos etnográficos sobre a «construção das casas» e «cabanas» (1993b [1880]: 679). Apesar do seu carácter quase alusivo, é grande a importância dessa referência seminal ao tema da arquitectura popular. O Programa de 1890 é - como vimos no capítulo 1 - a primeira tentativa de organização programática do campo então emergente da antropologia e, por intermédio

dessa breve referência, a arquitectura popular é como que incorporada no código genético da disciplina.

No Programa de 1896, o tratamento do tema é já feito de forma bastante desenvolvida. Coelho lista de facto a habitação entre aqueles aspectos da vida popular portuguesa que «têm sido apenas levemente tocados» (1993e [1896]: 703). Consequentemente, ela surge depois em lugar de destaque entre as «divisões principais» (*id.*: 706) do programa proposto por Coelho, quer na entrada «habitação» (*id.*: 707), quer na entrada «arquitectura» (*id.*, *ibid.*). No «Desenvolvimento do Programa» (*id.*: 708), a habitação volta a ocupar lugar de destaque, sendo-lhe consagrado uma secção especial intitulada «A habitação e em especial a habitação rural e suas dependências» (*id.*: 711). Ao longo de cerca de uma página, Coelho identifica sucessivamente os elementos que seria importante recolher na perspectiva de um estudo completo das formas de arquitectura tradicional portuguesas. Entre esses elementos encontrar-se-iam: «planos topográficos», «fotografias ou desenhos de aldeias ou outros lugares pequenos» e de «granjas, casais, herdades (montes), com todas as suas dependências»; «plantas e alçados» «modelos» e fotografias» não apenas de «casas rústicas e populares em geral» mas também de «simples choças, cabanas, choupanas»; documentação sobre «ornamentos das empenas, beirais (...), paredes, azulejos» (*id.*, *ibid.*); «amostras de materiais de construção empregados nas aldeias»; e, por fim, «literatura da habitação popular portuguesa, compreendendo os usos e costumes que se lhe ligam» (*id.*: 712).

Os apelos feitos em 1880 e 1896 por Adolfo Coelho no sentido de um estudo aprofundado da habitação e arquitectura populares terão algum impacto no campo etnográfico. Mas, no essencial, o interesse que esses temas despertarão entre etnógrafos e antropólogos será, a curto prazo, algo limitado. De facto, com excepção de Rocha Peixoto e de alguns dos seus colaboradores na revista *Portugalia*, foram escassos os ecos imediatos das sugestões de Coelho. Face a esta resposta menos entusiasta da etnografia e da antropologia, será a partir de outros especialistas e de outras áreas que se consolidará, no decurso da última década do século XIX, um interesse mais sustentado pelo tema da arquitectura popular.

## OS PROTAGONISTAS DA CASA PORTUGUESA

No processo de desenvolvimento inicial desse interesse, o papel fundamental coube às propostas, análises e realizações produzidas - por arquitectos, historiadores da arte e simples curiosos - no quadro do movimento dito da «casa portuguesa». Desenvolvendo-se ao longo de um período que se estende grosso modo da década final do século XIX até aos anos 40/50 do século XX esse movimento, ao mesmo tempo que defendeu a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português, procurou a institucionalização de um formulário arquitectónico inspirado nesse tipo de habitação.

Desde os trabalhos pioneiros de José Augusto França (1990 [1967], 1991 [1974]), que os personagens centrais do movimento se encontram razoavelmente identificados. Entre eles avulta desde logo a figura de um pai fundador, Henrique das Neves (7-1915), obscuro militar de carreira que uma nota de rodapé escrita em jeito de sugestão ocasional iria projectar para a fama. Tendo cumprido em Viseu um período de quatro meses de vicatura num tribunal de guerra, o então tenente-coronel Henrique das Neves dedicava parte do seu tempo livre a investigar a famosa Cava de Viriato, tema sobre o qual viria em 1893 a editar um pequeno livro. E exactamente no decurso desse estudo, sem que o facto venha muito a propósito, que Henrique das Neves insere uma nota de rodapé de duas páginas de extensão em que, lembrando-se de uma conversa antiga com Paula de Oliveira - entretanto falecido - sugere poder-se encontrar também na Beira um tipo de habitação que aquele antropólogo físico havia sugerido ser característico de Trás-os-Montes e que se encontraria um pouco por todo o Norte do País, incluindo a cidade do Porto:

O característico destas construções é o ser reentrante a parede frontal do último pavimento em relação à parede mestra frontal que vem dos alicerces, dando assim espaço a um balcão largo e desoprimido, abrigado pelo telhado de modo a proteger contra as neves do Inverno e os ardores do estio (1893: 47).

Simultaneamente, a escada exterior que dá acesso a esse balcão ou varanda, situar-se-ia perpendicularmente à frente da casa ou, nas casas mais pobres, abrir-se-ia numa das extremidades da varanda correndo paralelamente à frontaria. A observação, do ponto de vista etnográfico, era judiciosa - como o confirmaram pesquisas posteriores - mas não teria tido o destino triunfal que teve se, por um lado, a casa assim definida não fosse entendida por Henrique das Neves, no seguimento das sugestões de Paula de Oliveira, como o «tipo português de casa de habitação» (*id., ibid.*), e, por outro, não fosse vista como um modelo dotado de potencialidades estético-formais actuais. Ela seria de facto, segundo Henrique das Neves, «bem mais agradável e apropriada ao nosso clima variável do que muitas que por aí se vêem para uso particular» que, além de inadequadas ao clima, seriam ainda «dispendiosas» (*id.*: 48).

Formuladas numa simples nota de rodapé, as observações de Henrique das Neves terão um eco que o próprio autor não esperaria. Enquanto que o livro em si cai no esquecimento, a nota de rodapé, pelo contrário, ganha rapidamente uma vida própria, sendo sucessivamente transcrita, sob a forma de artigo, em *A Arte Portuguesa* (1895), na revista *Ocidente* (1896), e, por fim, em 1915 - ano da morte de Henrique das Neves - em *A Arquitectura Portuguesa* (1915). Nunca uma simples nota de rodapé deverá ter tido um destino tão risonho.

† Henrique das Neves publicará também na *Construção Moderna* um artigo, subordinado ao título «A Casa Portuguesa», em que procurará desenvolver e fundamentar mais detalhadamente as suas propostas acerca do tema (Neves 1905).

À medida em que são publicadas as reedições da nota de Henrique das Neves - significativamente rebaptizada entretanto com o título de «A Casa Portuguesa» -, as opiniões e os comentários em torno das suas propostas multiplicam-se. A casa portuguesa passa a ocupar um lugar importante na polémica cultural da época, mobilizando um grupo razoavelmente lato de protagonistas, com posições diversas acerca do assunto.

Entre esses protagonistas, destacam-se Rocha Peixoto e João Barreira (1866-1961). São eles de facto os autores de duas das contribuições mais significativas para o «dossier» da casa portuguesa no seu período de desenvolvimento inicial. Rocha Peixoto, pelo seu lado, editou em 1904 o artigo «A Casa Portuguesa» (Peixoto 1967f [1904]), que, até aos trabalhos de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, permanecerá como a mais relevante contribuição etnográfica para o estudo da habitação popular em Portugal. Quanto a João Barreira, historiador de arte, é o autor, em 1909, da primeira grande proposta de abordagem sistemática da casa portuguesa subsequente aos contributos iniciais de Henrique das Neves (Barreira 1909).

Para além destes dois autores mais relevantes, o movimento da casa portuguesa mobilizará ainda outras contribuições episódicas, vindas sobretudo do lado da então emergente história da arte. É o que se passará com Gabriel Pereira (1847-1911) (1895) - que teve também um papel central na difusão inicial da nota de rodapé de Henrique das Neves -, com D. José Pessanha, autor de várias contribuições publicadas na revista *A Construção Moderna* (cf. designadamente Pessanha 1902a, 1902b), e com Joaquim de Vasconcelos, que consagrou ao tema da casa portuguesa uma passagem do seu ensaio «Arte Decorativa Portuguesa» (1909). Simultaneamente ensaístas e literatos como Abel Botelho (1856-1917) (1903), e, sobretudo, Ramalho Ortigão (1836-1915) (1943 [1896]) ou Fialho de Almeida (1857-1911) (1915 [1903]: 234-241) darão também o seu contributo ao debate, que, no caso destes dois últimos autores, é particularmente importante, dada a projecção e a capacidade de influenciar a opinião intelectual que ambos tinham.

A medida que o debate escrito progredia e se alargava, a casa portuguesa ia também ganhando a simpatia de um outro grupo de protagonistas, constituído sobretudo por arquitectos, engenheiros e construtores civis, fundamentalmente interessados na experimentação prática das virtualidades arquitectónicas do ideal de um tipo português de habitação. Algumas dessas experimentações tinham sido de resto praticamente contemporâneas da nota de rodapé de Henrique das Neves. É o que se passa com a célebre Casa Arnoso<sup>1</sup> 1894, de quem Ramalho Ortigão tinha publicado um rasgado elogio, classificando-a como um

tipo, único, de habitação (...) tão saudosamente semelhante à casa de nossos avós, com o seu pequeno eirado sobre uma arcada de meio-ponto, a sua porta de alpendre num patamar de escada exterior, ao lado do retábulo em azulejo do santo padroeiro da família, as janelas de peitos guarnecidos de rótulas entre cachorros de pedra, destinados às varas do estendal, e servindo de mísula aos vasos de craveiros e manjericos, em frente do poço de roldana, no mais doce e tranquilo sorriso de outrora (1943 [1896]: 132).

Mas é sobretudo à medida que nos aproximamos da viragem do século que as pesquisas estéticas tendentes ao reaportuguesamento da habitação em Portugal se fazem mais notórias. O processo ocorre primeiro de forma ainda isolada, como na casa O'Neill (Estoril, 1900), da autoria de Francisco Vilaça, e na casa Ricardo Severo (Porto, 1904). Mas, sobretudo a partir do início do século XX, ganha uma relevância cada vez maior. Nas principais revistas de arquitectura da época - *A Construção Moderna*, *A Arquitectura Portuguesa*, etc. - multiplicam-se os projectos com essas características, ora baptizados com recurso à designação de «casa portuguesa», ora classificados como sendo de «estilização regionalista», «tradicional», ou «tradicionalista». Entre os arquitectos que subscreverão propostas desse tipo contam-se - para além de Francisco Vilaça -, Álvaro Machado (1874-1923), Guilherme Gomes ou Edmundo Tavares (1892-?).

Tendo em Henrique das Neves o seu pai fundador, desmultiplicando-se depois pelo conjunto de protagonistas que acabámos de evocar, será entretanto em Raúl Lino (1879-1974) - como é sabido - que a casa portuguesa encontrará a sua figura tutelar. Sendo - a par de Ventura Terra (1866-1914) - um dos mais importantes arquitectos portugueses das primeiras décadas do século XX, autor - entre outros projectos - da famosa Casa do Cipreste (Sintra, 1912-14), Raúl Lino foi também, ao longo do extenso período que se estende desde a viragem do século até à sua morte em 1974, o mais persistente e qualificado intérprete da casa portuguesa e o seu principal teorizador e divulgador.

Regressado a Portugal - depois de uma estadia de estudo de cerca de quatro anos na Alemanha e na Inglaterra - em 1897, isto é, nos anos em que o tema da casa portuguesa iniciava o seu processo de implantação na cena intelectual portuguesa, Raúl Lino parece ter desenvolvido a sua simpatia por essas propostas em resultado de uma sensibilidade romântica e nacionalista desenvolvida no estrangeiro. No desenvolvimento dessa sensibilidade começou por ter grande influência, como se sabe, o historiador de arte alemão Albrecht Haupt, que incutiu no então jovem Lino o amor pela arquitectura portuguesa da Renascença. Simultaneamente, tem sido também destacado o valor formativo e a influência que tiveram em Lino autores como Ruskin, Morris e, em geral, as propostas do movimento inglês *Arts and Crafts*.

<sup>1</sup> Cf. nota 1 da página 116 do presente capítulo para uma listagem mais precisa dos arquitectos ligados à casa portuguesa entre 1908 e 1919. Em muitos casos, esses arquitectos, dentro do espírito eclético que caracteriza a cena arquitectónica da época, não são entretanto cultores exclusivos da casa portuguesa. É o que se passa por exemplo com Norte Júnior ou com Álvaro Machado, este último mais conhecido pelas suas propostas neo-românicas.

<sup>2</sup> Para uma apresentação geral do movimento *Arts and Crafts*, cf., por exemplo, Cumming & Caplan 1995 e Davey 1987. A história do impacto do movimento *Arts and Crafts* em Portugal está em larga medida por fazer. Deve sublinhar-se entretanto o papel pioneiro que Joaquim de Vasconcelos parece ter tido na sua divulgação em Portugal. Cf. também as referências de Ramalho Ortigão em «O Culto da Arte em Portugal» (1943 [1896]).

Solidificada pela leitura de Emersom e Thoreau - os dois autores clássicos da literatura pastoralista norte-americana -, por longos passeios em Sintra e no Alentejo - que percorre de bicicleta com o aguarelista Roque Gameiro (1864-1935) - e pela viagem que empreende em 1902 a Marrocos, a sensibilidade romântica e nacionalista de Raul Lino não tardaria a traduzir-se num conjunto de projectos arquitectónicos cujas premissas se aproximam das advogadas pelos defensores da casa portuguesa. Entre esses projectos - alguns deles claramente influenciados pelas suas deambulações pelo Alentejo e por Marrocos - encontram-se o projecto para o pavilhão português da Exposição Universal de Paris (1899, não construído), as chamadas «casas marroquinas» - casas Rey Colaço (1901, Estoril) Montsalvat (1901, Estoril) e O'Neill (1902, Cascais) - a Quinta da Comenda em Setúbal (1903) e a Casa dos Patudos Alpiarça, 1904), para além de vários projectos não construídos mas onde são evidentes as marcas de uma estilização tradicionalista. Tendo suscitado os aplausos generalizados da crítica da época, esses e outros projectos rapidamente contribuirão para que Raul Lino se torne na figura central do movimento da casa portuguesa. Em 1902, por exemplo, D. José Pessanha classifica já Raúl Lino - então com pouco mais de vinte anos - de «talentoso arquitecto», «inovador» (1902a: XX) e diz não ter dúvidas «quanto à existência futura da *casa portuguesa*», caso - acrescenta - «o movimento iniciado pelo sr. Raúl Lino (...)

for acentuando e generalizando» (id.: XIX). Num dos vários artigos consagrados a Raúl Lino pela revista *A Construção Moderna*, ele é também apresentado como

infatigável e inteligente artista, que tem dispersos por todo o país belos exemplares de arquitectura de todos os géneros, embora se tenha dedicado mais especialmente à arquitectura de estilização tradicionalista nacional (*A Construção Moderna* Ano V, n.º 122, de Fevereiro de 1904).

É também no mesmo sentido que se pronuncia Fialho de Almeida, quando classifica aprovadoramente Raúl Lino como «o único arquitecto que até agora tentou renacionalizar a casa portuguesa» (1915 [1903]: 237).

A centralidade de Lino no desenvolvimento do movimento da casa portuguesa é confirmada pela sua produção arquitectónica ao longo dos anos 1910

¶ Para além destas casas mais conhecidas, Raúl Lino foi o autor de outros projectos habitacionais no Estoril e em Cascais, como sejam as casas Avilez (Cascais), Carlos Ferreira (Estoril) e José Gomes (Monte Estoril). Cf. *A Construção Moderna*, n.º 122, de Fevereiro de 1904.

¶ Veja-se nomeadamente «Casa para os Arredores de Lisboa», publicada no n.º 65 de *A Construção Moderna* (Julho de 1902), «Casa do Exmo. Sr. António Maria Pimenta, a construir em Coimbra», publicada no n.º 90 de *A Construção Moderna* (Março de 1903), «Casa do Exmo. Sr. A. Duarte em Queluz», publicada no n.º 115 de *A Construção Moderna* (Dezembro de 1903), «Casa do Exmo. Sr. J. J. Ferreira na Avenida Ressano Garcia», publicada no n.º 136 de *A Construção Moderna* (Julho de 1904), «Casa do Sr. Albino Caetano da Silva em Coimbra», publicada no n.º 328 de *A Construção Moderna* (Maio de 1919) e ainda no vol. II, n.º 8 de *A Arquitectura Portuguesa* (Julho de 1909).

e 1920. Embora com acenos pontuais em relação a outras sensibilidades esta continuará de facto a ter no programa da casa portuguesa uma das suas inspirações principais. Mas para ela contribuirão também dois outros factos. O primeiro tem a ver com a relevante acção que Raúl Lino terá na teorização e divulgação da nova sensibilidade. Como se sabe, os momentos determinantes dessa sua acção passam pela edição em 1918 de *A Nossa Casa*, em 1929 do ensaio «Casas Portuguesas» e, em 1933, de *A Casa Portuguesa* e prolongam-se posteriormente numa acção incansável de escrita em revistas como *O Panorama*, o *Mensário das Casa do Povo* ou jornais como o *Diário de Notícias*. O primeiro e o último livro, em particular, tiveram numerosas edições e uma larga circulação e contribuíram de forma relevante para a estabilização do novo gosto arquitectónico. O segundo facto decisivo para a consagração de Raúl Lino como figura central no movimento da casa portuguesa tem a ver com o modo como, a partir da década de 1940, as propostas de Lino encontram um acolhimento favorável na «política de gosto» do Estado Novo. O facto dará uma dimensão política e institucional decisiva à acção de Raúl Lino em favor da casa portuguesa. Até aí limitadas à esfera da habitação unifamiliar isolada, as propostas arquitectónicas apoiadas no figurino da casa portuguesa passam a inspirar importantes programas de habitação social ou equipamentos públicos como escolas primárias, casas do povo, estalagens, etc...

## OS TEMPOS DA CASA PORTUGUESA

Activado, sustido e desenvolvido pela galeria heterogénea de personagens que acabámos de passar em revista, o movimento da casa portuguesa conheceu quatro tempos principais no seu processo de desenvolvimento.

Um primeiro tempo estende-se genericamente de 1893 - data da publicação da nota de Henrique das Neves sobre «um tipo português de habitação» e também das primeiras pesquisas arquitectónicas em torno do mesmo tema - a 1909. O traço central desse período é constituído pelo conjunto de discussões e debates, por vezes muito vivos, em torno da ideia mesma de casa portuguesa.

Nessa discussão, para além de outros argumentos mais dispersos, a questão central que é repetidamente levantada é a da compatibilidade entre a ideia de casa portuguesa e a diversidade morfológica que a habitação popular apresentaria no país. A possibilidade de se falar de casa portuguesa num país de que se descobria simultaneamente a diversidade interna era de facto a parte mais fraca do argumento de Henrique das Neves. Era de resto o próprio a admitir que o seu modelo de casa portuguesa era um modelo centrado a norte, válido sobretudo no que ele apelidava de «país do tamanco».

Será justamente em torno dessa questão que se orientará o debate em torno da casa portuguesa entre 1893 e 1909. As primeiras objecções, ainda cautelosas, vêm de autores que se afirmam entretanto partidários da casa portuguesa.

É este nomeadamente o caso de Gabriel Pereira (1895) e D. José Pessanha (1902a), que, sem esconderem o seu entusiasmo em relação à casa portuguesa, não deixam de suscitar a questão da compatibilidade entre a casa portuguesa e a diversidade da habitação popular em Portugal.

A par destas reacções mais cautelosas, não tardarão entretanto a surgir vozes mais radicalmente cépticas. Entre elas está por exemplo a de Abel Botelho que, num artigo de 1903, não só retoma a questão da diversidade tipológica da habitação popular em Portugal, como denuncia a desadequação entre a inspiração ruralizante da casa portuguesa e as exigências do viver citadino. Mas a crítica simultaneamente mais profunda e com maior impacto será a formulada por Rocha Peixoto no seu artigo «A Casa Portuguesa» (1967f [1904]). Nele, Rocha Peixoto - que, como vimos no capítulo 1, era um dos etnógrafos portugueses que primeiro se tinha mostrado atento aos factores da diversidade do país - procede àquela que foi, até aos anos 1950, a argumentação etnográfica mais elaborada da diversidade de tipos habitacionais populares existente no país e à consequente contestação da existência de um modelo único de casa portuguesa<sup>1</sup>.

Esboçadas sensivelmente na mesma altura, as críticas de Abel Botelho e Rocha Peixoto parecem ter tido algum impacto. De facto, ambas foram inicialmente publicadas em dois jornais diários de relativo prestígio, sendo posteriormente retomadas em revistas mais especializadas. O artigo de Abel Botelho seria designadamente reeditado na revista *A Construção Moderna* (n.º 92 de 1903). Quanto à contribuição de Rocha Peixoto, será publicada de novo na revista *A Construção Moderna* (n.º 141 de 1904) e, posteriormente, nas revistas *Serões* (Vol. I de 1905) e *A Arquitectura Portuguesa* (Vol. IX, n.º 8 de 1916), nesta última, entretanto, de forma truncada.

O impacto destas críticas não foi porém suficiente para desarticular o movimento em torno da casa portuguesa. De facto, cinco anos depois da publicação da crítica de Rocha Peixoto a única voz deliberadamente discordante em relação à casa portuguesa parece ser a de Joaquim de Vasconcelos que retomava de novo, num tom fortemente crítico, o problema da diversidade «provincial» da casa portuguesa (Vasconcelos 1909).

Mas a voz de Joaquim de Vasconcelos era já então uma voz isolada. Com o seu protesto encerra-se de facto este período inicial de debate e polémica

<sup>1</sup> Tendo como seu ponto de partida a casa mandada construir pelo seu amigo Ricardo Severo (1869-1940) no Porto - que foi, como vimos, uma das primeiras experiências de adopção do formulário da casa portuguesa como programa estético - o artigo de Rocha Peixoto não hostiliza o projecto. Mas sublinha, com um argumentação etnograficamente muito cerrada, o modo como essa casa só seria portuguesa porque tinha justamente renunciado a reproduzir um modelo único, para operar como uma espécie de *pastiche* de diferentes elementos regionais e históricos, numa espécie de «hibridismo etnológico e arqueológico» (*id.*: 163) que seria a melhor confirmação da impossibilidade de se falar de um estilo nacional de arquitectura. Em resumo, «de modo nenhum» haveria lugar para falar «duma casa ou casas de indefectível estilo nacional» (*id.*: 160).

em torno da casa portuguesa e abre-se um segundo tempo no ciclo de desenvolvimento do movimento, que se prolongará sensivelmente até ao início dos anos 1920 e que será marcado por um consenso relativamente alargado em torno das suas propostas. É certo que não desaparecem as dúvidas suscitadas pelos debates anteriores. Mas o programa da casa portuguesa parece ser mais forte do que essas dúvidas.

É nesse sentido que aponta o importante contributo de João Barreira - de resto publicado na mesma obra onde Joaquim de Vasconcelos havia exarado o seu protesto contra a casa portuguesa. De facto, depois de uma parte inicial colocada sob o signo da constatação da diversidade etnográfica e histórica da habitação em Portugal, João Barreira acaba por, na conclusão do texto, admitir que esta não seria entretanto de molde a impedir que se falasse de uma certa unidade de motivos subjacente à casa portuguesa. Retomando de forma modificada as propostas de Henrique das Neves, Barreira diz que essa unidade resultaria antes do mais da relativa divulgação de um modelo de habitação «com escada exterior encostada a uma das fachadas do prédio ou caindo perpendicularmente sobre esta e coberta (...) por um alpendre assente em colunatos dóricos ou jónicos» (1909: 177). Simultaneamente, seria também possível detectar uma certa unidade ao nível do «pormenor decorativo» (*id.*, *ibid.*). Este, não obstante oferecer «uma abundante variedade de motivos locais» (*id.*: 178), seria «a pedra de toque de onde irradia a expressão regional da *casa portuguesa*, pois é ele que lhe imprime carácter e lhe dá vida *nossa*» (*id.*, *ibid.*; os itálicos são meus).

Um folhear atento das principais revistas de arquitectura do período confirma também o esgotamento das resistências à casa portuguesa. É certo que continuam a ser expressas dúvidas sobre a existência de um tipo único de habitação popular em Portugal, dizendo-se repetidamente que o assunto não está encerrado, que são necessários mais estudos. É por exemplo o caso de uma nota - assinada por Nihil - em torno de uma exposição de projectos de casa portuguesa realizada por Edmundo Tavares em 1915 na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA). Em 1917, *A Arquitectura Portuguesa* publica mesmo - conforme foi referido atrás - extractos dos textos críticos de Abel Botelho e de Rocha Peixoto. Mas o que avulta é o modo como, a par desses apontamentos mais cépticos, cresce de forma significativa o número de projectos publicados em revistas que, de uma forma ou de outra, se identificam com a casa portuguesa: um total de onze entre 1908 e 1917<sup>1</sup>. E se algumas das dúvi-

<sup>1</sup> Numa nota que acompanha a publicação de fotografias e plantas do solar de Vila Meã, da autoria do arquitecto João d'Almeida d'Eça (1873-1954), faz-se um balanço dos projectos tradicionalistas publicados na revista *A Arquitectura Portuguesa*: «no n.º 8, do ano de 1908, foi publicado o projecto da casa do Sr. Formigai de Moraes, na Avenida D. Francisco de Almeida, Estefânia, Sintra, do arquitecto Francisco Carlos Parente. Nos n.º 7 e 8 de 1909, no primeiro a casa do Sr. Avelino Augusto Correia, em Vila Nova de Gaia, do arquitecto José Teixeira Lopes; no segundo a do Sr. Albino Caetano da Silva, em Coimbra, do arquitecto Raúl Lino: Nos n.º 7 e 8 de 1913,

das em relação à casa portuguesa são justamente expressas nas notas que acompanham esses projectos, o tom geral é elogioso.

Isto é, no final da primeira década do século XX, não só os adversários da casa portuguesa deixam de se fazer ouvir, como parece ter-se gerado um certo consenso em torno da casa portuguesa. Embora não desapareçam, as dúvidas relativamente à possibilidade de se falar de casa portuguesa num quadro de marcada diversidade regional parecem mais apaziguadas e a casa portuguesa torna-se uma referência incontornável na cena cultural e arquitectónica portuguesa.

E neste quadro que deve ser entendida a publicação em 1918 de *A Nossa Casa* de Raul Lino. Inspirado num género que tinha tido bastante voga no século XIX e no princípio do século XX, o livro assume-se como uma espécie de guia prático de arquitectura dirigido não tanto ao povo, mas «àqueles que sentem a necessidade de possuir uma casita feita com propriedade, aos que se enternecem pelo conforto espiritual dum ninho construído com beleza» (1918: 12). Esse guia mistura em proporções variáveis conselhos práticos de bom senso com a defesa de um modelo de casa que - embora a expressão não seja utilizada - remete para o formulário da casa portuguesa.

Esse modelo de casa é, de facto, o das «boas casas portuguesas de há meio século atrás» (1918: 28), quando

as obras mais modestas, ou rústicas, se executavam por gente prática, obedecendo sempre às tradições regionais. Deste modo todas as cidades, vilas e aldeias ofereciam um aspecto agradável e interessante pela harmonia do seu conjunto, sem exclusão da variedade (*id.*: 16).

É o retorno a essas tradições regionais que justamente Lino advoga:

É lógico que se construa no estilo da região. É natural que se respeitem tradições locais, que adoptemos processos de mão-de-obra experimentados, que nos sirvamos dos materiais circunjacentes (*id.*: 27).

Esse retorno ao regional é entretanto um retorno guiado pela mão experiente do arquitecto que insiste, antes do mais, na necessidade de respeitar algumas regras relativas à organização da planta da casa, de «adaptação absoluta ao ambiente em volta da casa» (*id.*: 37) ou na defesa das boas proporções

no primeiro a do Sr. Dr. Posser de Andrade, no Monte Estoril, do arquitecto António Couto e no segundo a do Sr. Manuel Veiga Ottolini, no bairro Herédia, Estrada de Benfica, do arquitecto Guilherme Eduardo Gomes. Nos n.ºs 5 e 8 de 1914, no primeiro, o solar do Sr. Elói Castanha, na Moita, do arquitecto Guilherme Gomes; no segundo, a casa do Sr. Cruz Magalhães, no Campo Grande, do arquitecto Alvaro Machado. Nos n.ºs 9, 10 e 12 de 1915, todos do arquitecto Edmundo Tavares. No n.º 4, de 1916, o Hotel para S. Martinho do Porto, dos engenheiros Perfeito de Magalhães e Fernando Fuschini. Nos n.ºs 6 e 8 de 1916, no primeiro, casas para a Póvoa de Varzim, do arquitecto Moura Coutinho e no segundo, a casa do engenheiro Sr. Ricardo Severo, na rua do Conde, projecto do proprietário» (*Arquitectura Portuguesa*, Ano X, n.º 11, 41-42).

desta, contra a tendência portuguesa de construir sobre o alto e de forma esguia. Mas, para além destas indicações de natureza geral, aquilo que avulta no modo como Lino se propõe guiar os seus leitores no retorno à «boa casa portuguesa de há meio século atrás» é um formulário estilístico assente num conjunto de soluções que traduzem uma nova aproximação à casa portuguesa vista simultaneamente como realidade etnográfica e como programa estético.

Entre essas soluções avulta, antes do mais - e esse é um traço de união com as propostas anteriores de Henrique das Neves e de João Barreira o alpendre. Este é descrito com uma «feição caracteristicamente portuguesa cuja importância se não pode exagerar» (*id.*: 51). Dada essa sua importância,

o alpendre (...) entre nós deveria merecer tal desenvolvimento que se tornasse indispensável, principalmente nas habitações desprovidas de jardim. Para isso não nos faltam os melhores modelos nas nossas construções antigas (*id.*, *ibid.*).

A par do alpendre, a casa portuguesa seria caracterizada por um conjunto de outros traços suplementares, todos de alto valor cenográfico. Entre eles contar-se-ia desde logo a caiação, tanto a branco como a cores, à qual Lino dedica algumas passagens particularmente entusiastas. A caiação, embora possa não excluir a utilização de pedra aparelhada - cujo «emprego é sempre belo quando dentro das tradições regionais» (*id.*: 35) - é de qualquer forma um aspecto fundamental da casa portuguesa tal como Raúl Lino a concebe. O aspecto do telhado é outro dos elementos centrais das propostas de Lino, que, para além de se pronunciar a favor do emprego de telha manual portuguesa, procede a uma primeira caracterização e elogio do «beiral à portuguesa» (*id.*: 41). A presença de chaminés - «hospitaleiras e fartas» (*id.*: 28) - e o emprego do azulejo, embora não sejam tão desenvolvidamente tratados, são outros aspectos a reter nas propostas de Lino.

Acompanhadas de um conjunto de aguarelas e plantas que pretendem evocar de forma eficaz as diferentes possibilidades regionais de construção da casa portuguesa, as propostas desenvolvidas em *A Nossa Casa* podem ser vistas como o ponto culminante de um processo que se iniciara quase vinte e cinco anos antes, com a nota de Henrique das Neves. Mais para além de textos ocasionais, alguns deles de circulação restrita, mais para além de análises etnográficas ou programas habitacionais avulsos, dispunha-se agora de uma referência de maior fôlego, que conhecerá uma circulação relativamente ampliada e onde se condensam as coordenadas do novo gosto.

Atingindo um dos pontos culminantes do seu desenvolvimento em 1918, com a edição de *A Nossa Casa*, o movimento da casa portuguesa parece entrar nas décadas subsequentes numa terceira fase no seu processo de desenvolvimento, que se estende sensivelmente até aos anos 1940. Esta fase parece ser marcada antes do mais pela rotinização das suas propostas, acompanhada de uma certa perda generalizada de qualidade, contra a qual se insurgirá, de resto, o próprio Lino em *Casas Portuguesas*. Transformada em «casa à antiga por-

tuguesa», a casa portuguesa - como escreverá Lino numa das suas últimas reflexões sobre o tema - tinha então caído «sob o domínio dos amadores e curiosos avessos a toda a disciplina, e pode dizer-se alheios a uma cultura artística mais aberta» (s/d: 209)<sup>1</sup>.

Simultaneamente esse terceiro tempo no desenvolvimento da casa portuguesa é também caracterizado por uma certa perda de importância e visibilidade do seu formulário na cena arquitectónica e cultural portuguesa, onde as propostas *art deco* e a arquitectura modernista, fortalecidas pela divulgação dos novos materiais, em particular do cimento (cf. Fernandes 1993), se tornam sucessivamente nas novas *coqueluches*.

De acordo com João Vieira Caldas, «os primeiros indícios de mudança surgem logo por volta de 1920» (1997: 35), tendo inicialmente uma marca dominante *art déco*, particularmente importante nos primeiros projectos de Pardal Monteiro (1897-1957). Mas é sobretudo a partir de 1925 que o modernismo arquitectónico começa a fazer sentir a sua influência em Portugal. Datam desse período três dos mais emblemáticos projectos do primeiro modernismo português: o projecto do Bairro Económico de Olhão (1925) e o Pavilhão do Rádio do Instituto de Oncologia (1927-1933) de Carlos Ramos (1897-1969) e o Capitólio (1926-29) de Cristino da Silva (1869-1976).

Isso não quer dizer que a casa portuguesa desapareça da cena arquitectónica portuguesa. Em 1926, por exemplo, Jorge Segurado (1898-1990) publica na revista *Alma Nova* um artigo extremamente elogioso sobre a casa portuguesa em que são listados cerca de uma dezena de arquitectos - alguns deles seduzidos pelas propostas modernas - que se identificariam com as suas propostas<sup>2</sup>. De facto, como tem sido sublinhado, muitos dos arquitectos do primeiro modernismo português não levaram o seu comprometimento com as ideias modernas ao ponto de recusarem propostas mais tradicionalistas e serão, em muitos casos, cultores simultâneos de umas e de outras (cf. Vieira Caldas 1997 e Portas 1970, 1999: 122)<sup>3</sup>. É também conhecida a influência do modelo da casa portuguesa no desenvolvimento de alguns programas de habitação social - os chamados «bairros económicos» - construídos em Lisboa ao longo dos anos 1930 (cf. Portas 1970: 18).

Raúl Lino parece também manter intacta a sua crença nas virtualidades do modelo, como o testemunham a edição, em 1929, do ensaio «A Casa

<sup>1</sup> Vale a pena reter a análise de Nuno Portas a respeito deste processo de desqualificação da casa portuguesa, ao qual não seriam estranhas, segundo o autor, algumas das limitações das propostas de Lino (Portas 1970).

<sup>2</sup> «Hoje Gonçalo de Melo Breyner, Norberto Correia, Paulino Montez, Carlos Ramos, Tertuliano Marques, Raúl Martins, Vasco Regaleira, Cristino da Silva, Eugénio Correia, Frederico de Carvalho e tantos outros arquitectos, incluindo o autor destas linhas, cultivam dedicadamente a 'casa portuguesa' dentro duma expressão moderna, lógica com o meio e a vida actual» (Segurado 1926).

<sup>3</sup> O caso de Carlos Ramos - autor do modernista Pavilhão do Rádio do Instituto de Oncologia e simultaneamente da tradicionalista leprosanria Rovisco Pais (1934) - é talvez o mais conhecido. Acerca do eclectismo de Cristino da Silva, cf. Fernandes 1998.

Portuguesa» e, em 1933, do livro *Casas Portuguesas* (1992 [1933]). No primeiro texto, Lino tenta responder de forma mais detalhada, através de um estudo de natureza histórica e etnográfica, ao problema de determinar as grandes invariantes da arquitectura portuguesa. Ao mesmo tempo que retoma algumas das ideias já expostas em *A Nossa Casa* - relativas nomeadamente à importância do alpendre, da caiação e do azulejo - Lino introduz agora dois novos elementos definidores da especificidade da casa portuguesa. Um deles seria «o emprego de pedra no guarnecimento de todos os vãos exteriores» (1929: 13). Este traço seria de tal modo importante que «não temos maneira de dar carácter português a qualquer casa cujas portas e janelas não sejam completamente guarnecidas do seu lancil de cantaria» (*id., ibid.*). O segundo traço seria «a linha da (...) cobertura sanqueada e arrematada pelo beiral dito à portuguesa. Nunca o telhado assenta sobre as paredes, com a dureza geométrica usada noutras terras» (*id.:* 58). A importância deste tipo de cobertura seria tão grande que «esta disposição original, só por si, quase que marca o tipo da nossa casa» (*id., ibid.*).

Publicado na sequência deste ensaio, o volume *Casas Portuguesas* constitui pelo seu lado uma espécie de versão razoavelmente corrigida e ampliada das ideias defendidas originalmente em *A Nossa Casa*. O modelo de casa portuguesa que é aí defendido articula-se, nessa medida, em torno de um conjunto de elementos já anteriormente tipificados: o alpendre, a caiação combinada com o guarnecimento a pedra dos vãos, o telhado sanqueado e o azulejo. Mas uma nova ênfase é agora colocada em dois pontos que, anteriormente tinham sido objecto de referências menos desenvolvidas. Um deles tem a ver com a integração da casa na paisagem. É sobretudo essa integração que Lino tem em mente quando indica como primeira qualidade importante de uma casa a sua «naturalidade». Esta exprimir-se-ia por exemplo no modo como «o construtor vai buscar os materiais que são de uso na respectiva região e que muito frequentemente apresentam caracteres pelos quais a casa construída se liga à própria paisagem» (1992: 50). Mas exprimir-se-ia também numa outra qualidade importante da casa que seria a sua «harmonia». «A construção - escreve Lino - deve estar de harmonia (...) com todas as condições do local onde for construída» (*id.:* 51). O segundo ponto tem por sua vez a ver com o sentido das proporções. «A proporção - escreve Lino - é a base de toda a arquitectura. Proporção, linha, volume, eis os elementos de que o arquitecto dispõe em primeiro lugar» (1933: 60). «Pelo intervalar das janelas, pelo espaçamento entre os vãos e a beira do telhado, pela altura que o andar principal paira acima da rua (...) apreende-se o carácter nobre da moradia» (*id.:* 62).

Entretanto, apesar destes factos, a sensação que fica é que a casa portuguesa já não ocupa na cena arquitectónica e cultural nacional o lugar que tinha

<sup>1</sup> Sempre que referirmos o livro *Casas Portuguesas*, utilizaremos como edição de referência a de 1992, que é hoje em dia a de mais fácil acesso.

ocupado no passado. O seu potencial renovador parece esgotado e a experimentação com outras propostas é agora o traço mais saliente.

O advento do Estado Novo, num primeiro momento, não modifica substancialmente este quadro. De facto, na sua fase inicial, o Estado Novo parece coexistir bem com a arquitectura modernista, que inclusivamente chega a estimular de forma clara. É conhecido o papel de Duarte Pacheco (1899-1943) nesse processo. Não só é da sua responsabilidade directa a encomenda de um dos edifícios mais importantes do primeiro modernismo português - o Instituto Superior Técnico (Lisboa, 1927-1941), da autoria de Pardal Monteiro - como é em larga medida devido à sua acção que se fica a dever a adopção, nos anos 1930, do vocabulário modernista num certo número de edifícios públicos. Entre eles, os mais conhecidos são, sem dúvida, o Liceu de Beja (Cristino da Silva, 1930-34), o Instituto Nacional de Estatística (Pardal Monteiro, 1931-35), e, já no início dos anos 40, a Gare Marítima de Alcântara (Pardal Monteiro, 1943). Em resultado deste clima favorável à arquitectura modernista, o próprio Raúl Lino tem muito menos oportunidades para construir do que ele próprio esperaria.

Entretanto, a partir de finais dos anos 1930 - «na fase fascizante do Estado Novo (guerra civil de Espanha, criação da Mocidade e da Legião Portuguesa)» (Teotónio Pereira 1996) -, este quadro de relativa abertura à arquitectura moderna conhece uma certa involução, derivada da adopção e imposição, pelo Estado Novo, de um receituário oficial para a arquitectura. Embora algumas das opções desse receituário já viessem de trás, ele torna-se então uma referência praticamente obrigatória na encomenda pública. De acordo com Teotónio Pereira, eram três as suas grandes orientações:

Para os grandes edifícios públicos (...) o carácter dominante era de uma monumentalidade retórica de raiz clássica, muito próxima dos modelos alemães ou italianos da época. (...) Já nos edifícios públicos de dimensão menor, em geral situados em pequenas cidades ou aldeias, os elementos de raiz rural ou regional assumem um carácter preponderante: telhados e beirados fortemente acusados, cunhais, cornijas e molduras dos vãos em pedra caprichosamente trabalhada, e por vezes até pináculos barrocos» (...). Modelos híbridos, de cariz monumentalista mas utilizando vocabulário histórico ou regionalista, aparecem por vezes em edifícios públicos de dimensão intermédia (...) e ainda nos prédios urbanos de habitação (1997: 36-37).

É justamente na sequência da adopção desta política oficial de gosto arquitectónico que se abre um último e final tempo no desenvolvimento da casa portuguesa em Portugal, caracterizado por uma espécie de segundo fôlego - anti-modernista - das suas propostas tradicionalistas, que têm pela primeira vez condições para serem aplicadas com êxito a novos programas como escolas primárias, casas do povo, pousadas, programas de habitação social, etc... O lugar de Raúl Lino nesse processo, embora frequentemente referido, é relativamente mal conhecido. Sabe-se entretanto que a sua intervenção como ideólogo de soluções regionalistas para certos edifícios públicos foi relevante, tanto

na revista *Panorama* - editada pelo SNI - como no *Mensário das Casas do Povo* - editado pela Junta Central das Casas do Povo. No plano das intervenções práticas, foi a Raúl Lino e a Rogério de Azevedo (1898-1983) que o Ministério das Obras Públicas encomendou, ainda nos anos 1930, a elaboração dos «projectos-tipo regionalizados» das escolas primárias» (*Escolas, Espaços de Educação* 1995: 48). Em consequência, «em todo o país foram concluídos 32 edifícios 'Raúl Lino', 12 (tipo Estremadura) e 56 edifícios Rogério Azevedo» (*id., ibid.*). Finalmente, é conhecida também a acção de policiamento do gosto arquitectónico desenvolvida por Lino em organismos oficiais e que fará com que ele ganhe a antipatia generalizada das mais jovens gerações de arquitectos associadas ao segundo modernismo português.

Ao mesmo tempo que o triunfo do receituário arquitectónico do Estado Novo imprimia um segundo fôlego às propostas da casa portuguesa, a acção do SPN/SNI contribuía também para dar grande visibilidade a um «dossier» que o acompanhava: a arquitectura popular. O concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, em 1938 (cf. Pais de Brito 1982 e Alves 1997) e o Centro Regional da Exposição do Mundo Português, em 1940, podem ser vistos, a este respeito, como as expressões mais conhecidas de um processo, entretanto mais vasto, de emblematização folclorista da habitação popular portuguesa, que se prolonga, por exemplo, no espaço dedicado à temática pelas revistas *Panorama* ou *Mensário das Casas do Povo*. Nesta última, os artigos mais doutrinários de Raúl Lino (1946, 1946-47) coexistem frequentemente com notas e apontamentos de carácter etnográfico em que a habitação ocupa um lugar importante.

Com este segundo fôlego, a casa portuguesa não só prolongou o seu prazo de validade até ao segundo surto do modernismo em Portugal, que se inicia nos anos 1950, como acabou por assumir uma dimensão política e cultural que não era previsível nos seus primórdios.

## A CASA PORTUGUESA E A REFUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE

Ao longo destes sucessivos desenvolvimentos, a casa portuguesa conheceu várias deslocações de significado. Desde logo, como vimos, o modelo preciso que, em diferentes momentos, tipificou a casa portuguesa foi conhecendo algumas variações. Entre as propostas iniciais de Henrique das Neves e Barreira e a formulação final de Lino há de facto diferenças sensíveis. As interpretações arquitectónicas da casa portuguesa são também diversas e apresentam, sobretudo - como de resto é Raúl Lino o primeiro a reconhecer - uma qualidade bastante desigual. O próprio quadro cultural e ideológico mais vasto

<sup>1</sup> De acordo com a mesma fonte, «a introdução de alterações na execução de algumas das escolas que projectou, levou o arquitecto Raúl Lino a enjeitar a autoria das obras que considerou adulteradas» (*id., ibid.*).

em que sucessivamente se desenvolve o movimento da casa portuguesa é também ele variável. No início, como tem sido sublinhado, este deve ser entendido como uma tentativa de regeneração da cena arquitectónica portuguesa por referência aos programas revivalistas de finais do século, com especial destaque para o neo-manuelino (cf. Paulo Pereira 1995 e França 1990 [1967]) e possui, nesse sentido, um potencial renovador. No seu período áureo, pelo seu lado, o movimento opera - sobretudo por intermédio de alguns projectos de Raúl Lino, aos quais é generalizadamente reconhecida uma grande qualidade - como um dos factores de qualificação da arquitectura portuguesa e aparece em sintonia com um conjunto de outras tendências que percorrem a vida cultural da época. Nas fases finais do seu processo de desenvolvimento, a casa portuguesa, esgotada o seu tempo, assume um tom declaradamente anti-modernista e torna-se num dos principais obstáculos à renovação da cena arquitectónica portuguesa

Entretanto, apesar destes - e certamente doutros - factores de variação, há algumas grandes constantes que é possível surpreender no movimento da casa portuguesa. Assim, antes do mais, este deve ser visto como uma das principais expressões daquilo que, na sequência de Rui Ramos (1994), podemos classificar como o processo de refundação da nacionalidade que caracteriza em plano de destaque a vida cultural portuguesa entre o final do século XIX e o advento do Estado Novo e a que o próprio Estado Novo se encarregou de dar continuidade. Por seu intermédio ganha corpo um duplo programa, cujo primeiro objectivo - de natureza mais etnográfica - é a identificação «objectivadora» de um tipo português de habitação popular, susceptível de acrescentar ao conjunto de símbolos já disponíveis ou em processo de elaboração, um emblema suplementar da nacionalidade portuguesa. Simultaneamente, esse programa faz seu um objectivo pragmático, de mimetização - ou, para citar Cantwell (1993), de «etnomimetização» - estilizada e reciclagem erudita desse tipo habitacional como forma de renovação nacionalista do panorama arquitectónico português.

Este duplo programa está em sintonia com tendências mais gerais que percorrem a cena arquitectónica e artística «não moderna» da Europa da primeira metade do século XX. Foi no estrangeiro - como de resto tem sido repetidamente sublinhado - que Lino aprendeu o nacionalismo em arquitectura. É como reacção contra a importação dos «vernáculos» alheios - o «chalet», a «cottage» - que a casa portuguesa - a forma nacional de uma linguagem inter-

<sup>1</sup> Para uma apreciação arquitectónica de alguns projectos de Lino, com a destaque para a famosa Casa do Cipreste em Sintra, cf. designadamente Almeida, Pedro Vieira 1970.

<sup>2</sup> As amarras internacionais do movimento da casa portuguesa são relativamente difíceis de reconstituir de forma sistemática, dada a orientação maioritariamente modernista das histórias da arquitectura disponíveis. O que em seguida se apresenta são algumas notas breves, que não esgotam certamente a complexidade do assunto, merecedor de uma investigação mais aprofundada.

nacional - se começa por afirmar. De igual modo, o sucesso das propostas de Lino nas décadas de 1920 e 1930 inscreve-se numa tendência mais geral de retorno de expressões regionalistas na arte e na arquitectura do período de entre-guerras que, para a França, foi estudado por Romy Golan (1995) e Shanny Peer (1998) e que, na Alemanha, teve em Paul Schultze-Naumburg - um discípulo de Thessenow - uma das suas figuras centrais (Frampton 1996: 217-218). Finalmente quanto à adopção do formulário da casa portuguesa pelo Estado Novo, os paralelos com a França de Vichy e com a Alemanha nazi - onde a par do neoclassicismo triunfa também o *heimatstil* da escola de Stuttgart (cf. Nerdinger 1995) - devem ser também sublinhados.

Solidário destas tendências mais vastas, o duplo programa da casa portuguesa não é muito diferente daquele que os românticos tinham definido no início do século XIX para a literatura. Também aí, o objectivo de postular a nacionalidade por intermédio da identificação de um *corpus* de literatura popular própria se articulava com processo de etnomimetização estilizada e reciclagem desse *corpus* literário para efeitos de criação de uma tradição literária erudita nacional. Mas é agora aplicado, por um lado, não a um elemento da «cultura espiritual» mas a um aspecto da «cultura material». Por outro, incide sobre um tópico particularmente significativo para a linguagem do nacionalismo. De facto, como tem sido repetidamente sublinhado por vários autores a linguagem do nacionalismo concede grande relevo a metáforas inspiradas na linguagem do parentesco. Uma das expressões desse facto - como tivemos oportunidade de verificar no capítulo 2 - prende-se com a conceptualização da nação como um corpo de descendência étnica. Mas é igualmente conhecido o peso que outras metáforas relacionadas com o mesmo domínio semântico têm na construção de identidade nacional. A concepção da nação como «uma grande família», a designação de «mãe pátria» atribuída ao colectivo nacional, a assimilação à figura paterna de vultos decisivos na emergência de uma nação são, por exemplo, dispositivos suficientemente conhecidos. Da mesma maneira, a metáfora da casa - entendida como o espaço físico da família, associada a ideias de máxima proximidade e intimidade - é também corrente no discurso nacionalista (cf. Sobral 1999). É nesta perspectiva que podemos justamente encarar a particular importância que o tópico da arquitectura popular assume no discurso nacionalista.

É talvez nos textos do seu pai fundador, Henrique das Neves, que a inspiração nacionalista do movimento se encontra melhor expressa. Assim, em 1896, num prefácio explicativo a uma das várias reedições da sua nota de 1893

<sup>1</sup> Este aspecto foi também sublinhado por Paulo Varela Gomes, para quem a inflexão nacionalista dos anos 1930 «não foi uma fatalidade portuguesa devida ao conservantismo fascista. Foi uma tendência europeia, um 'neocademismo europeu', que se prolongou até ao triunfo do 'estilo internacional' no final da Guerra» (1989: 73). Sobre o mesmo tópico cf. também as considerações de Ana Tostões acerca da «recuperação classicista de clara tendência conservadora» na arquitectura europeia do período 1930-1945 (Tostões 1997: 95).

e a casa portuguesa, Henrique das Neves reconstitui desta forma o contexto da sua descoberta:

O que então sentimos (...) foi o acordar de uma forte paixão de portuguesismo, fenómeno cuja razão de ser descobrimos no nosso sangue, na hereditariedade. Assim, ao raso que estudávamos a Cava (...), recolhíamos a tradição oral do Grão Vasco, tomávamos notas e garatujávamos desenhos em que se fixava a forma estranha de algumas casas de habitação urbana (1896: 109).

É de acordo com esta perspectiva patriótica que Henrique das Neves, no final do mesmo prefácio, encara a solução definitiva do problema da casa portuguesa: a confirmação da existência desta

não seria somente um característico [mc] a mais a definir a nossa poderosa individualidade nos tempos idos; serviria também praticamente na actualidade a restituir à nossa arquitectura urbana, especialmente das Beiras inclusive para o norte (o país do tamanco) o tipo tradicional criado pela observação e engenho dos nossos antepassados. que em tudo valiam mais do que nós (*id.*, *ibid.*)

Entre alguns dos mais destacados partidários do movimento da casa portuguesa estas motivações nacionalistas reencontram-se também. D. José Pessanha, por exemplo, nas notas que consagrou ao tema da casa portuguesa escreveu a propósito de alguns dos projectos iniciais de cunho «tradicionalista» do então jovem Raúl Lino:

não é só na esfera política que devemos afirmar a nossa autonomia. É necessário também que todas as manifestações de arte nacional digam a nossa raça, o nosso temperamento, a nossa tradição, a nossa história (1902b: XLIV).

As notas críticas publicadas nas várias revistas de arquitectura das primeiras décadas do século XX são também pontuadas frequentemente por formulações de sentido similar. Nunes Colares, da revista *A Arquitectura Portuguesa*, define como «um acto de patriotismo» o programa da casa portuguesa de «fazer renascer (...) do olvido (...) as construções tradicionalistas» (Colares 1914: 29). «Como os ingleses, alemães, suecos, noruegueses, russos e outros povos têm a sua casa caracteristicamente nacional» (*id.*: 32), também Portugal se deve orientar para idêntico ideal. Em 1915, idêntica ideia é desenvolvida por um outro articulista da mesma revista, que escreve:

oxalá que se prossiga na campanha [da casa portuguesa], pois terá como consequência a vitória de dotar o país com arquitectura propriamente sua, como a têm todas as outras nações, a não ser as de formação recente, que têm de seguir as normas das nações protectoras (*A Arquitectura Portuguesa*, Ano VIII, n.º 10, Outubro de 1915: 40).

Mas é sobretudo em Raúl Lino que é possível encontrar uma formulação mais sistemática da casa portuguesa como programa de nacionalização da arquitectura portuguesa. Insistindo em *A Nossa Casa* que «o que nós quere-

mos é o reconhecimento do que é essencial, é o aferro à nossa índole verdadeira, o sentimento e a intuição das coisas portuguesas» (1918: 47), Raúl Lino afirmará o conteúdo nacionalista das suas propostas sobretudo por contraposição à influência que correntes vindas do estrangeiro possuiriam em Portugal. No mesmo livro, por exemplo, a casa portuguesa é apresentada como uma reacção salutar à descaracterização desnacionalizadora da arquitectura portuguesa: sob a influência das «revistas francesas», generalizou-se o «barbarismo de construções que deslustram a maioria das localidades portuguesas e que amplamente atestam a corrupção absoluta do gosto nacional» (1918: 16-17). Entre essas construções encontrar-se-ia o *chalet*:

por uma quadra aziaga de um mau ano, surgiu o primeiro *chalet*, depois seguiu-se outro e logo mais outros - sintomas volumosos e obcecantes da moléstia que já então infestava o país todo: *a desnacionalização* (*id.*: 87; os itálicos são meus).

Definida mais à frente como «o mais nefasto de quaisquer estrangeirismos que nos poderiam assolar» (*id.*: 123), foi contra a moda dos *chalets* que se ergueu a casa portuguesa, «abençoada (...) reacção» que « devia levar os artistas a estribarem-se nas boas tradições nacionais» (*id.*, *ibid.*).

Este elogio das virtualidades nacionalizadoras da casa portuguesa é retomado em «A Casa Portuguesa»: esta é aí de novo vista como uma «salutar reacção no sentido do *reaportuguesamento da nossa casa* (...) que (...) promete levar-nos outra vez a retomar a boa linha tradicional da casa portuguesa» (1929: 23; os itálicos são meus). Finalmente, em *Casas Portuguesas é de novo* o elogio do potencial nacionalizador da casa portuguesa que podemos encontrar, numa formulação onde os *chalets* são substituídos pelas construções da arquitectura moderna. Esta é descrita como «um estilo estranho à nossa índole» (1992: 53), que «corresponde ao triunfo do materialismo, ao auge da tirania da máquina» (*id.*: 79), «que unicamente convém ao colectivismo presente e futuro» (*id.*, *ibid.*). A esse estilo haveria que contrapor uma arquitectura apoiada «[n]aquilo que já existe: (...) a terra que nos serviu de berço, com as suas características, com o seu clima, com a sua tradição, (...) a índole da nossa gente» (*id.*: 52). Respeitador dessa convicção, o arquitecto deverá opor-se «a tudo o que tenda à desnacionalização da nossa arquitectura doméstica», comportando-se «com a proficiência do verdadeiro arquitecto e *a dignidade do bom português*» (*id.*: 60; os itálicos são meus).

## UMA COMPOSIÇÃO INDIFERENTE À DIVERSIDADE

Por detrás desse programa nacionalista encontra-se uma visão da cultura popular e, em particular, da habitação tradicional marcada, antes do mais, por uma imagem homogeneizadora do país, indiferente às expressões da sua diversidade interna. De facto, falar da casa portuguesa é, invari-

velmente, postular um modelo ou um conjunto de soluções arquitectónicas cuja existência se verificaria à escala do país no seu conjunto e que se sobreporiam às expressões locais e/ou regionais que a habitação popular apresentaria.

É contra essa visão do país e da sua habitação popular que se afirmarão algumas das vozes mais críticas em relação à casa portuguesa, em particular ao longo do período entre 1893 e 1909. Entre essas vozes encontra-se, antes do mais, como vimos, a de Rocha Peixoto (1967f [1904]). Etnógrafo importante na descoberta e tentativa de sistematização da diversidade etnográfica de Portugal (cf. capítulo 1), Rocha Peixoto faz sua uma crítica à casa portuguesa baseada justamente na diversidade do país tal como esta se reflectiria nos diferentes tipos de habitação popular.

O ponto de partida dessa crítica é fornecido por uma abordagem proto-funcionalista (no sentido que esta expressão tem, não tanto em história da antropologia, mas em história da arquitectura) da habitação. Esta é vista como o resultado de um conjunto de condições naturais que influenciariam decisivamente a variedade de soluções construtivas. Essa diversidade resultaria por exemplo das condições geológicas prevaletentes em diferentes regiões do país, com o granito, o calcário e o xisto a determinarem formas distintas de agrupamento das casas e a influenciarem tanto soluções formais diferenciadas como variações importantes no aspecto exterior das casas. Por outro lado, «a adaptação ao clima obriga a providências e previsões que se exibem, em escala variável, no exterior do edifício» (*id.*: 155) - telhados, varandas, etc.. - e que são também elas variáveis. Por fim, a própria paisagem influenciaria também o aspecto geral do casario.

Em consequência de todas estas diferenças, os tipos habitacionais concretos que seria possível encontrar em Portugal seriam também muito variáveis, não autorizando, «de modo nenhum», que se pudesse falar «duma casa ou casas de indefectível estilo nacional» (*id.*: 160). Entre esses tipos, Rocha Peixoto enumera - naquele que pode ser considerado como o primeiro esboço de uma tipologia da habitação popular em Portugal - a «cabana de madeira» - que ele já havia estudado nos «Palheiros do Litoral» (1967d [1899]) -, as «casas circulares colmadas», a «casa térrea da montanha», a «casa térrea da Ribeira» e, por fim, tipos mais sofisticados de habitações de dois pisos, com varanda e escada exterior.

Assumindo uma dimensão particularmente clara em Rocha Peixoto, a crítica à visão homogeneizadora da habitação popular subjacente à casa portuguesa reencontra-se, como vimos, noutros críticos da casa portuguesa como Abel Botelho e Joaquim de Vasconcelos. Para Abel Botelho, é também

impossível estabelecer para todo o país um tipo, já não digo uniforme, mas nem sequer aproximado de construção civil (...). Em cada região mais acentuadamente caracterizada do nosso país se notam e se mantêm tipos especiais de habitação (1903: 2).

Joaquim de Vasconcelos é também ele relativamente categórico quando, no seu artigo publicado sobre «Arte Decorativa Portuguesa» - de resto impregnado de um tom bastante nacionalista - escreve:

Fala-se tanto - tem-se falado de mais - na criação da *Casa Portuguesa*, com decoração própria, original, que já ninguém se entende no meio de tantas receitas e alvitres. Cada província tem felizmente o seu tipo. Procurai-os. Como pretendéis pois apregoar uma *fórmula, um padrão único* (1909: 185; em itálico no original).

Entre os partidários da casa portuguesa, as questões levantadas pela diversidade tipológica da habitação popular portuguesa também não são ignoradas. No artigo em que reedita a nota de 1993 de Henrique das Neves sobre a casa portuguesa, Gabriel Pereira, pese embora a sua aprovação, não deixa entretanto de advertir para essa diversidade:

A casa varia, adapta-se ao clima e aos costumes do habitante. Estudando a casa portuguesa, devemos marcar a rural e a urbana. A minhota, com o seu eido, difere do casal alentejano, com o seu quintal ou quinchoso: diferem no aspecto, no lar e na chaminé, pela falta ou abundância de cal, nas varandas, que no sul chegam a ser terraços. Basta a neve, que na região norte do país forma no Inverno espessas camadas, para originar diferenças de construção (1895: 22).

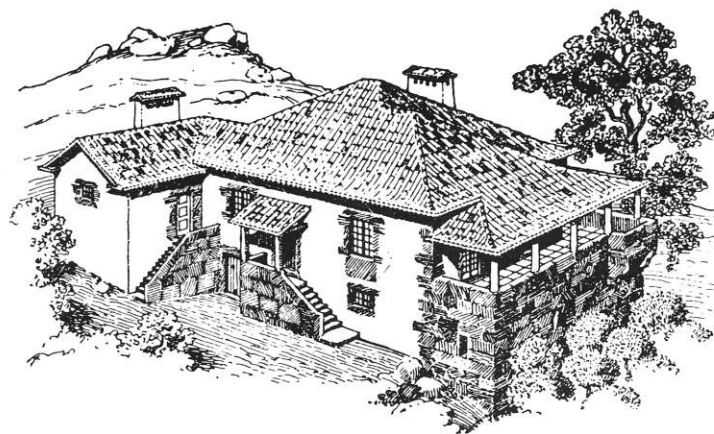
D. José Pessanha alinha pelo mesmo diapasão, quando escreve em 1902 que a diversidade regional portuguesa contribuiria

para a especialização das habitações (...). Os tipos tradicionais (...) devem, pois, variar, e variam com efeito, de região para região, no aspecto exterior, na ornamentação das portas e das janelas, nas varandas, nas escadas, na matéria das coberturas e pavimentos, no lar, na chaminé... (1902a: XIX).

Mais tarde, em 1909, João Barreira, ao mesmo tempo que, como vimos, retoma e revê as propostas de tipologização da casa portuguesa formuladas por Henrique das Neves, não deixa entretanto de colocar a parte inicial do seu artigo sob o signo - paradoxal - da diversidade. Assim, no tocante à casa rural - que Barreira diferencia claramente da casa urbana - haveria que distinguir a casa de granito, prevalecte no Norte, da casa de calcário, dominante a sul. No sul do país, haveria também uma certa diversidade de tipos, expressa nas diferenças entre o monte alentejano e a casa do Algarve. Tipos especiais como a casa-caverna ou os palheiros do litoral são ainda referidos por Barreira que sublinha, por fim, o modo como, nas vilas e cidades, a diversidade da habitação popular seria ainda maior, tanto do ponto de vista construtivo, como ornamental.

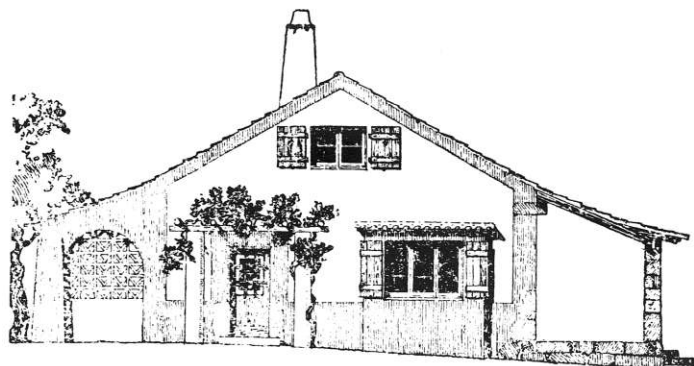
Em todo este debate, o que ainda hoje surpreende o observador contemporâneo é a razão «etnográfica» que parece assistir aos argumentos daqueles que contestavam a casa portuguesa em nome da diversidade habitacional existente no país. Essa razão etnográfica parece ser de facto tão forte que nem mesmo um autor como Joaquim de Vasconcelos, num artigo que é de resto um

*Ilust. 1.*

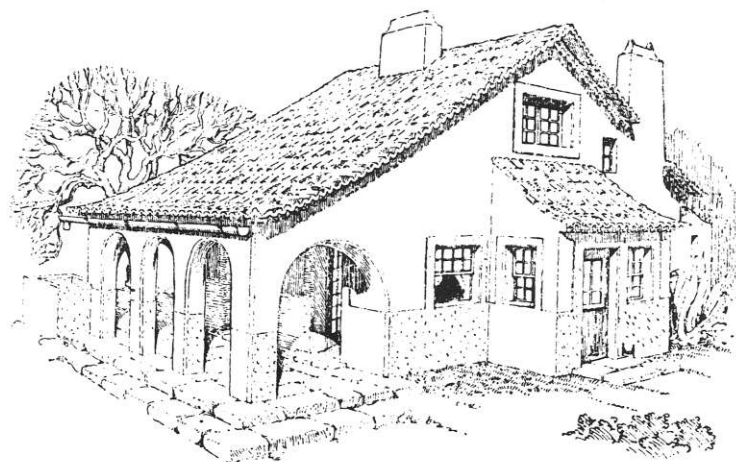


*Três ilustrações publicadas em Casas Portuguesas de Raul Lino.*

*Ilust. 2.*



*Ilust. 3.*





Fotos 1, 2. Fotografias do **Inquérito à Habitação Rural**. A ênfase é colocada nos aspectos críticos da habitação rural: uma parede carecendo de reparação -foto 1 — ou uma habitação térrea de aspecto modesto —foto 2.



Foto 2.



Foto 3. A casa do Olival (Barcelos). Reproduzida na capa da 2.ª edição de *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, a fotografia ilustra um dos exemplares arquitectónicos elogiados pela leitura modernista da arquitectura popular proposta pelo *Inquérito*.

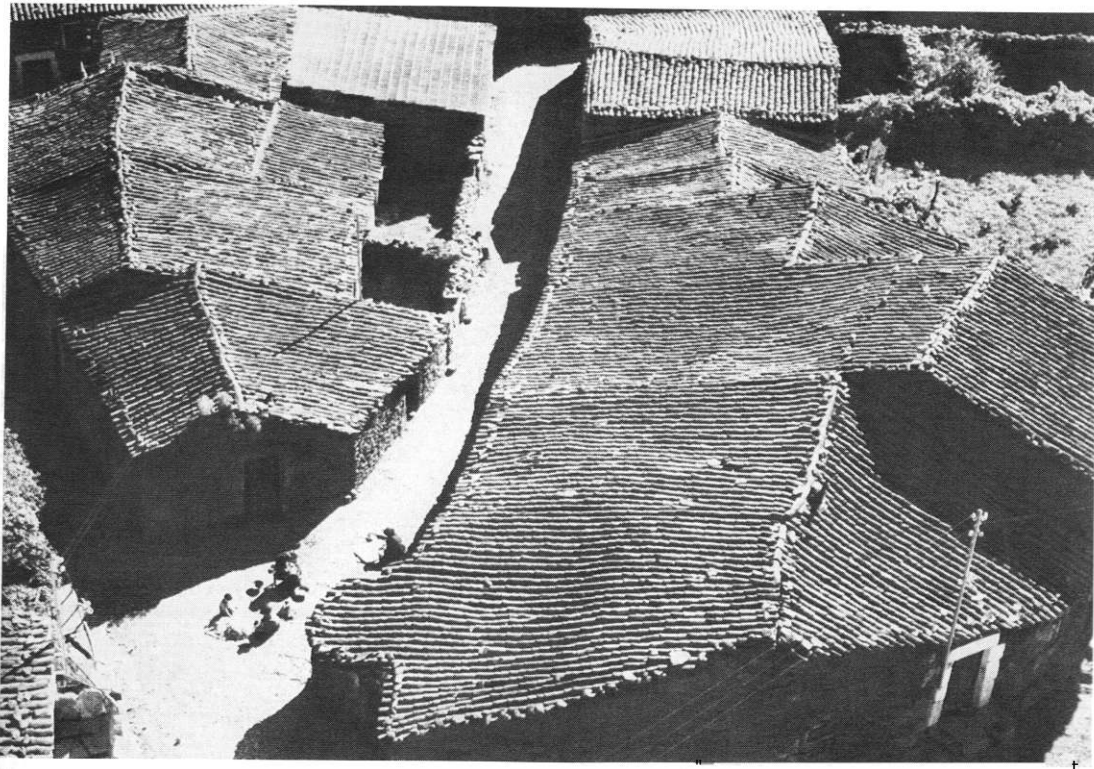
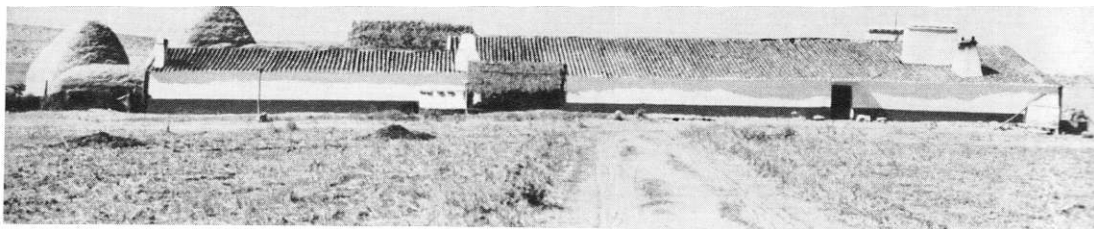


Foto-4

Fotos 4, 5. Fotografias da capa dos dois volumes da 1ª edição do **Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal** ilustradoras da diversidade da arquitectura popular portuguesa.



Fa



*Fig. 6. Conjunto de casas para trabalhadores agrícolas em Picanceiros (Mafra). A serielidade desta solução tornou-a particularmente atractiva para os critérios modernistas do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal.*



*Foto 7. Casa em Ar, Leiria (Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal).*

*Foto 8. Palheiro em Marvão (Arquitectura Tradicional Portuguesa). As construções primitivas foram um dos tópicos principais da pesquisa de Veiga de Oliveira e seus colaboradores.*

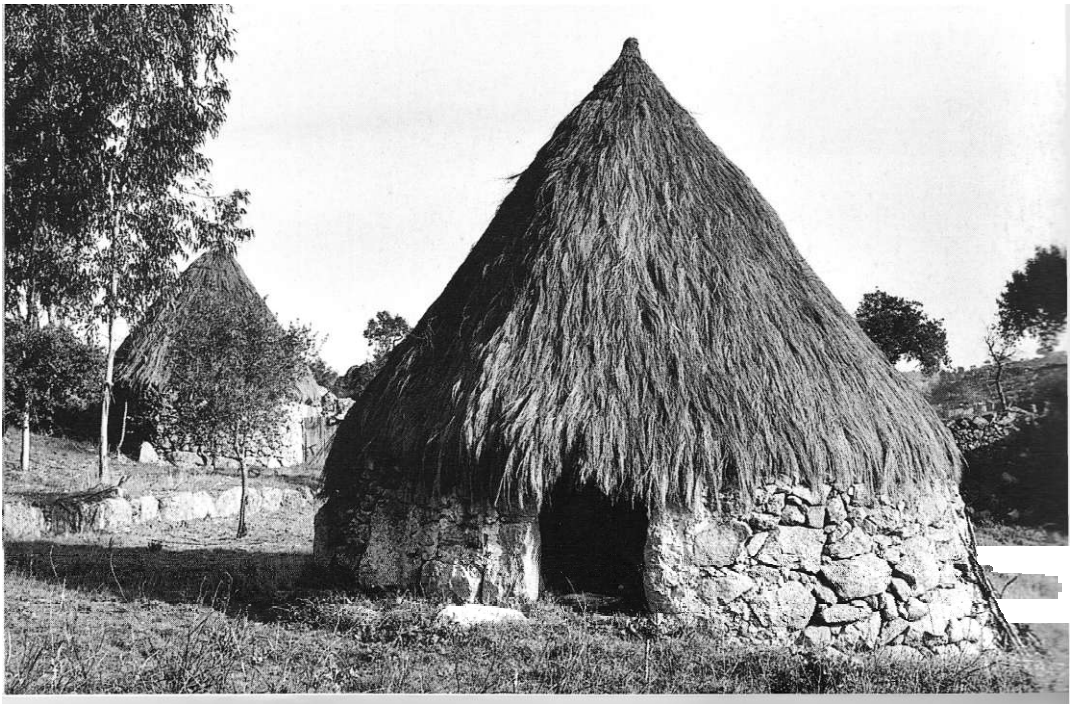
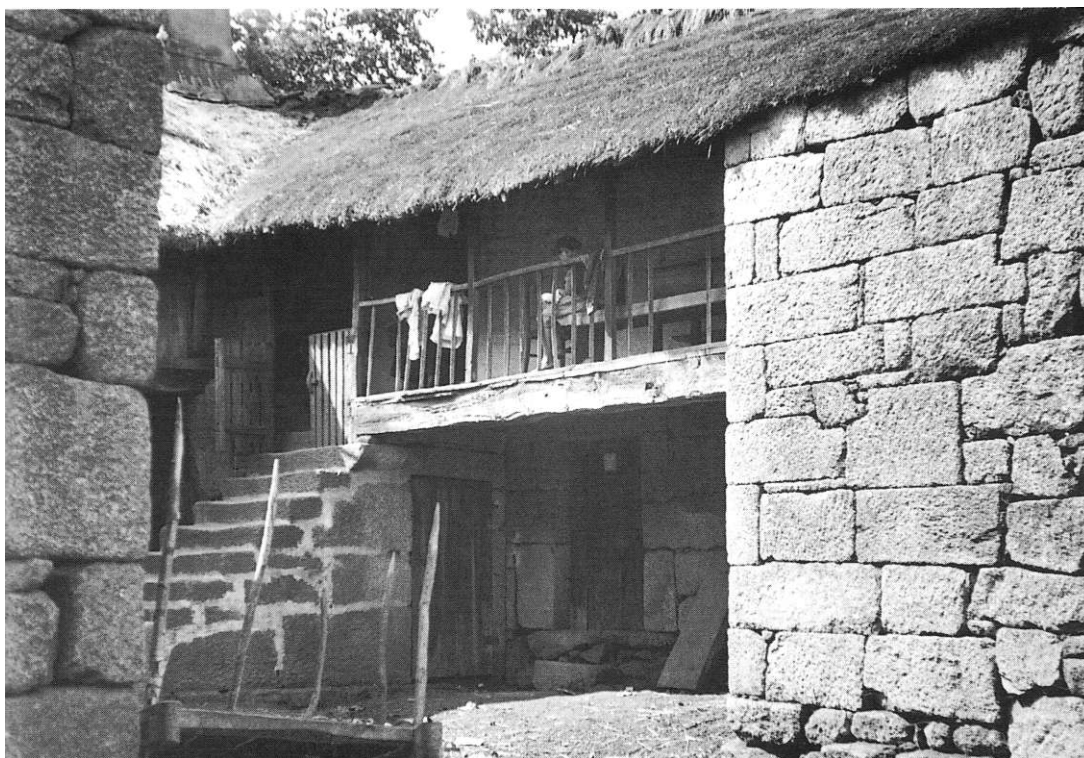




Foto 9. Conjunto de espigueiros do Soajo (*Arquitetura Tradicional Portuguesa*). O fascínio de Veiga de Oliveira e seus colaboradores pelo espigueiro é parte integrante de uma sedução mais larga pela arquitetura de granito do norte de Portugal.

Foto 10. Casa em Vilarinho da Mó (Boticas) (*Arquitetura Tradicional Portuguesa*). Veiga de Oliveira e seus colaboradores sublinharam as funções produtivas da varanda transmontana.





*Foto 11. Casa da Murtosa (Arquitetura Tradicional Portuguesa). A identificação desta tipologia habitacional é um dos méritos da pesquisa de Veiga de Oliveira e seus colaboradores.*

*Foto 12. Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) (Arquitetura Tradicional Portuguesa).*



manifesto nacionalista em torno da arte popular portuguesa, parece convencido pelos argumentos «homogeneizadores» dos defensores da casa portuguesa. Estes, de resto, não permanecem indiferentes à razão etnográfica e repetidamente reconhecem que há aí um ponto incómodo, um argumento a considerar, estudos a fazer. Mas, em última análise, como o provará a evolução do debate a partir de 1909, a razão nacionalista - ao contrário daquilo que aconteceu em relação às teses lusitanistas examinadas no capítulo 2 - acabará por sobrepor-se à razão etnográfica e, com ela, é não só a casa portuguesa que triunfa, mas também a visão homogeneizadora da cultura popular a ela associada.

Agitada como argumento principal pelos críticos, mantendo-se como dúvida para muitos dos seus apoiantes, esta incompatibilidade entre a casa portuguesa e a diversidade de tipos habitacionais populares existente no terreno tem aliás uma das suas mais significativas manifestações no vocabulário «malgré lui» pronunciadamente regional que as diferentes propostas da casa portuguesa enquanto programa arquitectónico reiteradamente apresentam.

O caso de Henrique das Neves é o mais óbvio. Como é o próprio a reconhecer, a sua casa portuguesa é uma proposta cuja eficácia se cingiria ao «país do tamanco», isto é, ao centro e ao norte de Portugal. Com João Barreira, por seu turno, a casa portuguesa, ao mesmo tempo que guarda parcialmente essa feição regional nortenha, inicia o seu processo de deslocação para o sul que - como o atestam os escritos de Vergílio Correia, Luís Chaves e do próprio Leite de Vasconcelos - se torna sensivelmente nessa altura num lugar importante de efabulação no pensamento nacionalista. De facto, embora algumas soluções tipificadoras da sua casa portuguesa - os dois andares, a escada exterior - evocuem soluções mais características do norte - o peso colocado no alpendre e, sobretudo, a importância atribuída à ornamentação - têm já a ver com o sul.

Iniciado em João Barreira esse processo de deslocação para sul da casa portuguesa conhece o seu desfecho em Raúl Lino. De facto, como tem sido sublinhado, independentemente das suas reclamações de representatividade nacional, a casa portuguesa de Lino tem um forte sotaque do sul. Esse sotaque pode ser relacionado desde logo com o lugar que o sul parece ocupar no imaginário de Raúl Lino. Não apenas o sul de Portugal - que Raúl Lino percorreu de bicicleta no início do século - mas também Marrocos - que Lino visitou em 1902 - e a herança arquitectónica árabe<sup>1</sup>. Mas está também relacionado - de acordo com o seu contemporâneo D. José Pessanha - com a localização dominante das encomendas de Raúl Lino, situadas em Lisboa e arredores: «Raúl Lino percorreu todo o país», mas

prevendo que a sua actividade teria de exercer-se, de preferência, em Lisboa e cercanias, dedicou mais atenção às casas do Alentejo, por serem as do Norte e do Algarve menos adaptadas ao clima da nossa região (Pessanha 1902a: XX).

<sup>1</sup> Esta, de resto, foi citada expressamente por Lino nos seus primeiros projectos - as chamadas casas marroquinas (cf. Pedro Vieira de Almeida 1970).

Mas é sobretudo no seu modelo de casa portuguesa que esse sotaque do sul é mais evidente. O alpendre, a importância da cal, o azulejo, todos esses elementos têm a ver com o sul. O «antigo telhado da casa portuguesa» chega a ser sugestivamente comparado a uma tenda norte africana:

Toda a cobertura é como grosseira lona deitada sobre a construção em forma de tenda; e a quem tenha percorrido aduares mouriscos do norte de África, ocorrer-lhe-á facilmente a analogia (1992: 71).

Não é que não existam preocupações de regionalização desta linguagem com forte sotaque de sul, como o mostram de resto as estampas que acompanham tanto *A Nossa Casa*, como *Casas Portuguesas*. Mas essas preocupações devem ser vistas como isso mesmo: como tentativas de readequação regionalizada de uma linguagem arquitectónica cujos elementos estruturantes são no essencial tirados de tipologias populares do sul.

Deste ponto de vista, as propostas da casa portuguesa em geral e de Raúl Lino em particular são tributárias de um mecanismo recorrente no pensamento nacionalista, sobretudo nos seus estádios iniciais de desenvolvimento. Este, confrontado com a heterogeneidade e a diversidade do espaço nacional, cria os seus símbolos a partir de um trabalho de selecção de práticas e discursos com uma circulação restrita, local e/ou regional, que necessariamente envolve um duplo mecanismo de descontextualização e recontextualização. Foi assim que, a partir do Minho, num processo que remonta às décadas finais do século XIX - como mostra um trabalho de António Medeiros (1995) - foram criados um modelo de traje e de dança de vocação e circulação nacionais. O caso do fado, cantiga de Lisboa transformada em canção nacional no decurso dos anos 20 e 30 é também conhecido. Foi também assim que se tentou criar um modelo de casa portuguesa.

## UMA IDEOLOGIA PASTORAL

Marcada por esta visão homogeneizadora do país e dos seus tipos de habitação popular, a ideologia da casa portuguesa possui também um forte acento pastoralista, no sentido genérico que esta designação tem recebido em história da literatura, onde se aplica a uma sensibilidade «gerada pela necessidade de fuga à complexidade e ao poder crescentes da civilização» e uma correspondente atracção pela «felicidade representada pela paisagem natural, uma paisagem preservada da civilização ou, quando cultivada, de características rurais». Produzida por cidadãos, a sensibilidade pastoral origina

<sup>1</sup> Cf., a este respeito, Foster 1991.

<sup>2</sup> Cf., a este respeito Brito 1994 (ed.) e Leal 1999a: 183.

um afastamento simbólico do centro da civilização para a natureza, da sofisticação para a simplicidade, ou, para introduzir a metáfora central [deste] modo literário, da cidade para o campo (Marx 1967: 30).<sup>1</sup>

Definida desta maneira, a sensibilidade pastoral é entretanto uma sensibilidade que se estende a outros discursos, com destaque para a pintura ocidental posterior ao século XVIII (cf. Marx 1967, Helsinger 1997)<sup>2</sup> e, também, para a arquitectura, onde a *villa* - como demonstrou por exemplo Ackerman (1995) - pode justamente ser visto como um modelo arquitectónico estreitamente associado a uma visão pastoral das relações entre campo e cidade.

É justamente para esse tipo de sensibilidade que nos remete a casa portuguesa. Como é de esperar, é em Raúl Lino que essa visão se deixa surpreender com maior clareza. Leitor de Emersom e Thoreau, viandante fascinado pelo sul de Portugal e por Marrocos, amante de Sintra - onde construiu a sua Casa do Cipreste -, Lino parece ter de facto retido das suas leituras e deambulações juvenis, um intenso e marcado gosto pelo campo enquanto paisagem por excelência.

Essa importância da paisagem campestre enquanto categoria central do pensamento de Lino foi sublinhada no estudo de Irene Ribeiro. Para esta autora,

a consciência do espírito da paisagem como vector determinante em todo o projecto construtivo e urbanístico, acompanha a sua intenção moralizante da arquitectura nacional, numa autêntica pedagogia da natureza que Raúl Lino encara na sua dimensão cósmica de envolvente sagrado da existência humana. (...) A natureza é um constante lugar de fruição estética e só em consonância com ela se poderiam atingir as condições ideais do construir e do habitar, em rigor, as formas superiores de toda a arte (1994: 164).

É justamente este gosto pela paisagem que podemos encontrar em plano de relevo na reflexão de Lino sobre a casa portuguesa enquanto facto etnográfico. De facto, esta é, antes do mais, um elemento que empresta pitoresco à paisagem, saturando-a de notas evocativas e de referências pictóricas. Em *A Nossa Casa*, por exemplo, Lino evoca

essas casitas sorridentes, sempre alegres na sua variada caiação; casas dum branco radiante como a da roupa corada ao sol, outras da cor de rosa com os beirais verdes, dando-lhes uma impressão de frescura que lembra melancias acabadas de retalhar. Brancas, cor-de-rosa, vermelhas ou amarelas - quem não sentirá o aconchego expresso nos seu vãos bem proporcionados, a lhanza das suas portas largas e convidativas, a linha doce dos seus telhados de beira saliente com os cantos graciosamente revirados, o aspecto conciliador dos seus alpendres, as trapeiras garridas respirando suficiencia... finalmente as suas chaminés hospitaleiras e fartas! (1918: 28).

Embora esta seja a visão mais generalizada da pastoral como género literário, alguns autores têm chamado a atenção para o seu carácter excessivamente abrangente. Cf., a este respeito, Alpers 1996.

- Em Leal 1999b, tive ocasião de mostrar o modo como géneros científicos como a geografia humana e a antropologia podem ser encarados como expressões de uma sensibilidade pastoral.

Mas é sobretudo em *Casas Portuguesas* que as formulações de Lino a este respeito são mais claras. E o que se passa com o elogio da cal que aí podemos encontrar:

Abençoado o uso da cal que com a sua variegada paleta salpica a nossa paisagem de alegria, ora exuberante com as ocas e os vermelhos, ora cheia de delicadeza onde o acaso ou o instinto dos alvenéis justapõe as mais finas cambiantes dos amarelos claros e dos rosas numa tonalidade que lembra o aspecto apetitoso de alperces maduros. Não sabemos o que há de tão extremamente agradável, tão fresco e atraente para nós, portugueses, quando na rua da aldeia se alinham simpáticas casas de todas as cores mimosas do caiado - branco de natas, marfim, limão, flor de tília ou enxofre, rosa salmão, etc.; é como quando se abre uma gaveta bem arrumada, cheia de roupa multicolor lavadinha e perfumada a alfazema! (1992: 64).

E é também o que se passa com a definição emblemática que Lino dá no mesmo livro da «boa casinha portuguesa» (*id.*: 72). Seria em Janeiro que

essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. Que alegres no seu variado matiz; que acomodadas nas proporções; que graça, que modéstia e contentamento não respiram! nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade. (...) Parece que estas casas eram dotadas de uma espécie de bom-senso que as impedia de tomar atitudes agressivas, na forma ou na cor, que incomodam o viandante, que nenhuma obrigação tem de aturar extravagâncias e imbecilidades (*id.*: 73).

Finalmente, é também no mesmo sentido que milita um poema - uma espécie de Ave Maria da casa portuguesa - escrito por Lino:

Lindas casas do meu país! que repousais entre oliveiras e virtudes no aconchego da paisagem portuguesa	Casinhas queridas do velho Portugal, que foste berço dos nossos maiores, que agasalhastes a nossa meninice, -
Que, desabrochando à luz suave manhã, - brancas de neve, cor de rosa ou de limão - nos dais os bons dias por entre a neblina que nos vales se atarda;	Guardai para todo o sempre a graça do vosso sorriso, para que ele nos ilumine assim como hoje, na hora do último AMEN
Que às Ave-marias nos dizeis boa-noite, desmaiando na esplandecência dos poentes em flor;	(Lino 1937: 272)

Em todas estas passagens o que transparece é sempre o mesmo fascínio que o «viandante» citadino sente por essa espécie de «paisagem intermédia» (Tuan 1974, Marx 1976) que seria a paisagem rural com casas. De facto, como tem sido sugerido por vários autores, a sensibilidade pastoral dirige-se para uma paisagem que não é nem uma paisagem natural selvagem completamente desprovida de traços de humanização nem uma paisagem completamente humanizada, mas para qualquer coisa situada entre ambas, «um produto da história

parcialmente desenhado pelo homem» (Marx 1976: 63). No caso de Lino, é justamente a presença das «boas casas portuguesas de há cinquenta anos atrás» que opera como o elemento estratégico dessa semi-humanização securizante da paisagem. Ela introduz no cenário natural cor, formas, notas pitorescas, beleza. Ela é, literalmente, um elemento da paisagem vista pelos olhos do pastoralista<sup>1</sup>.

Tal como na pastoral como género literário, também em Lino, essa paisagem com casas é apreendida de acordo com um certo número de convenções. A primeira e a mais evidente tem a ver com o código visual. A importância deste no desenvolvimento da pastoral a partir do século xviii foi sublinhada por Leo Marx (1967: 92). É justamente para a importância do código visual que nos remetem as descrições da casa portuguesa enquanto realidade existente no terreno em Raúl Lino. O ponto de vista é o do aquarelista interessado em captar o jogo de cores - os salmões, os rosas, os enxofres -, a frescura das formas, o jogo dos volumes, a disposição na paisagem - junto à estrada ou perto dos campos - de qualquer coisa que é sempre visto a partir da distância confortável do arquivista. Não deixa de ser significativo a este respeito que Lino, apesar dos seus repetidos conselhos sobre a importância da planta e da organização interna da casa portuguesa enquanto programa arquitectónico, nunca entreabra sequer a porta da casa portuguesa enquanto realidade etnográfica. E de fora, do cavalete instalado no meio do campo, que são apreciadas as «boas casas portuguesas de há cinquenta anos atrás».

Tal como na pastoral moderna, essa visão idílica está também impregnada de um elemento de tensão, que confere maior densidade à descrição proposta. De facto, como Leo Marx mostrou, o funcionamento do género pastoral não dispensa a presença de uma «contraforça». No caso por ele estudado - um texto de Hawthorne sobre um trecho da paisagem rural da Nova Inglaterra (EUA) no meio do século xix - essa contraforça é representada pela irrupção repentina do silvo de uma locomotiva no cenário idílico que está a ser descrito pelo escritor. E esse facto que, por contraponto, acrescenta mais força à evocação campestre de Hawthorne. Nas paisagens de Lino não há locomotivas. Mas há, significativamente «pontes metálicas de vias férreas» (1918: 18), e, claro, *chalets* e construções modernistas, que jogam o mesmo papel de contraforça. São elas que ameaçam destruir a paisagem com casas do pastoralista, é por referência a elas que a evocação dessa paisagem ganha uma espécie de urgência moral.

De facto, e por fim, tal como nas convenções do género pastoral, a contraposição entre a paisagem com casas do pastoralista e a evocação dos seus inimigos, é uma contraposição de conteúdo moral. Por exemplo, insurgindo-se contra a ponte de ferro, Lino considera-a como «um esqueleto sem fisio-

<sup>1</sup> Cf. a este respeito o elogio do pitoresco feito por Lino na *Auriverde Jornada*: «é pitoresca a choupana que se encosta à escarpa do monte, amoldando-se ao rochedo; a árvore que, cedendo ao impulso do vento, abraça a casa numa onda de verdura; mais pitoresca é a chaminé da rústica moradia quando deita fumo na luz crepuscular» (1937: 229).

nomia orgânica que patenteia uma função sobretudo utilitária, sem qualquer sentimento» (*id.*, *ibid.*). A mesma contraposição entre utilidade e sentimento reencontra-se na sua apreciação da arquitectura modernista. Esta, no seu despojamento e na sua orientação anti-ornamental, teria qualquer coisa de frio e materialista, em contraposição com a fantasia e o romantismo do ornamento e das soluções inspiradas na história. Mas é talvez num plano menos imediato que o conteúdo moral da casa portuguesa se deixa ver de forma mais importante. Esta é associada por exemplo a «um espírito de boas maneiras, de perfeita cortesia», de «bom senso» (1992: 73), a «coisas simples e ideias direitas» (*id.*: 70), que é contraposto à agressividade, às «extravagâncias e imbecilidades» (*id.*, *ibid.*), a tudo o que é «afectado ou rebuscado» (*id.*: 50). Mais do que uma oposição entre simples categorias de gosto, estes contrastes devem ser vistos como um comentário sobre os universos morais representados respectivamente pela tradição e pela ruptura com os valores a esta associados.

Enquadrada por esta ideologia pastoral, a habitação popular vista pelos olhos de Raúl Lino tem simultaneamente qualquer coisa de um objecto de arte popular. Os critérios de apreciação desses edifícios feitos pelo povo são de facto critérios eminentemente estéticos. Eles começam por valorizar a capacidade que esses objectos têm de não desmentir a beleza da paisagem. Eles são um adorno ou conjunto de adornos de valor essencialmente decorativo que, judiciosamente colocados na paisagem, lhe acrescentam uma reconfortante - sobretudo para os olhos - dimensão habitada. Mas é sobretudo ao nível da composição de pormenor que esta visão da habitação como um objecto de arte popular é mais evidente. De facto, a casa popular decompõe-se ela própria num conjunto de soluções menores elas próprias com elevado valor decorativo. Entre essas soluções a mais repetidamente referida por Raúl Lino é, claro, o alpendre, de que o autor elogia «o aspecto conciliador» (1918: 28), referindo-o como «agradável feição da nossa casa» (1992: 36) e de que fornece em *A Nossa Casa* uma descrição emblemática:

A porta, imaginamo-la bem acolhedora, antes baixa que alta, mas larga, abrigada por um alpendre com aos seus esteios de alvenaria, de pedra tosca ou lavrada, e assediada de todos os lados por plantas trepadeiras contidas por latada ou por caniçados em esmerado concerto (1992: 44).

Outras soluções são objecto de elogios igualmente rasgados, como acontece com o valor decorativo da cal:

o caiado dá às superfícies uma certa palpação de vida, dá-lhes uma auréola de fresquidão na ardência do estio, suspende e alivia em cintilações a luz esmagadora do sol de Agosto, aumenta a transparência nas projecções de sombra... Depois, com o tempo, nada perde do seu valor decorativo (1918: 32).

Igualmente reveladora é a comparação que Lino faz entre a caiação das casas e o «fresco tecido de linho para a mesa das refeições» (*id.*: 34). A «linha

doce dos (...) telhados de beiral saliente com os cantos graciosamente revirados» (*id.*: 28), as «chaminés hospitaleiras e fartas» (*id.*, *ibid.*) são outras das soluções elogiadas por Lino.

Incidindo sobre a casa e os seus elementos componentes, a ideologia pastoralista e esteticizante subjacente à casa portuguesa enquanto realidade etnográfica desdobra-se por fim numa visão do «povo» marcada ela própria por estereótipos amáveis e saturados de uma rusticidade virtuosa. Na sua feliz integração na paisagem, nas suas proporções adequadas, nos seus pormenores decorativos, a casa portuguesa seria um reflexo arquitectónico de valores espontaneamente presentes na «maneira de ser» (1929: 67) das camadas populares como a robustez, a sobriedade, a dignidade, a modéstia, a amabilidade, o contentamento, etc...

\*

Transparecendo nos modos de apreensão da habitação popular portuguesa enquanto realidade existente no terreno, a ideologia pastoralista sobre a qual repousa a casa portuguesa reencontra-se também na sua componente de programa arquitectónico.

Nesta sua faceta, a casa portuguesa é, de facto, uma casa de campo ou, pelo menos, uma casa que, podendo ser construída na cidade, tem como objectivo trazer para dentro da cidade o campo e os valores a este associados. Em qualquer dos casos ela pode ser vista como uma *villa*, no sentido em que Ackerman (1995) caracterizou este tipo arquitectónico. Tradicionalmente definida como «uma construção no campo destinada a proporcionar repouso e prazer ao seu proprietário» (1995: 9), a *villa* ganha de facto no decurso do século XIX um sentido mais amplo de

qualquer residência separada ou semi-separada, seja na cidade, nos subúrbios ou no campo, com um pouco mais de espaço em sua volta do que as habitações das ruas densamente povoadas do centro urbano (*id.*: 18).

E neste quadro que pode ser vista a casa portuguesa, tal como Lino a pensa. Para ele, esta é de facto uma «casa própria independente» (1992: 11) programada antes do mais para o campo. E a essa luz que se pode considerar a insistência de Lino na sua integração na paisagem (rural) circundante. É também a essa luz que pode ser considerada a argumentação de pormenor que Lino dá para algumas das suas escolhas, que pressupõem justamente a casa portuguesa como um *locus* privilegiado de contacto com a natureza e os elementos naturais.

A importância da casa se abrir para o ar puro e para o sol é repetidamente sublinhada, sobretudo no tocante ao alpendre. Em *A Nossa Casa*, por exemplo. Lino escreve a esse respeito: «o alpendre pede muito sol (...). Um alpendre sem sol é coisa triste» (1918: 51). Mais tarde, nas *Casas Portuguesas*,

essa argumentação solar do alpendre é apresentada de forma mais desenvolvida:

O alpendre é durante o Verão bom regulador de temperatura nas casas que lhe ficam anexas; quanto mais alto vai o sol, maior é a sombra que ele dá; no Inverno, e sempre que o sol anda baixo, o alpendre não põe estorvo à entrada de boa luz. (...) País soalheiro por excelência como é o nosso, temos obrigação de amar a carícia desse nosso 'irmão' mais velho e mais forte, quando dele mais precisamos; mas devemos também acautelar quando, no meio do Verão, este afago carinhoso se transforma às vezes no terrível abraço do urso (1992: 34, 35 e 36).

As próprias ilustrações propostas sublinham essa faceta de «casa de campo» da casa portuguesa. De facto, tanto em *A Nossa Casa* como, sobretudo, nas *Casas Portuguesas*, a maior parte dos exemplos publicados situam-se claramente em áreas suburbanas não edificadas - «Casa dos Arredores de Coimbra» (1992, ilustração 1) , «Casa num Subúrbio do Porto» (1992, ilustração 2), «Casa nos Arredores de Lisboa» (1992, ilustração 12), «Casa Suburbana no Sul» (1992, ilustração 33) - ou em áreas rurais - «Casas» na Serra da Estrela, Estremadura, Minho, Serra do Caramulo, Sul, Ribatejana. Rústica de Trás-os-Montes, Beira Litoral, etc. (1992, ilustrações 4, 7, 10, 13, 19, 20, 22), «Casita no Ribatejo» ou «à Beira-Mar» (1992, ilustrações 6 e 18).

Finalmente, os exemplos mais conhecidos de aplicação desse programa arquitectónico - seja por Raúl Lino, seja por outros arquitectos ou construtores civis - sublinham essa vocação campestre da casa portuguesa. Em particular, tem sido sublinhado o peso da casa portuguesa na arquitectura balnear do princípio do século.

Simultaneamente, a casa portuguesa pode situar-se na cidade e o seu objectivo é então o de recriar o campo na cidade. Para isso, ela deve estar implantada num terreno largo, deve ser murada, criando uma espécie de écran contra «o mundo exterior que deixamos lá fora e que nos é estranho, indiferente e por vezes hostil» (1992: 24). Mas é sobretudo ao jardim que é confiado um papel fundamental nesse processo de recriação do campo na cidade. Aí, insurgindo-se contra «disposições estranhas que, transpostas sem critério e incompletamente (...) se tornam muitas vezes insípidas e inadequadas» (*id.*: 82) e, em particular, contra a «sensaboria dos jardins lisboetas» (*id.*: 83) e a «desgraçada melancolia dos jardins modernos» (*id.*: 84), Raúl Lino defende um retorno à flora endógena, aos «jardins de murta e alecrim», às «bordaduras de alfazema e manjerona», ao cedro-caramanchão, ao «teixo escuro que guarda a sombra da noite», ao azereiro, às «romãzeiras granadinas, com a girândola dos seus loendros sempre florescidos», ao aroeiro e ao zambujo, à «figueira da Berbéria», aos «pinheirais, revestidos do mais belo e variado mato que há na Europa e que o medronheiro sem par semeia de rubis no Outono» (*id.*: 82). O seu jardim pode ser, nessa medida, encarado como um transplante para o

<sup>1</sup> Cf. a este respeito Briz 1989.

coração da cidade da paisagem rural, em particular, mais uma vez, da paisagem rural do sul de Portugal<sup>1</sup>.

Nesta sua dupla faceta de casa de campo ou de casa que traz o campo para centro da cidade, a casa portuguesa possui algumas das características da «open extended villa», descrita por Ackerman como um dos dois tipos principais da *villa* como categoria arquitectónica (Ackerman 1995: 18). Em opção ao modelo compacto-cúbico, esse tipo «é mais adequado à identificação ao meio natural com ideias de saúde e repouso» (*id.*: 20) e as suas modalidades de interacção com a natureza são «integrativas, imitando as formas naturais nas irregularidades da sua planta e dos seus alçados, agarrando-se ao chão, assumindo cores e texturas naturais» (*id.*: 22). «A imitação paradoxal da natureza por elementos artificiais», descrita por Ackerman como um processo de «rustificação» (*id.*: 31), é também um elemento importante neste tipo de *villa*.

Alguns destes elementos são justamente decisivos na prática arquitectónica da casa portuguesa tal como esta foi teorizada e praticada por Raúl Lino. A sua insistência da integração da casa na paisagem e na utilização de materiais de construção locais, o papel de mediação exercido a este respeito pelo alpendre ou pelo jardim, os alçados movimentados desdobrando-se frequentemente em volumes secundários, a pedra à vista no guarnecimento dos vãos ou dos embasamentos, as decorações florais que deveriam embelezar janelas, varandas e o próprio alpendre, devem ser lidos como um conjunto de dispositivos que acentuam esta vocação de «open extended villa» da casa portuguesa.

\*

Embora expressa de forma mais categórica em Raúl Lino, a ideologia pastoral em que se inscreve a casa portuguesa é reencontrável noutros autores. Por exemplo, para Henrique das Neves, o elogio da casa portuguesa é desde logo indissociável, como vimos, do panegírico, de contornos pastorais, do «país do tamanco» como um repositório de virtudes rurais:

belo país, característico país, tão belo e característico como o Alentejo e Algarve árabes, ou antes berberes. (...) E, como dizíamos, aquele o país do tamanco, e com ele o da broa, do caldo verde, do vinho verde, do gabão varino (...), da cachopa de seios fartos, grandes argolas pendentes das orelhas, e lenços de ramagens vivas cruzados no peito e atados no alto da cabeça, das lavradeiras trabalhando de sacho ou guiando os bois, das barqueiras, enfim da alegria própria duma natureza pujante e feliz (Neves 1893: 49).

Simultaneamente, as virtualidades actuais do modelo de casa portuguesa defendido por Henrique das Neves têm muito a ver com a capacidade que a

<sup>1</sup> Na mesma linha, veja-se o elogio da oliveira como uma «das mais portuguesa de todas árvores» na *Auriverde Jornada* (Lino 1937: 170-171).

varanda no último piso teria de introduzir uma nota higienicamente campestre nas casas citadinas. Estas varandas ou balcões assegurariam de facto «um refúgio desafogado e livremente arejado» (1905: 19) ao mesmo tempo que proporcionariam um espaço para «fragrantes e ensombrados jardinzinhos de Verão (...) enflorados e arbustivos» (*id.*: 27).

Em João Barreira (1909), uma visão igualmente idílica do campo, das suas paisagens e das suas gentes, pontua o seu estudo sobre a casa portuguesa, transformando mais uma vez a arquitectura popular num conjunto de edifícios que estão lá fundamentalmente para alindar a paisagem. O seu elogio do monte alentejano é, a esse respeito, particularmente revelador:

Na monótona ondulação do país alentejano, no alto da lomba ou a meio das encostas, sob o reverbero inalterável da luz, os montes desenham-se em destaque nítido, brancos como marabutos, desdobrando a horizontalidade das suas linhas e o leve pendor dos seus telhados faiscantes, acima dos quais apenas irrompe o recorte geométrico da chaminé (*id.*: 156-157).

E em João Barreira que a concepção da casa portuguesa como um objecto de etnografia artística é também mais clara. Conferindo, como vimos, grande importância à ornamentação da casa, Barreira tende a vê-la como um conjunto de objectos de arte popular, particularmente no sul, onde

a alvenaria, com os seus variadíssimos recursos, a plasticidade da pedra, o conjunto das indústrias do barro, o tijolo, o azulejo, a telha recortada, e também a figura decorativa, dão à habitação aspectos de constante policromia e *pasto à imaginação do artista regional, que assim vivia numa constante labutação criadora* (*id.*: 153; os itálicos são meus).

Abobadilhas, janelas em ferradura, platibandas, rótulas, azulejos, chaminés, «figuras de olaria popular nas extremidades das empenas ou perto dos ângulos dos beirais» (*id.*: 154), etc., são aqui literalmente vistas como objectos decorativos em si, cujo somatório constitui a casa ela própria como objecto de arte popular.

Inversamente, é entre os autores que não escondem a sua hostilidade ou, pelo menos, as suas reservas à casa portuguesa, que podemos encontrar uma apreciação mais indiferente às suas virtualidades pastorais. É esse, desde logo, o caso de Abel Botelho, para quem, como sugerimos, um dos aspectos mais críticos do programa estético da casa portuguesa tem justamente a ver com as suas preocupações pastorais de recriação do campo na cidade. De facto, segundo Botelho,

a casa transmontana ou beiroa, dentro do seu corte rudimentar, do seu arcaboço acanhado e singelo, seria estética e socialmente incompatível com uma grande cidade. Pretender arruar a nova Lisboa com prédios transplantados dos contrafortes do Marão ou do Caramulo, seria tão grande e absurdo contra-senso como obrigar, nesses apartados rincões, os carneiros e os pastores a andar de luvas (1903: 2).

A cidade é a cidade, o campo o campo, e o sonho pastoral de reintroduzir o campo na cidade só contribuiria para que Lisboa se ficasse a parecer com «um bairro de Zanzibar» (*id., ibid.*). O melhor seria pois deixar essas casas rurais lá onde «vegetam (...) na sua tranquilidade bucólica» (*id., ibid.*).

Mas é sobretudo em Rocha Peixoto que a hostilidade em relação à casa portuguesa e a indiferença às virtualidades pastorais da habitação popular se exprime de forma mais clara. Essa indiferença avulta antes do mais na abordagem proto-funcionalista da arquitectura popular empreendida por Rocha Peixoto. Esta dialoga não tanto com a paisagem do aquarelista, mas com as condições naturais do cientista. Por outro lado, nessa sua submissão às condições naturais, a habitação popular compreenderia um conjunto de tipos - como as «cabana(s) de madeira» ou as «casas circulares colmadas» (1967f [1904 ]: 157) - que, no contexto da ideologia da casa portuguesa, se prestam mal a tipificações pastorais. Finalmente, vista pelos olhos de um etnógrafo que, além do exterior da casa, olha também para o seu interior e para as pessoas que lá vivem, e que o faz, além de tudo, com o olhar céptico de alguém que acredita que a cultura popular é um reflexo da decadência nacional, a habitação popular situa-se nos antípodas da pastoral. De facto, segundo Rocha Peixoto, aquilo que na habitação popular permitiria surpreender um eventual espírito nacional seria o interior da casa. Só que o que este mostraria seria

a impressão da (...) tradicional penúria, da índole rude e violentamente utilitária, da indigência mental dum povo absolutamente carecido de faculdades artísticas, a um tempo amorudo e interesseiro, pagão irredutível ainda quando beato, escravo por vício de origem, por hábito histórico e por eterno assentimento grato e conformado (*id.*: 160).

Vista a partir de dentro, a casa portuguesa estaria pois nos antípodas da visão que Raúl Lino dela deu a partir de fora.

#### A CASA PORTUGUESA E A ETNOGRAFIA ARTÍSTICA DA HABITAÇÃO POPULAR

Caracterizada pelos motivos que acabámos de passar em revista, o movimento da casa portuguesa deve ser visto como parte integrante de uma sensibilidade mais geral relativamente ao tema da habitação popular que podemos detectar, ao longo do período que medeia entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, em pelo menos dois outros registos: o da etnografia propriamente dita, e o da produção de imagens do mundo rural na pintura e na fotografia.

Começemos pela etnografia. De facto - como foi referido no início deste capítulo -, na sequência dos apelos de Adolfo Coelho e dos estudos pioneiros de Rocha Peixoto, assiste-se a um acréscimo do interesse da etnografia e da antropologia pelo tema da habitação popular. Embora não origine uma inves-

tigação e uma reflexão sistemática sobre o tema - que apenas surgirá com os trabalhos de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores - esse interesse traduz-se de qualquer forma na publicação de alguns artigos.

Inicialmente, no período da viragem do século, a habitação popular interessa sobretudo o círculo dos etnógrafos mais ou menos ligados a Rocha Peixoto. É o caso do artigo de Manuel Monteiro (1879-1952), publicado na *Ilustração Transmontana*, sobre as «Varandas Transmontanas» (1909), de um ensaio de Albano Belino (1863-1906) sobre «Habitação Urbana» (1903) e de duas breves contribuições sobre «As Azenhas do rio Ardila» (1903a) e sobre «As Chaminés Alentejanas» (1904) de Melo de Matos (1856-1915) publicadas na revista *Portugalia*. Duas das monografias publicadas por etnógrafos vinculados ao círculo de Rocha Peixoto - *Através dos Campos* de Silva Picão (1903-05) e *O Poveiro* de Santos Graça (1882-1956) (1992 [1932]) - contêm também capítulos consagrados à habitação.

Este interesse pelo tema da habitação popular prolonga-se nas primeiras décadas do século XX, sobretudo por intermédio de Vergílio Correia, que aborda o tópico, primeiro no quadro dos seus textos pioneiros sobre «Arte Popular Portuguesa» (1915a) e, depois, no quadro de um conjunto de artigos sobre «As Cabanas da Assafarja» (1915b), «As Alminhas» (1916b), «Esgrafitos» (1916c) e «Chaminés do Sul» (1916/17). Dirigida por Vergílio Correia, a *Terra Portuguesa* publicará ainda contribuições sobre o tema de Mesquita de Figueiredo (1917), Luís Keil (1841-1947) (Keil 1918/19) e Tude de Sousa (1874-1951) (Sousa 1924). Leite de Vasconcelos (1926) não permanecerá também indiferente ao tópico, que suscitará ainda pequenos estudos de Alves Pereira (1911), Luís Chaves (1924) e José Dias Sancho (1898-1929) (Sancho 1926), entre outros.

Partilhando com o movimento da casa portuguesa um mesmó interesse pelo tema da habitação popular, muitos destes textos remetem-nos também para algumas das grandes constantes ideológicas que pudemos surpreender naquele. E nomeadamente possível detectar em muitos deles a mesma atracção pastoral pela habitação popular vista como um adorno da paisagem, na qual funciona como um objecto de arte popular.

Os textos de Vergílio Correia são, a esse respeito, particularmente elucidativos. Neles podemos detectar antes do mais a ideia de acordo com a qual os produtos da arquitectura constituem elementos fundamentais para a apreciação estética da paisagem rural. É talvez em «As Alminhas» que essa ideia aparece mais claramente formulada:

aos olhos cansados da cidade, que algum dia puderam espraçar-se retouçando, na verdura dos matos e dos lameiros ou na aspereza violeta e cinzenta das montanhas, causa uma deliciosa sensação de repouso, o encontro de perdidinhas, pequeninas coisas que os

· Melo de Matos teve também uma breve intervenção no debate sobre a casa portuguesa por intermédio de um artigo publicado em *A Construção Moderna* (Matos 1903b).

fixem e prendam por instantes em meio da grandiosidade ou gracilidade dos quadros naturais.

Não têm conto sobre a fisionomia da Terra, esses *sinais* que desenfastiam e fazem descansar o olhar. Facilmente os encontramos nas povoações, Uma janela entre cachorros floridos, um portal brasonado, uma chaminé que a luz atravessa estranhamente recortada, uma faixa de esgrafitos, um nicho devoto, desmonotonizam a fronteira de um edifício, enchem de vida os muros caiados. Nos campos, uma fonte, uma nora, um baldão, uma cabana de pastor, de colmo ou pedra vã, um cruzeiro, uma capela de almas, servem para marcar no rosto fresco da paisagem esse qualquer coisa de humano que os nossos sentidos civilizados sobretudo apreciam» (Correia 1916b: 9).

Marcada por este gosto quase aguarelista, a sensibilidade de Vergílio Correia relativamente ao tema da habitação popular, ao mesmo tempo que sublinha a capacidade de diálogo que esta tem com a paisagem, valoriza também a sua condição de produto por excelência da arte popular. De facto, para Vergílio Correia, o estudo da habitação popular é um capítulo fundamental da «etnografia artística» de Portugal. Foi no ensaio «A Arte Popular Portuguesa» que esta sua concepção foi desenvolvida de forma mais sistemática. A casa é aí vista, em primeiro lugar, como um dos grupos principais da tipologia da arte popular então proposta. Em segundo lugar, o olhar que ele pousa sobre ela não tem tanto a ver com «o plano e a arquitectura da habitação» (1915a: 241) mas, sobretudo, com «os acessórios», isto é, com elementos avulsos de elevado carácter decorativo. Seria neles que a arte popular se revelaria «de modo exuberante, nas varandas, nas chaminés, nos beirais e grimpas dos telhados. nos esgrafitos e decorações, nas madeiras e ferragens das aberturas» (*id.*, *ibid.*). Fiel a esta sua concepção da casa como um domínio da etnografia artística que se exprimiria sobretudo em soluções de pormenor dotadas de alto valor decorativo, Vergílio Correia consagrará dois dos seus mais importantes estudos neste domínio aos esgrafitos (Correia 1916c) e às chaminés do sul (Correia 1916/17). Neles, aquilo que deve ser retido é justamente a capacidade de tratamento esteticizante de elementos decorativos avulsos da habitação popular.

O seu fascínio pelas virtualidades estéticas da chaminé do sul é, a esse respeito, particularmente elucidativo. Definidas como uma «nota de arte popular mais do que nenhuma outra sugestiva» (*id.*: 22), como «cândidos turíbulos do lar» (*id.*: 24), ou, ainda, como «monumentozinhos consagrados às divindades caseiras» (*id.*: 25), as chaminés seriam não só «o mais seguro indicador (...) do bom senso estético do povo que as levanta» (*id.*: 27), como, buscando inspiração «nos edifícios que as rodeavam» (*id.*: 25), poderiam mesmo ser vistas como uma espécie de miniatura da arquitectura tradicional enquanto objecto por excelência de arte popular.

A habitação rural constitui também um dos temas da primeira e segunda gerações da pintura naturalista portuguesa. Um dos pintores exemplares deste arlívrismo fascinado pela habitação rural é sem dúvida Henrique Pousão (1859-1884), a propósito de quem uma familiar sua, perplexa por esta atrac-

ção, confidenciaria numa carta: «sempre se inspira[r] este rapaz [Pousão] em coisas tão desengraçadas» (in Rodrigues 1998: 90). Dotado de uma particular sensibilidade arquitectónica, Pousão construirá de facto uma parte importante da sua obra em torno de motivos da arquitectura popular, que pinta tanto em França e em Itália, como, antes e depois dessa estadia no estrangeiro, em Portugal<sup>1</sup>. Mas, para além do caso de Pousão, outros pintores do primeiro e segundo naturalismo, como Marques de Oliveira (1853-1927), João Vaz (1859-1931), José Sousa Pinto (1856-1939), Artur Loureiro (1853-1932), Sousa Lopes (1879-1944), Ernesto Condeixa (1857-1933), Acácio Lino (1876-1956) ou Sofia de Sousa (1870-1970)<sup>2</sup>, não deixarão também de abordar pontualmente o tema. Algumas das «paisagens» que muitos deles pintaram - é o caso, por exemplo, de Marques de Oliveira, Ernesto Condeixa ou Sousa Lopes - são paisagens com casas. Os «recantos de aldeias» - título de um quadro de Marques de Oliveira - e as «ruas de aldeias» - título de um quadro de Artur Loureiro - podem ser vistos, por seu turno, como paisagens feitas de casas.

Finalmente, a arquitectura popular é um tema presente nalgumas das mais importantes revistas de arte portuguesas da viragem do século, sob a forma de estampas, gravuras, etc... Algumas delas reproduzem pinturas e aguarelas dos pintores acima indicados. Mas outras enveredam pela publicação de fotografias do mundo rural. Nessas fotografias, mais uma vez, a habitação popular é um dos temas mais recorrentes. *A Arte*, editada entre 1905 e 1912 por Marques de Abreu, constitui um bom exemplo. Ao mesmo tempo que reproduz composições de pintores como Silva Porto, Malhoa, Marques de Oliveira, Cândido da Cunha, Acácio Lino ou Aurélia de Sousa, a revista publicará também entre os seus inúmeros *clichés*, um «trecho de uma rua» em Candosa, uín «trecho de aldeia» em local não identificado, umas «ruínas» de habitações abandonadas, «a azenha de S. Cristóvão do rio Mau», uma «casa rústica» e uma «cozinha aldeã».

Esta presença da habitação popular entre os motivos da pintura naturalista e da nascente fotografia deve ser sublinhada. Tal como em muitos dos textos produzidos pelos partidários da casa portuguesa ou pela etnografia artística da habitação popular, com destaque para Raúl Lino e para Vergílio Correia, o que está em questão é, por um lado, a centralidade da habitação popular na percepção da paisagem rural, e, por outro, o seu valor como motivo estético autónomo. Mas não se trata apenas disso. Creio que as modalidades de representação da habitação popular na pintura do primeiro e segundo ciclos naturalistas

<sup>1</sup> Do período anterior à estada de Pousão em França e Itália, registem-se os quadros *A Barca do Rio Odemira* (1879), *Casas Rústicas de Odemira* (1879?), *Casas Rústicas da Campanhã* (1880) e *Horta Alentejana* (1880). Depois do seu regresso a Portugal, registre-se sobretudo *Pátio da Casa do Primo Matroco* (1883).

<sup>2</sup> De Marques de Oliveira, veja-se *Recanto de Aldeia* (c. 1882) e *Paisagem* (1899), de João Vaz, *Torre das Cabaças, Santarém* (c. 1885), de Sousa Pinto, *Efeito de Sol ao Fim da Tarde* (1913), de Artur Loureiro, *Rua da Aldeia* (n/d), de Sousa Lopes, *Paisagem* (n/d), de Ernesto Condeixa, *Paisagem* (n/d), de Sofia de Sousa, *Quinta do Bairral* ((n/d).

ajudam a constatar qualquer coisa que foi sugerido neste capítulo: o modo como a produção escrita sobre casa portuguesa e a habitação popular pode ser vista como uma transcrição para o suporte textual de impressões e metáforas contaminadas pela linguagem da pintura naturalista. Essa produção, como vimos, apoia-se de facto numa linguagem eminentemente visual. Mas é, sobretudo, uma produção que nos restitui o campo em geral e a habitação rural em particular de forma homóloga à que podemos encontrar no pintor ou no aguarelista arquivista: como um motivo estético que, pela suas cores, formas e tipicidade, alinda a paisagem, introduzindo nela um elemento securizante.

## CAPÍTULO 5

### PASTORAL E CONTRA-PASTORAL: *O INQUÉRITO À HABITAÇÃO RURAL*

Tendo hegemonizado a reflexão sobre a habitação e a arquitectura populares ao longo do período de meio século que se estende de 1890 a 1940, o movimento da casa portuguesa passou a enfrentar, a partir de década de 40, um conjunto de resistências provocadas, em grande medida, pelo crescente alinhamento das suas propostas com a ideologia do Estado Novo.

O sinal de partida para essas resistências é dado pelo *Inquérito à Habitação Rural*, organizado no quadro do Instituto Superior de Agronomia (ISA), cujos resultados serão dados à estampa nos anos 1940 (Basto & Barros 1943, Barros 1947). Dez anos mais tarde, com o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) (*Arquitectura Popular em Portugal* 1980 [1961]), é a vez de uma nova geração de arquitectos marcar as suas distâncias relativamente à casa portuguesa. Finalmente, no mesmo período em que os «novos» arquitectos percorriam o país em busca da sua própria versão da arquitectura popular, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (CEEP) do Porto e, mais tarde, do Museu de Etnologia de Lisboa, começavam também a elaborar a sua visão do tema, mais uma vez distinta da proposta pela casa portuguesa.

Tendo-se afirmado desde a implantação da I República como um espaço de inequívoca consensualidade na sociedade e na cultura portuguesas, a casa portuguesa passa então a estar no centro de um processo de polémicas e tensões que - como foi sugerido no capítulo 1 - pode ser interpretado à luz do conceito de guerra cultural, tal como este foi trabalhado por Lebovics (1992).

Por seu intermédio, visa-se designar uma luta de ideias particularmente forte e significativa, que, embora estruturada em torno de um tema específico - ou de um conjunto interligado de temas precisos -, teria repercussões ideológicas, políticas e culturais mais vastas. Para Lebovics, seria justamente a partir deste conceito que se poderia interpretar uma parte da paisagem intelectual francesa na primeira metade do século XX. Esta teria sido marcada em plano de relevo por uma luta de ideias em torno da imagem da França e do lugar que nela deveriam ocupar os camponeses e a cultura popular. Estruturando-se em torno de três posições distintas - a proposta pela direita, a defendida pela esquerda e a subcrita pelos meios intelectuais mais cosmopolitas próximos dos surrealistas - essa guerra cultural replicaria, no plano dos discursos de identidade nacional, as principais clivagens e conflitos políticos da sociedade francesa da época.

E justamente nesta perspectiva que deve ser examinado o processo de resistências e conflitos que, a partir dos anos 1940, passa a rodear a investigação em torno da habitação e da arquitectura populares em Portugal. Os sucessivos inquéritos e estudos produzidos pelos engenheiros agrónomos do ISA, pelos arquitectos do SNA e pelos etnólogos da equipa de Jorge Dias podem ser de facto vistos como peças de uma guerra cultural que incidiu não apenas sobre a arquitectura popular, mas sobre as imagens do povo e do país subjacentes às caracterizações em cada caso propostas da habitação popular portuguesa.

#### O INQUÉRITO A HABITAÇÃO RURAL: ASPECTOS GERAIS

Desencadeada pelos engenheiros agrónomos do ISA, essa guerra cultural começou por colocar-se sob o signo - aparentemente paradoxal - do neofisicratismo que, como se sabe, foi uma das correntes fundamentais do pensamento agrário português do século XX.

Inspirando-se nas propostas sobre a questão agrária portuguesa formuladas no final do século XIX por Oliveira Martins, o neo-fisicratismo - ou reformismo agrário - advogava

um regresso modernizante à terra como base da estratégia de desenvolvimento do País, incluindo o seu arranque industrial, dificilmente concebível sem a prévia reforma da agricultura (Rosas 1991: 776).

Esta deveria assentar

num minucioso programa de reforma agrária no qual se previa o emparcelamento das pequenas propriedades a norte do Tejo, paralelamente ao parcelamento das do Sul, instalando-se nestas colonos provenientes das anteriores; para que as novas pequenas propriedades fossem viáveis deveriam ser regadas, pelo que a colonização teria de ser acompanhada por importantes obras de hidráulica agrícola; enfim como se considerava que grande parte do nosso solo não tinha aptidão agrícola mas sim florestal, aquele que a não tivesse devia ser convenientemente arborizado (Amaral 1996a: 822).

Estas ideias tiveram defensores politicamente muito diversificados - Basílio Teles (1856-1923), Lino Neto (1873-1971), Quirino de Jesus (1865-1935), Ezequiel Campos (1874-1965), o próprio Salazar - e chegaram a ter um papel relativamente importante durante o Estado Novo, ao inspirarem a política agrária de Rafael Duque (1893-1969), ministro da Agricultura entre 1934 e 1940 e ministro da Economia - com responsabilidades de supervisão da agricultura - entre 1940 e 1944<sup>1</sup>.

Entre os mais destacados defensores das ideias reformistas agrárias encontra-se Eduardo Alberto Lima Basto (1875-1942). Com uma experiência política considerável interrompida com o 28 de Maio - havia sido deputado e ministro nalguns governos da I República, bem como presidente da Câmara Municipal de Lisboa - Lima Basto era ainda um académico prestigiado. Professor do ISA desde 1911, havia sido o introdutor nesta escola da área de Economia Agrária. As suas intervenções em torno da questão agrária em Portugal, tanto durante a I República, como no decurso do Estado Novo faziam dele uma figura respeitada. Foi designadamente devido à sua acção que foram criados, durante a I República, o Ensino Agrícola Feminino e o Ensino Agrícola Primário.

No quadro do seu interesse pela questão agrária, Lima Basto é também um dos autores que, de forma mais insistente, advoga a necessidade de um conhecimento aprofundado da situação da agricultura portuguesa como base para um trabalho de reforma sério e informado. Familiarizado com as metodologias sociológicas de Le Play e com as directivas de organismos internacionais vocacionados para o estudo de problemas económicos e sociais, é designadamente da sua autoria o *Inquérito Económico-Agrícola* (1936), que, pelo seu carácter «metodologicamente globalizante», foi já classificado como um «estudo pioneiro» em Portugal (Castro Caldas 1991: 500).

Foi justamente na sequência do *Inquérito Económico-Agrícola* que Lima Basto lançou no final dos anos 1930, no quadro do ISA, o *Inquérito à Habitação Rural*. Inserido numa linha de «inquéritos sobre problemas nacionais de natureza económica» (Azevedo Neves *in* Basto & Barros 1943: V) apoiada pela recém-criada Universidade Técnica de Lisboa e contando ainda com a ajuda financeira da Federação Nacional de Produtores de Trigo, o *Inquérito*, de acordo com ideias relativamente consensuais noutros países europeus da altura, considerava a habitação rural como uma variável importante na produtividade e na organização racional das explorações agrícolas e como um factor fundamental para a melhoria do nível de vida das populações rurais e para o desenvolvimento agrícola do país.

Partindo de uma expectativa baixa em relação à situação existente no terreno - que se admitia ser crítica -, o objectivo do *Inquérito* era o de «conhecer as condições económicas e higiénicas em que, nas diversas regiões do país,

<sup>1</sup> Para detalhes acerca de Rafael Duque, cf. Rosas 1991 e Amaral 1996b.

se alojam as famílias dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores» procurando recolher

elementos de estudo para determinar (...) a forma de melhorar essas condições, dentro das possibilidades *actuais* das famílias; [e] as medidas a tomar para modificar essas condições dentro das possibilidades financeiras da Agricultura e do Estado» (Basto & Barros 1943: 27).

Dois conceitos fundamentais parecem ter orientado o *Inquérito* na prossecução deste objectivo genérico. Por um lado, o conceito de «custo de vida». De facto, um dos objectivos do *Inquérito* era o de «averiguar quais os encargos que, ao orçamento de um chefe de família profissional agrícola, traz a casa de habitação» (*id.*: 28), incluindo os gastos com o recheio, alimentação, aquecimento e iluminação. O levantamento deveria ser exaustivo: «deve fazer-se a discriminação e averiguar-se o que actualmente se gasta durante o ano e [se] se gasta o suficiente para ter mínimas condições de conforto» (*id.*, *ibid.*).

Por outro lado, tratava-se também de averiguar o «nível de vida»<sup>1</sup>, sobretudo por referência às «condições higiénicas em que a família vive» (*id.*, *ibid.*). A capacidade dos compartimentos e as suas aberturas de ar e luz; o número de pessoas que vive em cada um; o modo como se efectuam as dejectões e esgotos; o acesso à água e o seu uso no «asseio do corpo»; a detecção de focos de infecção e mau cheiro nas imediações da habitação; eram, em consequência, alguns dos aspectos valorizados nesta aproximação de recorte higienista à habitação rural.

Assente num «questionário-guia» minucioso - que deveria ser complementado com plantas e fotografias de cada habitação inquirida - o *Inquérito* foi administrado em todo o país, que, para o efeito, foi dividido em onze províncias: Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve. Em cada uma destas províncias era seleccionado um conjunto de cerca de duas dezenas de localidades consideradas representativas, procurando-se que os inquéritos sucessivamente administrados reflectissem a diversidade social interna do grupo-alvo, constituído, como vimos, por pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas.

Definido nestes termos genéricos, o *Inquérito à Habitação Rural* envolveu uma equipa de trabalho que, para além de Lima Basto, incluiu ainda Henrique de Barros e contou com o contributo de vários finalistas e recém-licenciados em Agronomia como Eugénio Castro Caldas (1914-1999), Fonseca George, Laborde Basto, Lobo Martins, Flávio Martins, Francisco Rosa, Simões Pontes, Faria e Silva, Rodrigues Pereira e Carlos Silva. Para além de Lima Basto - que faleceu em 1942, com o *Inquérito* ainda em curso

<sup>1</sup> Acerca do carácter pioneiro destes conceitos - que já haviam sido utilizados no *Inquérito Económico-Agrícola* - nos estudos de economia agrária em Portugal, cf. Castro Caldas 1991: 500-502.

Henrique de Barros e Eugénio Castro Caldas foram os elementos mais destacados desta vasta equipa. Henrique de Barros, que havia concluído a licenciatura em Agronomia em 1927 e era assistente do ISA, assumiu a direcção do *Inquérito* após a morte de Lima Basto e foi, em conjunto com este último, um dos co-editores do I volume e o editor único do II volume. Quanto a Castro Caldas - professor do ISA e um dos mais destacados defensores, nos anos 1950 e 1960, das ideias do reformismo agrário<sup>1</sup> -, foi um dos colaboradores principais de Henrique de Barros - de quem era primo direito - e, após o afastamento deste último do ISA, por razões políticas, assegurou a coordenação efectiva do II volume. Quanto aos restantes elementos, foi a seu cargo que esteve a realização do *Inquérito* nas várias províncias indagadas. Fonseca George e Laborde Basto trabalharam no Alto Minho e no Minho Litoral. Lobo Martins no distrito de Bragança, Flávio Martins no Barroso. Francisco Rosa e Faria e Silva nas Beiras - onde tiveram também a colaboração de Simões Pontes e Castro Caldas - e Rodrigues Pereira e Carlos Silva - apoiados por Francisco Rosa - cobriram parcialmente o sul do país<sup>2</sup>. Se uma parte importante destas recolhas foi realizada expressamente para o *Inquérito*, algumas delas - casos por exemplo de Flávio Martins, Simões Pontes e Carlos Silva - foram executadas e redigidas simultaneamente como contributos para o *Inquérito* e como Relatórios de Tirocínio - designação dada ao trabalho individual de fim de curso a que estavam então obrigados os finalistas do ISA.

Com os seus trabalhos de campo terminados por volta de 1946 (cf. Silva 1989: 758-759), os resultados do *Inquérito à Habitação Rural* só parcialmente foram publicados, por intermédio de dois volumes publicados em 1943 e em 1947 pela Universidade Técnica de Lisboa e consagrados respectivamente ao norte do país e às Beiras (Basto & Barros 1943, Barros 1947). O III volume, com que fecharia a edição dos resultados do *Inquérito* - e que seria consagrado ao sul do país - não chegou, por razões que teremos ocasião de detalhar mais adiante, a ver a luz do dia, permanecendo os seus relatórios preliminares inéditos<sup>3</sup>.

## A MISÉRIA DA HABITAÇÃO RURAL I

Num contexto marcado - como vimos anteriormente - por um conhecimento lacunar e intermitente do universo da arquitectura popular, o *Inquérito*

<sup>1</sup> Acerca do papel de Castro Caldas na defesa de propostas de reformismo agrário em 1950 e 1960, cf. Amaral 1996a.

<sup>2</sup> Parte dos dados respeitantes à parte sul do território nacional foram publicados no Relatório de Tirocínio de Carlos Silva, de que existe apenas um exemplar, na posse do próprio autor. Para um excerto desse relatório, cf. Silva 1989.

<sup>3</sup> Segundo Carlos Silva, o «material informativo de base (...) para o previsto 3.º volume, estava todo reunido e disponível em 1947, com possível excepção, ao menos de parte, dos artigos introdutórios e dos capítulos de enquadramento geral» (Silva 1989: 758).

à *Habitação Rural* deve ser visto como o primeiro levantamento exaustivo da habitação rural portuguesa.

Nele avulta antes do mais a cobertura extensiva e diversificada do país. Tomando como referência os volumes editados, o *Inquérito* publicou um total de oitenta estudos de caso de habitações do Norte e das Beiras e propunha-se produzir um número idêntico ou superior de estudos similares para o sul do país. Será preciso esperar pelos estudos de Jorge Dias e Ernesto Veiga de Oliveira e pelo *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* do Sindicato Nacional dos Arquitectos para que um volume de informação comparável fique à disposição dos interessados.

A minúcia do levantamento efectuado deve ser também destacada. O questionário-guia que orientava os pesquisadores do *Inquérito* era de facto exaustivo e a informação recolhida ainda hoje impressiona pelo detalhe. Idealmente cada estudo de caso compreendia, antes de mais, informações completas sobre a composição e principais características socioeconómicas da unidade doméstica estudada e da exploração agrícola a ela eventualmente associada, com indicações quantificadas das suas principais receitas e despesas. Seguia-se uma apresentação detalhada da casa, com a sua localização, a indicação eventual da sua data de construção e do seu valor actual, a caracterização do seu aspecto exterior, a indicação dos materiais utilizados na sua construção e a enumeração e identificação dos principais anexos agrícolas. As condições de acesso à água e aos esgotos eram também especificadas. Cada uma das divisões internas da casa era depois apresentada, com medidas exactas, indicação das principais mobílias existentes, condições de arejamento e iluminação, etc.... Uma planta detalhada - com indicação da localização das mobílias - era também publicada, eventualmente acompanhada de uma ou outra fotografia. Seguia-se o inventário quantificado do recheio da casa, incluindo móveis, utensílios de cozinha e «roupas da casa» - lençóis, mantas, toalhas, etc... - com a especificação do seu estado - usado, novo, etc... - e respectivo valor monetário. A fechar, eram fornecidos dados sobre o aquecimento e a iluminação da casa, produtos utilizados para tal efeito e respectivo valor monetário. Como facilmente se depreende desta síntese, nunca se tinha ido tão longe na identificação precisa, minuciosa, quase obsessiva, dos modos de habitar nos campos portugueses.

Mais para além destas facetas que acabámos de pôr em relevo, entretanto, aquilo que faz a singularidade do *Inquérito à Habitação Rural* são os horizontes disciplinares a partir dos quais a habitação é encarada. Sendo até então um universo abordado exclusivamente do ponto de vista da arquitectura e da etnografia, a habitação rural é encarada no *Inquérito* a partir da área disciplinar da economia agrária, tal como esta era praticada, nos anos 1930 e 1940, pelos agrónomos do ISA.

De acordo com esta perspectiva, trata-se de olhar para a habitação rural como um elemento de economia agrária: isto é, como um instrumento de

reprodução da força de trabalho que é parte integrante da exploração agrícola. Como escreve Lima Basto na introdução ao I volume do *Inquérito*,

da robustez de uma população, do seu bem estar [influenciados decisivamente pelas condições de habitação], dependem em grande parte, a sua capacidade de produção e desta a riqueza nacional (Basto 1943: 22).

E justamente porque a habitação é encarada deste modo que a descrição da exploração agrícola é parte importante do *Inquérito*: a casa é um dos seus elementos fundamentais. A concepção alargada da habitação prevalecente no *Inquérito* - na qual se inclui, designadamente, o recheio - ou as preocupações higienistas que este reflecte, testemunham também desta visão: o que está em causa é o apuramento do conjunto de condições materiais, articuladas no espaço físico da habitação, necessárias à reprodução da força de trabalho. É finalmente nessa linha que deve ser entendida a adopção pelo *Inquérito* de critérios de representatividade medidos por referência aos diferentes estatutos socioeconómicos das unidades domésticas estudadas - dimensão da propriedade, montante dos rendimentos, etc... O que se procura, neste caso, é relacionar explicitamente condições socio-económicas com condições habitacionais e perceber o modo como umas interagem sobre as outras.

Simultaneamente a esta perspectiva ancorada na economia agrária, o *Inquérito à Habitação Rural* faz sua uma perspectiva genérica de «engenharia social». Um dos seus objectivos fundamentais é contribuir para o melhoramento das condições habitacionais no campo, através de um programa que, embora envolvendo a habitação, pretende também actuar, por intermédio de políticas governamentais adequadas, nas condições de vida - ou no «nível de vida», para retomar a expressão de Lima Basto - das populações rurais e no próprio desenvolvimento agrícola português. O que se pretende é não apenas o conhecimento da realidade, mas a intervenção nela: como afirma Lima Basto a este respeito, «precisamos de auscultar os (...) males [da população rural portuguesa] para lhes procurar remédio eficaz» (Basto & Barros 1943: 22).

Marcado por estes horizontes disciplinares peculiares, o *Inquérito à Habitação Rural* deve simultaneamente ser visto como uma aproximação às condições habitacionais em meio rural onde é possível encontrar, à sua maneira, uma «etnografia espontânea» extremamente valiosa da habitação rural. Nessa «etnografia espontânea», a par de muita outra informação, o que se impõe de imediato à leitura são a frequência e a força das referências às más ou mesmo muito más condições habitacionais e de vida que o *Inquérito* encontra no meio rural português na passagem dos anos 1930 para os anos 1940. Embora o *Inquérito* tenha partido - como foi referenciado atrás - de expectativas já de si baixas em relação às condições habitacionais prevalentes em meio rural, a realidade parece ter excedido - para pior - essas expectativas e o *Inquérito* acaba por ser marcado em plano de relevo pela revela-

ção da miséria dos campos portugueses, tal como esta poderia ser percebida a partir da habitação.

O tom é dado logo na abertura do I volume, na apresentação geral do Alto Minho, a cargo de Eugénio Castro Caldas. As aldeias desta região, embora situadas numa

paisagem, rica de tons verdes e frescura de água (...) constituem conjuntos de aspecto pobre, senão miserável. (...) Retalhados de caminhos de piso irregular, encharcados de águas (...), atravancados de lenhas e estrumes - passeio de homens e animais e recreio de crianças sujas, piolhosas e assustadiças que precocemente saem do berço, a gatinhar, para acompanhar porcos e galinhas - estes aglomerados populacionais oferecem o espectáculo de quase todas as condições de que os homens se rodeavam em tempos primitivos (Castro Caldas *in* Basto 1943: 74).

Vistas mais de perto, as casas, onde a maior preocupação é a «defesa contra o frio» (76). não são melhores: «no compartimento, em geral único, onde dormem todos os membros da família na maior promiscuidade» (*id.*, *ibid.*), as aberturas são escassas, criando, «no interior das habitações, atmosfera imprópria, viciada e saturada de fumo» (*J.*, *ibid.*). A tudo isto soma-se a falta de iluminação, de limpeza interior e exterior, apresentando os «soalhos em toda a sua extensão, um aspecto de nódoa» (*id.*, *ibid.*).

Na apresentação geral do Minho Litoral, a cargo de Fonseca George e Laborde Basto, o tom não é muito diferente:

a casa [que o minhoto] habita é geralmente má, e ele não alimenta esperanças de a poder melhorar, dadas as circunstâncias económicas em que vive» (Fonseca George & Laborde Basto *in* Basto 1943: 140).

A sua aparência exterior também «é má», as divisões de superfícies «sempre exíguas» (*id.*: 141) e o arejamento deficiente. A estrumeira situa-se excessivamente perto da casa e é

um amontoado de dejectos orgânicos em franca decomposição, cujo cheiro pestilencial se espalha por toda a casa. As vezes, encontra-se mesmo junto à porta de entrada, obrigando as pessoas a pisarem-na antes de penetrarem na habitação (*id.*: 142).

No interior, os móveis, as roupas de casa e os utensílios e louças são escassos e em estado de conservação «sempre péssimo» (*id.*: 143).

Na apresentação geral do Barroso é ainda a miséria que surpreende Flávio Martins: «miséria material que impossibilita a divisão do interior em compartimentos mais ou menos individuais. Atrás daquela miséria material caminha a miséria moral» provocada pela promiscuidade (Flávio Martins *in* Basto & Barros 1943: 358-59). O recheio da casa não é mais animador: as roupas da casa «nem por sombra são suficientes para a satisfação do mínimo necessário», as mantas são «trapos remendados todos os dias, para que não se desfaçam» (*id.*, *ibid.*), e os objectos de cozinha são «tão só os precisos e bem primitivos» (*id.*, *ibid.*).

Os estudos de caso apresentados reiteram e especificam esta visão da habitação rural como um espaço de miséria. Logo no primeiro estudo de caso, respeitante a Castro Laboreiro, o panorama não poderia ser mais desanimador: a casa estudada, de pedra à vista e telhado de colmo, tem um «aspecto [exterior] deplorável de miséria e desconforto» (Castro Caldas *in* Basto & Barros 1943: 80), sem «qualquer elementar preocupação de asseio ou bom gosto». O interior não é muito melhor: a «atmosfera é impenetrável de fumo», tecto, paredes e mobília «tudo é negro» e o ambiente «é inconcebivelmente desconfortável e nojento» (*id.*, *ibid.*). No Soajo, a par de construções recentes e confortáveis de emigrantes retornados da América, há também o reverso da medalha: «os bairros de miséria no arrabalde (...); a chusma de garotos raquíticos atolada no esterco de vielas imundas; as casa-buracos onde só há lamentações» (*id.*: 101). Em Arcos de Valdevez, a habitação seleccionada pelo inquiridor tem também «aparência externa muito má», com um telhado em «péssimo estado de conservação». São «péssimas [as] condições de conforto e higiene em que são obrigadas a viver sete pessoas», partilhando a mesma divisão, «o que necessariamente implica promiscuidade moral» (*id.*: 110). Em Vale de Bouro o adjectivo utilizado para descrever a aparência externa da casa estudada é «péssima» (*id.*: 117) e «pestilencial» (*id.*: 118) é como é classificado o cheiro que exala da estrumeira situada perto desta.

Esses e outros adjectivos - miserável, mau, precário, nauseabundo, pobre, etc... - são correntes a propósito de muitas das casas analisadas no *Inquérito*. Mas, por vezes, a situação encontrada impressiona de tal forma os inquiridores que eles se sentem obrigados a detalhá-la de forma mais minuciosa. E o que se passa em Carvalhais (Mirandela). Descrevendo uma casa em «estado de conservação (...) precário» (Lobo Martins *in* Basto & Barros 1943.: 297), Lobo Martins não resiste a explicitar algumas das facetas dessa situação. Assim, o «estado de ruína» do pavimento da varanda torna-a inutilizável: «de Inverno [como não há vidraças] ou se passa frio ou se vive às escuras» e as muitas fendas na parede garantem «circulação de ar intensa [*sic*]». Mas o pior de tudo seria o telhado: «o madeiramento de negrilho deu de si, e a linha apresenta uma curvatura inquietante; além disso não haverá talvez mais de 10% de telhas em perfeito estado de conservação», fazendo com que a água «entre dentro de casa com grande facilidade não sendo preciso chover muito para os sobrados ficarem todos molhados» (*id.*: 299).

Ainda em Carvalhais, uma outra casa apresenta um estado ainda mais precário. Trata-se uma habitação construída a partir de «uma antiga loja para porcos»:

à mudança do género dos habitantes não correspondeu qualquer outra que tendesse a torná-la mais confortável e higiénica; o pavimento continuou a ser de terra batida, as paredes não foram caiadas e além da porta de entrada, baixa demais para pessoas, nenhuma outra abertura se praticou; apenas houve o cuidado de durante algumas semanas não fechar a porta para conseguir a extinção dos maus cheiros (...). Nunca houve

o propósito de na casa abrigar seres humanos e só a muita necessidade poderia obrigar alguém a viver nas condições em que vive [esta família] (*id.*: 306).

A própria família seria, também ela, um retrato vivo da miséria:

Exceptuando os dois filhos mais velhos, todos os membros desta família têm um aspecto de miséria confrangedora. O chefe de família, em idade que lhe permitiria em casos normais dispor de todos os seus recursos físicos [37 anos] está tão envelhecido que ninguém lhe dará menos de 50 anos. Sua mulher há muitos anos doente [33 anos] parece ter pelo menos 45 anos (*id.*: 304).

Por vezes, na descrição das condições miseráveis com que são confrontados, os inquiridores não resistem a uma nota de humor. Assim, em Castelões (Macedo de Cavaleiros), Lobo Martins, comentando o ar «arrumado e limpo» do interior de uma habitação, acrescenta de imediato: «o que mais contribui para este aspecto é talvez o facto de não haver muita coisa para arrumar» (*id.*: 323). Mais à frente, o humor parece partir do próprio inquirido. Assim em Cambros (Lamego), numa casa em que apenas existiam um prato, duas malgas e uma garrafa, o proprietário comenta o facto do seguinte modo: «para comer, era necessário que uns esperassem pelos outros, mas em geral não era preciso esperar muito» (*id.*: 410).

No II volume, consagrado às Beiras, o tom adoptado é similar ao usado no I volume. Embora não faltem «alguns felizes (...) que são aqueles que de quem (...) reza a História que a aragem do progresso lhes entrou pela casa» (Barros 1947: 33), o panorama dominante seria caracterizado - sobretudo na Beira interior - por «núcleos populacionais pobres, famílias desprovidas dos meios indispensáveis para conseguirem, por si só, melhorarem as condições de habitação» (*id.*, *ibid.*). Apesar de todo o progresso,

em muitos lugares da Beira a habitação rural continuou a mesma de há cem, duzentos ou trezentos anos, ou outra de pedras iguais e de igual engenharia... talvez menos ampla agora por estar mais cheia, mercê da rápida multiplicação da vida (*id.*: 34).

Embora, comparativamente ao I volume, os estudos de caso revelem uma situação menos grave do que a prevalecente no Norte do país, alguns exemplos de condições habitacionais mais gritantemente problemáticas são também dados. Por exemplo, em Torres (Trancoso), a casa estudada

é pobre de aspecto e encontra-se arruinada, mais parecendo um «cómodo» agrícola do que uma habitação. (...) Nota-se em toda a casa um cheiro desagradável proveniente não só das emanações da pocilga mas ainda da falta de higiene e de arejamento convenientes. (...) Os quartos são bastante escuros e abafados, principalmente aquele onde dormem os filhos que em certas noites frias de Inverno preferem ficar sobre a palha na loja (Francisco Rosa & Faria e Silva *in* Barros 1947: 301).

Em Moreira do Rei (Trancoso), a habitação inquirida «encontra-se muito danificada» necessitando de «urgentes reparações, principalmente na fachada posterior que está prestes a ruir» (*id.*: 307). Existindo apenas uma cama, no Inverno, os pais dormem «nas lojas, junto do gado» (*id.*: 310). Quando as casas estudadas apresentam, pelo contrário, condições de conforto e higiene acima da média, os inquiridores sublinham frequentemente o carácter excepcional da situação. Assim, em Ricardães (Águeda) a cozinha da casa inquirida, caracterizada como ampla, «*não apresentava o aspecto desagradável da maioria das casas de trabalhadores rurais [da localidade]*» (Castro Caldas et al *in* Barros 1947: 90; os itálicos são meus). Da mesma maneira, a habitação estudada em Abraveres (Viseu) tem um aspecto exterior que a faz «*destacar das vizinhas por estar caiada e arranjada*» (Faria e Silva *in* Barros 1947.: 253, os itálicos são meus). Em Fiais (Trancoso), é feita também uma observação de sentido idêntico a propósito de uma casa «com bom aspecto exterior, *em contraste flagrante com as outras moradias do mesmo arruamento*» (Francisco Rosa & Faria e Silva *in* Barros 1947: 293; os itálicos são meus).

E certo que, no cômputo global, os casos de miséria mais gritante não são maioritários, como de resto já não o eram no I volume. Dotado de preocupações de cobertura equilibrada da população rural do país, o *Inquérito*, a par dos exemplos mais críticos que tenho vindo a citar, fornece outros onde a situação descrita era de algum conforto. Por outro lado, as condições habitacionais mais degradadas possuem uma distribuição regional que não é suficientemente posta em evidência pelo *Inquérito*: elas tendem a concentrar-se nas regiões serranas do interior como a Beira Interior, o Alto Minho e certas áreas de Trás-os-Montes, enquanto áreas de agricultura mais progressiva como o Douro Litoral, o Alto Douro e a Beira Litoral apresentam uma situação globalmente mais favorável. Finalmente, é também claro que aquilo que em muitos casos é interpretado como sendo um sinal de miséria - a proximidade entre homens e animais, o aspecto interior desagradável das cozinhas, etc... - é o resultado de constrangimentos e concepções que não estavam então forçosa e directamente relacionadas com o nível de vida das populações camponesas. Apesar destas circunstâncias, entretanto, a revelação da miséria constituiu sem dúvida a descoberta principal do *Inquérito*.

Mesmo não sendo, em termos genéricos, estatisticamente maioritária, foi de facto a miséria que surpreendeu, antes do mais, os próprios inquiridores. Na entrevista que me concedeu, foi aí que Castro Caldas colocou o acento. Originário de uma família de abastados proprietários rurais de Arcos de Valdevez, para ele o *Inquérito* foi sobretudo a revelação da miséria:

Aquilo era de facto uma miséria. Eu, quando fui lançado para ali, sem termos de referência, levei tempo a perceber o que era a miséria camponesa nessa época. Dei-me conta disso a partir de uma certa altura. Há um sítio em que a coisa me impressionou tanto que eu disse a mim próprio: «que diabo, e se eu for estudar casos de agricultores tecnicamente mais evoluídos?» E foi o estudo desses casos - em Marco de Canaveses e em Amarante - que me revelou quão pobres eram os outros. É impres-

sionante o que se apura neste *Inquérito*: o recheio da casa, uma cama de ferro, etc... Isto era a pura expressão da verdade. Isto era uma miséria (Castro Caldas 1996).

Surpreendido pela miséria, é sobretudo desses casos que Castro Caldas guarda ainda hoje memória mais viva:

Lembro-me de uma casa em Castro Laboreiro com telhado de colmo em que entrei - foi no Inverno - e em que o tipo que lá estava tinha as barbas cheias de chamusco. E, depois, para eu ver a casa, teve que se arranjar uma corrente de ar para o fumo sair (*id.*).

Para Carlos Silva, também,

o elemento de base à partida do *Inquérito* era realmente a preocupação com as pessoas que viviam mal. A preocupação era com uma situação social inquietante. E a miséria era de facto muito grande: procurava-se até não gastar um fósforo. Durante o *Inquérito*, por exemplo, o inventário do recheio da casa não era problema de maior: estava à vista, havia poucos meios, era só abrir as gavetas e contar (Silva 1996).

Tendo impressionado fortemente os inquiridores, as condições habitacionais mais críticas inventariadas no *Inquérito* impressionaram também Lima Basto: «Não calcula o entusiasmo (*sic*) com que o Lima Basto recebeu o meu trabalho, sobretudo a parte mais crítica, referente ao Alto Minho» (Castro Caldas 1996).

## A MISÉRIA DA HABITAÇÃO RURAL II

Será também a revelação da miséria a nota dominante na recepção que o *Inquérito à Habitação Rural* teve, logo após a edição do I volume, em 1943. É de facto nesse sentido que se manifestam, antes do mais, os sectores oposicionistas ao regime, para quem a miséria dos campos portugueses mostrada por um *Inquérito* subvencionado por organismos oficiais poderia ser lida como a melhor prova do fracasso das políticas governamentais e um desmentido da imagem paradisíaca que este dava da situação dos camponeses.

Francisco Ramos da Costa - economista próximo do PCP -, por exemplo, publica em 1944 um volume centrado na análise do I volume do *Inquérito*, dominado justamente por uma leitura que enfatiza o seu lado de revelador da «realidade negra» (1944: 10) dos campos portugueses. Reproduzindo algumas das fotografias publicadas originalmente no *Inquérito*, Ramos da Costa sublinha que, apesar da diversidade de tipos habitacionais que testemunham, «elas estão [todavia] bem identificadas num aspecto comum que as banaliza numa identidade económica: índice de miséria, insalubridade e desconforto»

(*id.*: 26). A sua atenção fixa-se também no recheio das casas e no que este revela da miséria rural no norte do país.

Os números que o *Inquérito* nos dá do recheio da casa, são na sua maioria testemunho eloquente do índice paupérrimo das condições de vida dentro da habitação. Isto é tão evidente, que *só fustigado pelo frio, pela neve ou pela chuva o nosso rural prefere a casa à rua* (*id.*: 23; os itálicos são meus).

Mais à frente, na mesma linha, Ramos da Costa escreve que «falta [no recheio destas casas] o que o que há de mais elementar para que a vida do homem se não identifique à do animal» (*id.*: 26).

As próprias críticas que Ramos da Costa tece ao *Inquérito* têm a ver com as suas eventuais limitações na demonstração ainda mais categórica das condições de vida miseráveis prevaletentes no norte do país. Assim a ênfase colocada pelo *Inquérito* nas «camadas mais baixas da população agrícola, sendo completamente omisso sobre as condições económicas, sociais, estéticas e de higiene das camadas superiores e médias» dificulta, pela «ausência de contraste e comparação» (*id.*: 15), uma percepção ainda mais clara da miséria existente nos campos portugueses. No único caso em que esse contraste foi tentado, os dados seriam, por essa razão, ainda mais eloquentes, como no Barroso, «onde a diferença entre o grande proprietário e as camadas mais baixas, em termos de rendimento, é de mais de 500%» (*id.*, *ibid.*). Não são também fornecidos

dados concretos locais sobre o valor da situação das habitações em relação com a proximidade ou distâncias das fontes de exploração da riqueza local, com o traçado de caminhos vicinais e vias de comunicação (*id.*: 21).

Finalmente, Ramos da Costa lamenta ainda que a informação acerca do recheio miserável das casas inquiridas «não tenha sido exuberantemente posto em relevo» através de «fotografias dos interiores» (*id.*: 23).

Do lado do regime, entretanto, as reacções ao *Inquérito* não se fazem sentir de imediato. Inspirado por ideias neofisiocráticas, o *Inquérito à Habitação Rural* parece ter beneficiado de uma atitude inicialmente expectante por parte do governo, expressa de resto no envolvimento na sua realização e financiamento de organismos oficiais como a Universidade Técnica de Lisboa ou a Federação Nacional de Produtores de Trigo.

Entre as ideias inspiradoras do *Inquérito à Habitação Rural* e a política agrária seguida pelo governo havia então um certo número de convergências, que podem ajudar a explicar tal atitude. De facto, entre 1934 e 1944 - como foi notado no início deste capítulo - assiste-se ao triunfo, a nível governamental, de uma política - encabeçada por Rafael Duque - marcada justamente pelos valores do reformismo agrário<sup>1</sup>, isto é, com semelhanças grandes com o

<sup>1</sup> Cf., a este respeito, os trabalhos de Fernando Rosas (1991, 1994), Oliveira Baptista (1993,

ideário de Lima Basto e com o tipo de propósitos *do Inquérito à Habitação Rural*. Muitas das ideias de que este se faz eco são ideias aparentemente caras à política que Duque se esforçava por implementar. É o que se passa com a perspectiva genérica de transformação da situação nos campos subjacente ao *Inquérito* e com a centralidade que nele tem a questão da dimensão certa da propriedade - expressa no elogio da exploração familiar de dimensão viável como futuro para a agricultura portuguesa - ou o horizonte da colonização interna - patente, por exemplo, nas referências francamente favoráveis à colónia de Martim Rei (Sabugal). As citações aprovadoras que Lima Basto faz de Mussolini na introdução ao I volume situam também claramente o *Inquérito* no interior de uma nebulosa ideológica em que reformismo agrário e «revolucionarismo de direita», como notou Fernando Rosas (Rosas 1994: 432), se confundem.

Entretanto, depois de um período inicial em que pareciam reunidas as condições para o seu triunfo, a política reformista de Rafael Duque conhece uma certa involução com o dealbar da II Guerra Mundial. Esta

inviabilizou (...) os grandes projectos de hidráulica e colonização interna, uma vez que se tornou imperativa a contenção das despesas públicas e se definiram outras prioridades conjunturais para os gastos do Estado (Rosas 1991: 784 e 785).

Uma vez terminada a II Guerra, o tempo político para essas propostas parecia, por sua vez, ter-se esgotado. Propondo-se mexer na estrutura da propriedade a sul do país, as propostas reformistas de Rafael Duque revelaram-se incapazes de resistir às pressões dos «lobbies» ruralistas - que as classificavam de «bolchevistas» - e Rafael Duque acaba por ser substituído no Ministério da Economia. Com a sua substituição, o reformismo agrário perde os favores governamentais e a política agrária do Estado Novo passa a pautar-se pelas preocupações de defesa dos interesses dos grandes «lobbies» agrários.

Essa viragem política parece ter sido fatal para o *Inquérito*. Perdido o enquadramento político favorável em que se tinha começado por desenvolver, transformado em bandeira de denúncia da miséria nos campos pela oposição, o *Inquérito* passa a constituir um incómodo sério para o governo. Esse incómodo é tanto maior quanto, simultaneamente, uma parte dos próprios colaboradores do *Inquérito* não esconde as suas simpatias com a oposição. É o caso de Henrique de Barros - próximo da oposição republicana - e de Flávio Martins, Francisco Rosa e Carlos Silva, próximos do Partido Comunista<sup>1</sup>. Daí que, em 1947, na sequência de um conjunto de outras intervenções de personalidades próximas do regime desfavoráveis ao *Inquérito*, o

<sup>1</sup> Elementos extraídos de uma entrevista com Carlos Silva realizada em 3 de Julho de 1996. De acordo com Carlos Silva, a Guerra Civil de Espanha parece ter sido um elemento fundamental na tomada de consciência política de alguns dos colaboradores do *Inquérito*.

governo tenha pressionado no sentido da suspensão da edição do III volume do *Inquérito*<sup>1</sup>. Como refere Castro Caldas,

a descrição da miséria incomodou o regime logo com a publicação do I volume. Então um governo que não fazia nada, que consentia uma miséria daquela ordem... O *Inquérito* nunca podia agradar ao regime. Já antes, o *Inquérito Económico-Agrícola* havia também sido encarado com desconfiança (Castro Caldas 1996).

Para Carlos Silva, que refere a propósito do *Inquérito*, as «zelosas suspeições (...) por parte de um membro do governo» (Silva 1989: 757), o desfecho dificilmente poderia ter sido outro: na sua denúncia da miséria, «o *Inquérito* era subservivo» (Silva 1996).

Essa proibição - como de resto todas as proibições - não impediu entretanto que o *Inquérito* tenha continuado a ser usado pela oposição como uma arma de arremesso contra o regime. É sabido por exemplo, o papel que o *Inquérito à Habitação Rural* terá na *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária* (1976 [1968]) de Álvaro Cunhal. Consagrado à caracterização e à denúncia da miséria que se viveria nos campos portugueses, o livro usa de forma abundante dados extraídos do *Inquérito*. Este ocupa, no capítulo intitulado «Abaixo da Linha de Miséria», um papel destacado, em particular na secção «A Sepultura da Vida» (1976: 88-99). Iniciando-se pela apresentação do *Inquérito*, a secção reserva um lugar importante à transcrição de alguns dos estudos de caso apresentados no *Inquérito*, para, a partir deles, generalizar para o conjunto dos campos portugueses:

De uma maneira geral, em nenhum dos casos referidos no *Inquérito*, se encontra uma só das condições fundamentais de uma habitação conveniente. Nem defesa do frio no Inverno, nem temperatura ambiente adequada, nem pureza e cubagem de ar, nem luz solar durante o dia, nem iluminação artificial nocturna bastante, nem espaço para se moverem as pessoas e em especial as crianças, nem divisões suficientes e quartos separados, nem latrinas, nem esgotos, nem água canalizada, nem limpeza, nem o mínimo, o verdadeiramente mínimo, indispensável de mobiliário, de roupas, de utensílios (1976: 89).

«Não há - conclui Cunhal - qualquer exagero em dizer-se que, na sua grande maioria, *os trabalhadores rurais habitam pardieiros impróprios para habitação e os seus lares são verdadeiros lares de mendigos*» (*id.*, *ibid.* \ os itálicos são meus).

<sup>1</sup> De acordo com Castro Caldas, essa medida teria ainda afectado o II volume do *Inquérito*, então acabado de editar, que teria sido deficientemente distribuído, tendo «ficado em monte numa sala do antigo ISCEF» (Castro Caldas 1996). Nesse processo parece ter desempenhado um papel de destaque André Navarro (1904-1989), professor do ISA e deputado da União Nacional à Assembleia Nacional, onde produziu, em 1945 ou 1946 (não consegui apurar a data precisa), uma intervenção crítica acerca do *Inquérito*.

## HABITAÇÃO RURAL VS. CASA PORTUGUESA: PASTORAL E CONTRA-PASTORAL

Sendo utilizado pela oposição como uma arma de denúncia da situação nos campos portugueses, o *Inquérito à Habitação Rural* foi simultaneamente usado como um instrumento mais preciso de combate à ideologia ruralista do Estado Novo de que a casa portuguesa se tinha transformado um dos elementos essenciais.

De facto, não tardarão a ser produzidas leituras que tornarão explícitas as potencialidades do *Inquérito à Habitação Rural* como instrumento de combate à ideologia da casa portuguesa. É o caso, desde logo, de Ramos da Costa que, em 1944, no seu já citado *Inquérito à Habitação Rural Crítica à Obra*, na sequência da denúncia da «miséria, insalubridade e desconforto» da habitação rural, sugere aos artistas e estetas da casa portuguesa

para que ajuizassem do primário desta condição e dessem ao esteticismo de seus cuidados o lugar secundário que lhe convém, [que] vivessem as emoções estéticas de que são tão ciosos, durante um ano, em qualquer dos exemplos paupérrimos que o Inquérito mostra (1944: 26).

Esta observação crítica de Ramos da Costa surge na sequência de um artigo de Armando Lucena, publicado, «como é óbvio no *Diário de Notícias*» que, a propósito do *Inquérito*, «lembra a fundamental conservação das características estéticas e pitorescas da Casa Portuguesa» (Ramos da Costa 1944: 25)<sup>1</sup>.

Mais tarde, em 1948, no I Congresso Nacional de Arquitectura - que, como tem sido sublinhado, teve um papel destacado no combate à casa portuguesa - uma das linhas de ataque a esta - sobretudo por parte de alguns arquitectos do Porto politicamente mais engajados -, não dispensa também o recurso ao *Inquérito à Habitação Rural*. O tom é dado por António Veloso - irmão do falecido dirigente comunista Ângelo Veloso e ele próprio pró-

<sup>1</sup> Todo o texto de Ramos da Costa surge de resto marcado pela preocupação de contra-positão do *Inquérito* à ideologia ruralista do regime, de que a casa portuguesa seria apenas um dos elementos. Veja-se, por exemplo, o seguinte excerto, relativo ao Minho: os números do *Inquérito* relativos às «regiões do Alto Minho e Minho Litoral (...) negam com eloquência a honestidade de quantos [no-las] têm mostrado sob o prisma de um bucolismo poético, donde parece sempre desprender-se luz, cor e felicidade ambiente. Quantas vezes o Minho tem sido mostrado a estrangeiros como tipo de felicidade rural e alfobre de inspirações folclóricas, através de meia dúzia de meninas da sociedade elegante de Viana do Castelo e de Braga, a quem, por desfastio, se manda vestir os trajes regionais, e carregadas de oiro verdadeiro e falso, símbolo da riqueza, as mandam bambolear com artes de modelo de casa de alta costura. A realidade rural, porém, é bem outra: a média do valor actual das roupas de todos os exemplos do *Inquérito* no Alto Minho é (...) 227\$34; se descermos aos extremos encontramos que, em Passô, um rendeiro e trabalhador rural (...) tem como único enxoval para marido, mulher e cinco filhos, 3 lençóis, 6 mantas, 2 travesseiros e 2 fronhas, isto tão velho e esfarrapado que os engenheiros-agrónomos lhe deram como valor actual 38\$50. Como loiça e vidros tem esta família 8 pratos, 2 garrafas para azeite e uma candeia» (*id.*: 36-27).

ximo do PCP numa comunicação sobre «Habitação Rural e Urbanismo (in 1.º Congresso Nacional da Arquitectura Portuguesa s/d: 189-196). Recorrendo ao *Inquérito* para a caracterização da situação - que ele classifica de grave - da habitação rural, Veloso defende um ponto de vista sobre a solução do problema habitacional nos campos portugueses marcado pela formulação de soluções alternativas às que estavam implícitas no projecto da casa portuguesa. Assim, segundo este arquitecto, «não é a cidade que é preciso ruralizar, baixando o seu nível de civilização, mas sim o campo que é preciso urbanizar, civilizar, mecanizar» (*id.*: 192). A obtenção deste objectivo, pelo seu lado, não se parece compadecer com os regionalismos próprios da casa portuguesa: «não são as características arquitectónicas inerentes e próprias de cada região que é preciso respeitar, mas sim os dados imperativos do clima, dados topográficos, meio geográfico» (*id.*: 194). Na intervenção de Lobão Vital, a presença do *Inquérito à Habitação Rural* é ainda mais explícita, como mais clara é a sua contraposição à ideologia ruralista que subjaz à casa portuguesa. Depois de sumariar as conclusões do *Inquérito*, Lobão Vital - recorrendo a passagens da *Linha de Rumo* de Ferreira Dias (1900-1966) - contrapõe a realidade do *Inquérito* ao imaginário da casa portuguesa tal como este se expressaria no Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (*id.*: 207-208).

Estas contraposições e contrastes entre o *Inquérito à Habitação Rural* e a casa portuguesa devem ser vistos como o resultado da tomada de consciência, por parte de alguns dos actores directamente envolvidos no processo, das diferenças - grandes - existentes entre ambas as abordagens da habitação popular portuguesa.

Essas diferenças estão de alguma forma inscritas e são a consequência de horizontes disciplinares de partida distintos. Enquanto que o *Inquérito à Habitação Rural*, como vimos, opera a partir da economia agrária e se constitui, a essa luz, como um momento de inquérito e conhecimento da realidade que tem em vista um programa mais vasto de engenharia social susceptível de melhorar as condições de vida nos campos portugueses, a «casa portuguesa» parte de uma concepção da arquitectura como ramo das «Beaux Arts» e define-se como um programa estético originalmente vocacionado para as classes médias urbanas. O que cada um destes olhares disciplinarmente diferenciados vê, são, obviamente, coisas diferentes.

A paisagem, envolvente central na apreciação da arquitectura popular por parte dos cultores da casa portuguesa, é substituída pela economia e pela sociologia agrárias. É, de facto, como um elemento fundamental do funcionamento da economia camponesa que a habitação rural é apreendida pelo *Inquérito à Habitação Rural*. A sua funcionalidade não é a funcionalidade de um elemento decorativo judiciosamente colocado num cenário natural, mas a funcionalidade - ou a disfuncionalidade - de um conjunto de condições materiais necessárias ao funcionamento da exploração agrícola enquanto entidade economicamente definida.

Onde os cultores da casa portuguesa tinham visto formas e tipos arquitectónicos desenraizados de qualquer referência personalizada, os inquiridores do *Inquérito à Habitação Rural* vêem habitações onde vivem famílias e indivíduos inseridos em grupos sociais particulares, caracterizados por condições de vida e habitação que justamente o *Inquérito* se esforça por reconstituir. Não é que, ocasionalmente, não se possam encontrar no *Inquérito à Habitação Rural* comentários mais atentos às formas e à arquitectura. Castro Caldas, por exemplo, não se coíbe de manifestar a sua admiração relativamente a certos tipos de arquitectura popular do Alto Minho. Surpreendido - como muitos outros depois dele o serão - pelo conjunto de espigueiros do Soajo, escreve que alguns desses espigueiros «construídos em bom granito (...) são verdadeiras obras de arte, duma solidez que promete eternizar-se» (Castro Caldas *in* Basto 1943: 76). Mais à frente, não regateia também aplausos a algumas «construções sólidas, de bom granito» (*id.*: 90) que encontra no Lindoso. Nestas, a escada e o patamar possuem frequentemente «uma disposição (...) ingenuamente artística que profundamente impressiona» (*id.*, *ibid.*). No II volume, algumas casas precisas são objecto de comentários de sentido similar, em Cortes (Leiria) (Castro Caldas & Faria e Silva *in* Barros 1947: 149), Moreira do Rei (Trancoso) (Francisco Rosa & Faria e Silva *in* Barros 1947: 307), Castelo Rodrigo (Castro Caldas & Faria e Silva *in* Barros 1947: 313) ou em Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova) (Francisco Rosa & Faria e Silva *in* Barros 1947: 408). Neste último caso e ainda em Gouveia (Francisco Rosa *in* Barros 1947: 282), os engenheiros agrónomos do *Inquérito* vão mesmo ao ponto de esboçar uma tipologia dos tipos habitacionais dominantes nestas localidades. Mas estes são, apesar de tudo, exemplos isolados e, no essencial, a energia descritiva é colocada não na catalogação de formas e de tipos, mas na apresentação da casa como um complexo habitado.

Finalmente, se, na casa portuguesa, a habitação era olhada do exterior de acordo com um código visual dominado pelo aguarelismo etnográfico, no *Inquérito à Habitação Rural* ela é mostrada, a partir de dentro, de acordo com o que pode ser visto, é certo, mas sobretudo, de acordo com o que pode ser sentido e cheirado - o ar que não circula, os cheiros das estrumeiras, etc... - e de acordo com o que pode ser contado e inventariado - os utensílios domésticos, as roupas, etc... Ao pormenor decorativista do aguarelista, contrapõe-se a minúcia descritiva do inquiridor que não vê apenas as casas de longe, mas entra dentro delas e fala com quem lá está. Como é afirmado na Introdução ao II volume, na sequência de uma citação do geógrafo Amorim Girão de acordo com a qual «a casa é uma imagem de quem viva lá dentro», o objectivo do *Inquérito* é «saber quem mora lá dentro, como vive e de que vive quem lá mora» (Barros 1947: 59).

Vendo coisas diferentes, o olhar que o *Inquérito à Habitação Rural* deita ao universo da habitação rural introduz, nessa medida, um conjunto de rupturas significativas com os modos de olhar a arquitectura popular característicos da casa portuguesa.

Antes do mais, da pastoral passa-se à contra-pastoral, no sentido em que esta foi definida por Raymond Williams (1993 [1973]: 13-34)<sup>1</sup>. A atracção pelo campo enquanto «paisagem intermédia» saturada de belezas naturais e de valores éticos securizantes é substituída por um olhar sobre a agricultura enquanto modo de vida incapaz de fornecer condições de vida e habitação aceitáveis. Nesse olhar, o fascínio dá frequentemente lugar à repulsa: pelos cheiros, pelo fumo, pela miséria «material e moral» - de que fala, na secção sobre o Barroso, Flávio Martins -, pela promiscuidade, etc... Do campo, por fim, os engenheiros agrónomos do ISA retêm não tanto a beleza das suas paisagens com casas, mas a dureza da vida e a frequente miséria de quem nelas habita. Nessa exacta medida, o campo em geral e a habitação rural em particular são não tanto valores a partir dos quais é possível restaurar as virtudes campestres na cidade e conter os excessos do progresso, mas lugares físicos vistos como atrasados, arcaicos, sobre os quais pousa, inversamente, um olhar marcado pelo desejo modernista do progresso, associado à denúncia de modos de habitar julgados como primitivos, carecendo - como se dizia no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura - de urgente «urbanização». De paradigma moral bom para criticar a civilização, o campo passa a ser visto como um espaço arcaico a partir do qual se pode fazer a crítica do atraso.

Trocando a pastoral pela contra-pastoral, o olhar que o *Inquérito à Habitação Rural* deita sobre a habitação procede, em segundo lugar, à desestetização desta. Esta resulta, desde logo - conforme foi referido atrás - da pouca atenção dada pelo *Inquérito* aos aspectos formais e arquitectónicos da habitação rural e da ênfase colocada, inversamente, em registos como a higiene, o conforto ou o nível de vida. Simultaneamente, o modo como esses registos são apreendidos acaba por produzir um retrato da casa popular que põe implicitamente em questão a sua natureza de objecto artístico. Observada pelos engenheiros agrónomos, a casa popular deixa de ser analisada através de qualidades como a beleza, a harmonia da composição, o vicejo da cor, para passar a ser vista a partir de categorias como a miséria, a sujidade, a falta de condições higiénicas, o cheiro nauseabundo, etc... As suas opções formais são, nessa medida, julgadas a uma luz completamente distinta. O telhado deixa de ser uma solução volumétrica mais ou menos conseguida para passar a ser um sítio por onde passam o vento e o frio. O espaçamento entre janelas não é tão importante quanto o facto de estas serem poucas, pequenas e desprovidas de vidraças. As proporções exteriores equilibradas dão lugar a um olhar que constata a exiguidade interna do espaço e o amontoado de pessoas na habitação. Ao branco exterior da cal opõe-se o «negro interior» da fuligem. E assim sucessivamente...

<sup>1</sup> Para uma exploração da dialéctica entre pastoral e contra-pastoral, centrada na análise das concepções de Portugal Mediterrânico presentes nas obras de Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro, cf. Leal 1999b. O leitor poderá encontrar aí um conjunto de referências teóricas complementares às que utilizo neste capítulo.

Por fim, o *Inquérito à Habitação Rural* faz-se eco de uma visão distinta do povo português. Este deixa de ser visto como uma entidade mais ou menos essencializada dotada de qualidades étnicas positivas que a arquitectura popular se encarregaria de reflectir - como «o bom senso» ou «o sentido da medida» de que falava Raúl Lino -, para passar a ser visto, na sua matriz rural, como um grupo social internamente diversificado, caracterizado por condições de vida determinadas, em que a miséria ocupa um lugar de destaque. A uma visão esteticizada do povo opõe-se uma visão de matriz «neo-realista» deste.

## CAPÍTULO 6

### OS ARQUITECTOS E A MODERNIDADE DO POPULAR: *O INQUÉRITO A ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL*

Apesar de um êxito relativo à esquerda, as conclusões do *Inquérito à Habitação Rural* foram porém insuficientes para contrariar, no imediato, a hegemonia da casa portuguesa, consagrada oficialmente quer como horizonte de leitura da arquitectura popular, quer como proposta estilística dominante na arquitectura portuguesa.

De facto, como foi sugerido no capítulo sobre «A Casa Portuguesa» - os anos em que o *Inquérito à Habitação Rural* é levado a cabo correspondem, por um lado, aos anos de afirmação de uma «política de espírito» do regime - coordenada por António Ferro e assente na acção do SPN/ SNI - em que se assiste à multiplicação de iniciativas - como o concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal e o Centro Regional da Exposição do Mundo Português - que exploram a casa como símbolo da nacionalidade.

Por outro lado, a passagem dos anos 1930 para os anos 1940 coincide também - como vimos anteriormente - com uma mudança importante na cena arquitectónica portuguesa. Se, até então, o Estado Novo havia «flirtado» - nomeadamente por intermédio do ministro Duarte Pacheco - com a arquitec-

<sup>1</sup> Repito aquilo que escrevi na Apresentação. O *Inquérito* organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos de que resultou o livro *Arquitectura Popular em Portugal* tinha o título inicial de *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, adoptado certamente por razões de natureza táctica, uma vez que era essa a designação que o regime reservava ao universo daquilo que, entretanto, os arquitectos do SNA irão rebaptizar - ao escolherem o título para o livro - de *Arquitectura Popular em Portugal*. Por essa razão, optei, no decurso deste livro, pela designação *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*.

tura modernista, a partir daí define-se claramente o propósito de uma arquitectura de regime, cristalizada em torno de modelos que reservam à casa portuguesa um importante papel.

Tendo tido até aí uma relação ambígua com o regime, Raúl Lino - que, desde 1933, tinha tornado clara a sua discordância relativamente ao movimento moderno - transforma-se então numa das referências centrais da arquitectura oficial, com uma importante acção de «policiamento do gosto», dirigida em particular contra a arquitectura moderna e os seus valores.

Esses valores - nascidos no final do século XIX e sedimentados ao longo das primeiras décadas do século XX - colocavam uma ênfase particular no culto do progresso - epitomizado pela máquina e pela mecanização - e na vontade de ruptura com o passado<sup>1</sup>. Vista como a arquitectura de um tempo resolutamente novo, a arquitectura moderna não só procura romper com as linguagens historicistas dominantes ao longo do século XIX como se baseia na construção simultânea de uma nova linguagem capaz de

descobrir formas adequadas às necessidades e aspirações das modernas sociedades industriais e de (...) criar imagens capazes de dar corpo aos ideais de uma *idade moderna* supostamente distinta» (Curtis 1995a: 8).

Este compromisso com a procura de uma nova linguagem arquitectónica adaptada à modernidade dos tempos baseia-se num certo número de cânones, entre os quais avulta o primado da função sobre a forma: «a arquitectura moderna (...) deveria ser disciplinada pelas exigências da função» (*id.*, *ibid.*). Contra a concepção «beaux arts», decorativista e ornamental da arquitectura, a nova estética contrapõe o gosto por formas que são supostas brotar do programa mesmo dos diferentes edifícios. Em conjunto com a exploração das potencialidades de novos materiais, como o cimento e o vidro - de que cultivava frequentemente a «verdade» - e com o recurso às novas técnicas construtivas a eles associadas, o discurso formal da arquitectura moderna tenderá, simultaneamente, a valorizar a experimentação com formas - pilares, «fenêtre en longueur», cobertura em terraço, volumes cúbicos puros - baseadas na linearidade e na simplicidade. Valores como a serialidade e a horizontalidade são também centrais no novo movimento que pratica uma arquitectura marcada por um desprezo inicial pronunciado pelo contexto urbano pré-existente, visto como caduco, e pelas tradições construtivas locais, encaradas como pertencentes à «tradição» a que o modernismo quer justamente escapar. Da hipermnésia revivalista típica do século XIX<sup>2</sup>, passa-se à amnésia modernista, toda orientada para a criação de formas de ruptura. Advogando um conjunto de novos princípios

<sup>1</sup> A apresentação a que em seguida se procede visa reconstituir, de uma forma muito genérica e necessariamente lacunar, alguns dos grandes princípios do movimento moderno na sua fase ascendente e afirmativa. Para mais detalhes veja-se Curtis 1995a e Frampton 1996.

<sup>2</sup> A categoria de hipermnésia inspira-se num texto de Roth (1989).

urbanísticos cuja formulação emblemática será feita na Carta de Atenas, o novo estilo defende também uma aproximação radicalmente renovada à organização interna do espaço, designadamente habitacional, onde conceitos como os de «living room» e «open space», entre outros, fazem a sua aparição.

A acção de policiamento contra os princípios do movimento moderno não deixa entretanto de suscitar resistências. Em Lisboa, essa resistência surge associada ao grupo Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAP), formado em 1946 e ligado à renovação da revista *Arquitectura*, que tem em Keil do Amaral (1910-1975), arquitecto opositor interessado no desenvolvimento de vias de diálogo entre arquitectura erudita e popular alternativas à casa portuguesa<sup>1</sup>, a sua figura central. No Porto, também, é criada em 1947 a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM). Entre outras acções de promoção do ideário da arquitectura moderna, esta promoverá, em 1949, um abaixo assinado contra as tentativas de imposição de «um estilo nacional, e mesmo portuense» (Barbosa 1972: 119) pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, e realizará, em 1951, no Ateneu Comercial do Porto, uma exposição de arquitectura moderna, onde são mostrados, entre outros, projectos de Arménio Losa (1908-1993), Cassiano Barbosa, Fernando Távora, João Andresen (1920-1967), Mário Bonito (1908-1993) e Viana de Lima (1913-1991). No mesmo ano da criação da O DAM, Fernando Távora reedita também - na colecção «Cadernos de Arquitectura» coordenada por Manuel João Leal - *O Problema da Casa Portuguesa* (1947) que havia sido editado originalmente em 1945 na revista *Aléo*.

Mas é sobretudo em 1948, no quadro do I Congresso Nacional de Arquitectura, promovido pelo Sindicato Nacional de Arquitectos (SNA), que esta acção de resistência contra a arquitectura do regime e em defesa dos princípios da arquitectura moderna ganha maior expressão. Embora a direcção do sindicato fosse dominada por arquitectos com uma ligação mais ou menos clara ao regime, o Congresso é entretanto tomado de dentro pelos arquitectos modernos que farão dele uma tribuna em defesa das suas ideias, contra as imposições estilísticas do regime. Não só a maioria esmagadora das intervenções individuais - onde se multiplicam as referências a Le Corbusier, à Carta de Atenas e aos grandes princípios da arquitectura moderna - vai nesse sentido, como os próprios relatos das diferentes sessões de trabalho e as conclusões do Congresso dão também particular destaque à condenação do gosto oficial.

Na 1.ª sessão de trabalhos, subordinada ao tópico «A Arquitectura no Plano Nacional», por exemplo, um dos assuntos abordados teve justamente a ver com os

problemas relacionados com a feição tradicional da arquitectura portuguesa contemporânea, e as imposições que, nesse e noutros sentidos, vêm sendo feitas aos arquitectos, até mesmo por alguns departamentos públicos (7.º Congresso... s/d : XXXVI).

<sup>1</sup> Acerca de Keil do Amaral, cf. os vários estudos publicados em *Keil Amaral Arquitecto 1910-1975* (1992) e em *Keil do Amaral. O Arquitecto e o Humanista* (1999).

A esse propósito,

salientou-se (...) a quase unanimidade com que os arquitectos portugueses consideram nocivas quaisquer imposições de estilo ou feições tradicionais aos seus trabalhos. Frizou-se também a necessidade de uma revisão dos conceitos de tradição e regionalismo, tão mal compreendidos entre nós (*id.*: XXXVI-XXXVII).

Também na 3.ª e 4.ª sessões de trabalhos, consagradas ao «Problema Português da Habitação»,

foi mais uma vez condenado certo regionalismo formal manifestando-se preferência pelas modernas técnicas de modo a não ser falseada a função dos diferentes materiais. Condenada, foi ainda a cópia ou imitação das formas arquitectónicas do passado, que privam a arquitectura de hoje da sua dignidade e da sua expressão adequada à época actual e aos novos materiais empregados (*id.*: XLIII).

Nas conclusões do Congresso, por seu turno, a questão da «*feição portuguesa* dos novos edifícios», merece também um conjunto importante de referências, como aquelas em que se procede ao elogio de «edifícios novos, com processos e materiais novos» (*id.*: LXII), se condena «a imitação de elementos do passado» (*id.*: LXIII) ou se exara o voto - numa referência óbvia ao Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal - de

que se não consagrem mais aldeias atrasadas e menos higiénicas, permitindo assim que se confunda estagnação e primitivismo com tradição e que se vulgarize o conceito errado de que a feição portuguesa dos edifícios se reduz a uma questão de pitoresco (*id. ibid.*).

Na sequência do Congresso, os arquitectos modernos - tendo à sua frente Keil do Amaral, posteriormente afastado por imposição do governo - tomam conta do Sindicato e intensifica-se a acção de questionamento da arquitectura do regime. Os abaixo-assinados e outras formas de denúncia de projectos e regulamentos de concursos em que era nítida a preferência pelo estilo oficial multiplicam-se. Em 1953 surge o Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR), ligado a nomes como Nuno Teotónio Pereira, António de Freitas Leal e João de Almeida, que dá expressão ao descontentamento, entre os meios católicos críticos do regime, do alinhamento da igreja com as opções do «gosto oficial» em matéria de arquitectura. Em simultâneo com esta agitação, crescem também os projectos filiados no gosto moderno, primeiro de uma forma mais modesta e insegura, mas depois, a partir dos anos 1950, de um modo crescentemente firme e expressivo (cf. França 1991 [1974]: 449-451 e sobretudo Tostões 1997). As tentativas de diálogo entre arquitectura erudita e popular alternativas à casa portuguesa conhecem também novos desenvolvimentos, sobretudo no Porto, onde Januário Godinho (1910-1990) desenha no decurso dos anos 1950 um importante conjunto de pousadas onde moderno e vernáculo são vistos como valores complementares (Tostões 1995: 540).

O INQUÉRITO A ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL

É neste quadro que surge justamente o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, cujo contributo para o declínio da casa portuguesa será determinante (cf. França 1991 [1974]: 444). A necessidade da realização de um *Inquérito* desse tipo tinha já sido ventilada por Fernando Távora, em 1945, e por Keil do Amaral, em 1947. Fernando Távora, em *O Problema da Casa Portuguesa* pronunciava-se a favor de

um trabalho sério, conciso, bem orientado e realista, cujos estudos poderiam talvez agrupar-se em três ordens: a) a do meio português; b) da Arquitectura portuguesa existente; c) da Arquitectura e das possibilidades da construção moderna no mundo (1947: 10).

Constatando que o «o estudo da Arquitectura portuguesa, ou da construção em Portugal não está feito» (*id.*: 10-11), Távora sugere a urgência de um conhecimento mais detalhado «das nossas casas antigas e populares» (*id.*: 11). Keil do Amaral, na sequência do seu interesse por uma aproximação à arquitectura popular alternativa à da casa portuguesa, abordará também o tema no artigo «Uma Iniciativa Necessária», publicado na renovada revista *Arquitectura*. Dirigindo-se à classe dos arquitectos na segunda pessoa do singular, Keil desafia-a para um trabalho de

recolha e classificação de elementos peculiares à arquitectura portuguesa nas diferentes regiões do País, com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado (1999 [1947]: 125)

acerca do tema. A sua crença nas possibilidades de efectivação do estudo é grande: «com trinta contos, mais escudo, menos escudo, fazia-se a coisa. Técnicos existem. (...) Tempo arranjava-se, pela certa... Só falta o dinheiro» (*id.*, *ibid.*).

Entretanto, apesar destes apelos iniciais, é só a partir de 1955 - dez anos depois da primeira versão do artigo de Távora - que a concretização do *Inquérito* terá lugar. O seu grande impulsionador é justamente Keil do Amaral, que assegurou também a sua coordenação. Depois de uma primeira tentativa frustrada de financiamento junto do Instituto para a Alta Cultura realizada em 1949, o *Inquérito* consegue o apoio financeiro do governo em 1955. Em decreto datado de 19 de Outubro desse ano, o Ministério das Obras Públicas - então presidido por Arantes e Oliveira - é autorizado a conceder ao Sindicato Nacional de Arquitectos

um subsídio até ao montante de 500.000\$00 (...) destinado a cobrir os encargos com a investigação sistemática dos elementos arquitectónicos tradicionais das diversas regiões do país» (Decreto-lei n.º 40.349 de 19 de Outubro de 1955).

Uma vez obtido este financiamento, o *Inquérito* é de imediato posto em andamento. O país é dividido em seis «zonas»: a zona 1 cobrindo o Minho, o Douro Litoral e a Beira Litoral; a zona 2 Trás-os-Montes e o Alto Douro; a zona 3 as Beiras; a zona 4 a Estremadura, o Ribatejo e a Beira Litoral; a zona 5 o Alentejo; e, finalmente, a zona 6 o Algarve e o Alentejo litoral. Cada uma destas zonas deveria ser coberta por uma equipa constituída por um arquitecto mais experiente - designado como o chefe de equipa - e por dois outros arquitectos mais jovens, geralmente tirocinantes. Depois de vários contactos e reuniões preparatórias, a composição das equipas acabou por ser a seguinte: na zona 1, Fernando Távora, Rui Pimentel e António Meneres; na zona 2, Lixa Filgueiras (1922-1998), Arnaldo Araújo (1925-1984) e Carvalho Dias; na zona 3, Keil do Amaral, Huertas Lobo (1914-1987) e João Malato; na zona 4, Nuno Teotónio Pereira, Pinto de Freitas e Silva Dias; na zona 5, Frederico George (1915-1994), Azevedo Gomes e Mata Antunes; e, finalmente, na zona 6, Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres. Enquanto que as equipas das zonas 3, 4, 5 e 6 se baseavam em Lisboa, as zonas 1 e 2 foram cobertas por arquitectos do Porto. Na distribuição dos chefes de equipa pelas diferentes zonas o critério seguido - segundo Teotónio Pereira (1996a) - parece ter sido o de respeitar ligações prévias dos diferentes arquitectos a cada uma das áreas.

A partida das equipas para o terreno foi antecedida de algumas reuniões, no quadro das quais se recolheu a opinião de especialistas de outras áreas disciplinares - como Orlando Ribeiro (Teotónio Pereira 1996a) - e se tentou afinar a metodologia de trabalho comum que havia sido definido na proposta inicial apresentada ao MOP. Nessa metodologia isolavam-se alguns dos pontos sobre os quais deveria ser recolhida informação pelas diferentes equipas: «materiais e processo correntes de construção», «estrutura urbana», «influência do clima» e «influência das condições económicas» e «sociais» sobre a arquitectura e a formação dos aglomerados, a identificação de «costumes, hábitos e outros factores condicionantes» da habitação, etc... Tratava-se não tanto de identificar de forma rígida a informação a ser recolhida, mas de indicar a importância de alguns tópicos, em particular dos relacionados com uma aproximação contextualizada da arquitectura popular por referência às condições geográficas, económicas, sociais e «etnológicas».

A importância desta liberdade de critérios - que, do ponto de vista metodológico, diferencia claramente o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* do *Inquérito à Habitação Rural* ou das pesquisas de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores - é sublinhada por alguns dos participantes no *Inquérito*. Nuno Teotónio Pereira retém justamente o modo como a definição de critérios foi

feita de uma forma solta. O Keil não era uma pessoa autoritária, de modo nenhum, era muito aberto e deixava as pessoas funcionarem com toda a liberdade, não impondo nada. Portanto, as pessoas partiram para o *Inquérito* de acordo com os seus próprios interesses (Teotónio Pereira 1996a).

Távora acentua também, em termos muito idênticos, a agilidade do *Inquérito*: «deixar às equipas uma certa liberdade era importante e tinha muito a ver com o espírito do Keil» (Távora 1996).

Uma vez no terreno, a pesquisa encontrava-se estruturada de forma também simples. O chefe de equipa assegurava a coordenação geral do trabalho na zona e a ligação entre o grupo e o Sindicato Nacional dos Arquitectos. Embora os chefes de equipa se pudessem integrar nos trabalhos de campo, estes competiam basicamente aos dois arquitectos mais jovens, a quem, para o efeito, foram atribuídas *scooters*, com as quais percorreram os itinerários previamente planificados com o chefe de equipa. Fernando Távora descreveu-me do seguinte modo a experiência de trabalho da equipa da zona 1:

Quem conduzia a pesquisa no terreno eram o Meneres e o Pimentel, cada um na sua *Vespa*. Eu fazia o transporte à minha custa e não recebia nada... Eles é que recebiam. Eu tinha o dinheiro, administrava. Combinávamos percursos, eles faziam os percursos e eu ia ter com eles ao fim-de-semana. Normalmente iam os dois juntos, mas por vezes dividiam-se (Távora 1996).

Nuno Teotónio Pereira teve uma experiência muito idêntica:

os dois jovens arquitectos transportavam-se em motoretas e estavam em *full time*. Estavam toda a semana a trabalhar e eu ia ter com eles ao fim-de-semana. Fazia os fins-de-semana com eles e nesses fins-de-semana programávamos o trabalho para a semana seguinte. Fazíamos um balanço do trabalho feito, desenvolvíamos algumas recolhas durante o próprio fim-de-semana e programávamos o trabalho para a semana seguinte (Teotónio Pereira 1996a).

Embora se previsse que os trabalhos de campo pudessem ter a duração de três meses, eles parecem ter-se prolongado nalguns casos por quatro e mesmo cinco meses. Ao longo desse período de tempo, as equipas do *Inquérito*

percorreram (...) cerca de 50.000 quilómetros, de automóvel, de *scooter*, a cavalo e a pé. Detiveram-se em centenas e centenas de povoados, nos quais fizeram cerca de 10.000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas (*Arquitectura Popular...* 1980: XXIII).

Ao trabalho de campo seguiu-se um período de cerca de um ano consagrado à «ordenação, classificação e análise sistemática» dos materiais recolhidos. Foi «organizado um ficheiro fotográfico, desenhados rigorosamente os levantamentos e definidos em mapas e gráficos as relações, as analogias, a distribuição tipológica» (*id.*, *ibid.*). Tal como durante a fase de recolha, as unidades pertinentes para este trabalho foram as diferentes equipas, sendo também muito escassas as formas de coordenação geral.

Grande parte deste trabalho preparatório parece ter sido concluído em 1958, ano em que é feita a apresentação pública da maqueta da *Arquitectura Popular em Portugal* ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Ministro

das Obras Públicas, numa sessão - amplamente noticiada na imprensa da época - realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNB A) a 22 de Abril. Na sequência desta sessão, multiplicaram-se os sinais de interesse pela iniciativa e pelos seus resultados. Keil do Amaral publica na *Gazeta Musical e de Todas as Artes* um depoimento sobre o Inquérito (Amaral 1958) que projecta este para fora do círculo restrito dos arquitectos. Alguns dos arquitectos envolvidos no *Inquérito* realizam também conferências sobre o tema e o número 66 da revista *Arquitectura* - editado em 1959 com uma fotografia na capa de «terraços e quintais uma cidade algarvia (...) tirada durante o *Inquérito* à arquitectura regional» - consagra dois artigos à problemática da arquitectura popular - também eles profusamente ilustrados com fotografias do *Inquérito* - subscritos por António Freitas (1959) e Carlos Duarte (1959).

Mas será só em 1961 - mais de cinco anos volvidos sobre o seu início - que os resultados do *Inquérito* serão finalmente divulgados, sob a forma de dois volumes - profusamente ilustrados - com o título geral de *Arquitectura Popular em Portugal*.

Embora a obra deixe transparecer uma grande unidade gráfica, a apresentação dos materiais faz-se de acordo com a agilidade que havia até aí caracterizado o *Inquérito*, tanto na fase de recolha como na fase de tratamento de materiais. Como se refere na Introdução

entendeu-se (...) que seria desejável que cada grupo tratasse a sua Zona sem uma absoluta rigidez de ordenação comum. Ao risco da falta de unidade contrapunha-se o desejo de evitar a monotonia da exposição (*Inquérito...* 1980: XXIII).

Foram de qualquer forma definidas algumas regras genéricas para apresentação de certo tipo de materiais. Como refere Távora «a coordenação foi mais em ordem ao número de fotografias, em ordem aos desenhos, encontrar um tipo de desenho que cobrisse todo o *Inquérito*, as cartas tipológicas, etc...» (Távora 1996).

Em consequência, as aproximações propostas à arquitectura popular nas diferentes secções do livro são muito diversificadas. Não é que não possam ser detectadas um certo número de preocupações comuns: com a apresentação geral geográfica e histórica da área ou com a caracterização das formas de povoamento e dos grandes traços definidores do modo de vida rural, ou, ainda, com a descrição dos tipos arquitectónicos mais representativos ou com o esboço de uma tipologia de conjunto para a região em análise. Mas não há, apesar dessas preocupações, nada que se assemelhe a uma grelha comum de estudo e em nenhum ponto do livro é ensaiada uma análise comparativa e integrada dos dados distribuídos pelos diferentes capítulos. Mais do que isso, o que acaba por se impor ao leitor são as diferenças entre as várias maneiras de olhar a arquitectura popular em cada uma das seis zonas estudadas

A esse respeito, tem sido sublinhado o modo como essas diferenças separariam fundamentalmente os capítulos preparados pelas equipas do Norte dos

capítulos preparados pelas equipas que operaram a partir de Lisboa<sup>1</sup>. Entretanto, uma análise mais detalhada das várias contribuições sugere a existência de factores complementares de diferenciação no quadro deste grande contraste. Assim no Norte, a Zona 1 (Minho) e a Zona 2 (Trás-os-Montes) são objecto de aproximações relativamente distintas. A equipa dirigida por Távora, por exemplo, coloca particular ênfase na análise do povoamento, ao mesmo tempo que tem um entendimento muito móvel das fronteiras entre popular e erudito e entre rural e urbano. No capítulo sobre Trás-os-Montes, que de resto se inicia com uma referência a Jorge Dias, o diálogo com a etnografia é muito visível, predominando simultaneamente uma aproximação em «close up» que valoriza o «estudo de caso». Por outro lado - certamente por influência deste olhar mais etnográfico - há uma particular atenção ao interior das casas. Nos capítulos elaborados pelas equipas que operaram a partir de Lisboa, há também alguns traços idiossincráticos marcados. É o caso do capítulo sobre as Beiras - um dos mais conseguidos do livro - marcado em plano de relevo pela preocupação de estabelecer tipologias habitacionais mais rigorosas e de as inscrever no território, e do capítulo sobre a Estremadura, onde é particularmente evidente a preocupação de cobertura das tipologias não-habitacionais, tanto de carácter utilitário, como de carácter religioso<sup>2</sup>.

#### «TÃO JOVEM E JÁ TÃO SUBVERTIDO»

Como vimos anteriormente, embora só tenha sido finalmente editado em 1961, a *Arquitectura Popular em Portugal* tinha sido, antes disso, apresentado, ainda sob a forma de maquete, ao Presidente do Conselho de Ministros e a outros membros do governo

Fernando Távora tinha na altura trinta e um anos e guarda uma recordação viva dessa sessão:

Como sabe o Salazar, através do Ministério da Obras Públicas, estava muito interessado no *Inquérito*, e o Arantes e Oliveira também... Embora ambos tivessem uma visão diferente daquela que nós tínhamos. E eu lembro-me que na véspera da visita do Salazar à SNBA fez-se uma projecção de *slides* para o Arantes e Oliveira e passou em determinada altura um conjunto de casas - no Sul - todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse «que bonito, isso parece arquitectura moderna». E eu que estava atrás - lembro-me perfeitamente disto - disse-lhe «mas, ó sr. ministro, o *Inquérito* vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna». E ele disse-me assim: «o sr. arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Sr. Presidente do Conselho». Bom, no dia seguinte, chega o Salazar. E realmente foi um êxito a visita do Salazar, aquilo para todos nós foi um espectáculo: os pides, o carro do Salazar a chegar, as botas do Salazar. Bom, o Salazar sentou-se, o ministro apre-

<sup>1</sup> Cf., por exemplo, Teotónio Pereira 1984 e Mendes 1990.

<sup>2</sup> Para uma abordagem distinta do *Inquérito*, cf. Varela Gomes 1991: 41-43.

sentou-me dizendo que eu era chefe da equipa tal e o Salazar olhou para mim e disse «Chefe? Tão novo...» E eu disse-lhe: «Ó Sr. Presidente do Conselho, eu já tenho trinta e um anos». E ele: «E muito novo...» Depois, quando chegou a uma página que nós tínhamos na nossa maquete - e que aliás foi publicada - com os espigueiros do Lindoso, perguntou: «Onde é?». «É o no Lindoso». «E qual é a pedra?» «É granito». Resposta dele: «Isto é bonito, bem mais bonito que esse cimento armado que agora fazem para aí». Isto é textual. E eu disse: «Ó sr. Presidente do Conselho, o cimento armado pode ser usado, não há inconveniente nenhum, o que é conveniente é que seja bem usado. E um material como a pedra é». E o tipo olhou para mim, olhou para a assistência e diz: «Tão novo... e já tão subvertido...» (Távora 1996).

Estes dois episódios - contados com muito humor por Fernando Távora - sintetizam de forma admirável as ambiguidades e equívocos que rodearam a realização do *Inquérito*. Para o governo, comprometido até então com o apoio a propostas estilísticas próximas da casa portuguesa, o *Inquérito* parece ter sido visto, desde o início, como uma ocasião para o *aggiornamento* desse tipo de formulário. No decreto-lei que autoriza o apoio ao *Inquérito*, por exemplo, afirma-se que a arquitectura popular «contém em si uma lição viva de evidente valor prático para o desejado aportuguesamento da arquitectura moderna no nosso país» (Decreto-lei n.º 40.349 de 19 de Outubro de 1955).

A «agenda escondida» dos arquitectos modernos é entretanto outra. O que eles desde o princípio pretendem é pôr em questão a casa portuguesa e as tentativas de basear a produção dos arquitectos num suposto «estilo nacional».

É nesse sentido que militavam já as considerações de Fernando Távora e de Keil do Amaral nos artigos que propunham a realização do *Inquérito*. De facto, Távora lançou a sugestão no quadro de um artigo consagrado, como foi referido anteriormente, à crítica da casa portuguesa. E a sua ideia é de que um tal estudo poderia ser um «elemento colaborante na nova Arquitectura»:

a casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções. Hoje estuda-se pelo seu *pitoresco* e *estiliza-se* em exposições para nacionais e estrangeiros; nada há a esperar dessa atitude que conduz ao beco sem saída da mais completa negação (Távora 1947: 11).

Keil do Amaral alinha pelo mesmo diapasão: o estudo que propõe é encarado como «uma pedra angular na renovação da nossa arquitectura» (1999: 125), susceptível de reformular os termos em que a ideologia da casa portuguesa abordava o tema da arquitectura regional. Esta

não é, não pode ser, um apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos. Não é, não pode ser *isso* que para aí se tem feito e nos apresentam como exemplo: beirados graciosos de telhados, painezinhos de azulejos, alpendres de coluninhas, ferros forjados em profusão... (*id.*, *ibid.*).

É também no sentido de explorar as virtualidades do *Inquérito* no combate à casa portuguesa que se pronuncia o prefácio aos dois volumes da

*Arquitectura Popular em Portugal*. Um dos primeiros resultados do *Inquérito* seria a demonstração inequívoca da inexistência de uma arquitectura nacional:

Portugal (...) carece de unidade em matéria de Arquitectura. Não existe, de todo, uma «Arquitectura portuguesa» ou *uma* «casa portuguesa». Entre uma aldeia minhota e um 'monte' alentejano, há diferenças muito mais profundas do que entre certas construções portuguesas e gregas. Entre as habitações do Paul e de Évora-Monte são insignificantes os traços comuns. Entre as casas da Fuzeta e as de Lamas de Olo, quase não existem sequer elos de ligação (*Arquitectura Popular...* 1980: XX).

Em segundo lugar, se do estudo da arquitectura popular se podem retirar lições e ensinamentos, estes não vão no sentido da actualização de um formulário decorativista como o defendido pela casa portuguesa, cujas propostas são classificadas como «ingénuas» ou «primárias» (*id.*: XXII).

#### DE NOVO A DIVERSIDADE COMO ARGUMENTO

Com esta «agenda escondida», não é de admirar que o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* proponha da arquitectura popular uma imagem também ela distinta daquela que havia sido traçada por Raúl Lino e pelos defensores da casa portuguesa.

O plano onde são mais salientes as diferenças entre essas duas imagens tem a ver com a questão da diversidade e da multiplicidade da habitação popular em Portugal. Essa questão não era nova, como vimos no capítulo sobre «A Casa Portuguesa». A multiplicidade dos tipos populares de habitação que se poderiam encontrar no país tinha sido, na viragem do século, um dos argumentos iniciais mais fortes contra as propostas da casa portuguesa. E, mesmo depois do consenso que estas obtêm a partir de 1910, a questão da diversidade da arquitectura popular portuguesa persegue-as sempre como uma sombra.

Na sua tentativa de questionamento da casa portuguesa, o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* irá justamente acentuar a multiplicidade e a diversidade regional e mesmo local da arquitectura popular portuguesa. Essa é, antes do mais, uma opção deliberada à partida. Acentuando a importância de um estudo contextualizado da arquitectura popular por referência a factores como o clima, a organização económica e social, os hábitos e costumes de natureza etnográfica, o *Inquérito* parte do pressuposto que a variabilidade destes se repercutiria na própria diversidade das tipologias habitacionais, que Keil do Amaral já havia de resto restreado no seu artigo «Uma Iniciativa Necessária» (cf. Amaral 1999: 125-126). Mas é sobretudo uma das mais importantes convicções à chegada. O próprio título dado à publicação final resultante do *Inquérito - Arquitectura Popular em Portugal* e não *Arquitectura Popular Portuguesa* (itálicos meus) - reflecte essa preocupação. O adjetivo «portuguesa» - presente na designação de casa portuguesa - é visto como sinónimo de uma unidade que o *Inquérito* procura pôr em causa e é nessa medida subs-

tituído pela referência a Portugal como território de que se quer justamente interrogar a diversidade. Na introdução à *Arquitectura Popular em Portugal* - como vimos - esse é também um dos argumentos mais enfatizados. Não só se constata a diversidade das tipologias habitacionais em Portugal, como se procura chamar a atenção para o modo como aquela resulta da própria diversidade geográfica do país. Tendo provavelmente presente o modelo de Orlando Ribeiro, sublinha-se o modo como seria possível em Portugal isolar «uma mancha importante do nosso território (...) tipicamente mediterrânica», a qual se diferenciaria claramente de uma «outra mancha, mais a Norte [com] acentuada influência atlântica» (*Arquitectura Popular...* 1980: XX). Dada a diversidade de clima, cultivos, economia, povoamento e organização social destas duas áreas, ambas não poderiam «deixar (...) de apresentar características arquitectónicas diferentes» (*id., ibid.*). Mas para além deste grande factor de diferenciação, existiriam ainda factores adicionais de diversificação interna em cada uma destas áreas, com «variações nítidas» e «sub-regiões diferenciadas» (*id., ibid.*), que tornariam ainda mais clara a multiplicidade de tipos arquitectónicos populares. A organização interna do *Inquérito*, assente - como vimos - em seis equipas com ligações muito ténues entre si e sem critérios unificadores rígidos, acentua a própria diversidade de soluções encontradas no terreno. Cada zona circunscribe um certo número de singularidades que, embora não sejam sistematizadas enquanto tal, são dadas a ver «em bruto», sobretudo por intermédio da documentação fotográfica reunida pelos inquiridores.

A própria organização da primeira edição do *Inquérito*, em dois volumes, embora tenha sido certamente ditada por razões mais pragmáticas, sublinha também, à sua maneira, essa diversidade, patente sobretudo na escolha das fotografias de capa de cada um dos volumes. Os telhados escuros e as ruas estreitas de uma aldeia da Beira fotografada em «plongée» do I volume oferecem um contraste que não poderia ser mais óbvio com o isolado monte alentejano caiado e claro, obsessivamente horizontal, do II volume.

## A «MODERNIZAÇÃO» DA ARQUITECTURA POPULAR

Distanciando-se das propostas da casa portuguesa pelo seu olhar desmultiplicado sobre uma arquitectura popular que deixa de ser portuguesa para existir, com múltiplas e diversas expressões, em Portugal, o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* distancia-se também delas pela reformulação do tipo de olhar esteticizante contido nas propostas de Raúl Lino.

Não é que os arquitectos que integram o *Inquérito* - muitas vezes de extracção urbana e sem um conhecimento profundo do meio rural - se não deixem extasiar pela arquitectura popular e pelas suas virtualidades estéticas. As verbalizações a posteriori dos participantes no *Inquérito* acentuam esse ponto. Para Távora, por exemplo, o *Inquérito* foi, não só para ele, como, sobretudo, para os seus colaboradores - «mais jovens e mais urbanos» - «a reve-

lação de um espectáculo espantoso, uma verdadeira situação de entusiasmo» (Távora 1996). Um dos membros da equipa da zona 1, António Meneres, refere justamente que os trabalhos do *Inquérito* «'abriram um mundo novo' para os jovens arquitectos tirocinantes que participaram nas seis equipas de trabalho» (Meneres 1999: 121), tendo constituído

uma experiência extraordinária que possibilitou o reconhecimento de noutras arquitecturas, de sábias aplicações dos materiais e de formas de implantação e de orientação que, nos bancos das duas Escolas oficiais da altura, não eram sequer abordados (*id.*: 122).

Entre a equipa que fez a Estremadura, o deslumbramento também se fez sentir. Segundo Nuno Teotónio Pereira

embora a Estremadura fosse uma região mais conhecida, central, que as pessoas naturalmente já conheciam em boa parte (...), mesmo assim houve algumas surpresas. Dou-lhe um exemplo de um caso concreto: aquelas casas de madeira no litoral, em Vieira, Pedrógão, etc... Ficámos deslumbrados com essas aldeias em madeira. Nessa altura estava tudo praticamente intacto. Havia só uma ou outra casa que já começava a ser construída em blocos de cimento. E quando descobrimos uma pensão - uma pensão popular onde as pessoas se alojavam para tomar banhos de mar - toda feita em madeira e em que havia uma campainha como aquela que havia nos eléctricos antigamente - com um cordão que a pessoa puxava para chamar a criada - tudo isso foi uma revelação. Foi uma coisa espantosa. Surpreendeu-me também a aldeia dos Picanceiros, que eu não conhecia... E aqueles moinhos de vento com pás metálicas importados da América (...) na região das Caldas e de Óbidos. Também não conhecíamos e achámos interessantíssimo esse fenómeno de importação daqueles equipamentos. As capelas sobre o mar, de apoio aos pescadores, esse corredor de capelas que há na costa por aí abaixo foi também uma revelação (Teotónio Pereira 1996a).

Os diferentes textos escritos para os volumes da *Arquitectura Popular em Portugal* não deixam também de ecoar o fascínio dos jovens arquitectos pelo universo da arquitectura popular. O texto escrito para a zona 1 é a este respeito, particularmente expressivo. A casa do Ribeiro (Escudeiros, Braga), por exemplo, é apresentada como reunindo uma muito «grande e qualificada soma de atributos», entre os quais se incluem o modo como tira partido do «suave pendor do solo», «a escada ampla e abrigada» que exhibe, o modo como organiza a dialéctica interior/exterior, «o telhado assimétrico [que] envolve e ata o conjunto, conferindo-lhe unidade volumétrica» (*Arquitectura Popular...* 1980: 46). Mais à frente, a casa do Olival (Carapeços) - cuja fotografia foi utilizada na capa do volume único da 2.ª edição - é objecto de um elogio ainda mais rasgado, sendo descrita como

uma belíssima casa-sequeiro, que, além de nos dar uma planta fora do comum, ou pelo menos uma variante inesperada, oferece-se como um exemplar equilibradíssimo, sob o ponto de vista plástico (...). A fachada quebrada, a reduzida dimensão dos pés direito e as duas seqüências, de prumos de madeira no segundo piso, e pilares de granito por

baixo, em frequências diferentes, além de se oporem à horizontalidade marcante do conjunto, reforçam o agradável efeito de repouso e aconchego para quem atentamente a observe. A falta de paralelismo entre o alinhamento dos mesmo pilares de madeira e a parede que se situa atrás, vem ainda retirar toda a dureza, pela sensação de espontaneidade ou até ingenuidade do jogo dos elementos. Depois, o contraste das secções e das matérias, da obra e da vegetação, e por fim, esse equilíbrio de antagonismo coordenado entre as formas reticuladas e brancas da casa e a natureza envolvente (*id.*: 52).

Mas é sobretudo para os espigueiros que os jovens arquitectos que percorreram o Minho guardam o seu maior entusiasmo:

Temendo-se da humidade e fraca ventilação dos sítios protegidos, erguem-nos acima dos obstáculos rasteiros que travam a acção do vento, encavalitam-nos nos muros de vedação e nos portões de terreiros, atravessam-nos, altos sobre os caminhos dos povoados. Assumem assim posições inesperadas, ombreando com as árvores vizinhas e, enquanto todas as outras construções se aconchegam à terra, estas estreitas e compridas urnas sobressaem do conjunto (*id.*: 60).

Os conjuntos de espigueiros do Soajo e do Lindoso, em particular, são descritos com as marcas de um fascínio incondicional, algo «stonehengiano»:

destacam-se tão intensamente [do quadro geral da arquitectura popular desta zona], e de tal forma que as causas profundas ultrapassam as normas das realizações populares a que estamos habituados. (...) Permanece aparentemente inexplicável, como remanescente da vida dum povo desaparecido, a qualidade arquitectónica tão selvagem quanto requintada [desses conjuntos de espigueiros] (*id.*, *ibid.*)<sup>1</sup>.

Dando-se a ver de forma particularmente marcada no capítulo consagrado ao Minho, a atracção dos arquitectos do *Inquérito* pela arquitectura popular é uma constante ao longo dos dois volumes Na secção sobre Trás-os-Montes, por exemplo a ocupação «desarrumada» do espaço é vista como reveladora da

extrema riqueza da mentalidade directa e livre de lugares comuns que organiza as coisas conforme o sentir do momento, e se encontra muito perto da humilde exuberância dos factos naturais (*id.*: 127).

Nas Beiras, apesar de predominarem as

soluções construtivas rudimentares, sem preocupações estéticas a enobrecê-las (...) aparecem, aqui e além, soluções que se impõem pela harmonia dos volumes simples, pelos efeitos de claro-escuro, pela riqueza dos paramentos, pela elegância das varandas, pelo lançamento de escadas exteriores, ou por outros aspectos menos comuns (*id.*: 309).

<sup>1</sup> Para uma abordagem mais detalhada do espigueiro com objecto de fascínio entre os intelectuais portugueses interessados no popular, cf. Leal 1994. Cf. também o próximo capítulo do presente livro.

Feita esta afirmação de natureza geral, a parte final do capítulo - intitulada «Formas e Expressões» - é justamente dedicada à exemplificação de algumas dessas soluções esteticamente mais interessantes. Nuns casos, põe-se em evidência a definição sóbria dos volumes, noutros o carácter agradável das «proporções dos conjuntos e a interligação dos seus elementos constituintes» (*id.*, *ibid.*). Utilizam-se expressões como «audacioso equilíbrio», «pureza formal» (*id.*: 311), «imaginação e sensibilidade», «harmonia dos volumes» (*id.*: 314) ou «macieza de formas» (*id.*: 315). A varanda - visto como um dos temas arquitectónicos fundamentais da arquitectura popular da Beira - é objecto de um juízo estético autónomo, marcado também por uma apreciação favorável das diferentes soluções de pormenor inventariadas.

Na secção consagrada à Estremadura, os juízos estéticos são também a nota dominante. A partir de uma chamada de atenção inicial para o baixo nível de vida e de habitação das populações rurais, põe-se em destaque o modo como, justamente devido a essas condições, «é de justiça homenagear quem em tão duras circunstâncias consegue casas, palheiros, poços, moinhos ou fontes, tão acertados e belos» (*id.*: 387). Nas soluções construtivas encontradas pela equipa dirigida por Teotónio Pereira, haveria

um jogo espontâneo e belo de volumes, de aberturas ou de superfícies fechadas, de claros-escuros que o sol realça ao afagar uma parede caiada a que a tortuosidade do terreno deu vida. Conseguem uma superação do que a natureza e a dura vida lhes oferecem e, para tal, basta-lhes pegar na pedra, mesmo sem a acarinhar, moldar a taipa ou empilhar o adobe, jogar com os tijolos e com os vazios, com a doçura da cal ou com a vivacidade da madeira, passar de quando em quando uma mancha de cor e, sem saberem regras de composição nem quererem ser mais do que esmerados, carinhosamente erguem o lar ou a oficina (*id.*, *ibid.*).

No Alentejo, também, não faltam elogios. Na região das areias, por exemplo, o

dinamismo resultante da distribuição de vãos guarnecidos com granitos (...), o subtil jogo de volumes de casas (...), a organização espacial interna de modestas proporções, são positivos valores arquitectónicos (*id.*: 517).

Na região dos barros, de forma homóloga, «a extrema simplicidade da fachada de entrada, com domínio da grande chaminé é um autêntico facto de Arquitectura» (*id.*: 522).

No Algarve, finalmente, atingem-se também «níveis plásticos muito elevados, usando apenas como formulário um conhecimento exacto dos materiais e o uso de uma técnica simples e intuitiva» (*id.*: 681). «A forma como (...) são sabiamente modeladas as superfícies de massa e o valor de plastização que a cal, empregada sistematicamente, empresta a estas superfícies» (*id.*: 689) são também postas em relevo.

Embora subscrevendo uma atitude genérica da valorização das potencialidades e realizações estéticas da arquitectura popular, os arquitectos do

*Inquérito* introduzem, entretanto, relativamente ao código predominante desde Raúl Lino um conjunto de significativas deslocações.

Como vimos, em Raúl Lino a esteticização da «casa popular» passava por uma visão da arquitectura popular assente, antes do mais, numa leitura pastoralista da paisagem, que retinha a casa como um elemento judiciosamente colocado nela, para deleite moral e visual do arquitecto enquanto «connoisseur». No *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, a paisagem como categoria de apreciação da arquitectura popular não está obviamente ausente. Mas, por um lado, é um dado menos exclusivo do que na ideologia da casa portuguesa. De facto, o *Inquérito* parte de um conjunto de categorias - já anteriormente citadas - que, embora incluindo a paisagem, pressupõem entretanto uma abordagem mais multidisciplinar da arquitectura popular. A sua abertura em relação aos ensinamentos da geografia humana de Orlando Ribeiro ou da etnologia de Leite de Vasconcelos e Jorge Dias é relativamente grande. Os factores geográficos, as condições económicas, sociais e «etnográficas» da arquitectura popular são, em consequência, aspectos que caracterizam a aproximação tentada pelos arquitectos. Para além do diálogo que estabelece com a paisagem, a arquitectura popular é também valorizada pela interacção que mantém com essas outras condicionantes: da história ao regime agrário, das formas de povoamento e da estruturação da malha urbana ao tipo de materiais prevalentes em cada zona - granito, xisto, calcário, madeira, etc... - da adequação da casa a condições naturais, como o frio, o calor, a chuva, etc... - à sua relação com a topologia da área. Informada por este olhar multidisciplinar a paisagem da casa portuguesa torna-se no sítio da moderna arquitectura.

Vista como sítio, a paisagem do *Inquérito* é encarada, em segundo lugar, de acordo com critérios estéticos relativamente distintos dos cânones, de inspiração claramente tardo-romântica, prevalentes na casa portuguesa. No diálogo entre a casa e paisagem, o acento em valores decorativistas e pitorescos é substituído por um olhar atento a soluções plasticamente mais fortes. Retém-se, por exemplo, a descontinuidade radical entre fórmulas construtivas e a paisagem envolvente, como na casa do Olival (Carapeços), onde se refere o «antagonismo entre as formas reticuladas e brancas da casa e a natureza envolvente»

† Para além da influência de Orlando Ribeiro na análise da diversidade da arquitectura popular proposta na «Introdução» ao *Inquérito*, a equipa da Estremadura - chefiada por Teotónio Pereira - terá também mantido - como vimos - contactos directos com Orlando Ribeiro. Deste autor, escreveu Teotónio Pereira ter-se deslumbrado - nos anos 1940 e 1950 - com *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Teotónio Pereira 1996b: 155). Também em Teotónio Pereira, encontramos uma referência à importância das pesquisas antropológicas realizadas nesse período. Falando das suas deambulações por Portugal nessa altura, Teotónio Pereira escreve ser essa «a época em que Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Michel Giacometti, na esteira aberta por Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro, faziam de forma sistemática o reconhecimento do nosso património» (Teotónio Pereira 1996b: 155). Acerca das influências de Jorge Dias no trabalho desenvolvido pela equipa de Trás-os-Montes, cf. as páginas finais do presente capítulo.

(*id.*: 52), ou, pelo contrário, sublinham-se as homologias entre a matéria mesma das casas e a matéria da própria paisagem, como em Pitões das Júnias, onde «os recortes da paisagem ganham feição quase tão familiar com as casas, e nem se chega a saber bem se os montes foram feitos pelos homens, ou se o homem feito para a montanha» (*id.*: 169), ou na Beira, onde existiria «uma associação tão íntima entre as casas e a paisagem que, de longe, é por vezes difícil distinguir a aldeia perdida entre penedias e árvores» (*id.*: 231). A fotografia a preto e branco como recurso ilustrativo principal sublinha esta nova leitura, particularmente nos casos onde se torna patente uma exploração da paisagem como geometria mais ou menos abstracionista de formas.

Complexificando e submetendo a novos valores o diálogo entre casa e paisagem, o olhar que os arquitectos do SNA deitam sobre a arquitectura popular introduz também significativas deslocações no tema da casa como objecto de «arte popular» dominante no paradigma da casa portuguesa. É aqui, como de resto tem sido sublinhado por outros autores (França 1991 [1974]: 442-444, Tostões 1997: 159-165) que as diferenças entre a casa portuguesa e o *Inquérito* são mais pronunciadas. De facto, embora se possam encontrar no *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* passagens ainda tributárias desse tipo de olhar decorativista, a esteticização da arquitectura popular faz-se sobretudo de acordo com cânones modernistas. Sendo parte integrante de um projecto que visava não apenas desmistificar a casa portuguesa, mas que encarava esse objectivo no quadro de uma batalha mais geral em torno das ideias modernas em arquitectura, os arquitectos do SNA vão de facto colocar particular ênfase na compatibilidade estrutural entre o programa arquitectónico do movimento moderno e o programa arquitectónico da arquitectura popular.

As propostas iniciais de Távora e Keil do Amaral faziam-se já eco desta esperança. Távora, como vimos, prevê que a «casa popular» possa dar «grandes lições quando devidamente estudada, pois *ela é a mais funcional e a menos fantasiosa*, (...) aquela que está mais *de acordo com as novas intenções*» (1947: 11; os itálicos são meus). Keil do Amaral vai mais longe. O *Inquérito* é de facto proposto por ele como um empreendimento subordinado a um ideário arquitectónico claramente funcionalista:

o que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações. Depois, analisar até que ponto as soluções são boas e conservam actualidade, isto é, continuam a ser as mais adequadas, funcional e economicamente (1999: 125).

Alguns dos exemplos dados sublinham esta aproximação funcionalista à arquitectura popular. No Alentejo, é sugerida «a perfeita coerência entre (...) o tijolo e a feição das obras que são feitas com ele» (*id.*: 126) ou modo como «as casas típicas de Évora (...) foram concebidas e construídas para defender os habitantes dos rigores dum sol implacável» (*id.*, *ibid.*). Mais do que «pormenores pitorescos» ou detalhes «de fachada», são estas lições de funcionalidade

dade, de adequação dos materiais e das soluções construtivas aos condicionamentos e à finalidade dos edifícios que a «iniciativa necessária» proposta em 1947 por Keil valoriza.

Sendo uma das mais fortes motivações à partida do *Inquérito*, a leitura modernista da arquitectura popular é também uma das suas mais importantes aquisições à chegada. É justamente nessa direcção que apontam, antes do mais, as verbalizações que alguns dos principais protagonistas do *Inquérito* fazem acerca dele. Távora, por exemplo, sublinha o modo como a visão dos arquitectos do SNA, para além de assentar na constatação da diversidade da arquitectura popular, «era uma visão de continuidade, de confirmação da proximidade entre os valores da arquitectura moderna e da arquitectura popular» (Távora 1996). Nessa medida

a leitura que se fazia da arquitectura popular era uma leitura baseada nos padrões do chamado modernismo, que eram os padrões que nos levaram a fazer o *Inquérito* e a escolher determinados exemplares. Havia ali uma clara fundamentação baseada na crítica corbusiana e que levava à escolha do material que melhor satisfazia essa crítica. O que se encontra no *Inquérito* são os exemplos que os arquitectos consideravam mais modernos. Era aquilo que eu dizia ao ministro: a arquitectura popular justificava a arquitectura moderna (*id.*, *ibid.*).

Nuno Teotónio Pereira sublinha também esta estreita associação entre o *Inquérito* e uma percepção modernista da arquitectura popular:

Nós ficávamos muito contentes, muito satisfeitos, quando encontrávamos expressões de arquitectura popular que tinham semelhanças com aquilo que nós achávamos que era a arquitectura moderna. Quando descobríamos por exemplo casas com uma só água, com paredes com empenas cegas e que tinham homologias com expressões que nós procurávamos utilizar na arquitectura que fazíamos. Ficávamos de facto muito contentes quando víamos uma construção que parecia ser moderna, que podia ter sido feita por um de nós. Construções elementares, muito simples, muito racionais, muito lógicas. Era aquilo de que o Keil falava muito: a lógica da construção, a flexibilidade dos espaços, etc..., que eram atributos da nossa arquitectura, da arquitectura moderna e que queríamos encontrar nas construções rurais (Teotónio Pereira 1996a).

Num artigo publicado na revista italiana de arquitectura *Domus*, Teotónio Pereira é ainda mais enfático a respeito desta ligação entre o *Inquérito* e o espírito modernista:

As conclusões do *Inquérito* (...) eram também tendenciosas (...), dado que confirmavam o que o *Inquérito* se tinha proposto provar, nomeadamente uma relação de causa-efeito entre o ambiente físico, a racionalidade dos modelos construtivos, a «autenticidade» dos materiais, etc.; noutras palavras provar que a arquitectura popular, como todas as «verdadeiras arquitecturas» era «funcionalista» (Teotónio Pereira 1984: 29).

Simultaneamente, nos textos em que se desdobra o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* somos constantemente remetidos, de forma implícita ou explícita, para critérios modernistas de leitura da arquitectura popular.

A primeira e mais recorrente constatação é, claro, a de que a arquitectura popular seria também ela guiada por preocupações de funcionalidade. O valor fundamental que nela se poderia identificar seria a adequação das construções aos condicionalismos - climáticos, geográficos, económicos, etc... - que as rodeiam e às finalidades a que elas se destinariam. Embora objecto de uma leitura mais alargada do que a proposta no paradigma de Le Corbusier - onde a função se identifica em larga medida com o programa do edifício e não tanto com a sua submissão ao conjunto de circunstancialismos externos que rodeiam a sua concepção - essa leitura funcionalista da arquitectura popular expressasse na importância que, em cada um dos capítulos, é dada à reconstituição das grandes constantes geográficas, económicas e sociais da área em análise. Surgindo na sequência dessa reconstituição, a apresentação e análise dos principais tipos habitacionais nela predominantes é feita sempre - mesmo que apenas de forma implícita - em função desse quadro constituído pelo clima e pelo meio envolvente, pelos materiais disponíveis, pelas finalidades das construções e pela sua adequação ao modo de vida rural característico de tal ou tal região.

Embora esta seja uma constante em todos os capítulos da *Arquitectura Popular em Portugal*, nalguns deles ela surge articulada de forma particularmente clara. E o que se passa com o capítulo sobre as Beiras. Logo no seu início, os povoados destas províncias são caracterizados justamente

pela relação estrita que mantêm com o meio natural, pela preponderância do factor agrícola, pela estrita economia das soluções (...) [pelo] emprego dos materiais de mais fácil aprovisionamento local (*Inquérito...* 1980: 231).

Visto como um dos temas arquitectónicos fundamentais da Beira, a varanda exterior - que, relembremos, tinha sido primeiro caracterizada nos textos pioneiros de Henrique das Neves - é definida como «um dos elementos mais característicos e funcionais da Arquitectura regional beirão» (*id.*: 289). Mais à frente, numa referência às soluções construtivas de Monsanto e de outras aldeias beirãs, a argumentação de tipo funcional é também decisiva: «poupam-se paredes ou até um telhado, encostando a casa aos fragedos naturais» (*id.*: 295). Ainda na Beira, há uma crítica ao modo como certas soluções da arquitectura popular - como a varanda ou a escada exterior - são recicladas pela arquitectura erudita da região, em que o critério funcionalista é determinante: «as preocupações de valorização formal sobrepõem[-se] excessivamente às da função e desvirtuam-na» (*id.*: 322).

E ainda na mesma perspectiva que, no capítulo sobre a Estremadura, são analisados os anexos rurais: «deve ser salientada a grande lição de sinceridade e elevação plástica que nos é dada através das construções rurais de carácter especificamente utilitário» (*id.*: 411). E, mais à frente:

Criadas objectivamente em função da necessidade económica, ligadas intimamente à terra, nobres no seu traçado simples e de engenhosa concepção, as edificações agrí-

colas, modestas ou importantes, podem considerar-se das mais sinceras manifestações arquitectónicas do homem rural» (*id.*: 413).

Para além desta sensibilidade geral à função como critério central de apreciação da arquitectura popular, muitas das soluções empregues por esta teriam também a ver com ideias que eram queridas do movimento moderno. A verdade dos materiais é uma delas. Em Trás-os-Montes, por exemplo, as paredes de xisto utilizadas em muitas habitações, em conjunto com «uma certa maneira larga de vencer os vãos, por meio de entrançados de madeira» e em articulação com «jogos de cheios e vazios» contrapostos à

diferenças de valores que os paramentos acusam - pedra, tabuado, entrançado - [testemunham] uma certa forma sábia de deixar falar os materiais, dentro daquela verdade que eles próprios descobriram na única realidade que conheceram (*id.*: 144).

Paralelamente, há uma grande atenção a valores - designadamente de simplicidade e linearidade - identificados com o movimento moderno. Nas Beiras «a harmonia dos volumes simples» (*id.*: 309), «a pureza formal» (*id.*: 311), «o desenho sóbrio e delicado» (*id.*: 319) são elogiados. Uma das constantes da arquitectura beirã seria de resto

a simplicidade dos volumes e das composições (...) bem como o geometrismo elementar das articulações das massas construtivas e dos elementos que a definem, completam ou valorizam (*id.*: 334).

No Sul são também valores formais idênticos que são sublinhados, seja «a apurada sobriedade» (*id.*: 441) das casas da Estremadura, seja «a extrema simplicidade» (*id.*: 522) das fachadas no Alentejo, seja ainda, no Algarve, «a simplicidade» e a «grande pureza de formas e de superfícies» (*id.*: 645). Soluções de uma certa serialidade - como é o caso dos Picanceiros<sup>1</sup> - ou pormenores evocativos de algumas formas favoritas da arquitectura moderna - como o «telhado assimétrico» (*id.*: 49) da Casa do Ribeiro (Escudeiros, Braga), os pilares de granito, próximos dos «pilotis» da arquitectura moderna em que assentam as varandas das casas do Minho (*id.*: 82), «soluções fechadas» (*id.*: 334) como as que os arquitectos encontraram em certas casas da Beira - são também objecto de referências positivas. O próprio pátio da casa-sequeiro do Minho é descrita em termos que evocam irresistivelmente a «living room» da arquitectura moderna: ele seria uma «autêntica sala ao ar livre. Por ela se tem acesso a tudo e para ela dão todas as portas» (*id.*: 38)

Essa reestruturação «modernizadora» do olhar estético sobre a arquitectura popular conduz inevitavelmente à reformulação de alguns dos temas mais caros a Raúl Lino e ao paradigma da casa portuguesa. Do acento exclusivo na

<sup>1</sup> Cf., a este respeito, Teotónio Pereira 2000.

casa e nas suas proporções externas, passa-se a uma apreciação do edifício como programa arquitectónico mais complexo. Dos pormenores avulsos de tipo decorativo passa-se às soluções integradas no edifício e no seu programa. Se se quiser, com o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* é de alguma forma o «olhar moderno» sobre a arquitectura popular que nasce.

### O ESPIRITO DO *INQUÉRITO* E A ARQUITECTURA PORTUGUESA DOS ANOS 1950 E 1960<sup>1</sup>

Caracterizado pelos traços distintivos que acabámos de passar em revista, o *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* é, por fim, como tem sido sublinhado por diversos autores (cf., em particular Tostões 1997: 159-165) uma das peças centrais do processo de reformulação dos termos do diálogo entre arquitectura popular e arquitectura erudita que marca em plano de relevo a arquitectura portuguesa dos anos 1950.

Esse processo integra-se em tendências mais gerais que percorrem a arquitectura moderna do post-guerra, caracterizada por «tentativas conscientes de misturar a arquitectura moderna com as tradições nacionais e regionais» (Curtis 1995: 296). Em reacção aos excessos do movimento moderno triunfa então

a tentativa de conciliar a vontade de continuidade relativamente às propostas dos mestres do Movimento Moderno com o impulso de uma necessária renovação. (...) Do exclusivismo do modelo maquinista vai-se passando a um modelo aberto em que o contexto, a natureza, o vernáculo, a expressividade de formas orgânicas e escultóricas, a textura dos materiais, as formas tradicionais e outros factores passam a predominar (Montaner 1993: 36-37).

Influenciada pelas propostas de Alvar Aalto, a nova sensibilidade arquitectónica - designada por Frampton de «regionalismo crítico» - redescobre a arquitectura vernácula, cujas realizações

sugeriam soluções para a adaptação das construções ao ambiente, clima e tradições locais e eram um bom antídoto para o diluído Estilo Internacional. (...) A ideia era cruzar princípios de construção local com as linguagens da moderna arquitectura. Uma ingenuidade intencional deveria em consequência ser valorizada e a arquitectura moderna deveria mostrar simultaneamente maior respeito pelas diferenças de clima e uma relação mais sensível com o sítio (Curtis 1995a: 296).

<sup>1</sup> Para a redacção desta secção - como afirmei na «Apresentação» - recorri sobretudo a fontes escritas do período analisado - com particular destaque para a revista *Arquitectura* - e a escritos de especialistas contemporâneos que se têm debruçado sobre as marcas do diálogo arquitectura erudita/ arquitectura popular na produção dos anos 1950/1960. Uma investigação mais aprofundada permitiria certamente levar em conta outros projectos, para além dos mencionados nessas duas fontes.

Chegada a Portugal por intermédio da participação de arquitectos portugueses nos CIAM - onde estes princípios ganham rapidamente adeptos reforçada pela leitura de revistas estrangeiras e pelo próprio trabalho de divulgação realizado pela renovada revista *Arquitectura* - que publica então alguns projectos de arquitectos próximos das propostas culturalistas como Mário Ridolfi (*Arquitectura* n.º 57/58, 1957: 22-25) ou J. A. Coderch (*Arquitectura* n.º 73, 1961: 5-10) - a nova sensibilidade arquitectónica influenciou também decisivamente o curso da arquitectura moderna portuguesa dos anos 1950. De facto, tanto o período que antecede imediatamente a realização do *Inquérito*, como o período em que este decorre e o que se lhe segue imediatamente são marcados em plano de relevo por tentativas de construção de um diálogo modernista com as lições da arquitectura «popular», «regional», «vernacular» ou «espontânea».

Entre essas tentativas, duas em particular terão, no período imediatamente anterior ao *Inquérito*, um impacto particularmente importante. Ambas são de resto da autoria de arquitectos que tiveram um papel destacado no *Inquérito*: Nuno Teotónio Pereira e Fernando Távora. O primeiro é o autor do projecto da Igreja de Águas (1949-1957) que - em conjunto com a Igreja de Moscavide (de Freitas Leal e João de Almeida) - marcou uma significativa inversão nos caminhos da arquitectura religiosa em Portugal. Mas onde a Igreja de Moscavide faz uma opção resolutamente modernista, Teotónio Pereira escolhe caminhos mais próximos do regionalismo crítico. Como é dito no comentário que a revista *Arquitectura* publica sobre a Igreja de Águas em 1957:

O ponto de partida (...) foi (...) o carácter da região, a comunidade bem definida a que a obra se dirigia, a responsabilidade que já então se fazia sentir de responder com maior realismo não só às necessidades de um programa mas ao ambiente e à cultura pré-existente (*Arquitectura* n.º 60, 1958: 28).

O telhado de duas águas, a grelha granítica do alçado da entrada, as utilizações de madeira e tijoleira são, entre outros, aspectos que o comentário retém e que sublinham justamente o modo como o projecto parte de uma «noção de escala humana» que integra «as características dos homens a quem se destina, os seus costumes, cultura, relações entre si com a natureza» (*id.*: 28-29). Assinalando a proximidade do projecto de Teotónio Pereira com as propostas do neo-empirismo escandinavo, o comentário enfatiza, a terminar, o modo como

a obra revela uma coerência perfeitamente moderna (...) e no entanto denuncia a confiança numa possibilidade de encontrar a ponte que liga a expressão dos novos valores à herança válida do passado que o povo a que a obra se destina encarna (*id.*: 30).

<sup>1</sup> Acerca de Coderch, cf. *J. A. Coderch de Sentmenat 1913-1984*.

<sup>2</sup> Estas são as expressões intercambiáveis mais usadas para designar o mundo da arquitectura popular entre os arquitectos do *Inquérito*.

Sensivelmente na mesma altura, é também este diálogo entre o moderno, o povo e o passado que se reencontra em plano de relevo na Casa de Ofir (1957-58) de Fernando Távora. No texto que o próprio Távora escreveu para a revista *Arquitectura* a propósito deste seu projecto, são esses valores que são enfatizados. Caracterizando a casa como um «composto de muito factores», Távora dá particular destaque, entre esses factores, àqueles que têm a ver com a arquitectura popular:

perto, em Esposende e Fão, há construções com um tónus muito próprio; do outro lado do rio, não longe, há granito e xisto; a mão de obra local não é especializada; o Arquitecto (...) conhece o sentido de termos como organicismo, funcionalismo, neo-empirismo, cubismo, etc., e, paralelamente, sente por todas as manifestações da arquitectura espontânea do seu País um amor sem limites que já vem de muito longe (*Arquitectura* n.º 57, 1959:11).

O comentário da redacção da própria revista alinha pelo mesmo diapasão:

O autor tentou aqui, com evidente deliberação, conciliar certos valores da nossa tradição arquitectónica com as possibilidades concedidas pelos materiais do nosso tempo. (...) Esta moradia, surgindo-nos tão próxima do espírito dos melhores exemplos da arquitectura espontânea da região, não deixa por isso de oferecer os requisitos de uma moderna casa de férias, e não deixa também por esse motivo - e por isso mesmo, talvez - de ser considerada como um dos bons exemplos da arquitectura contemporânea no nosso país (*id.*: 13).

Mas é sobretudo durante o período em que se realiza o *Inquérito* ou na fase imediatamente subsequente à sua conclusão que os projectos marcados pela redescoberta modernista dos valores plásticos e emotivos da arquitectura vernácula se multiplicam. Entre os arquitectos de Lisboa, os projectos onde essa tendência é mais vincada são os da Pousada de Santa Bárbara (Oliveira do Hospital, 1955-1958) de Manuel Tainha e da Casa Dr. Barata (Vila Viçosa, 1958-1962) de Teotónio Pereira e Nuno Portas. Relativamente ao primeiro, o texto publicado em 1958 na revista *Arquitectura* sublinha, por exemplo, o modo como

para o efeito de construção e recursos técnicos, [se] procurou uma aderência aos processos locais, quer na escolha e emprego dos materiais (largo emprego do granito, utilização de madeiras no exterior em rotulados e revestimentos e no interior em pavimentos e forros de tectos), quer na sua tradução plástica e amplitude decorativa (*Arquitectura* n.º 62, 1958: 10).

Outro aspecto sublinhado é o uso limitado do betão armado de forma a que o edifício não constitua «um elemento insólito no quadro tradicional da região» (*id.*, *ibid.*). Relativamente ao segundo, o comentário publicado em 1963 na *Arquitectura* sublinha também a centralidade que nele tem o diálogo

entre «tradição» e «renovação». O peso dado à primeira traduzir-se-ia «[n]uma proposta de integração» feita

concretamente, em relação ao local tomado como realidade construtiva participante e actuante. Dai toda uma identificação que se processa através do recurso a determinados materiais e seu tratamento epidérmico, o que arrasta um mimetismo nem sempre deliberadamente procurado (é o caso da imposição camarária do emprego da caiação, da cobertura revestida a telha, das cantarias nos vãos), e através duma organização estrutural em que se definem relações com o espaço exterior imediato e consequente ocupação do solo (*Arquitectura* n.º 76, 1963: 3).

Manteve-se também «o que os autores consideram a grandiosidade de espaços característicos das casas deste tipo do Alentejo» (*id.*: 6) e teria havido também a preocupação de identificação «com a construção tradicional que organicamente vai crescendo, encastelando-se, acompanhando o desenvolvimento do agregado» (*id.*, *ibid.*).

Para além destes dois casos emblemáticos, outras propostas menos conhecidas mas de sentido idêntico são também produzidas pelos arquitectos de Lisboa nos anos do *Inquérito*. Teotónio Pereira, mais uma vez, apresenta em 1958 um projecto para uma pousada em Vilar de Formoso (não construído) marcada em plano de relevo pelo diálogo com o vernacular:

das características da arquitectura local, além do emprego de materiais tradicionais, tirou-se a predominância das linhas horizontais e a sobreposição nítida das coberturas sobre os paramentos das fachadas (*Arquitectura* n.º 62, 1958: 21).

Mas é talvez no seu projecto para um bloco de habitação social em Barcelos - com casas de dois pisos e escada exterior directamente inspirados na arquitectura popular do norte do país - que esse diálogo é mais efectivo (Pereira, Teotónio 1996). É também na mesma linha que se filiam projectos como os do Bairro Económico da Chamusca (1959-1960), de Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura (*Arquitectura* n.º 74, 1962, 5-15), o Abrigo de Montanha na Serra de Monchique de José Veloso (*Arquitectura* n.º 85, 1964, 180-183), a Casa dos Magistrados (Olhão, 1959-1961) de Armando Alves Martins (*Binário* n.º 19, 1960, 127-130), ou mesmo o Hotel do Mar de Sesimbra (1958-1964) de Conceição Silva (1922-1982) (*Arquitectura* n.º 80, 1963, 22-27).

Mas será sobretudo entre os arquitectos do Porto que o espírito do *Inquérito* assumirá formas mais consistentes e duradouras. De facto, nos anos que acompanham e se seguem ao *Inquérito*, a encomenda de arquitectura em Lisboa vai ser fortemente polarizada pelos novos empreendimentos urbanos - com destaque para os Olivais - onde as lições do *Inquérito* e a experimentação com a linguagem da arquitectura popular faziam pouco sentido. No Porto, pelo contrário, não só a encomenda parece favorecer o regionalismo crítico,

como as próprias características da cidade são de molde a tornar mais presente o espírito do *Inquérito*. Como refere Távora,

é reconhecida - com todas as suas vantagens e com todos os seus inconvenientes - uma certa ruralidade nata no Porto. Não só na paisagem - apesar de hoje isso estar a desaparecer - mas também porque há um sentido de propriedade de forte orientação rural. Há no Porto um sentido rural muito maior do que em Lisboa. E isso favorece alguma especificidade, alguma localização no tempo e no espaço (Távora 1996).

Em consequência, as formas de diálogo entre arquitectura erudita e arquitectura vernacular terão no Porto uma expressão bastante mais efectiva e continuada do que em Lisboa.

O exemplo mais claro da importância desse diálogo é constituído justamente pela obra de Fernando Távora. Tendo reorientado decisivamente a sua visão da arquitectura com a Casa de Ofir, Távora projectará, nos anos do *Inquérito*, um conjunto de edifícios marcados em plano de relevo por preocupações idênticas. Desses, um dos mais importantes foi a Escola do Cedro (1958-60). Tal como sucedera com a Casa de Ofir, o edifício é apresentado em 1964, na revista *Arquitectura*, com um texto do próprio Távora, onde ele torna clara a sua adesão a um modernismo temperado pelos valores da tradição, do vernáculo, do sítio. Nele, Távora começa por aludir à concepção - que teria sido a sua no início da carreira profissional - da arquitectura como uma «uma virgem branca»: «entre a pequena choupana e a mais famosa obra de Arquitectura não havia relação como não a havia entre o pedreiro e o arquitecto» (*Arquitectura* n.º 85, 1964: 175). Mas, depois, veio a mudança

e a intocável virgem branca tornou-se para mim numa manifestação de vida. Perdido o seu sentido abstracto, encontrei então a Arquitectura como qualquer coisa que eu ou qualquer outro homem podemos realizar - melhor ou pior -, terrivelmente contingente, tão presa à circunstância com uma árvore pelas suas raízes se prende à terra. E o mito desfez-se. E entre a pequena choupana e a obra-prima vi que existiam relações como sei existirem entre o pedreiro (ou qualquer outro homem) e o arquitecto de génio» (*id., ibid.*).

† Na entrevista que me concedeu, Távora descreveu da seguinte maneira essa sua fase inicial de crença na arquitectura como «virgem branca»: «Eu lembro-me de uma revista de arquitectura suíça, que tinha uma fotografia de uma rua de uma aldeia suíça, com as casas, a neve, as ruas tortas e medievais, e eu escrevi ao lado 'isto não é arquitectura'. Porque, para mim, o Partenon já não era arquitectura, metia água, estava partido. A arquitectura era a chamada 'máquina de habitar': era essa visão corbusiana, que eu depois verifiquei que o próprio Corbusier lhe tinha dado um grandíssimo pontapé. No Congresso em Inglaterra, verifiquei com grande espanto o próprio Corbusier dizer: 'Nós pensávamos que era possível fazer uma casa de vidro sem fechaduras nem portas de entrada e verificamos hoje que isso não é possível» (Távora 1996).

Mais pragmático, o comentário de Luís Cunha que se segue ao texto de Távora, torna claro porque é que, a propósito da Escola do Cedro, era possível ao seu autor evocar o ruir das fronteiras entre a choupana e a obra-prima:

reflecti então mais uma vez sobre a beleza austera e o acerto com que foi encarada uma linha de tradição construtiva que tem fundas raízes na arquitectura do Norte e que vivifica e dá autenticidade à linguagem moderna que transparece em todo o edifício (*id.*: 179).

Simultaneamente à Escola do Cedro, o Mercado de Vila da Feira (1953-59), o Pavilhão de Ténis de Matosinhos (1956-58), o Restaurante e Posto de Abastecimento de Seia (1958-60) e o próprio Convento de Gondomar (1962-71) testemunham de um posicionamento consistentemente balanceado

entre a defesa dos valores da arquitectura internacional e a dos da espontaneidade e da construção local: nos trabalhos então realizados, e numa atitude dialogante, o desenho proposto será simultaneamente sensível a Le Corbusier, Asplund e Aalto e aos valores das nossas tradições locais (Ferrão 1993: 44).

Ou, como escreveu Alexandre Alves Costa a propósito da arquitectura de Távora neste período: «Tratava-se de, contra a arquitectura internacional, conciliar a arquitectura erudita com a tradição popular, num determinado contexto e em resposta a ele» (1995: 62).

Embora conheça, a partir de 1962, um novo curso, é pois na obra de Távora que o espírito do *Inquérito* encarna de modo mais consistente. Como refere o próprio Távora

o impacto do *Inquérito* foi fortíssimo, fortíssimo... O *Inquérito* foi para mim - foi aliás para todos os que estiveram ligados a ele - uma acção de reforço de um determinado andamento que já existia. O *Inquérito* foi muito importante, por um lado porque foi uma espécie de confirmação, por outro porque foi uma espécie de verificação. Eu verifiquei realmente, ao longo daquilo que vi, que o meu programa de arquitectura moderna era compatível - fusível - com esse mundo (Távora 1996).

Para além de Fernando Távora, as lições do *Inquérito* não deixaram também indiferentes outros arquitectos formados no Porto. Entre eles contam-se por exemplo Luís Cunha, Germano de Castro e José Forjaz.

Luís Cunha, que embora venha a desenvolver o essencial da sua actividade profissional em Lisboa, se forma na ESBAP em 1957, é, por exemplo, o autor da Igreja de São Mamede de Negrelos (1963-1965), da qual Maya Santos escreverá em 1968 na revista *Arquitectura* ser um trabalho de um «ruralismo (...) ascético» e de «expressão rude» (*Arquitectura* n.º 102, 1968: 74), marcado pela preocupação de integração «no meio topográfico e funcional (no sentido amplo do termo) [e] na economia do meio» (*id.*: 73). Germano de Castro, pelo seu lado, projecta o Centro Médico-Social de Negrelos que, além das suas preocupações «de integração no ambiente regional» (*Arquitectura*

n.º 62, 1958: 24), utiliza de forma inédita o xisto como principal material construtivo. Definida como «uma obra original, que alia à adequação aos fins requeridos uma visão arquitectónica moderna, não isenta de respeito pela tradição local» (*id.*: 29), o trabalho de Germano de Castro é sintomaticamente ilustrado, na revista *Arquitectura*, com recurso a fotografias que, para além do edifício em si, retratam também «construções populares da região com emprego de xisto» (*id.*: 27). José Forjaz, colaborador de Arnaldo Araújo e autor de um CODA marcado já pelas preocupações de diálogo com a arquitectura popular (Cf. *Revista de Arquitectura*, n.º 0, 1987: 68), é outro dos arquitectos referenciados na revista *Arquitectura*, cujas propostas se inserem claramente nos moldes culturalistas favorecidos pelo *Inquérito*. A publicação na revista *Arquitectura* da sua Casa na Serra de Sintra (1961-?) é aproveitada por Manuel Vicente para, à distância de quase uma década, proceder a uma reflexão sobre as virtualidades e limitações da arquitectura portuguesa dos anos do *Inquérito* (*Arquitectura* n.º 97, 1967: 117-118).

E finalmente à luz dos caminhos culturalistas que a arquitectura do Porto toma nos anos do *Inquérito* que pode ser também analisada a obra daquele que se afirmou posteriormente como um dos maiores arquitectos portugueses do século XX: Alvaro Siza. De facto, como tem sido sublinhado, a sua obra até sensivelmente 1967 - ano em que se inicia a construção da Casa Manuel Magalhães (1967-1970) (cf. Martins Barata 1997: 133) - é dominada pelas preocupações de diálogo com a arquitectura vernácula características dos anos do *Inquérito*. Como afirmou William Curtis

Siza talvez pertença à última geração na Europa para quem o vernáculo rural era uma força viva directamente relacionada com uma cultura camponesa que continua, e para quem a tensão entre a antiga sabedoria da província e a modernização cosmopolita da cidade era uma fonte directa de inspiração (1995b: 19).

Patente em projectos como as Piscinas da Quinta da Conceição (1958-1965), Casa do Chá da Boa Nova ((1958-1963), Casa Rocha Ribeiro (1960-1962), Casa Ferreira da Costa (1952), Casa Alves Costa (1964-1971) ou Casa Alves Santos (1966-1969)<sup>1</sup>, esta abertura à arquitectura popular, influenciada certamente pela lição de Távora e, sobretudo, pelo fascínio que Siza patenteia então relativamente à obra de Alvar Aalto (cf. Alves Costa 1997: 14-16), é de resto sublinhada pelo próprio Siza:

Aalto (...) impressionou-me muito, e iria marcar-me bastante no início da minha actividade profissional, nuns primeiros projectos desenvolvidos no clima da arquitectura vernácula portuguesa. Creio que a produção mais importante do Portugal daquela época era pouco numerosa, mas com coisas interessantes, e estava marcada pela sua relação com a arquitectura vernácula (Siza *in* Álvaro Siza... 1995: 29).

<sup>1</sup> Para uma apreciação mais detalhada destes projectos, cf. Martins Barata 1997.

Simultaneamente ao seu impacto no reforço dos caminhos culturalistas - ou de regionalismo crítico - de um conjunto importante de arquitectos do Porto, o *Inquérito* teve também outro tipo de consequências nesta cidade. Entre elas, avulta a continuidade que as modalidades de estudo inaugurados pelo *Inquérito* terão na ESBAP, em particular no tocante ao estudo continuado da problemática do «habitat rural».

Arnaldo Araújo, professor do curso de Arquitectura do Porto e membro da equipa que, no *Inquérito*, tinha coberto a zona de Trás-os-Montes, terá a esse respeito, uma acção decisiva. Tinha sido com a sua participação que tinha já sido apresentada ao X CIAM, realizado em Dubrovnik, a proposta «Habitat Rural. Nouvelle Communauté Agricole». E é sob o seu estímulo que vários então jovens estudantes de arquitectura se lançam em projectos envolvendo o estudo e a recuperação da habitação rural, numa perspectiva fortemente interventiva. Entre esses projectos contam-se o CODA de José Dias e o CODA de Sérgio Fernandez. O primeiro propõe acções de recuperação habitacional em Espinhosela (Bragança), enquanto que o segundo, em Rio de Onor, opta pelo projecto de uma Casa do Povo para as reuniões do Conselho (cf. *Revista de Arquitectura* n.º 0, 1987: 71-73).

Alexandre Alves Costa, que acompanhou alguns desses projectos, caracteriza do seguinte modo a acção de Arnaldo Araújo nessa área:

O Arnaldo achava que o *Inquérito* estava apenas no princípio, e que era necessário aprofundar o *Inquérito*, e aprofundá-lo numa perspectiva que não fosse passiva. Que decorresse sempre desse aprofundamento do *Inquérito* a apresentação de propostas de intervenção, de propostas transformadoras. Nós devíamos valorizar os sítios que fôssemos estudar. O Arnaldo não imaginava que nós fôssemos a um sítio estudar ou levantar uma casa, uma aldeia ou um palheiro, sem termos uma opinião sobre o que é que se devia fazer, sem termos uma intervenção imediatamente a seguir: «Atenção que o telhado está a cair e é preciso um telhado novo, se quer fazer um telhado novo, eu faço-lhe um desenho». O Arnaldo via sempre a nossa posição como uma posição de intervenção útil, de apoio, de acção transformadora. Veja, por exemplo, o caso do CODA do Sérgio [Fernandez] que é um CODA que ele vai fazer para Rio de Onor, para uma casa para a reunião do Conselho. Durante o processo que leva até ao projecto da casa - que se chama Casa do Povo, mas que era para a reunião do Conselho - toda essa componente de intervenção ia aparecendo. Era isso que o Arnaldo achava mais importante, muito mais importante que fazer o projecto da casa do Conselho, ele achava importante o que o processo ia desencadeando. E o que é que o processo ia desencadeando? Um pavimento, uma fonte, o arranjo de umas casas, a construção de um palheiro novo para um que tinha caído, coisas desse tipo. E nós fizemos esses projectos todos enquanto lá estivemos. Portanto, a posição do Arnaldo Araújo era no sentido do aprofundamento do *Inquérito*, mas num sentido mais operativo. De salvaguarda dos valores de estudo, salvaguarda dos valores que ele achava que eram valores patrimoniais, e simultaneamente de intervenção transformadora. Porque o Arnaldo achava - e com razão, eu acho isso ainda hoje também - que só se podia salvar aquele património se ele tivesse potencialidades de reutilização. Era uma oportunidade de se comprovar que uma casa de Trás-os-Montes devia ter quarto de banho, electricidade e fogão a gás e não deixava, por

isso, de ser tradicional. Portanto, havia um certo sentido operativo. Isto acarretou algumas linguagens de arquitectura que tinham a ver com um certo mimetismo em relação a algumas coisas - voltaram-se a fazer telhados, faz-se caixilharia em madeira, a madeira à vista aparece como uma coisa que é utilizada - mas sem que esse mimetismo tivesse alguma coisa a ver com a casa portuguesa (Alves Costa 1996).

Comprometidos de forma mais efectiva com modalidades de estudo e de intervenção em torno do habitat rural e da arquitectura popular, os arquitectos do Porto da geração do *Inquérito* ou por ela ensinados são finalmente mais poderosamente marcados por aquilo que nele há de descoberta não apenas dos valores da arquitectura popular mas da cultura popular no seu conjunto. De facto, diferentemente do que se passou em Lisboa, o *Inquérito* representou no Porto o primeiro de um conjunto de encontros com o povo<sup>1</sup> que prosseguiram nas décadas de 1960 e 1970.

Esses encontros foram facilitados pelo gosto etnográfico e pela inclinação antropológica que, como vimos anteriormente, caracterizavam alguns dos arquitectos portuenses envolvidos no *Inquérito*. Como refere mais uma vez Alexandre Alves Costa,

o Arnaldo Araújo é um homem com uma boa formação antropológica, e o Octávio Filgueiras é também um antropólogo frustrado, quer ser antropólogo, quer ser etnógrafo, é um homem que estuda os barcos, que tem uma grande paixão pelos barcos, e é um homem que se dá fundamentalmente com gente ligada à etnografia e à antropologia. Por outro lado, esses homens do grupo do Jorge Dias são todos aqui do Porto e aqui no Porto é tudo família. O Ernesto [Veiga de Oliveira] era meu conhecido desde miúdo. É uma gente muito do Porto. O Jorge Dias morava aqui em frente, em Valadares. O Benjamim [Pereira] é também um homem daqui. Às tantas as coisas cruzam-se (Alves Costa 1996).

Facilitada pelo *background* antropológico, «a viagem pelo país, a chamada 'viagem pela nossa terra'» foi uma das lições centrais do *Inquérito* para Alexandre Alves Costa e para os arquitectos da ESBAP formadas na sequência do *Inquérito*:

«Antes de ir para o estrangeiro, muito antes de ir para o estrangeiro, eu quero conhecer Portugal» e, portanto, a viagem por Portugal passa a ser uma coisa quase militante. E isso acarreta uma grande paixão pelo país, por Portugal, pela realidade portuguesa, que para nós era completamente desconhecida e mitificada pelo fascismo. O reencontro com a realidade «real», com o povo «mesmo», com a sua cultura, com as suas expressões é uma coisa que nos apaixona muito, a minha geração toda fica muito apaixonada por isso, e por isso fazemos recolhas de tudo. Tudo o que é popular nos interessa, todas as expressões populares nos interessam... Desde a cerâmica aos tecidos, aos instrumentos agrícolas, tudo nos interessa. Sempre neste sentido que estamos nas nossas verdadeiras raízes e que o nosso futuro há-de ser construído a partir de um

<sup>1</sup> Adapto aqui a feliz expressão que Luísa Tiago de Oliveira e Jorge Freitas Branco propuseram para designar a vertente etnográfica do Serviço Cívico Estudantil de 1975 (1993).

compromisso com essa realidade. Há portanto essa espantosa descoberta que é o mundo da cultura popular. É realmente uma descoberta espantosa, porque é um mundo com que a gente se identifica muito facilmente: é o mundo da nossa cultura, da nossa língua, da nossa literatura, etc. (Alves Costa 1996).

Em resumo, como tem sido sublinhado por diversos autores (Mendes 1990, Tostões 1997), é no Porto que o impacto do *Inquérito* parece ter sido mais profundo. As razões para isso prendem-se, como vimos anteriormente, com as configurações diferenciadas da encomenda de arquitectura nas duas cidades e com uma certa «ruralidade» mais marcada do Porto.

Mas prendem-se também com as características próprias das escolas de arquitectura de cada uma das cidades. Como refere Alves Costa

aqui no Porto, um pouco ao contrário do que se passa em Lisboa, as escolas vivem muito a cidade e a cidade vive muito as escolas. As escolas são muito o reflexo da vida da cidade. Na altura do *Inquérito* - e sempre foi um pouco assim - os bons arquitectos profissionais eram os que estavam na escola, ao contrário de Lisboa, em que essa questão não é tão clara. Há a escola de Lisboa e há o *atelier* do Nuno Teotónio Pereira e são núcleos completamente diferentes e alternativos. Aqui no Porto isso não é verdade, o núcleo que conta, o núcleo que fez o *Inquérito* aqui no Porto, estava na Escola (Alves Costa 1996).

Dada essa feição particular do ensino da arquitectura no Porto, as lições do *Inquérito* reflectem-se de maneira muito mais importante na formação dos novos arquitectos, possibilitando que o espírito do *Inquérito* se possa enraizar de forma mais efectiva.

Finalmente, nesta maior disponibilidade dos arquitectos do Porto para o regionalismo crítico deve também ter contado o peso que aí possuía uma tradição anterior de diálogo entre modernidade e tradição, assente no trabalho de arquitectos como João Andresen<sup>1</sup> e, sobretudo, Januário Godinho (1910-1990). A importância dos trabalhos deste último tem vindo a ser sublinhada nos textos mais recentes de Ana Tostões. Para esta autora, alguns dos trabalhos mais significativos de Godinho, de que são exemplo

as pousadas de Venda Nova (1950), de Salomonde (1951), de Pisões (1959) e o Restaurante da Caniçada (1954) (...) constituem peças reveladoras de um arquitecto particularmente sensível aos ambientes naturais e conhecedor das técnicas e materiais tradicionais, e denunciam um «método conceptual nalguns pontos afim do empirismo nórdico» (Portas 1962) (Tostões 1995: 540).

<sup>1</sup> A obra mais emblemática de João Andresen é a Pousada de São Teotónio em Valença do Minho (1954-1963), cujos primeiros ante-projectos foram recusados pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Cf., a este respeito, Tostões 2000.

## CONCLUSÕES

Neste sentido pode dizer-se que, se com o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* morre a casa portuguesa, deve-se também dizer de imediato que ele se inscreve num processo mais lato, em curso na segunda metade dos anos 1950, de génese e desenvolvimento da «arquitECTURA portuguesa» (cf. Alves Costa 1995), para o qual dá um contributo relevante. Este desfecho é o resultado lógico da nova imagem da arquitectura popular que o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* havia ajudado a sedimentar, assente tanto no reconhecimento da multiplicidade de expressões da arquitectura popular em Portugal como na sua releitura de acordo com os cânones do movimento moderno tal como este se desenvolveu no decurso da década de 1950. Retirada da alçada do receituário homogeneizador e decorativista da casa portuguesa, a arquitectura vernácula afirma-se como uma possível aliada do arquitecto moderno nos novos desafios construtivos e conceptuais dos anos 1950 e 1960.

## CAPÍTULO 7

### VEIGA DE OLIVEIRA E A *ARQUITECTURA TRADICIONAL PORTUGUESA*

No mesmo período em que os arquitectos elaboravam a sua crítica da casa portuguesa - dando um contributo decisivo para o seu declínio -, os antropólogos e os etnógrafos iniciam também um processo de renovação da sua reflexão em torno da arquitectura popular. Não é que até aí não houvesse contribuições nessa área. Mas, como vimos, além de desgarradas, muitas delas encontravam-se ainda alinhadas com a perspectiva esteticizante própria dos defensores da casa portuguesa. Faltava um ponto de vista diferente, por um lado, e mais sistemático, por outro.

A introdução desse ponto de vista caberá a Ernesto Veiga de Oliveira, como vimos um dos principais elementos da equipa que, centrada em torno de Jorge Dias, protagonizou um dos desenvolvimentos centrais da antropologia portuguesa no período que vai da segunda metade dos anos 1940 aos anos 1970. Este etnólogo - em colaboração com outros elementos da equipa de Jorge Dias - consagrará de facto, a partir da segunda metade dos anos 1950 e no decurso dos anos 1960, uma parte dos seus trabalhos à investigação da arquitectura popular.

Essa investigação era parte integrante do projecto mais largo de Jorge Dias e da sua equipa. De facto, uma das orientações fundamentais desse projecto - como foi salientado no capítulo 1 - passava pelo levantamento exaustivo da cultura e das tecnologias tradicionais prevalecentes no mundo rural português. Tendo-se iniciado com *Os Arados Portugueses e as sua Prováveis Origens* (Dias 1948b), esse levantamento, embora privilegiando o estudo das tecnologias tradicionais associadas à agricultura - sistemas de armazenagem e moagem de cereais (Dias, Galhano & Oliveira 1959a, 1959b, 1963, Oliveira,

Galhano & Pereira 1965, 1983), carros de bois (Oliveira, Galhano & Pereira 1973), tecnologias de recolha de sargaço (Oliveira, Galhano & Pereira 1975), a alfaia agrícola (Oliveira, Galhano & Pereira 1976), tecnologias tradicionais associados ao linho (Oliveira, Galhano & Pereira 1978), - desde cedo englobou outros objectos de estudo. Entre estes, encontrava-se justamente a arquitectura tradicional. Esta, como me referiu Benjamim Pereira «aparece desde o princípio como um dos tópicos a desenvolver de uma forma primordial» (Pereira 1996), a par do estudo das cerimónias cíclicas (Oliveira 1984, Pereira 1973) ou das recolhas de instrumentos musicais populares (Oliveira 1966b).

Na área da arquitectura tradicional, os trabalhos de investigação de Ernesto Veiga de Oliveira e seus colaboradores compreendem quatro grandes núcleos temáticos. O primeiro abrange um conjunto de 15 artigos publicados entre 1954 e 1962 (Veiga de Oliveira & Galhano 1954a, 1954b, 1955-56, 1956, 1958a, 1958b, 1959, 1961-62a, 1961-62b, Veiga de Oliveira 1957, 1958a, 1958b, 1958c, 1961, Dias, Oliveira & Galhano 1959c) centrados basicamente em torno de um conjunto de tipologias habitacionais situadas no Porto ou nas suas imediações. Na escolha inicial deste conjunto de locais, algo restrito do ponto de vista geográfico, foram determinantes razões de natureza pragmática, ligadas aos constrangimentos financeiros que tinha então a equipa de Jorge Dias. De acordo com Benjamim Pereira

começou por realizar-se os estudos que eram mais fáceis, aqueles que não implicavam despesas. No fundo, o grande problema era que as dotações eram insignificantes e não permitiam que as pessoas sássem muito para além daquilo que era a sua base normal - neste caso, o Porto. E por isso os primeiros estudos sobre arquitectura são justamente no Porto - são as casas rurais dos arredores do Porto, são as casas de Vila do Conde, são as casas da Maia, são as casas da Póvoa do Varzim (Pereira 1996).

A este núcleo inicial de trabalhos, somou-se depois, na década de 1960, um segundo grupo de investigações, integrado por dois estudos monográficos mais extensos e sistemáticos sobre formas de arquitectura popular caracterizadas ou pela natureza precária dos materiais utilizados na sua construção - a madeira, no caso dos palheiros do litoral (Oliveira e Galhano 1964) - ou pelo carácter transitório da sua ocupação humana - as construções primitivas (Oliveira, Galhano & Pereira 1969). Ambos os «dossiers» eram já conhecidos da antropologia portuguesa, o primeiro desde Rocha Peixoto e o segundo desde os estudos de Jorge Dias da segunda metade dos anos 1940 (cf. capítulo 2). Mas recebem agora um tratamento monográfico exaustivo que, no caso dos palheiros do litoral, abrange a totalidade da área - constituída pelo litoral central - em que estes se podiam encontrar e que, no caso das construções primitivas, abarca o conjunto do país.

A estes dois núcleos temáticos, acrescenta-se um terceiro conjunto de trabalhos com objectivos mais genéricos, de estudo sistematizado e exaustivo do conjunto de tipologias habitacionais populares no país (Oliveira & Galhano 1960a, 1992). A produção de estudos com essas características era de resto

um objectivo maior da produção de Veiga de Oliveira desde 1954. Na introdução ao seu trabalho sobre «As Casas da Maia», o autor refere-se-lhe como sendo a primeira de

uma série de monografias que o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular se propõe publicar, a fim de ordenar material *recolhido em vista de um próximo estudo de conjunto da habitação em Portugal* (1992 [1954a]: 62; os itálicos são meus).

Mais tarde, no prefácio à 2.ª edição do artigo «Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife», Veiga de Oliveira lembrará que o seu propósito de então era o de

levar a cabo um estudo global sobre esse tema, analisando e estudando a casa na complexa variedade dos seus aspectos, arquitectónicos, etnográficos, culturais, socio-lógicos e históricos (*in* Oliveira & Galhano 1992: 11; os itálicos são meus).

Como no caso das monografias sobre tecnologias tradicionais ligadas à vida rural, o objectivo era, de facto, desde o início, o de proceder a uma cobertura do conjunto do país, susceptível de originar um tratamento sistemático do tema.

A primeira oportunidade para ensaiar essa visão de conjunto surge com o projecto *A Arte Popular em Portugal* (Pires de Lima 1960). Veiga de Oliveira é então contactado por Pires de Lima, no sentido de contribuir para o livro com um capítulo sobre o tema da arquitectura popular (Oliveira & Galhano 1960). A Veiga de Oliveira tinham sido inicialmente dados prazos e limites de espaço relativamente generosos que pareciam tornar a redacção do capítulo compatível com esse tratamento aprofundado do tema. As coisas pareciam, nessa medida, bem encaminhadas:

Havia casos perfeitamente já inventariados. Havia a casa serrana minhota; havia a casa do Barroso; havia a casa da Lombada bragançana; havia a casa da Beira Alta, nomeadamente do complexo da Serra da Estrela; havia a casa da Beira Baixa. Nós fizemos ainda levantamentos, nomeadamente na Malpica, que eram de tipos muito, muito bem desenhados. O sistema de arruamento, a continuidade das casas, que predispunha já para o sistema de organização da casa alentejana... E havia notas que haviam sido recolhidas sobretudo no Monte do Outeiro, que era o nosso quartel general do Alentejo - que era o Monte do Mariano Feio. Do Algarve havia as notas que o Fernando [Galhano], sobretudo, tinha tirado para um trabalho que ele tinha feito para o Mariano Feio. O Mariano Feio pediu ao Fernando - e pagou-lhe - para fazer um levantamento em desenho do espaço físico algarvio. Da serra algarvia, sobretudo. Nesse estudo, o Fernando incluiu alguns tipos de casa. Fizemos também algumas viagens, nomeadamente para o estudo daquelas platibandas. Nessa altura acentuou-se que a actividade ia ser no plano do levantamento, da arquitectura, extensivo a todo o país (Pereira 1996).

A perspectiva era pois a de tirar partido da encomenda de Pires de Lima para concretizar a visão sistemática sobre a arquitectura tradicional anunciada desde 1954. Este labor viria entretanto a ter um desfecho prematuro, quando Pires de Lima informa Veiga de Oliveira e os seus colaboradores que o espaço

disponível para o capítulo sobre arquitectura era afinal bastante menor do que o que lhes tinha sido inicialmente comunicado. «A partir daí, quando o Pires de Lima disse: «'não, agora só têm dois fascículos', a matéria que já havia sido recolhida era suficiente para resumir, para dar essa pincelada de todo o país» (*id.*), e aquilo que tinha sido inicialmente pensado como um ambicioso estudo de conjunto sobre a arquitectura tradicional portuguesa transformou-se numa visão de síntese mais breve que, apesar da sua importância, ficava entretanto aquém daquilo que havia sido inicialmente pensado.

Dada a desproporção entre os objectivos pretendidos e o resultado final, a publicação desta síntese é vista como um relativo revés para os projectos de Veiga de Oliveira nesta área. Embora, como vimos, Veiga de Oliveira volte ao tema da arquitectura popular com os seus estudos sobre os palheiros do litoral e as construções primitivas, a perspectiva de um estudo de síntese mais completo e sistemático é por isso momentaneamente posto de lado. Ao facto não é estranha a edição, entretanto ocorrida do *Inquérito* promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos:

Isso também atenuou um pouco esse interesse por essa visão de conjunto. Por um lado, havia um projecto que fica esboçado na *Arte Popular*, e que fica também, de certo modo gasto. Por outro lado há o aparecimento de uma obra [*A Arquitectura Popular em Portugal*], que do ponto de vista sobretudo documental, era importantíssima» (*id.*).

Simultaneamente, a criação do Museu de Etnologia não favorece também a continuação dos estudos sobre arquitectura popular: «É evidente que se as condições não tivessem encaminhado as nossas vidas para o Museu, a temática da arquitectura teria tido outra emergência» (*id.*). De facto, com o envolvimento de Jorge Dias e dos seus colaboradores no Museu, as suas prioridades passam a concentrar-se, de forma mais óbvia do que no passado, no estudo daquelas tecnologias tradicionais mais susceptíveis de musealização.

Dada esta conjuntura momentaneamente desfavorável, será só perto do final da sua vida que, a instâncias de Joaquim Pais de Brito e Benjamim Pereira, Ernesto Veiga de Oliveira regressará à perspectiva de um estudo de síntese mais desenvolvido e sistemático sobre a arquitectura popular, que estará na origem do livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992). Este deveria integrar os estudos monográficos produzidos

† Segundo Benjamim Pereira, apesar de todos os seus méritos, «O capítulo da arquitectura na *Arte Popular* é de um desequilíbrio total. Gastam-se páginas e páginas e páginas naquela introdução - sistemas primitivos, abrigos, etc., etc., e quando se entra propriamente na casa, já não há muito espaço para ir mais longe. O problema é que enquanto que os pisões é um tema que se localiza e que se esgota, enquanto que os moinhos é um tema que se localiza e que facilmente se esgota, a arquitectura não se esgota. A arquitectura é um livro denso e muito mais complexo. Primeiro pela espantosa diversidade que espelha no país, e depois pela dificuldade analítica. Isto é: a arquitectura pressupunha um trabalho muito mais intenso» (Pereira 1996).

entre 1954 e 1961 «numa síntese final definitiva da nossa arquitectura regional» (*id.*: 11), construída a partir do capítulo sobre arquitectura inicialmente publicado na *Arte Popular em Portugal*. Eram duas as hipóteses que Veiga de Oliveira tinha contemplado:

a publicação daquelas monografias precedidas apenas de uma pequena introdução; [ou] a revisão e ampliação do artigo «Arquitectura», publicado no 1.º volume de *Arte Popular em Portugal* (1959), de modo a com ele construir uma ossatura e visão geral em que os estudos monográficos de caso articuladamente se inseriam (*id.*: 11-12).

Apesar das «lacunas e interrogações assinaladas em listagens sumárias que o Autor não chegou a preencher e esclarecer» (*id.*: 12), foi esta última a opção escolhida. Ficavam assim reunidos num só volume os estudos até aí dispersos de Veiga de Oliveira e seus colaboradores sobre o tema da arquitectura popular, numa visão de conjunto que - apesar das lacunas e interrogações - é a mais completa investigação etnográfica e antropológica sobre o tema em Portugal.

Finalmente, um quarto e último núcleo da investigação de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores sobre a arquitectura tradicional abrange um conjunto de textos publicados fundamentalmente no decurso dos anos 1960 sobre tecnologias tradicionais de uma ou de outra forma articuladas com formas de arquitectura popular de carácter utilitário - para retomar a expressão empregue pelos arquitectos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. Contando nalguns casos com a colaboração de Jorge Dias, esses estudos compreendem a monografia sobre os *Espigueiros Portugueses* (Dias, Oliveira & Galhano 1963) e três volumes sobre sistemas tradicionais de moagem associados a azenhas e moinhos (Dias, Oliveira & Galhano 1959a, 1959b, Oliveira Galhano & Pereira 1965). Embora, em ambos os casos, estas monografias se configurem - do ponto de vista dos seus autores - mais como monografias sobre tecnologias tradicionais do que sobre arquitectura popular, elas incidem entretanto sobre tópicos que podem ser também encarados deste último ponto de vista, contendo inclusivamente um conjunto de observações sobre os seus aspectos propriamente arquitectónicos.

Desdobrando-se por estes quatro núcleos temáticos fundamentais, a pesquisa de Veiga de Oliveira na área da arquitectura popular portuguesa, tal como acontece com muitos outros trabalhos de Jorge Dias e dos seus colaboradores, assenta, do ponto de vista metodológico, na «extensive survey», tal como esta era praticada por este grupo.

O objectivo era proceder a uma cobertura equilibrada e representativa do conjunto do país, assente num trabalho de campo caracterizado pela realiza-

<sup>1</sup> Na sequência destes estudos realizados na década de 1960, será editado em 1983, uma derradeira contribuição sobre o tema (Oliveira, Galhano & Pereira 1983). Na nota introdutória ao livro, os autores salientam o modo como ele refunde e enriquece «o texto dos dois volumes já dados à estampa» com novos materiais entretanto recolhidos, incluindo também «o estudo sobre os moinhos de vento insulares» (*id.*: 6) entretanto realizado.

ção de estudos curtos mas numerosos nas áreas sucessivamente cobertas pelos investigadores. Relativamente a cada um dos temas tratados, procurava-se, previamente ao terreno, reunir a bibliografia de forma a construir alguma familiaridade com o assunto e a identificar algumas áreas e tipos mais representativos, por forma a facilitar a investigação de terreno:

O nosso processo de trabalho começava sempre por um levantamento bibliográfico. Quando a gente elegia um tema, fazia um levantamento bibliográfico desse tema. Via o que havia escrito sobre esse tema. E é evidente que se tinha isso presente. E isso era já conhecimento adquirido através, justamente, dessa fonte bibliográfica. E depois ia-se para o terreno, e alargava-se a visão ao país (Pereira 1996).

Caso o assunto tivesse sido já objecto de recolhas anteriores, conduzidas pela própria equipa do Centro, reunia-se ainda o material já disponível nos arquivos. Essa recolhas anteriores podiam ser temáticas ou de prospecção geral. No primeiro caso, percorria-se um certo número de áreas procurando obter informação específica sobre um tema preciso:

Simplemente a gente, ao passar por outras coisas, parava e olhava. O caderno abria-se a muitas coisas. Quando chegasse, faziam-se fichas de vários temas, embora a ênfase fosse dada exactamente ao tema principal (*id.*).

No segundo caso, as recolhas do Centro baseavam-se num «deambular pelo país, em que a gente não tinha um objectivo preciso: ia e recolhia disto e daquilo e daqueloutro» (*id.*). Em ambos os casos, a informação recolhida dava origem a fichas e eram justamente essas fichas que eram compulsadas antes da partida para uma nova prospecção temática.

Benjamim Pereira ilustra o procedimento com a pesquisa realizada em 1960 em torno das construções primitivas, onde, para além da bibliografia, existiam também as recolhas dos anos 1940 de Jorge Dias:

Quando decidimos fazer o trabalho das *Construções Primitivas*, fomos ao ficheiro e passámos em revista aquilo que a gente queria. E depois vimos: ora bem, construções em materiais vegetais, construções em falsa cúpula... Havia indicações de construções em falsa cúpula no Gerês, havia indicações de falsa cúpula no Alentejo, etc. E então começámos a bater essas áreas de uma forma sistemática. Tudo isto demorou - no caso das *Construções Primitivas* - nada menos de dois anos. A gente saía, estava uma semana, às vezes estávamos quinze dias... E depois regressávamos. E quando regressávamos era também uma maneira de o Fernando [Galhano] passar a limpo os desenhos que trazia, elaborarmos as notas de campo, reformularmos essa informação, revelar os materiais fotográficos, etc. íamos, de certo modo, arrumar essa informação devidamente. E depois voltava-se (*id.*).

Uma vez no terreno, a prioridade - no caso da arquitectura popular - era dada aos edifícios. Depois de uma apreciação mais geral, de conjunto, selec-

cionavam-se os exemplares mais relevantes que eram desenhados, fotografados e analisados em detalhe. Recolhia-se também a terminologia local, identificavam-se técnicas de construção, recolhiam-se eventualmente indicações sobre tipos similares e/ou diferentes nas imediações, que seriam visitados mais tarde. Para certos tópicos precisos, a informação oral era absolutamente determinante: por exemplo

nas *Construções Primitivas*, na falsa cúpula, era absolutamente necessário falar com as pessoas e perguntar-lhes: «como é?» Eram elas que sublinharam, digamos, certas especificidades, que, sem essa informação, nós não teríamos descoberto. O mesmo se passava com a preferência por certos materiais: porque é que se prefere giesta para a cobertura final? «Porque é um material muito duradouro; a giesta resiste muito, é um material que tem grandes capacidades, a água escorre, protege». Isto eram dados que eram os próprios que tinham conhecimento, e justamente valor informativo (*id.*).

Apoiado nos procedimentos metodológicos que acabámos de passar em revista, a investigação de Veiga de Oliveira na área da arquitectura popular, caracteriza-se também por uma forma final bastante idêntica à prevalente nos restantes trabalhos de Jorge Dias e da sua equipa sobre aspectos da cultura material camponesa.

Nela sobressai, antes do mais, o cuidado colocado na descrição etnográfica dos edifícios e construções estudadas. Servida por uma abundante documentação gráfica - integrada pelos desenhos de Fernando Galhano e pelas fotografias de Benjamim Pereira - essa descrição alterna entre a apresentação de exemplos isolados mais significativos e a caracterização genérica de padrões estruturais.

A construção de tipologias habitacionais é outra das constantes da pesquisa de Veiga de Oliveira e seus colaboradores. Tal como nas tecnologias tradicionais, a fixação destas é comandada por um olhar que, depois de reter a representatividade de uma determinada solução, procura reconstituir os elementos morfológicos externos que a diferenciariam de soluções contíguas. Esses elementos, no caso da habitação, vão desde o número de pisos, aos diferentes materiais utilizados na construção, aos modos de articulação dos volumes ou à existência de soluções formais peculiares como a varanda, a escada exterior, o pátio, o alpendre, a platibanda, etc...

Mais uma vez como nas tecnologias tradicionais, a construção dessas tipologias está estreitamente associada a uma cartografia da arquitectura tradicional<sup>1</sup>, que inscreve e localiza os diferentes tipos no território e apura as suas manchas de distribuição no espaço. Este tanto pode ser o território nacional - como no caso do artigo «Arquitectura» de *A Arte Popular em Portugal* (Oliveira & Galhano 1960) ou no livro de síntese sobre *A Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992) - como o espaço mais res-

<sup>1</sup> Sobre a importância da cartografia etnográfica em Jorge Dias e seus colaboradores, cf. Pais de Brito 1989.

trito de um concelho ou de uma região - como no caso dos artigos dos anos 1950 sobre as tipologias habitacionais do Porto e dos arredores do Porto.

A interpretação etnológica das tipologias assim projectadas no território é o derradeiro elemento distintivo da «*démarche*» de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores. Essa interpretação está atenta, antes do mais, às formas de articulação da arquitectura com o modo de vida rural e com as diversidades regionais e/ou locais que este apresentaria no país. Como nos estudos da escola de Jorge Dias sobre as tecnologias tradicionais, o objectivo que se persegue é o de fazer falar os modos de vida que se escondem por detrás dos elementos da cultura material seleccionados, sejam eles o espigueiro, o moinho de vento, o palheiro ou os diferentes tipos habitacionais. A reconstituição da génese e da história das morfologias estudadas é outro elemento a reter na interpretação etnológica da arquitectura popular proposta por Veiga de Oliveira e os seus colaboradores. Fiéis à lição difusionista de Jorge Dias, os autores interpretam a arquitectura popular como um complexo de formas e tipos que, embora observáveis no presente, retêm uma espessura histórica - maior ou menor - que a análise se deve esforçar por restituir.

#### A DIVERSIDADE SISTEMATIZADA DA ARQUITECTURA TRADICIONAL PORTUGUESA

Por intermédio do conjunto de trabalhos que Veiga de Oliveira e os seus colaboradores consagraram à arquitectura tradicional somos confrontados com uma quarta forma de olhar esse universo ao longo do período de que nos temos vindo a ocupar. Essa forma de olhar é construída não apenas a partir de um campo disciplinar próprio - a etnografia e a antropologia -, mas também a partir do particular entendimento que Jorge Dias e a sua equipa tinham desse campo disciplinar.

Assim, antes do mais, a imagem que Ernesto Veiga de Oliveira dá da arquitectura tradicional portuguesa é uma imagem que, mais uma vez contra a visão unitária da casa portuguesa, acentua a diversidade das suas soluções. Fiéis ao entendimento que a escola de Jorge Dias tinha do país como uma realidade diversificada, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores vão de facto conferir particular ênfase à diversidade da arquitectura tradicional portuguesa. É justamente nesse sentido que aponta a importância que na sua reflexão sobre o tema têm - como acabámos de ver - a construção de tipologias e o esforço permanente de inscrição dessas tipologias no espaço. Por seu intermédio é da diversidade de Portugal que se procura falar.

Essa diversidade é apreendida a três níveis. Por um lado, ela é recorrentemente pensada através do modelo tripartido de análise da diversidade geográfica de Portugal proposto por Orlando Ribeiro, sobre cuja importância na reflexão de Jorge Dias e da sua equipa tivemos ocasião de nos debruçar anteriormente (cf. capítulos 1, 2 e 3). E de acordo com esse modelo que Veiga de Oliveira

estrutura antes do mais a sua interpretação de conjunto da arquitectura tradicional portuguesa. Na Introdução à *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992), ao acentuar a diversidade de expressões que esta possuiria, é justamente a Orlando Ribeiro que Veiga de Oliveira recorre:

O oceano, a montanha, o planalto, a planície - eis os elementos naturais que, na diversidade do seu composto provincial, e a despeito da sua área relativamente reduzida, fazem os contrastes da terra portuguesa, que a vegetação acentua, e que, em linhas muito gerais, definem três grandes áreas geográfico-culturais, que pelas suas características extremas, designaremos, de acordo com a classificação de Orlando Ribeiro: Portugal Atlântico - a Ibéria Húmida - a noroeste; Portugal Transmontano - a Ibéria Seca - a nordeste; e Portugal Mediterrâneo - a Ibéria Árida - a sul (*id.*: 17).

Invocado na introdução ao livro, o modelo de Ribeiro é de facto o pano de fundo a partir do qual é construída a tipologia da habitação popular em Portugal. Nesta, Veiga de Oliveira começa por distinguir, em traços muito largos, dois grandes tipos: a «casa sobradada», que «além de ser do tipo urbano normal, mostra nos níveis rurais (...) o térreo para gado e arrumações, o andar para habitação das pessoas» (*id.*: 18) e a «casa térrea» que, embora ocorra «por toda a parte», constitui «em determinadas áreas (...) a forma habitacional normal e característica» (*id.*: 19). Embora com incursões a sul do país, a mancha de distribuição do primeiro tipo de casa corresponderia basicamente ao Portugal Atlântico e ao Portugal Transmontano, ao passo que a casa térrea - «pequena e singela» (*id.*: 20) - seria «fundamentalmente a casa do Sul, da Estremadura, Ribatejo, Alentejo e Algarve» (*id.*, *ibid.*), isto é, do Portugal Mediterrânico.

No âmbito do tipo mais geral da casa sobradada, um dos elementos de diferenciação fundamental, por seu lado, tem mais uma vez a ver com o modelo de Orlando Ribeiro:

Dentro da área geral nortenha, distinguiremos (...) duas zonas basilares que marcam entre si um contraste fundamental: a zona atlântica, a noroeste (...); e a zona transmontana, a nordeste, compreendendo as terras planálticas das províncias de Trás-os-Montes e Beiras Interiores (*id.*: 25).

Na primeira zona predominaria a casa do Noroeste - ou a casa atlântica - e na segunda a casa transmontana. Esta última,

embora incluída na categoria geral de casa nortenha (...) apresenta aspectos muito diversos da casa do Noroeste Atlântico, e pode-se considerar uma forma própria característica, postulando talvez a natureza específica de certos elementos e mesmo o exclusivismo das suas origens (*id.*: 137).

<sup>1</sup> Na análise da produção de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores relativamente à arquitectura popular, sempre que os textos citados foram retomados na *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992), utilizarei este livro como referência. E o que se passa com os artigos sobre as tipologias habitacionais do Porto e arredores e com o capítulo sobre «Arquitectura» escrito para *A Arte Popular em Portugal* (Pires de Lima 1960).

Entre esses elementos diferenciadores - para além de uma presença mais efectiva do pátio, «que fica ao lado ou no meio da casa (...) e que leva o nome de curral ou curralada» (*id., ibid.*)), da utilização mais sistemática do xisto como material de construção, de uma maior predominância de telhados de duas águas - contar-se-ia a varanda. Vista como o elemento por excelência da casa portuguesa por Henrique das Neves, a varanda é agora definida, menos ambiciosamente, como um dos principais elementos diferenciadores da casa transmontana:

O elemento fundamental destas casas, e que marca sem dúvida a sua originalidade, é a varanda, que se pode considerar de uso absolutamente geral, e que, embora comparável à varanda da casa do Noroeste, mostra características próprias e especiais (*id.*: 142).

Assim em primeiro lugar, a varanda transmontana não teria um «lugar definido na casa» (*id., ibid.*), contrariamente às soluções mais normalizadas características do Noroeste. Em segundo lugar, enquanto que a varanda do Noroeste é em geral de pedra, «a transmontana é toda de pau» (*id.*: 143). Finalmente, do ponto de vista funcional, enquanto que

a varanda minhota [seria] na verdade um anexo de lavoura; em Trás-os-Montes, para lá desse aspecto (...) ela é uma parte integrante da casa, relacionada além disso com a vida doméstica e colectiva da aldeia (*id.*: 144).

Presente na caracterização de conjunto da habitação popular portuguesa inicialmente proposta no capítulo sobre «Arquitectura» de *A Arte Popular em Portugal* (Oliveira & Galhano 1960) e retomada na *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992), a utilização do modelo tripartido de Orlando Ribeiro como fundo interpretativo da diversidade de expressões da arquitectura tradicional reencontra-se também nos *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas - Os Espigueiros Portugueses* (Dias, Oliveira & Galhano 1994 [1963])<sup>1</sup>.

Logo no início do livro, a análise que é proposta das eiras remete claramente para esse modelo. Correspondentes a três cereais distintos - o trigo no Portugal Mediterrânico, o milho no Portugal atlântico e o centeio no Portugal transmontano - as três áreas em que se decomporia o território português corresponderiam também a modelos distintos de eiras. No Sul e no Nordeste, as eiras seriam fundamentalmente eiras de debulha. Mas enquanto no Nordeste elas «seriam um mero espaço sem qualquer preparação especial, onde o cereal é batido» Dias, Oliveira & Galhano 1994: 26), «nos distritos do sul, que constituem propriamente o Portugal Mediterrânico» (*id., ibid.*) encontrar-se-ia «ainda a eira redonda, com ou sem guias de delimitação» (*id., ibid.*). A eira

<sup>1</sup> As citações de *Os Espigueiros Portugueses* feitas no decurso deste capítulo são extraídas da edição de 1994, de mais fácil acesso.

do Portugal atlântico, por fim, corresponderia a um terceiro modelo: ela seria uma eira de secagem e debulha, «bem delimitada, quadrangular, por vezes muito irregular, normalmente individual, de dimensões médias ou pequenas», situada junto da casa de lavoura a que pertence, «e mostra um pequeno muro (...) que a emoldura e delimita, e onde se abrem espaços para entrar o carro e se varrerem para fora quaisquer detritos» (*id.*: 27).

Dando um lugar de destaque - depois desta análise inicial das eiras - ao estudo exaustivo e fascinado (cf. Leal 1994 e Leal 1999b) do espigueiro do noroeste, toda a monografia pode também ser lida - à luz da influência das propostas de Orlando Ribeiro - como uma caracterização de conjunto da economia e da história agrária do Portugal atlântico, organizada justamente em torno do espigueiro e do milho como traços distintivos dessa área.

Pensada com recurso ao modelo tripartido de Ribeiro, a diversidade da arquitectura tradicional portuguesa é simultaneamente analisada - a um segundo nível - de acordo com uma grelha analítica mais fina, atenta a variantes sub-regionais e locais que os grandes tipos inicialmente definidos não deixam de apresentar. De facto, com a excepção de *Os Arados Portugueses e as sua Prováveis Origens* (Dias 1948b) - que procede a uma aplicação algo mecânica do modelo de Ribeiro, de resto posteriormente corrigida na *Alfaia Agrícola Portuguesa* (Oliveira, Galhano & Pereira 1976) - a utilização das propostas de Orlando Ribeiro pela equipa de Jorge Dias, embora forneça um primeiro grande quadro interpretativo, articula-se depois com um olhar mais desmultiplicado feito de sub-regiões, casos atípicos e morfologias locais mais restritas.

Foi exactamente sob o signo desta visão mais fina da diversidade de tipologias habitacionais que se começou por construir a reflexão de Ernesto Veiga de Oliveira em torno da arquitectura popular. Os seus primeiros estudos - depois retomados como subcapítulos da *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992), - podem ser vistos como um conjunto articulado de tentativas de caracterização de variantes da casa do noroeste atlântico: desde as casas da Maia e de Esposende, às casas de pátio fechado do concelho de Paredes, até, finalmente - no que diz respeito à casa urbana - à casa esguia do Porto.

As condições em que foram escritos o capítulo sobre «Arquitectura» de *A Arte Popular em Portugal* e, mais tarde, o livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, dificultaram que esse olhar desmultiplicado fosse estendido de forma sistemática ao resto do país. Mas, mesmo assim, é ele que podemos encontrar na síntese final ensaiada por Veiga de Oliveira na *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Depois de retomar, a propósito da casa atlântica, as tipologias mais específicas propostas nos artigos dos anos 1950 (Oliveira & Galhano 1992: 45-129), Veiga de Oliveira distingue ainda, no interior desse grande conjunto, a casa da «zona serrana» da casa da Ribeira (*id.*: 130-134). No Portugal transmontano, da mesma forma, é feita a distinção entre a casa transmontana e casa da «zona interior das Beiras» (*id.*: 147-149). Sucede o

mesmo com a casa térrea, característica, como vimos do Portugal Mediterrânico. Veiga de Oliveira não só está atento às suas ramificações para norte - nomeadamente no litoral central - como constrói uma tipologia mais fina em que são distinguidos vários tipos sub-regionais. A sua caracterização da casa da Murtosa (Oliveira & Galhano 1992 [1955-56]: 205-218) - que tinha passado despercebida aos arquitectos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*<sup>1</sup> - é, em particular, uma das mais importantes revelações das suas pesquisas.

Esta mesma preocupação com o estabelecimento de variantes sub-regionais e locais reencontra-se noutros trabalhos de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores. Em *Os Espigueiros Portugueses* (Dias, Oliveira & Galhano 1994), pelo seu lado, sublinha-se o modo como os canastos de varas têm uma área de difusão coincidente com o Minho serrano e indicam-se mesmo as áreas mais precisas onde se localizariam os dois tipos principais de canastos de vara identificados: os de base redonda e os de planta rectangular. Também relativamente aos «espigueiros propriamente ditos», a tipologia construída - espigueiros estreitos e largos, de paredes apumadas ou inclinadas etc... - surge articulada com o mapeamento exaustivo da sua distribuição sub-regional e local. Este é de tal forma importante que, muitas vezes, as designações dadas aos diferentes tipos são designações geográficas. Assim, os espigueiros estreitos, de paredes apumadas, com o corpo inteiramente em pedra e fendas verticais são descritos como pertencendo a dois grandes tipos: o tipo do Lindoso e Soajo e o tipo da Serra de Arga. Da mesma maneira, os espigueiros estreitos e de paredes inclinadas distribuir-se-iam também pelo tipo Vila da Feira e pelo tipo Oliveira de Frades. Um procedimento similar a este será também usado nos *Palheiros do Litoral Central Português* (Oliveira & Galhano 1964), onde os diferentes tipos de palheiros são mais uma vez designados por referência à área onde seria mais forte e expressiva a sua difusão: Furadouro, Vieira e Esmoriz (*id.*: 103).

Finalmente, o tratamento da diversidade da arquitectura tradicional portuguesa, faz-se, a um terceiro nível, por intermédio do reconhecimento da importância que modos de vida específicos - como a pastorícia e a pesca - teriam na adopção de soluções construtivas particulares. É a essa luz que podem ser analisadas as monografias *Palheiros do Litoral Central Português* (Oliveira

<sup>1</sup> Segundo Teotónio Pereira (1996a), esta terá sido uma das críticas mais insistentemente feitas ao *Inquérito*: o modo como tinha passado ao lado de um exemplar tão individualizado de arquitectura popular. Característica de uma área que compreende a Murtosa e se alarga a sul até Leiria e Pombal, a chamada casa da Murtosa é uma casa térrea, com telhado de quatro águas, que consta, nas suas formas mais simples, «de um corpo rectangular principal, dividido em cozinha e sala, ao qual se encostam, em cada extremidade da fachada principal, à frente, dois quartos muito pequenos, que deixam entre si um espaço alpendrado» (Oliveira & Galhano 1992 [1955-56]: 205). O tratamento dado ao alpendre, «entalado» entre dois volumes simétricos que se projectam para fora e «atado» ao edifício pelo telhado comum é, em particular uma solução original na arquitectura popular portuguesa cujo forte sentido plástico deve ser destacado.

& Galhano 1964) e *Construções Primitivas em Portugal* (Oliveira, Galhano & Pereira 1969).

Os *Palheiros do Litoral*, pelo seu lado, podem ser vistos como um estudo das formas de arquitectura popular em madeira associadas à extensa faixa do litoral central português, que se estende sensivelmente da Afurada à Vieira, onde predomina uma forma particular de pesca: a arte da xávega. Quanto às *Construções Primitivas...*, são dedicadas às «formas mais simples, morfologicamente elementares e cronologicamente primárias de construção» (Oliveira, Galhano & Pereira 1969: 7) associadas em geral à pastorícia tal como esta era praticada no Alentejo e nas serras do centro e norte do país, ou, ainda, no caso especial das «construções de planta quadrangular, inteiramente de materiais vegetais» (*id.*: 189) predominantes no Algarve, associadas às comunidades piscatórias locais.

Pelo seu acento na diversidade estruturante da arquitectura popular portuguesa, a pesquisa de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, ao mesmo tempo que se dissocia claramente do modelo unitário da casa portuguesa, tem preocupações similares ao *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, que, como vimos, fazia da ênfase na diversidade regional da arquitectura vernácula uma das principais armas de denúncia do formulário de Raúl Lino. Há entretanto uma diferença fundamental entre as duas pesquisas. Enquanto que a diversidade tipológica da arquitectura popular portuguesa, no caso do *Inquérito*, é mostrada sem nunca ser verdadeiramente sistematizada, o olhar de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, metodologicamente mais refinado e baseado numa recolha mais extensa, procede à sistematização dessa diversidade. Tanto ao nível do país, como ao nível dos grandes conjuntos regionais em que este se decompõe, como finalmente ao nível de diferentes sub-regiões e áreas mais restritas no interior desses conjuntos, é produzida uma cartografia sistemática da arquitectura popular em «todos os seus estados»: desde as formas mais elementares de habitação retratadas nas *Construções Primitivas em Portugal*, às habitações em madeira do litoral, à casa propriamente dita - incluindo aí certos tipos urbanos como a «casa esguia e alta do Porto» -, até, finalmente, a formas de arquitectura «utilitária» como as azenhas, os moinhos e os espigueiros.

## A CASA COMO UMA TECNOLOGIA

O olhar de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores sobre a arquitectura tradicional é, em segundo lugar, um olhar que tende a tratá-la não apenas como um aspecto do modo de vida rural, ligado aos constrangimentos e às necessidades das populações rurais, mas como uma «tecnologia» no sentido lato da palavra. De facto, partindo de um investigador inserido numa equipa que privilegiava a cultura popular portuguesa enquanto conjunto de objectos e práticas relacionados com a materialidade da vida camponesa - com

particular relevo para as tecnologias tradicionais - o olhar de Veiga de Oliveira tende a valorizar a casa como um conjunto de instrumentos e técnicas directamente relacionadas com a «produção» das condições de vida e trabalho dos indivíduos e dos grupos em meio rural.

Esta ideia reencontra-se desde logo nos ensaios produzidos ao longo da década de 1950. Os tipos sucessivos de casa aí estudados são analisados tanto por referência às características principais do modo de vida agrícola nas várias sub-regiões como por referência a determinados grupos sociais precisos no interior do mundo rural - artífices, burguesia rural, trabalhadores rurais, etc... - cujas condições de vida eles simultaneamente reflectiriam e ajudariam a produzir. Determinadas soluções arquitectónicas, como as formas de aproveitamento do espaço nas casas dos arredores do Porto (Oliveira & Galhano 1992 [1954]: 45-62), os «postigos de corte abrindo para a cozinha» (*id.* [1958]: 99), ou as funções produtivas dos alpendres das casas da Murtosa e do litoral central (*id.* [1955-56]. 210 ) são também encarados à luz dessa visão da casa como uma tecnologia do modo de vida rural.

Mas é sobretudo na síntese ensaiada no artigo «Arquitectura» (Oliveira & Galhano 1960) e retomada no volume *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992) que essa perspectiva se impõe com mais clareza. Apoiado na teorização do geógrafo francês Albert Demangeon, Veiga de Oliveira define aí a casa como

*um verdadeiro instrumento agrícola* que é preciso adaptar às necessidades da exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias agrícolas e ferramentas da lavoura (*id.*: 13; os itálicos são meus).

Mais à frente, Veiga de Oliveira faz sua uma formulação do geógrafo francês que aponta na mesma direcção, ao considerar a casa rural como «*uma ferramenta* adaptada ao trabalho do homem do campo» (*id.*: 14; itálicos meus).

Subjacente à própria análise regionalmente desmultiplicada da arquitectura tradicional portuguesa encontra-se essa percepção da casa como um elemento instrumental, de natureza quase tecnológica, de modos de vida eles próprios regionalmente - por vezes mesmo localmente - diferenciados. É porque os constrangimentos do modo de vida rural mudam que a casa varia - tal como os arados e outras alfaias agrícolas, os carros de bois ou os sistemas de irrigação adaptando-se, como essas tecnologias, aos requisitos de formas de produção também eles diferenciados. A diferenciação entre casa sobradada e casa térrea - a casa nortenha a primeira, a segunda a casa do sul - é também uma diferenciação entre duas formas de relacionamento com a terra e com os seus produtos, intimamente ligada à estrutura da propriedade e a modos de vida rural bem diferenciados, como de resto já havia sugerido Jorge Dias nos seus ensaios sobre a diversidade etnológica de Portugal (Dias 1990b [1955], 1990c [1960]). Da mesma maneira, todas as outras tipologias que, a partir

dessa distinção inicial, Veiga de Oliveira estabelece, remetem sempre - explícita ou implicitamente - para essa concepção da casa como um instrumento agrícola, uma ferramenta, uma tecnologia no sentido lato da palavra, variável de acordo com a própria diversidade das formas e condições de vida.

Fiel a esta concepção, Veiga de Oliveira - na linha dos artigos da década de 1950 - não se cansa por isso de chamar a atenção para o vínculo existente entre determinadas soluções arquitectónicas e as exigências de um dado modo de vida rural.

Falando da casa atlântica, por exemplo, Veiga de Oliveira sublinha as funções produtivas da varanda:

ela é utilizável para arrumação e sequeiro, às vezes com empanadas móveis de protecção (...) e o térreo sob ela fica aberto, utilizando-se o desvão que assim se forma para arrecadação de alfaias (Oliveira & Galhano 1992: 35-36).

O pátio da casa minhota - que, como vimos tinha sido metaforicamente comparada à *living room* moderna pelos arquitectos da equipa de Fernando Távora - é também tratada de acordo com pressupostos mais prosaicos, que sublinham mais uma vez a sua racionalidade por referência ao modo de vida agrícola:

geralmente, e sobretudo nos casos de maior vulto, certas dependências da lavoura, cortes, galinheiros, cobertos, arrumações, etc., não se encontram na sua totalidade no bloco principal do edifício, mas dispostos um pouco a esmo em torno de um pátio ou recinto fechado situado ao lado daquele (...) onde se empilham palhas, matos, lenhas e estrumes, onde as galinhas e por vezes os porcos andam à solta, e junto do qual fica a eira com os seus alpendres, varandões ou casas de sequeiro (...), e bem assim o coberto, com a barra ou palheiro, e os espigueiros ou canastros, de pau e de pedra (*id.*:39).

A cozinha suja e desalinhada do norte - vista como indício de miséria «material e moral» pelos engenheiros do *Inquérito à Habitação Rural* - é também tratada como a resultante de constrangimentos que rodeiam o modo de vida rural prevalecente no norte do país:

a ausência de chaminé, a escassez de aberturas, a *própria natureza do trabalho agrícola da região, que obriga toda a gente da casa a trabalho permanente no campo, a necessidade de manter o gado estabulado e os conceitos gerais da economia doméstica que dominam as populações nortenhas* são causa da característica escuridão e desalinho destas cozinhas; elas são geralmente negras de fuligem, e mostram uma ausência total de preocupações estéticas ou decorativas (*id.*: 44; os itálicos são meus).

No sul, também, reencontram-se preocupações idênticas, quando se salienta a adequação do monte alentejano aos constrangimentos agrários do Alentejo. Este é de facto definido como

um exemplo muito certo do tipo complexo de casa de pátio aberto, que traduz a vida da terra e se ajusta perfeitamente às condições da grande propriedade explorada em

regime capitalista e industrial de cultura extensiva em grande escala, numa região em que o aproveitamento do espaço não existe - ao mesmo tempo que uma forma especial de concentração de povoamento localizada numa grande unidade agrária (*id.*: 169-170).

Presente em plano de relevo nos textos de síntese de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, esta ideia da habitação como uma ferramenta ligado a um modo de vida próprio reencontra-se tanto nos *Palheiros do Litoral Central Português* (Oliveira & Galhano 1964) como nas *Construções Primitivas em Portugal* (Oliveira, Galhano & Pereira 1969). Em ambos os casos, como sublinhámos atrás, estes tipos habitacionais são a expressão de modos de vida específicos - pastoreio, pesca - que nos remetem para dimensões mais circunscritas da vida rural e/ou piscatória. Mais do que isso, em ambos os casos, a essa preocupação de tratar esses edifícios como instrumentos técnicos de um modo de vida específico, soma-se uma preocupação mais tecnológica no sentido estrito da palavra: a descrição minuciosa das técnicas construtivas que estão na base desses edifícios ocupa de facto neles um lugar de grande relevo.

Assim, nos *Palheiros do Litoral Central Português*, o Capítulo IV - intitulado «Descrição Sumária dos Tipos de Palheiros e sua Distribuição Geográfica» - procede a uma apresentação detalhada das técnicas construtivas das diferentes morfologias habitacionais, elas próprias distinguidas entre si em função das diferentes técnicas empregues: «pau a pique», «estacaria independente, com grade», «estacaria, do sistema de vigas» (Oliveira & Galhano 1964: 103). Acompanhado de desenhos explicativos, o capítulo pode ser lido, no limite, como um pequeno manual de construção de palheiros. Passa-se o mesmo nas *Construções Primitivas em Portugal*. Ao passo que na I parte do livro são descritos

alguns processos de cobertura, usados em determinados tipos de construções primitivas - abrigos de pastores, choças de planta circular ou quadrangular em materiais vegetais, etc.. (...) do Centro e Sul do País (Oliveira, Galhano & Pereira 1969: 287)

toda a II parte do livro - intitulada «Sistemas Primitivos de Construção» - é uma descrição minuciosa dos sistemas e processos construtivos usados para construções idênticas no norte do país. Mais uma vez, o leitor interessado encontra aí indicações que o habilitariam à autoconstrução da sua cabana nos montes...

Finalmente, é ainda essa dimensão tecnológica que faz com que certos edifícios precisos que, em condições diferentes, seriam tratados debaixo do epíteto de arquitectura tradicional sejam encarados por Veiga de Oliveira e pelos seus colaboradores não como exemplares de arquitectura popular, mas como tecnologias no sentido estrito da palavra. É este o caso - como vimos no início deste capítulo - dos espigueiros e das azenhas e dos moinhos de vento. Neste caso, o olhar tecnológico é de tal forma valorizado que tende a reter,

antes dos mais, as características tecnológicas desses edifícios. Não é por acaso que o título original do livro consagrado aos espigueiros faz anteceder a expressão *Espigueiros Portugueses* da frase *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas* e que, no caso das azenhas e moinhos, o título principal seja *Sistemas Primitivos de Moagem de Cereais*, seguido, só então, da especificação *Moinhos, Azenhas e Atafonas*.

Não é que os aspectos arquitectónicos destes edifícios sejam ignorados por Veiga de Oliveira e pelos seus colaboradores. Pelo contrário, eles merecem até um lugar de algum destaque, particularmente no tocante aos espigueiros de pedra e aos moinhos de vento, objecto de várias referências altamente apreciativas das suas qualidades arquitectónicas. Mas é como tecnologias ligadas a aspectos centrais do modo de vida agrícola, em particular como técnicas de transformação dos cereais, que eles são antes do mais valorizados por Veiga de Oliveira e pelos seus companheiros de pesquisa. Em conjunto com os trabalhos sobre alfaías agrícolas, carros de bois, tecnologias de apanha do sargaço, etc..., essas monografias faziam antes do mais parte desse grande fresco interpretativo das tecnologias tradicionais portuguesas central no empreendimento antropológico de Jorge Dias e da sua equipa.

## A DIMENSÃO HISTÓRICA DA ARQUITECTURA TRADICIONAL

Valorizando a arquitectura tradicional como parte integrante da materialidade da vida camponesa e como uma espécie de tecnologia no sentido lato da palavra, Ernesto Veiga de Oliveira e os seus colaboradores acrescentam ainda à habitação popular uma dimensão historicista particularmente marcada. Não é que essa dimensão esteja ausente da reflexão de Raúl Lino ou do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. Num caso e noutro - embora de formas diferentes - aquilo de que se está a falar é de edifícios e soluções construtivas vistas como inseridas no tempo longo da tradição popular e dotadas, por essa razão, de uma espessura histórica muito grande. Mas essa dimensão histórica da arquitectura popular não chega verdadeiramente a ser trabalhada. Ela é um pressuposto, mais do que um tema de pesquisa

Na investigação de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores - de acordo com as características historicistas do programa antropológico de escola de Jorge Dias que tivemos ocasião de examinar nos capítulos 1 e 2 - a temporalidade da arquitectura popular torna-se pelo contrário num tema fundamental e a investigação da origem e da difusão dos diferentes tipos examinados uma preocupação constante.

Nos textos escritos no decurso da década de 1950, essa história é uma história surpreendentemente curta. O popular de que se fala não tem, na maioria dos casos, mais do que cem, duzentos anos e algumas mudanças são ainda mais recentes. Assim, as morfologias habitacionais estudadas no artigo «Um Tipo de Casa Rural nos Arredores do Porto» (Oliveira & Galhano 1992 [1954]:

45-62), datariam «o mais tardar, [d]o decorrer da última metade do século xvii» (*id.*: 37). Uma das variantes das casas da Maia, «a despeito da sua sobriedade e modéstia, [pode] enquadrar-se num estilo que, numa feição pobre, corresponde a finais do século xix» (*id.* [1954]: 76). As casa de Esposende, por seu turno, teriam um cronologia, apoiada «meramente em conjecturas (...) que parece corresponder a princípios do século XIX» (*id.* [1954]: 85). E exemplos similares poderiam ser dados, respeitantes às casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde (*id.* [1958]: 94) ou às casas do litoral central das zona da Figueira da Foz e de Leiria (*id.* [1961/62]: 225). Se, nalguns casos, os elementos decisivos para as datações propostas são as inscrições com as datas de construção da casa visíveis na sua frontaria, noutros casos recorre-se a dados contidos em monografias locais e, noutros casos ainda, é a partir de considerações conjecturais sobre a época provável de surgimento de um determinado estilo ou elemento arquitectónico que essas datas são sugeridas.

Nas sínteses sucessivamente propostas em «Arquitectura» (Oliveira & Galhano 1960) e na *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Oliveira & Galhano 1992) é uma história já mais longa que é proposta para alguns tipos da arquitectura popular portuguesa, embora sob a forma de indicações e sugestões dispersas. Logo na abertura da *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, essa história mais longa não deixa de ser evocada quando, à semelhança das teses de Jorge Dias nos *Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* (1948b), Veiga de Oliveira liga a divisão tripartida de Portugal proposta por Orlando Ribeiro não apenas a condições geográficas diversas, mas também a diferentes tipos étnicos:

O fenómeno humano não raro sublinha esta diversidade natural. Assim (...), nota-se a ocorrência frequente do tipo nórdico no Noroeste - que constitui no século VI d.C. o reino germânico dos Suevos - e do mediterrânico e mesmo norte-africano no Sul, Alentejo e Algarve, onde com maior consistência se fizeram sentir as influências dos Árabes. E esta diversidade completa-se verdadeiramente com paralela diversidade de elementos culturais - alfaias, tipos de economia, psicologia, fonética, costumes, características sociais, etc. - entre as quais avulta a casa (popular), coincidindo por vezes - e não por acaso - divisões naturais e áreas culturais (1992: 17).

A esta indicação geral, acrescentam-se depois, em diferentes capítulos, paralelos mais precisos. Assim, na zona serrana no Noroeste, é sublinhado o modo como as casas aí predominantes «conferem às aldeias (...) uma expressão rude e antiga» que, em certos casos, «nos [reporta] aos tempos dos primeiros ocupantes dessa áreas» (*id.*: 134; os itálicos são meus). Do mesmo modo, a propósito da casa transmontana, Veiga de Oliveira escreve ser

difícil conceber-se algo comparável à rudeza primitiva dessas povoações remotas, com as suas casas de pedra solta de raras aberturas, cobertas às vezes de lousa ou de colmo, sem qualquer reboco que esconda o aparelho tosco do granito ou do xisto, *tal como nos redutos castrejos* (*id.*: 127; os itálicos são meus).

No sul, finalmente, é mais uma vez para o fundo etnicamente ancestral da habitação popular que somos de novo remetidos: «no aspecto mais cuidado, menos rústico, dos edifícios do sul (...) lê-se a influência de civilizações superiores: romana e árabe» (*id.*: 153). Isto é, embora frequentemente as metáforas pareçam prevalecer sobre as demonstrações, sugere-se de qualquer modo que a história de longa duração de inspiração difusionista seria um quadro susceptível de fornecer algumas chaves para o entendimento de certos tipos de habitação popular.

Mas é sobretudo em duas das monografias publicadas por Veiga de Oliveira e pelos seus colaboradores na década de 1960 que a força interpretativa da história longa do difusionismo se faz sentir de forma mais clara. Uma dessas monografias é a consagrada por Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira às *Construções Primitivas em Portugal* (1969). Como vimos anteriormente, esse «dossier» tinha sido inicialmente trabalhado por Jorge Dias numa perspectiva bastante devedora das teses lusitanistas de Martins Sarmento e Mendes Correia. Ficou também sugerido nessa altura que o seu abandono se ficaria a dever, em certa medida, às dificuldades de demonstração da continuidade étnica entre as construções primitivas actuais e os habitantes lusitanos dos castros do norte e centro de Portugal.

Ora bem, ao reabrirem - volvidos quase mais de 20 anos sobre os textos iniciais de Jorge Dias - o «dossier» das construções primitivas, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores vão de novo retomar as preocupações de Jorge Dias com a sua origem e desenvolvimento. Tendo extraído as lições do impasse a que Dias tinha chegado, Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira apenas mencionam os lusitanos de passagem e nem sequer defendem a identidade étnica entre os habitantes dos antigos castros e as actuais habitações primitivas (cf. 1969: 100-101). Mas postulam claramente origens e antecedentes étnicos que, nalguns casos, remontariam à pré-história, para as construções primitivas de planta circular.

Assim, as construções de planta circular inteiramente em materiais vegetais

constituíram sem dúvida o tipo essencial de habitação dos primeiros grupos humanos que, no decurso do Neolítico, se instalaram nas elevações e eminências, mormente no Noroeste, fundando os povoados que, nos seus desenvolvimentos ulteriores e sobretudo após a fusão dessas gentes com os celtas do século VI [aC], vieram a constituir os castros (*id.*: 69).

As construções de planta circular de forma cilindro-cónica assentes em muretes de pedras e em que apenas a cobertura é em materiais vegetais, pelo seu lado, «parecem ser uma das formas essenciais - quiçá mesmo a mais importante - da habitação das nossas citânias e castros da Idade do Ferro» (*id.*: 71) e resultam de um «fenómeno de encontro cultural, ou *sobreposição*» (os itálicos são dos autores) entre tipos locais pré-celtas e populações celtas: «Os progressos realizados através das gerações, e o impulso dado pelas populações célticas ou celtizadas, levaram este tipo de construções a um apogeu arquitectónico notável» (*id.*: 100).

A importância deste vínculo entre construções primitivas actuais e a habitação das citânias e castros é de resto reforçada pelo modo como numa secção intitulada «A Casa Castreja», Veiga de Oliveira e os seus colaboradores procedem - na linha de trabalhos anteriores de Jorge Dias (1948b, 1993[1949]) sobre o tema - a uma reconstituição etnográfica minuciosa da casa castreja, apoiada justamente na observação actual de construções primitivas de tipo circular. A descontemporaneização (Fabian 1983) da cultura popular serve aqui não tanto para solucionar um problema interpretativo de natureza etnológica, mas para resolver um enigma arqueológico.

Esta sensibilidade ao tempo longo dos difusionistas reencontra-se também na monografia que Veiga de Oliveira e Fernando Galhano - na altura ainda com a colaboração de Jorge Dias - escreveram sobre os espigueiros portugueses (Dias, Oliveira & Galhano 1963). Como vimos anteriormente, desde *Os Arados Portugueses e suas Prováveis Origens* (Dias 1948) que o Portugal Atlântico - a área de expansão por excelência do espigueiro - tinha sido associado a um fundo étnico suevo. É justamente esse fundo étnico que reaparece na interpretação histórica que é feita do espigueiro.

De acordo com Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, de facto, a «hipótese suévica» (Dias Oliveira & Galhano 1994 [1963]: 197) seria aquela que melhor conta daria da origem desse elemento cultural no Noroeste português. Embora os autores não neguem as responsabilidades da «revolução do milho» na sua generalização recente, a sua introdução remontaria em última análise ao tempo dos suevos:

quando os suevos cá chegaram, devem já ter encontrado a prática de armazenagem do milho miúdo em canastos arejados. Eles tê-la-iam por isso conservado, apenas com a diferença de que em vez de canastos de verga, passaram a armazená-lo também em espigueiros» (*id.*: 218)

trazidos por eles do seu local de origem, situado no norte da Alemanha.

Embora suportada por evidências escassas - «uma urna funerária alemã [da Época do Bronze], representando uma sequeira rectangular estreita sobre quatro pernas» (*id.*: 198) - a defesa da origem «suévica» dos espigueiros do noroeste é de tal maneira categórica, que a sua argumentação surge articulada com uma análise sistemática - certamente da autoria de Jorge Dias (Pereira 1996; cf. também Leal 1999b) - de outros aspectos da cultura popular do Noroeste que teriam supostamente a mesma origem: do arado quadrangular - já analisado em *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* (Dias 1948) - ao mangual, dos topónimos ao povoamento disperso, da tendência para emigração das «gentes galegas e do norte do país» (Dias Oliveira & Galhano 1994 [1963]: 206) à divisão sexual do trabalho, etc. Seria justamente no quadro desta «gesta civilizatória»

† Para uma crítica à hipótese suévica, cf. Martinez Rodriguez 1975.

dos suevos no Noroeste de Portugal que os espigueiros teriam sido introduzidos.

## VEIGA DE OLIVEIRA NUMA PERSPECTIVA COMPARATIVA

Esta dupla opção - pela arquitectura popular como uma quase tecnologia do modo de vida rural e pelos múltiplos ancoramentos na história que a caracterizariam - não é sinónimo de indiferença às suas qualidades estéticas. Pelo contrário, em quase todos os textos que integram a produção de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores sobre o tema encontramos marcas de um fundo fascínio pela arquitectura popular que a constitui em objecto de apreciação estética.

A semelhança do que se havia passado com os etnógrafos dos anos 1910 e 1920, a casa do sul - onde os materiais facilmente modeláveis «permitem todas as fantasias da arquitectura» (Oliveira & Galhano 1992: 20) - exerce um fascínio particularmente marcado em Veiga de Oliveira. Com o tijolo - material dominante, a par dos calcários ou da taipa -

constroem-se, além de paredes, arcos e abóbadas, nichos e poiais, e sobretudo chaminés de formas ricas e variadas (...), de belos efeitos e de um pitoresco quase cenográfico que a caição acentua, na valorização dos planos combinados de luz e sombra (*id.*: 151).

Esta última

acentua o pitoresco da construção, aveludando superfícies, arredondando ângulos, boleando arestas, disfarçando falhas, com a espessura das suas camadas sucessivas, e dá-lhes um aspecto asseado e fresco que contrasta flagrantemente com o que apresenta geralmente a casa do Norte (*id.*: 152).

As casas alentejana e algarvia, em particular, são objecto de extensos elogios. Relativamente à primeira,

a tendência natural para as realizações plásticas (...) que fazem do artesanato alentejano uma das manifestações mais notáveis da arte popular nacional, é também patente no estilo da casa alentejana, na fantasia dos seus pormenores - especialmente as enormes chaminés (...) que, além de funcionais, são carregadas de intenção decorativa. E também os nichos, os poiais, os arcos, as abóbadas, os efeitos extraídos da combinação do ladrilho e da brancura das paredes caiadas, etc. (*id.*: 164 e 166).

Quanto à casa algarvia,

o esmero da sua conservação, e a intenção decorativa que a cada passo se nota [nela], é uma das suas características: nas caições ainda mais frequentes que no Alentejo, em que a brancura é realçada pela vegetação viçosa que a cerca, e quebrada pelo azul das faixas e rodapés; no colorido álcere das recentes fachadas urbanas; nos ornatos das pia-

tibandas e cornijas; e principalmente na decoração das chaminés (...), transparece um sentido estético que se revela até em pormenores inesperados, como nesses pavimentos de cal e areia, calcados por um esteiro de palma, que deixa na massa fresca a marca do seu tecido, ou até no calcetamento de velhos pátios, em que o tamanho dos blocos irregulares é escolhido de molde a formar desenhos (*id.*: 175 e 178).

Mas, simultaneamente, Veiga de Oliveira não esconde a particular sedução que as soluções arquitectónicas mais rudes do norte do país lhe despertam: aquilo que elas perderiam em decorativismo ganhariam em sobriedade elegante, em nobreza de porte ou em espessura histórica. Assim, na casa do noroeste, depois de sublinhar que «a construção em granito e xisto (...) não consente a riqueza de formas e a fantasia que se encontram nas casas das áreas de outros materiais mais facilmente modeláveis» (1992: 30), Veiga de Oliveira não se exime, mesmo assim, ao elogio dos seus motivos decorativos em pedra:

De um modo geral, porém, nos casos melhores, lembrando a velha tradição das cantarias minhotas, afirmada já em tempos castrejos nas preciosas pedras ornamentadas que se encontram nas diversas citânias, nas capelas românicas, tão numerosas nesta zona, nos solares barrocos e setecentistas e, mesmo, nos espigueiros de pedra, por toda a parte se pode ver a riqueza discreta de um ou outro motivo decorativo de um neoclassicismo rústico cuja sobriedade rude vai a par com uma beleza de linhas que realça a nobreza severa da pedra (*id.*: 32).

Na casa característica da zona interior das Beiras, abundariam também «belos exemplares [de escadas exteriores] com guardas lavradas e colunas de pedra, num modesto neoclassicismo que é corrente na nossa arquitectura popular» (*id.*: 147).

A propósito da casa serrana do Minho, não faltam também as qualificações e os adjectivos

estas casas conferem às aldeias serranas uma expressão rude e antiga, que se acentua pela sujeição que o terreno impõe ao conjunto do casario. Aparecem casas encostadas a enormes afloramentos de pedra, que formam parte das suas paredes; outras erguidas sobre qualquer fraguado mais elevado, emergindo como torres, acima dos telhados das vizinhas; e, outras ainda procurando soluções primárias, que nos reportam aos tempos dos primeiros ocupantes dessas áreas, preservadas nas suas formas primitivas pela força arcaizante do seu isolamento (*id.*: 134).

Mas é curiosamente em relação às construções primitivas e aos espigueiros que os elogios são mais rasgados e a sedução mais vincada. Para qualificar as primeiras, ou alguns dos seus elementos arquitectónicos, adjectivos como «poderosas», «rudes», «brutas», «amplas», «toscas», «enormes» «rudimentares» são frequentes. E descrições como a que de seguida se transcreve são também correntes:

na solidão das alturas despovoadas, frente à majestosa amplidão da montanha que se desdobra em planos a perder de vista, mal se distinguindo da penedia que os rodeia

de todos os lados, estes *currais* e *brandas*, cinzentos de líquenes, com as suas casotas sem idade são bem a imagem da aspereza primitiva da vida das gentes serranas, frugal e dura, ao mesmo tempo que sugerem uma povoação castreja, perdida na serra, esquecida no tempo, abandonada e em ruínas (Oliveira, Galhano & Pereira 1969: 180-181).

#### Quanto aos espigueiros

sobressaem notavelmente, não só pelo seu aspecto geral e singularidades de estrutura, solidez, simetria e perfeição de uma construção elaborada e complexa, mas, além disso, pela harmonia das suas linhas e proporções e não raro mesmo pela riqueza e profusão de ornatos, constituindo sempre de um modo geral (...) uma nota graciosa e cuidada no conjunto da paisagem rural (Dias, Oliveira & Galhano 1994 [1963]: 145).

Os espigueiros do Lindoso e do Soajo - «os poderosos e rudes espigueiros do tipo do Lindoso e Soajo, os mais belos de todos (...), peças notáveis de cantaria» (*id.*, *ibid.*) - são objecto, como seria de esperar, de uma referência particularmente entusiasta: neles, «a expressão arcaica mais se avoluma (...), pela sua disposição em grupos isolados ao lado das povoações, como grandes necrópoles de qualquer velha civilização» (*id.*, *ibid.*).

Esta sensibilidade às virtualidades estéticas da arquitectura tradicional é entretanto como que reacondicionada no interior desta perspectiva mais lata, que retém, antes do mais, o modo como a arquitectura popular é, sobretudo, o testemunho de um modo de vida e de um modo de vida por detrás do qual se perfila a sombra da história. É essa dupla dimensão, para além do seu valor estritamente estético, que faz da arquitectura popular um objecto digno do olhar do erudito. Desse ponto de vista, Ernesto Veiga de Oliveira e os seus colaboradores podem ser vistos como autores que, sem porem em causa os critérios estéticos na abordagem da arquitectura popular, os reacomodam no quadro de uma visão mais alargada desta, de natureza, diríamos, quase patrimonial.

Nesse sentido, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores propõem, mais uma vez, uma leitura da arquitectura popular distinta da defendida pela casa portuguesa. Não só a unidade da arquitectura popular portuguesa postulada

<sup>1</sup> Essa sensibilidade à arquitectura popular como testemunho simultâneo de um modo de vida e da história reflecte-se de resto no título de «Arquitectura *Tradicional* Portuguesa» (os itálicos são meus) dado à obra de síntese tardiamente composta por Veiga de Oliveira. Conforme me referiu Benjamim Pereira (1996), esse título foi escolhido, em parte porque o título alternativo de «Arquitectura *Popular* Portuguesa» (os itálicos são meus) já existia, desde a edição, em 1961, do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. Mas deve também sublinhar-se que a opção pela expressão «tradicional» em detrimento da palavra «popular» é uma opção relativamente constante na obra da equipa de Jorge Dias. As tecnologias agrárias são recorrentemente caracterizadas - desde logo nos títulos das monografias a elas dedicadas - como tecnologias «tradicionais». Retomando essa expressão a propósito da arquitectura popular portuguesa, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores visam pôr justamente em relevo o carácter literalmente tradicional desta, dada tanto pela sua dimensão histórica como pela sua inserção em modos de vida também eles recorrentemente qualificados como tradicionais.

por estes é de novo - desta feita de forma particularmente sistemática - posta em causa, como a espessura material e histórica de que Veiga de Oliveira e os seus colaboradores dotam a arquitectura tradicional contrasta de forma flagrante com o olhar decorativista de Raul Lino. O tratamento dado por eles a temas tão caros à casa portuguesa como a varanda ou o alpendre é significativo: estes deixam de ser vistos como soluções meramente estéticas, para passarem a ser vistos como dispositivos produtivos ao serviço de um determinado modo de vida. A integração sistemática no mundo da arquitectura popular de edifícios como os palheiros do litoral, ou, sobretudo, as construções primitivas, dão também conta da distância a que se encontram os olhares de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, de Raúl Lino e de outros defensores da casa portuguesa. Finalmente, o modo como Veiga de Oliveira e os seus colaboradores, a par do decorativismo da cal, retêm a estética rude, mais crua, por vezes mesmo selvagem, do granito e do xisto prende-se também com pesos diferenciados atribuídos a elementos de valor essencialmente cenográfico na arquitectura popular.

Diferenciando-se do olhar proposto pela casa portuguesa, a leitura da arquitectura popular proposta por Veiga de Oliveira é também diferente das contra-leituras sucessivamente propostas pelo *Inquérito à Habitação Rural* e pelo *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*.

Com o *Inquérito à Habitação Rural*, as pesquisas de Veiga de Oliveira partilham o enfoque no modo de vida rural e nos constrangimentos da economia agrária sobre a habitação. Mas a perspectiva de Veiga de Oliveira a esse respeito é, por um lado, mais culturalista, como o demonstram, por exemplo, as diferentes apreciações da miséria que encontramos em ambos os estudos. Por outro lado, o olhar que se deita sobre o modo de vida rural de que a habitação rural seria o reflexo é também ele distinto. Para os engenheiros agrónomos, esse modo de vida é encarado como sinónimo de atraso e de algo que deve ser, nessa medida, urgentemente modernizado. Para Veiga de Oliveira e os seus colaboradores, ele constitui uma paisagem humana, social e cultural com a qual os investigadores mantêm uma relação de fundada cumplicidade e de que, repetidamente, lamentam o provável desaparecimento.

De facto, à medida que entramos na década de 1960, quando se torna claro a amplitude da mudança provocada pela emigração, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores não deixarão de repetir apontamentos de protesto e nostalgia pela desapareção do universo da arquitectura popular. Nos *Palheiros do Litoral Central Português*, por exemplo Veiga de Oliveira e Fernando Galhano escrevem que a tarefa de estudar estas construções

era tanto mais urgente quanto é certo que a onda niveladora que caracteriza o nosso momento cultural em breve terá destruído todas as possibilidades de se saber como eram esses palheiros, em que o engenho dos homens por vezes tão notavelmente se manifestou (1964: 7).

Na introdução às *Construções Primitivas em Portugal* o tom é ainda mais explícito. Depois de procederem ao elogio das morfologias da arquitectura tradicional, Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, lamentam o abandono a que estas se encontrariam sujeitas, resultante do modo como são «sistematicamente recusadas como formas desprezíveis» (1969: 10).

Mas é sobretudo num artigo de Veiga de Oliveira de 1970 (Oliveira 1992 [1970]: 361-374] e no prefácio a *Tecnologias Tradicionais Portuguesas, Sistemas de Moagem* (Oliveira, Galhano & Pereira 1983) que esta visão nostálgica recebe uma expressão mais clara. A parte final do primeiro artigo é toda ela uma condenação do abandono das formas de arquitectura tradicional iniciada com o surto emigratório dos anos 1960. O prefácio aos *Sistemas de Moagem*, por seu turno, soa como um magoado toque a finados pelos moínhos de vento: estes «vão sendo pouco a pouco postos de parte, e extinguem-se ao abandono, esventrados e vazios. Por isso o presente trabalho nos pareceu pungentemente, dramaticamente oportuno» (*id.*: 5).

Com os arquitectos do *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, as proximidades são aparentemente maiores. A atenção à diversidade das formas de arquitectura popular - apesar do carácter mais sistemático da abordagem de Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores - é idêntica. Entre as preocupações funcionalistas dos arquitectos e a atenção aos modos de vida subjacentes à arquitectura popular da equipa de Veiga de Oliveira há também - mais uma vez, apesar da diferença dos resultados - fortes similitudes. Onde talvez os olhares se separem mais é na apreciação das virtualidades estéticas da arquitectura popular.

Entre os arquitectos - como sublinhámos - essa apreciação está dependente dos critérios estéticos do movimento moderno com as modificações que este conheceu no decurso dos anos 1950 e 1960. Em Veiga de Oliveira e os seus colaboradores - como acabámos de sublinhar - o olhar estético está pelo contrário sobredeterminado por essa visão patrimonial da arquitectura tradicional como testemunho de um modo de vida e da história. Os arquitectos - com a eventual excepção de alguns arquitectos do Porto, de resto influenciados pelo grupo de Jorge Dias - visitaram o campo e as suas casas com os olhos postos na cidade e na arquitectura moderna, procurando encontrar na arquitectura vernácula uma aliada para a sua causa. Os etnólogos tentaram habitar o campo e as suas casas como parte de uma experiência de reconstituição de modos de vida impregnados de história, com os quais estabeleceram uma aliança de tal maneira forte que foi com uma tristeza profunda que se despediram deles quando eles começaram a acabar.

## CONCLUSÕES: AMBIGUIDADES DE UM CONFRONTO

Com o trabalho de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, em resumo, é uma outra imagem da arquitectura popular portuguesa que triunfa. Com ela, fecha-se o ciclo dos olhares mais significativos sobre a arqui-

tectura popular portuguesa ao longo do período de quase um século. Esses olhares, conforme foi repetidamente sublinhado, são não apenas olhares distintos, mas olhares que, a partir da década de 1940, estabelecem entre si um diálogo polémico, que opõe as propostas de Raul Lino e dos cultores da casa portuguesa às diferentes alternativas que a elas vão sendo contrapostas.

Esse diálogo - como foi sugerido no capítulo 4 - pode ser visto como uma guerra cultural, que estamos agora em condições de qualificar de forma mais detalhada. Assim - e em primeiro lugar - essa guerra não é, por razões políticas óbvias, uma guerra aberta e declarada. Com excepção de alguns episódios associados ao *Inquérito à Habitação Rural* e, mais tarde, ao Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, tratou-se de uma guerra mais dissimulada, em que os confrontos directos alternaram com os subentendidos e as mensagens cifradas. Em muitos casos, de facto, não se tratou tanto de confrontar abertamente a ideologia da casa portuguesa na sua qualidade de doutrina oficial do regime em matéria arquitectónica, mas de construir uma visão alternativa a essa doutrina, que, entretanto, não só se afastou explicitamente dela, como procedeu à sua denúncia implícita. Apesar desse facto, todos os intervenientes no processo tiveram na altura a consciência de que estavam - apesar das precauções - a participarem não numa mera troca de opiniões, mas num confronto ideológico, cultural e político mais crispado.

Em segundo lugar, essa guerra cultural é uma guerra politicamente mais complicada do que noutros casos. Nela não há dicotomias simples. Não é que haja dúvidas onde está o regime: sobretudo a partir da década de 1940, está com a casa portuguesa. Mas estando com a casa portuguesa, o regime - cuja coesão interna não foi, sobretudo em certos períodos, tão grande quanto costumamos imaginar - acabou por resvalar para certas ambiguidades, que apesar de prontamente corrigidas, não deixam de abrir - por vezes involuntariamente - espaço para os adversários da casa portuguesa. É nesse espaço de ambiguidade que se parecem ter instalado - como vimos - tanto o *Inquérito à Habitação Rural* como o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, ambos apoiados inicialmente pelo governo, que só tardiamente se deu conta do que se encontrava em jogo.

Do outro lado da medalha, o processo é também relativamente complexo e está igualmente ferido de alguma ambiguidade. O caso do *Inquérito à Habitação Rural* é extremamente elucidativo. Nele convergem, como vimos, personalidades de orientações políticas distintas como Castro Caldas - que se afirma desde essa altura como um *compagnon de route*, embora crítico, do regime - Henrique de Barros - republicano perseguido pelo regime que viria a desempenhar, como se sabe, um papel fundamental na criação do Partido Socialista - e engenheiros agrónomos próximos do PCP. O caso do grupo de Jorge Dias é também revelador. Embora críticos da etnografia de regime, Jorge Dias e os seus colaboradores não só conviveram - embora de forma distanciada - com ela, como conseguiram, no decurso dos anos 1960, posições de grande visibilidade institucional, designadamente por intermédio da criação,

em 1965, do Museu de Etnologia. O alinhamento de Jorge Dias com a ideologia luso-tropicalista do regime é também conhecido.

A guerra cultural de que temos vindo a falar, então, além de mais dissimulada, deixa-se também ver como politicamente mais ambígua, opondo a ideologia conservadora e oficial do regime e pessoas que, a partir de posições institucionais e ideológicas relativamente diferenciadas, pretendiam pôr em questão alguns dos aspectos que, nessa ideologia, tinham a ver com o popular e com a imagem do país construída a partir dela. Até por esta razão, a guerra cultural travada em torno da arquitectura popular - como de resto outras guerras travadas em torno do universo do popular - é uma guerra mais bem comportada do que é usual e - com excepção do *Inquérito à Habitação Rural* - sem muitas baixas.

Em terceiro lugar, por fim, essa guerra cultural, ao mesmo tempo que se desdobra em diferenças e conflitos, assenta também, em última instância, em pressupostos ideológicos e culturais comuns. Estes, embora raramente tenham sido assumidos de forma clara, não deixam entretanto de ser importantes. A excepção a este respeito será o *Inquérito à Habitação Rural*. A sua visão «desmonumentalizadora» (Branco & Leal 1995) da habitação rural e, por extensão, da realidade rural de Portugal dos anos 1940, inscreve-o numa nebulosa ideológica e cultural claramente distinta. Mas quando passamos para o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* ou para as pesquisas de Ernesto Veiga de Oliveira e dos seus colaboradores, para além das diferenças que tivemos ocasião de passar em revista, há que relevar também um certo número de consensos implícitos com o discurso da casa portuguesa. Entre esses consensos, conta-se um fascínio idêntico pelo universo da cultura popular de matriz rural, visto como uma reserva fundamental de significados e símbolos estratégicos para pensar a identidade do país. O modo preciso como são pensados, em cada caso, tanto o universo das «coisas populares», como o vínculo entre popular e nacional não poderiam - como vimos - ser mais diferentes, mas essas diferenças estabelecem-se sempre a partir desse pano de fundo comum de afinidades mais ou menos estruturais. Nesse sentido, mais uma vez, a situação portuguesa, apresenta grandes similitudes com o caso francês estudado por Lebovics (1992). Também aí, como sublinha Lebovics, apenas os surrealistas quebram essa espécie de consenso ruralista dos discursos de identidade nacional.

Isto não quer dizer, entretanto, que a agenda dessa guerra seja fixada pelo regime e que os pontos de vista diferentes tenham uma capacidade limitada para construir alternativas mais radicais. Neste ponto separo-me claramente das propostas de Lebovics. De facto, antes de ser definida pelo regime, a agenda desta e doutras guerras culturais, foi sobretudo fixada pela importância que os universos gémeos da tradição e da nação tiveram - como começámos por sublinhar na «Apresentação» - na configuração moderna tanto de Portugal, como de outros países europeus - incluindo neles a França examinada por Lebovics.

PARTE III

NAÇÃO E REGIÃO:  
RÉPLICAS, APROPRIAÇÕES, RESISTÊNCIAS

## CAPÍTULO 8

### AÇORIANIDADE: LITERATURA, POLÍTICA, ETNOGRAFIA

«Le Mythe de Monsieur Queimado» é um texto relativamente pouco conhecido de Vitorino Nemésio (1901-1978), escrito em francês em 1940, aquando da estada de Nemésio em França onde ensinou durante algum tempo história da literatura portuguesa. O texto - que não deixa de evocar Jorge Luis Borges ou Bruce Chatwin - é a narrativa do encontro, durante uma viagem aos Açores, entre um jovem viajante - Nemésio ele mesmo - e Monsieur Queimado - um heterónimo de Nemésio, «travestido» em naturalista e baptizado com uma das designações populares (queimado) dada nos Açores ao milhafre (a ave que, tendo sido confundida pelos primeiros descobridores com o açor, esteve na origem da designação dada ao arquipélago).

O encontro entre Monsieur Queimado - «un jeune homme naïf» (Nemésio 1986a: 404), «beaucoup plus poète qu'homme de science» (*id.*: 406) - e o narrador começa por ter lugar num barco que circula entre as ilhas - «un de ces petits paquebots qui font la croisière des Açores en ancrant le soir dans une île pour repartir le lendemain en quête d'une autre» (*id.*: 404) - e prossegue depois na Terceira, terra natal de Nemésio. No seu decurso, Monsieur Queimado, ao mesmo tempo que vai comentando a paisagem, o solo, a flora e a fauna açorianas - acentuando sempre as suas particularidades - desenvolve uma teoria sobre a peculiaridade do «homo açorensis» baseada numa

conviction purement vitale e arbitraire sur la singularité tellurique de son pays et, par là, sur risonnement farouche et présomptueux de sa nature. (...) L'idée d'une Atlantide engloutie dans les eaux, dont les Açores, les Canaries, Madère et Cap Vert n'eussent été que les sommets d'une cordillère affaissée, le mettait en colère, car elle ruinait la possibilité d'une structure açoréenne autonome et le mythe de l'homme açoréen sans ancêtres, le mythe de Monsieur Queimado (*id.*: 406).

Mais para além do seu valor propriamente literário<sup>1</sup>, «Le Mythe de Monsieur Queimado» pode ser encarado como a expressão, no quadro de um registo literário dotado de alguma especificidade, de uma constante não apenas da produção de Nemésio mas de um conjunto significativo de outros intelectuais açorianos do período que medeia entre 1880 e 1940: o estabelecimento dos factos e argumentos susceptíveis de fundar os Açores como um espaço marcado pela peculiaridade e pela diferença. Nesse sentido, uma parte significativa da história intelectual dos Açores pode ser vista como uma sucessão de vários «mitos de Monsieur Queimado» que gradualmente vão «inventando» (Hobsbawm & Ranger 1983) ou «imaginando» (Anderson 1991) a identidade dos Açores.

São alguns desses mitos - ou, para utilizar a terminologia proposta por James Fernandez, algumas dessas «narrativas de identidade provincial» (Fernandez 1994) - que me proponho passar em revista no decurso deste capítulo. Neles, «Monsieur Queimado» muda várias vezes de nome: Arruda Furtado, Montalverne Sequeira e Aristides da Mota, Luís Ribeiro e, claro, Vitorino Nemésio ele próprio. Essas mudanças de nome são também acompanhadas de mudanças de espaços discursivos. Arruda Furtado (1854-1887), embora ocasional praticante da etnografia e da antropologia física, é um naturalista - como Monsieur Queimado. Montalverne Sequeira (1859-1931) e Aristides da Mota (1855-1942), por seu turno, são políticos. Com Luís Ribeiro, vêm-nos confrontados com uma reflexão que, embora apoiada fundamentalmente na etnografia, se desenvolve também no espaço da história e da intervenção política. Vitorino Nemésio ele próprio, por fim, fala a partir da literatura e do ensaísmo de cunho literário.

Analisando esses mitos trabalharei uma faceta frequentemente negligenciada das etnografias portuguesas: os seus desdobramentos locais e regionais. Arruda Furtado é o autor precoce - em 1884 - de um dos primeiros textos dessa etnografia regionalizada que deverá esperar pela viragem do século e, sobretudo, pelos anos da I República, para se afirmar de forma mais clara. Luís Ribeiro - como sugerimos no capítulo 1 - é um dos etnógrafos mais representativos desse processo de descentralização da antropologia portuguesa ao longo do período que vai da década de 1910 à década de 1950. Quanto aos restantes autores, apesar das suas proveniências disciplinares díspares, a sua reflexão sobre os Açores converge em torno daquilo que ao longo deste livro temos vindo a designar por etnografia espontânea.

Actuando à escala de uma região, todos estes autores replicam no interior dessa escala mais reduzida, os grandes motivos estruturantes das etnografias portuguesas produzidas centralmente. Assim, em primeiro lugar, a equação central dessas narrativas etnográficas regionais é também a equação cultura

<sup>1</sup> Para uma aproximação a «Le Mythe de Monsieur Queimado» do ponto de vista dos estudos literários cf., por exemplo, Pires 1988.

popular/ identidade. É a partir de um conjunto de asserções de forte orientação etnocultural em que conceitos e ideias sobre o povo, sobre raízes étnicas e sobre cultura ocupam um lugar relevante que se procura postular a identidade dos Açores<sup>1</sup>.

Em segundo lugar, os principais *leit motifs* desses discursos apresentam fortes similitudes com o modelo testado no decurso deste livro para os discursos etnográficos «centrais». Um desses *leit motifs* tem a ver com a etnogenealogia, isto é, com argumentos baseados na reconstituição de um «pedigree» étnico que seria próprio dos açorianos e que seria responsável em grande medida pela sua identidade. A valorização da especificidade da psicologia étnica açoriana é outra constante desses discursos. Finalmente, neles encontramos também processos de objectificação da cultura popular que, retomam, para o espaço regional açoriano, dispositivos e argumentos que encontramos a nível central.

Replicando os universos conceptuais das etnografias centrais, os autores e textos que passaremos em revista «pormenorizam a cartografia da nação elaborada a partir do centro, circunscrevendo particularidades mais invisíveis, identificando facetas locais desconhecidas» (Brito & Leal 1997: 188). Mas fazem-no, entretanto, a partir de visões diferenciadas das articulações entre identidade regional e identidade nacional. Assim, em certos momentos, a região tende a ser vista como uma «pequena pátria» indissociável da «grande pátria» que é a nação e triunfa uma visão dos Açores como «quintessência de Portugal». Noutros momentos, pelo contrário, a região deixa-se ver como um espaço a partir do qual é colocada em causa a adequação das narrativas «unificadoras» da identidade nacional à totalidade do território e os Açores tendem a ser vistos como uma espécie de «Portugal diferente».

Isto é: analisando os sucessivos mitos de Monsieur Queimado que vão conferindo espessura à identidade açoriana seremos confrontados com o modo como as etnografias regionais se dão - no caso dos Açores - como um espaço de reciclagem, negociação e resistência dos processos de imaginação etnográfica da nação construídos a partir do centro.

#### UMA FALSA PARTIDA: ARRUDA FURTADO

Se quisermos ser rigorosos, podemos dizer que a história desses mitos começa mal. Em 1884, Arruda Furtado - um naturalista micaelense estabelecido em Lisboa que marcou de forma significativa as ciências naturais da segunda metade do século XIX em Portugal - publica um texto intitulado «Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos dos Açores. Observações sobre o Povo Micaelense» (1884) que pode ser visto como a primeira tenta-

<sup>1</sup> Este aspecto etnocultural dos discursos de identidade regional nos Açores tem sido sublinhado, entre outros autores, por Carlos Enes (1996) e Carlos Cordeiro (1995).

tiva de pensar o problema da especificidade açoriana de um ponto vista antropológico. De facto, embora a antropologia para que nos remete o título do ensaio seja sobretudo a antropologia física oitocentista, Arruda Furtado desenvolve entretanto ao longo do texto um conjunto de argumentos de natureza mais etnográfica, que fazem dele um marco seminal na discussão em torno da especificidade etnocultural dos Açores.

Só que, como uma leitura mais atenta do título do ensaio põe em evidência - «Materiais para o Estudo *dos Povos* dos Açores» (itálicos meus) e não «*do Povo* dos Açores» -, Arruda Furtado coloca o problema para imediatamente o afastar. De facto, segundo ele, seria impossível falar, de um ponto de vista etnológico, do povo açoriano como uma realidade unificada. «Etnologicamente, o homem açoriano está diferenciado» escreve a esse respeito Arruda Furtado (1884: 2). Constituído a partir de populações oriundas de diferentes regiões do continente e «diferindo [entre si] os habitantes das diversas províncias de Portugal», os Açores apresentariam também «diferenças semelhantes entre as [suas] diversas ilhas» (*id.*: 23) e no interior de cada uma delas. Seria portanto impossível falar da cultura açoriana como um todo. Daí que no seu ensaio - como de resto sugere o subtítulo «Observações sobre o Povo Micaelense» - Furtado opte pela exclusiva caracterização da população de São Miguel, procedendo, aqui e além, a contrastes com outras ilhas que visam tornar claras as diferenças entre a população micaelense e os restantes «povos» açorianos.

A sua caracterização da cultura micaelense não é, pelo seu lado, particularmente entusiástica. Argumentando com o isolamento geográfico dos Açores - de uma forma que possui inequívocas referências darwinistas importadas da sua formação de naturalista -, Arruda Furtado defende que o facto dos açorianos em geral e dos micaelenses em particular terem «sido separados do continente na chamada época gloriosa da história portuguesa, numa época em que (...) uma corrente de novas e grandes ideias circulava em todo o país» (*id.*: 24), o facto de terem sido «sequestrados inteiramente a essa corrente de pensamentos novos e abandonados para aqui (*sic*)» (*id.*, *ibid.*), teria tido consequências negativas sobre a cultura dos povos açorianos. Seria justamente o que se passaria no caso de São Miguel, ilha em relação à qual a análise de Arruda Furtado parte do «pressentimento» que, devido ao isolamento «e pela falta de cruzamentos generosos, (...) os camponeses devem estar muito mais atrasados na sua constituição mental com respeito ao resto do povo português (...) e devem possuir (...) sentimentos muito primitivos» (*id.*: 25). Confirmando esse seu «pressentimento» inicial, o ensaio de Arruda Furtado traça de seguida uma panorâmica do camponês micaelense pontuada de referências críticas muito severas ao seu «estado psicológico actual» (*id.*, *ibid.*) que conclui de forma particularmente desanimadora:

estamos em face de um povo sem instrução, com os sentimentos mais grosseiros, servindo nos seus quatro séculos de existência a uma completa exploração. Encontrando facilmente na cultura rotineira do solo os recursos de que carecem e uma emigração

fácil no caso contrário, nada os obriga a desenvolver a sua inteligência curta, e são, para o encobrir, excessivamente manhosos, condição que acusam imediatamente no falar ronco, mastigado, e respondendo sempre vagamente ao que se lhes pergunta. Sem dúvida, como por toda a parte, encontra-se inteligências notáveis nos nosso cavadores, mas é extremamente raro e o camponês micaelense é essencialmente cabeçudo» (*id.*: 43)

Isto é: segundo Arruda Furtado não só não se pode falar de unidade etnológica dos Açores, como o estudo concreto do povo micaelense sugere que a psicologia étnica dos povos açorianos seria não uma fonte de orgulho regional mas um motivo de profunda consternação.

Só que a opinião de Arruda Furtado a este respeito parece não coincidir com a opinião dominante entre muitos outros intelectuais açorianos oitocentistas. Alguns deles, desde os anos 1820, tinham vindo a desenvolver esforços orientados num sentido contrário aos empreendidos por Arruda Furtado, sugerindo, por um lado, a unidade etnocultural dos Açores, e, por outro, procedendo a uma abordagem mais optimista das especificidades etnoculturais dos Açores. Esses esforços começam por tomar corpo, na sequência da Revolução Liberal, nas obras de João Soares d'Albergaria e Sousa (1796-1875) e de José de Torres (1827-1874), onde é já visível a preocupação de sublinhar a singularidade açoriana tanto ao nível da etnogenealogia, como no tocante à psicologia étnica<sup>1</sup>. Mas será sobretudo no quadro do chamado primeiro movimento autonomista - como o têm mostrado um conjunto de investigações recentes<sup>2</sup> - que esses esforços se tornam mais relevantes.

#### OS MOVIMENTOS AUTONOMISTAS MICAELENSES E A IDENTIDADE AÇORIANA

Desenvolvendo-se a partir dos anos 1890, o primeiro movimento autonomista é usualmente considerado como um dos factos políticos maiores da história açoriana do final de oitocentos. Ligado a figuras como Aristides da Mota e Montalverne Sequeira - que foram os seus principais ideólogos -, o movimento desenvolve-se sobretudo em São Miguel e tem sido visto como a expressão do descontentamento de certos sectores da burguesia micaelense perante uma conjuntura de crise ligada ao fim de um ciclo económico de prosperidade centrado na laranja e na baleia. A procura de soluções alternativas - baseadas na criação de novas indústrias locais como o álcool e o tabaco - e a reivindicação da diminuição da carga fiscal encontraram entretanto resistência do poder central. Será essa resistência que irá justamente despoletar o desenvolvimento do movimento, que - tendo como palavra de ordem a «livre administração dos Açores pelos açorianos» - fará da autonomia político-administrativa em relação ao poder central a sua reivindicação principal.

<sup>1</sup> Cf. a este respeito Leite 1983 e 1990, João 1991: 228-233 e Enes 1996: 34-35.

<sup>2</sup> Cf., em particular João 1991 e 1991-92, Cordeiro 1994, Leite 1994, Enes 1996.

Embora o movimento tenha uma expressão fundamentalmente política, os seus ideólogos desenvolverão em torno da reivindicação da autonomia uma incipiente reflexão de natureza mais ampla, em que o tema da identidade própria dos Açores é recorrentemente abordado. Essa especificidade começa por ser justificada do ponto de vista da geografia e da economia. Seriam antes do mais a distância e descontinuidade geográficas dos Açores em relação ao continente, combinadas com a existência de problemas económicos próprios no arquipélago, a aconselharem soluções político-administrativas mais descentralizadas. Mas - como sublinhou Carlos Enes (1996: 37) - simultaneamente a estas razões mais «práticas», a autonomia açoriana é já então argumentada de um ponto de vista etnocultural, com os temas da etnogenealogia e da psicologia étnica a ocuparem um lugar de alguma importância.

De facto, em alguns dos textos de Aristides da Mota, a especificidade em nome da qual se reclama a autonomia dos Açores é uma especificidade argumentada a esses dois níveis. Do ponto de vista etnogenealógico, a diferença dos Açores assentaria no facto, por um lado, da sua população «provir originariamente (...) de diversas nacionalidades» (Mota 1987: 15). Já avançado por Soares d'Albergaria - e parcialmente retomado, para o caso de São Miguel, por Arruda Furtado -, este argumento contém uma alusão à suposta contribuição de populações flamengas e bretãs para o povoamento inicial do arquipélago. Por outro lado, este cosmopolitismo inicial da população açoriana projectar-se-ia para a actualidade, uma vez que a população açoriana do século XIX seria ainda fortemente marcada pela importância «das relações com povos de outras raças, especialmente devidas à emigração» (*id.*, *ibid.*). Seria esta etnogenealogia específica - conjugada com outros factores, designadamente de ordem geográfica - que tornaria à partida os açorianos diferentes dos restantes portugueses. Essa diferença teria uma das suas melhores expressões no plano da psicologia étnica. De facto, de acordo com Aristides da Mota, poder-se-ia falar, a propósito dos Açores, não apenas de uma comunidade de «interesses, tradições, costumes, aspirações próprias e peculiares, tão diferentes da metrópole quando dela [os Açores] distam» (1994: 160, *itálicos meus*), como, de forma mais decisiva, de uma homogeneidade «de hábitos de vida material e mental, um modo de ser da consciência individual e colectiva sensivelmente diferentes dos da população portuguesa continental» (*id.*, *ibid.*).

Embora insipiente, o discurso etnocultural desenvolvido no quadro do primeiro movimento autonomista possuía características algo radicais. O que se sublinhava eram as diferenças dos Açores em relação a Portugal. O seu regionalismo pode nessa medida ser visto - em relação ao todo nacional - como um regionalismo mais exclusivo do que inclusivo. Essa sua característica é

· A intervenção flamenga no povoamento dos Açores - designadamente nas ilhas do grupo central - está hoje razoavelmente bem demonstrada. Quanto à suposta intervenção bretã na colonização de São Miguel - defendida em particular por Arruda Furtado (1884) - está apoiada em bases extremamente frágeis e tem sido recusada pela historiografia açoriana mais sólida.

aliás sublinhada pelo modo como, no plano político, alguns autonomistas aventavam a hipótese de separação dos Açores de Portugal sob tutela norte-americana.

Essa radicalidade de posições reencontra-se, de forma ainda mais acen-tuada, no segundo movimento autonomista, que se desenvolve, mais uma vez a partir de S. Miguel, nos anos do pós-guerra e que terá os seus pontos altos em 1921 e 1925. Facilitado pelo clima de crise política existente a nível cen-tral e ligado à permanência de problemas estruturais na economia das ilhas - em particular na ilha de São Miguel - esse movimento deve ser também visto como o resultado da euforia desenvolvimentista que se tinha instalado em São Miguel na sequência da presença americana durante a I Guerra Mundial. Tendo tido reflexos positivos para a ilha, essa presença será utili-zada para demonstrar a existência de caminhos alternativos para a política e para a economia açorianas fora do quadro de dependência político-adminis-trativa em relação a Lisboa. A reivindicação da autonomia é de novo relan-çada, e, simultaneamente a ela, ganham agora maior vigor as formulações que sugerem o separatismo sob tutela dos EUA<sup>1</sup>.

#### LUÍS RIBEIRO E «OS AÇORES DE PORTUGAL»

Esta tendência não deixou de suscitar resistências em círculos intelectuais doutras ilhas, designadamente na Terceira, cuja relação não apenas com o segundo mas também com o primeiro movimento autonomista tinha sido sem-pre de alguma distância. De facto, embora falando sempre em nome dos Açores e procurando alargar o movimento para a Terceira e para o Faial, os autonomistas micalenses tinham enfrentado reservas ou indiferença nos cír-culos políticos e intelectuais dominantes nessas duas ilhas.

E nesse quadro de distâncias e reservas em relação às teses micalenses que a reflexão sobre a identidade dos Açores conhecerá um conjunto de novos desenvolvimentos, que terão como protagonista principal o terceirense Luís Ribeiro. Fundador e primeiro director do Instituto Histórico da Ilha Terceira, e, posteriormente, do Museu de Angra do Heroísmo, Luís Ribeiro é usual-mente considerado como o etnólogo por excelência dos Açores, sendo autor de uma volumosa obra etnográfica dispersa por inúmeras recolhas, ensaios e artigos. Além desse seu interesse pela etnografia, Luís Ribeiro - uma das figu-ras cimeiras da cultura açoriana do século XX - cultivou também a história e teve igualmente uma intervenção activa em matéria política, expressa não ape-

<sup>1</sup> Entre outros autores, cf. João 1991 e 1991-92 e Enes 1996 para uma análise mais deta-lhada do segundo movimento autonomista.

<sup>2</sup> As razões para essas resistências, de acordo com Isabel João, teriam sobretudo a ver com o «*bairrismo* ilhéu», assente, por um lado, «nas condições inerentes à insularidade e, por outro, na falta de articulação do espaço económico» e administrativo açoriano (João 1991: 241).

nas nos diversos cargos públicos que ocupou mas também em inúmeros artigos de opinião que escreveu para jornais terceirenses<sup>1</sup>.

Tendo uma posição de reserva e distância em relação aos autonomistas micaelenses, Silva Ribeiro irá consagrar à questão autonómica um certo número de textos (cf., em particular, Ribeiro 1996). Entre esses textos, um deles - escrito em 1919 - é particularmente importante: «Os Açores de Portugal» (Ribeiro 1983b). Produzido inicialmente sob a forma de uma conferência proferida na Associação de Classe dos Empregados de Comércio de Angra do Heroísmo, «Os Açores de Portugal» foi depois julgado suficientemente importante pelo seu autor para ser objecto de uma edição própria. A justificação dada pelo próprio Luís Ribeiro para o facto é bastante elucidativa. Depois de afirmar que não tem por hábito a publicação de conferências, Luís Ribeiro explica as razões que o levaram a abrir esta excepção:

porque pensando sobre a independência açoriana por modo diverso de muitos dos meus patrícios e estando convencido de que o meu modo de pensar é verdadeiro, julgo um dever não o ocultar ou não limitar o seu conhecimento ao número restrito dos (...) ouvintes [da conferência]; e porque não quero que passe sem o protesto de um açoriano português o que se diz acerca da nossa independência e do papel que alguns nela pretendem confiar aos Estados Unidos da América (Ribeiro 1983b: 1).

De facto, como o próprio título - «Os Açores *de Portugal*» (itálicos meus) - se encarrega desde logo de sugerir, o grande objectivo do ensaio é o de contrapor a uma forma de olhar os Açores - como era aquela produzida pelos intelectuais micaelenses do primeiro e segundo movimento autonomista - de alguma forma marcada pela tentação separatista, uma reflexão sobre os Açores capaz de reinscrever a sua especificidade num quadro - chamemos-lhe assim - mais português. Nessa viragem, dois factores principais parecem ter pesado. Por um lado - como já foi referido - a hostilidade da intelectualidade terceirense às formulações mais radicais dos autonomistas micaelenses. Por outro - e este será talvez o factor mais decisivo - o clima intelectual de nacionalismo cultural característico da I República e o modo como ele possibilitava uma gestão mais integrada da pulsão regionalista no interior de um quadro ideológico de inspiração nacionalista<sup>2</sup>.

Procurando recuperar a dimensão portuguesa da especificidade açoriana, Luís Ribeiro irá conferir aos temas da etnogenealogia e da psicologia étnica

<sup>1</sup> A obra de Luís Ribeiro tem vindo a ser reeditada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira (Ribeiro 1982a, 1983a, 1983f e 1996). Infelizmente não dispomos ainda de um estudo de conjunto desta obra, em particular da sua vertente etnográfica. Para abordagens mais parcelares de Luís Ribeiro, vejam-se os estudos reunidos no volume *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro* (VVAA 1982) e a introdução de Carlos Enes ao IV volume das *Obras* de Luís Ribeiro (Enes 1996). Para uma análise do envolvimento de Luís Ribeiro no processo de criação do Museu de Angra de Heroísmo veja-se Ormonde 1996.

<sup>2</sup> Para uma análise dos reflexos da conjuntura político-cultural portuguesa dos anos 1910 e 1920 nos Açores, cf. Cordeiro 1995 e Enes 1996.

- tratados de forma ainda algo incipiente pelos ideólogos autonomistas micaelenses - um lugar central. O tratamento concreto que ele lhes dá, irá entretanto introduzir - em função desse «reaportuguesamento» da análise - um conjunto de significativas inflexões relativamente ao modo como eles tinham sido inicialmente trabalhados pelos autonomistas micaelenses.

Assim, no plano da argumentação etnogenealógica, a especificidade dos Açores é agora vista não como o resultado da mistura do elemento português com elementos de outras proveniências, mas como o resultado da fixação no solo açoriano de um tipo português específico: o português de Quatrocentos, isto é, o português da grande epopeia dos Descobrimentos, o português no auge das suas faculdades criativas como povo. De facto, segundo Luís Ribeiro, embora a colonização dos Açores se tenha feito com a contribuição de «elementos étnicos diferentes, entre os quais o flamengo» (*id.*: 3), o facto não invalida que não haja nos Açores

um notável predomínio do elemento português que foi o que entrou em maior número (...). Entre todos os colonos o maior número era de portugueses, sendo relativamente pequena a influência estrangeira sobre o subsequente desenvolvimento da colónia, como o demonstram os costumes genuinamente portugueses, a língua e a persistência de certas tradições eminentemente nacionais (*id.*: 3 e 4).

Sublinhando a importância da influência portuguesa na etnogeneologia dos Açores, Luís Ribeiro não faz porém dos açorianos portugueses como os outros. De facto, embora portuguesa, a população açoriana retiraria a sua especificidade do facto de descender dos

portugueses do século **XV**, (...) daqueles valorosos soldados que um século antes, cheios de patriotismo, haviam firmado com sangue a nossa independência, cobrindo-se de glória em Aljubarrota; portugueses da época mais notável da nossa vida nacional; portugueses fortes e leais, *ainda não depauperados pelas conquistas nem corrompidos pelo ouro do Oriente; portadores de todas as virtudes da nossa raça, de todas as grandes qualidades que tornaram gloriosa a nossa história*. Fortes de corpo e alma, leais em extremo, amantes da honra e desprezadores da vida, cheios de fé em Deus, tendo por ideal a constituição de uma pátria maior, enriquecida e gloriosa, tais foram os nosso avós, os primeiros colonos do arquipélago» (*id.*: 4; os itálicos são meus).

Isolados no meio do Atlântico, esses descendentes dos portugueses dos Descobrimentos ter-se-iam posto ao abrigo das influências históricas que, em Portugal continental, teriam contribuído para uma descaracterização do legado quatrocentista. E manteriam também, em virtude mais uma vez do isolamento, uma particular capacidade de resistência ao que, vindo de fora, comprometeria a nacionalidade:

se atentarmos em como o português é fácil de assimilar os usos, os costumes, as modas, tudo o que vem do estrangeiro, melhor compreenderemos *o que há a mais de nacional no habitante das ilhas em relação ao do continente*, que recebe a todo o momento influência estranha (*id.*: 6; os itálicos são meus).

Pela sua ênfase darwinista no isolamento ilhéu como factor de conservação, o argumento de Luís Ribeiro possui inequívocas semelhanças com o desenvolvido trinta e cinco anos antes por Arruda Furtado. Só que opera simultaneamente uma completa inversão da interpretação das consequências desse isolamento. Este, para Arruda Furtado teria colocado os açorianos à margem das novas ideias e ter-se-ia revelado um factor de estagnação e retrocesso da cultura açoriana. Para Luís Ribeiro, o isolamento é encarado, pelo contrário, como um factor de imunização da cultura açoriana contra a decadência da cultura portuguesa posterior aos Descobrimentos, de manutenção das qualidades positivas entretanto perdidas na Metrópole e de resistência actual contra as influências desnacionalizadoras.

Nesses termos, sendo aparentemente um «tipo (...) diferente do continental, o ilhéu é no íntimo *mais e melhor português* do que ele» (*id.*, *ibid.*, itálicos meus). Isto é: vistos primeiro - em Arruda Furtado - como portugueses «atrasados» -, e depois - com os ideólogos autonomistas -, como «portugueses etnogeneologicamente problemáticos», os açorianos passam agora a ser vistos como «mais e melhores portugueses». A especificidade da sua etnogeneologia - em particular - deixa de ser procurada num mecanismo de distanciamento em relação a Portugal, mas passa a assentar, ao contrário, num processo em que se reclama uma «portugalidade» acrescida para os açorianos.

Começando por ter uma dimensão etnogeneológica destacada, a ideia do açoriano como representativo do português de Quatrocentos, possui também importantes consequências em termos de psicologia étnica. Descendente do português de Quatrocentos, o açoriano possuiria igualmente as qualidades deste, como o provaria abundantemente a história do arquipélago, povoada de personalidades caracterizadas pelo «amor da pátria, a lealdade, a bravura, a honradez dos velhos capitães dos séculos XIV a XVI» (*id.*: 7). Essas qualidades - de acordo com Luís Ribeiro - não se limitariam apenas ao «escol da gente» açoriana mas estender-se-iam ao «povo todo» (*id.*, *ibid.*).

Como ficou sugerido atrás, a chave explicativa para a persistência desse tipo étnico seria o isolamento do meio ilhéu, seria a insularidade: «numa ilha isolada pelo mar do resto do mundo (...) persistem os caracteres dos seus habitantes» (*id.*: 4). Só que esta, ao mesmo tempo que teria conservado um conjunto de elementos arcaicos, teria também introduzido nesse tipo características próprias suplementares, ligadas às peculiaridades geográficas do meio insular. Assim, a psicologia étnica açoriana seria por exemplo mais branda e sonhadora, «em razão da proximidade do mar e da suavidade do clima temperado e húmido» (*id.*, *ibid.*). As canções açorianas, ao mesmo tempo que conservariam as formas da canção portuguesa tradicional, teriam ganho «um movimento mais lento, com um excessivo predomínio da nota sensível que lhes imprime demasiada sensualidade» (*id.*: 6). No carácter açoriano haveria sobretudo - vale a pena retê-lo - um saudosismo ainda mais acerado: «*o delicioso pungir do acerbo espinho e a suydade que faz chorar e suspirar*, ninguém a sentiu tão intensamente, ninguém a exprimiu melhor que o poeta povo dos Açores» (*id.*, *ibid.*).

Isto é: embora se mantenha o acento numa etnogenealogia e numa psicologia étnica próprias, estas são agora vistas num quadro distinto do proposto pelos ideólogos autonomistas. Em contraposição à orientação exclusivista das suas teses, há como que um alinhamento do discurso «açorianista» com o discurso da «portugalidade». E a esse respeito significativo o peso concedido por Silva Ribeiro ao «quatrocentismo» na etnogenealogia dos Açores ou ao saudosismo na caracterização da psicologia étnica açoriana. Em ambos os casos estamos perante a apropriação regionalista de temas essenciais à definição da «portugalidade» nesse período. De facto, na emblematização do português dos Descobrimentos ecoa o peso que esse motivo possuía - desde pelo menos finais no século XIX - no imaginário nacionalista, em particular em associação com temas como a decadência e a regeneração nacionais. Quanto à saudade - como vimos no capítulo 3 -, desde 1912 que Teixeira de Pascoaes a tinha proposto não apenas como a essência psicológica do «ser português» mas também como o nó estruturador do seu programa de regeneração da pátria.

Fazendo desses dois motivos emblemas para a definição da especificidade dos Açores, Silva Ribeiro está a recorrer a dois temas fortes do imaginário nacionalista para afirmar os Açores como uma espécie de «quintessência» de Portugal. Esse dispositivo - como mostrou Anne-Marie Thiesse (1997) para o caso francês - é relativamente recorrente no discurso regionalista. De facto, da mesma maneira que nacionalismo se baseia frequentemente - como vimos anteriormente - na descontextualização nacionalizadora de temas locais ou regionais, o discurso regionalista, pelo seu lado, procede não menos assiduamente a uma recontextualização particularizadora desses mesmos temas. Mas enquanto que na generalidade dos casos, essa recontextualização se articula com uma noção da região como uma espécie de miniatura da nação, aqui o seu efeito é mais complexo. De facto, a «portugalidade acrescida» dos Açores é um argumento que fala tanto do carácter português dos Açores, como da identidade própria dos Açores por referência ao todo nacional. Por outro lado, essa seria apenas um parte da história, uma vez que a essa «portugalidade acrescida» - encarada como factor de diferenciação - se somariam depois factores de individualização determinados pela circunstância insular. Isto é, embora se torne mais inclusivo do que o dos ideólogos autonomistas, o regionalismo de Silva Ribeiro, é de qualquer modo, um regionalismo diferenciador. Os desenvolvimentos posteriores do discurso açorianista confirmarão - em particular no respeitante ao domínio da psicologia étnica - essa sua dimensão.

#### A «INVENÇÃO» DA AÇORIANIDADE: RETORNO A NEMÉSIO

Formuladas em 1919, estas ideias de Silva Ribeiro virão a revelar-se decisivas nos debates posteriores sobre a identidade açoriana. Este conhecerá a partir de então um forte impulso, inseparável das tendências regionalistas que - como vimos anteriormente - marcam a vida cultural portuguesa desse período.

Esse impulso tem justamente como protagonista principal «Monsieur Queimado» ele próprio - ou seja, Vitorino Nemésio - e passa por dois ensaios fundamentais, escritos respectivamente em 1929 - «O Açoriano e os Açores» (Nemésio 1986b) - e em 1932 - «Açorianidade» (Nemésio 1986c).

No ensaio de 1929, embora haja uma certa abertura aos contributos de «outras nações» na formação etnogenética dos Açores, reencontramos de novo uma etnogenealogia que faz dos açorianos - vistos como «um exemplar aproximado do português da segunda metade de Quatrocentos» (Nemésio 1986b: 319) - «mais e melhores portugueses» e dos Açores - de acordo com a formulação proposta pelo hispanista Mareei Battaillon - «une espèce de Portugal à la deuxième puissance» (*id.*: 327). «Os Açores - escreve Nemésio - são (...) um Portugal requintado porque receberam dele a forma e o pensamento quando Portugal (...) era uma força em marcha» (*id.*, *ibid.*).

Quanto à psicologia étnica, ao mesmo tempo que prolongaria esta definição do açoriano, é abordada de forma mais contraditória. Nemésio começa, é certo, por evocar um tipo geral de açoriano caracterizado «pelo aferro ao trabalho e por uma docilidade de maneiras que esconde dureza de acção» (*id.*: 322). Mas se o faz, é para, de imediato, insistir na diversidade psicológica desse «homo açorensis» por intermédio de uma tipologia que distingue três categorias distintas de açoriano - o micalense, o homem das ilhas de baixo<sup>1</sup> e o picaroto (designação por que são conhecidos os habitantes da ilha do Pico).

Dada desta forma contraditória no texto de 1929, a ideia de uma unidade psicológica do açoriano reencontra-se entretanto no texto de 1932. Definindo aí de novo os Açores como «um corpo autónomo de terras portuguesas, um autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista» (Nemésio 1986c: 401), Nemésio está agora sobretudo interessado numa caracterização de conjunto das particularidades da psicologia insular ancorada nas especificidades da geografia açoriana. «A geografia vale outro tanto que a história» (*id.*: 401 e 402) e seria portanto a partir de factores geográficos como o isolamento - «a embriaguez do isolamento», como escreve Nemésio (*id.*: 401) - a proximidade do mar, a penetração da alma pelo clima e pela terra vulcânica que se poderia perceber a especificidade da psicologia colectiva açoriana.

Dando particular visibilidade ao factor geográfico na argumentação da especificidade da psicologia étnica açoriana, o texto de 1932 - um ensaio curtíssimo, escrito num tom impressionista e literário - ao mesmo tempo que corrige a aproximação mais pluralista de 1929, retira sobretudo a sua importância do modo como dá simultaneamente um nome a essa unidade psicológica exclusivamente açoriana: «açorianidade». Na sequência de várias tentativas empreendidas no decurso dos anos 1920, construídas principalmente em torno

<sup>1</sup> «Ilhas de baixo» é a designação dada nos Açores às ilhas do grupo central - Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial e Pico - e do grupo oriental - Flores e Corvo. Embora use esta terminologia abrangente, ao falar das ilhas de baixo, Nemésio tem sobretudo em vista a Terceira - sua ilha natal - sendo praticamente inexistentes as referências concretas a outras ilhas.

de algumas variações da expressão «açorianismo» (cf. Cordeiro 1995), estava finalmente encontrado um nome para a especificidade dos Açores.

Conjugando «O Açoriano e os Açores» e «Açorianidade», vemos então fixar-se em Vitorino Nemésio um modelo de reflexão sobre a identidade dos Açores que pensa esta por referência a dois registos principais: a etnogenealogia - o açoriano como um português de Quatrocentos - e a psicologia étnica - ainda o português de Quatrocentos, mas, simultaneamente e sobretudo, a valorização dos factores de especificidade introduzidos pelo «viveiro insular» enquanto realidade geográfica na configuração da cultura açoriana como um estado de espírito próprio.

#### DE NOVO LUÍS RIBEIRO: A «GEOGRAFIA» DA ALMA AÇORIANA

Insuficientemente desenvolvidos - mais impressionisticamente sugeridos do que propriamente demonstrados de forma exaustiva - no texto de 1932, estes factores de especificidade serão depois mais detalhadamente trabalhados, em particular do ponto de vista etnográfico, por Luís Ribeiro nos seus «Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade» (1983c [1936]).

O ensaio começa por incluir algumas referências iniciais ao tema da etnogenealogia dos Açores, marcadas mais uma vez pela preocupação de reiterar a origem basicamente portuguesa da população do arquipélago. Embora faça referência a elementos étnicos estrangeiros - nomeadamente o flamengo - na colonização dos Açores, Luís Ribeiro enfatiza de novo que «o grosso da população é e sempre foi, contudo, portuguesa» (1983c: 520). Mas o grande objectivo dos «Subsídios...» é o de, no seguimento do ensaio de Nemésio consagrado à açorianidade, proceder à sistematização das particularidades da psicologia étnica açoriana. Na prossecução desse objectivo, Luís Ribeiro retoma e amplia o ponto de partida geográfico de Nemésio. Como é dito logo no início do ensaio, o autor procurou fixar aquilo que se lhe afigurou

mais característico no meio açoriano - o vulcanismo, a presença constante do mar, a insularidade ou o isolamento do resto do mundo, a humidade do ar, a nebulosidade do céu, a temperatura oscilante entre estreitos limites, a pressão atmosférica, os vendavais e tempestades, a diferença entre as ilhas e continente pelo que respeita às condições geográficas e da paisagem (*id.*: 515),

para, a partir daí,

verificar quais as qualidades morais comuns a todos os ilhéus (...) e ver até que ponto estas qualidades morais e a sua feição própria eram consequência das condições mesológicas, ou, pelo menos quais as possíveis relações entre umas e outras (*id.*: 515-516).

Nesta procura de correspondências entre «condições mesológicas» e «qualidades morais», o lugar de destaque vai, antes do mais, para o vulcanismo. Partindo do princípio segundo o qual o vulcanismo «provoca no homem e até nos animais uma impressão de incerteza e dúvida, um sobressalto constante, que deixa fundos sulcos no seu moral» (*id.*: 524), Luís Ribeiro considera-o responsável por aquilo que ele classifica de «extrema religiosidade do povo das ilhas» (*id.*, *ibid.*). Essa religiosidade, embora mais marcada em São Miguel - como o mostrariam as Romarias Quaresmais e o culto do Senhor Santo Cristo - reencontrar-se-ia em todas as ilhas e ganharia também - mais uma vez devido ao vulcanismo - uma feição característica, particularmente bem expressa no culto do Espírito Santo:

em todas as ilhas há no fundo das almas o receio pelo *castigo divino*, parecendo que a noção de Deus vingador e terrível se sobrepõe à de Deus misericordioso, Deus caridade e amor. Traduz este conceito o facto de o povo dizer o Espírito Santo muito vingativo e ainda o do escrúpulo com que cumpre todos os votos e promessas (*id.*: 526).

A par do vulcanismo, outra circunstância geográfica que contribuiria para a especificidade da psicologia étnica açoriana, seria a humidade. Esta, combinada com variações pouco significativas de temperatura, seria responsável pela indolência característica do temperamento açoriano. Retomando a ideia do «azorean torpor», formulada no século XIX pelos irmãos Bullar (Bullar & Bullar 1986 [1841]), Luís Ribeiro enfatiza o modo como no «ambiente morno [dos Açores], todas as energias se quebram» gerando essa «indolência peculiar dos açorianos» (*id.*: 531) com múltiplas expressões na cultura popular do arquipélago: desde o tom arrastado e lento da música popular já referenciado em «Os Açores de Portugal», até «aos movimentos rudes, desgraciosos e esforçados» (*id.*: 530-531) da grande maioria das danças populares, passando pelas «falas mansas a arrastadas» (*id.*: 531) do modo de conversação diário ou pelo entusiasmo contido com que os açorianos participam em festas ou divertimentos - com «mais excitação do que alegria» (*id.*, *ibid.*).

Para além da indolência física, a humidade, associada à nebulosidade, seria também responsável pelo «tom sombrio» da alma açoriana, «que é, quanto ao espírito, coisa semelhante à indolência física» (*id.*: 532.). Esse estado de espírito seria tanto mais importante, quanto para o seu reforço contribuiriam outros factores «mesológicos» como a proximidade do mar. Esta, ao mesmo tempo que seria responsável pela emigração como uma das principais constantes da história e da cultura açorianas, ajudaria de facto a acentuar - em conjugação com a «tristeza da paisagem» (*id.*, *ibid.*) - essa tonalidade triste do carácter açoriano. Retomando um argumento que já havia empregue em 1919, Luís Ribeiro considera que seria justamente esse «tom sombrio» da alma açoriana o responsável pelo exacerbamento - por referência à população de Portugal continental - da saudade e do saudosismo na psicologia étnica açoriana: «produto da alma portuguesa, mercê de circunstâncias do meio geográfico, [a saudade] não só vicejou nos Açores, como neles se ampliou» (*id.*: 535).

Reflectindo-se em particular no cancioneiro popular açoriano, esse saudosismo exacerbado e ampliado teria sido também influenciado por razões de natureza histórica, entre as quais - para além da emigração - avultariam as ligadas aos tempos iniciais do povoamento:

arrancados às terras onde tinham nascido e onde viviam, os primeiros povoadores do arquipélago levaram nas ilhas uma vida dura e difícil, bem de molde a recordar-lhes saudades delas (...). A lembrança da casinha tranquila e confortável na província natal devia estar sempre presente no espírito dessa gente rude e aventureira. Daí a saudade do tempo passado (...) (*id.*: 533).

Exacerbando o saudosismo próprio da psicologia étnica portuguesa, o tom sombrio da alma açoriana seria também a chave explicativa para a maior importância - por referência mais uma vez a Portugal continental - que o «espírito satírico» (*id.*: 545) assumiria no cancioneiro açoriano, em particular em canções como «As Velhas», «O Bravo», o «Samacaio» ou o «Pezinho» de S. Miguel:

não é a alegria que produz a sátira: é a melancolia e a tristeza. (...) A sátira nasce do espírito triste e misantropo, que disfarça a tristeza interior rindo-se dos outros e se compraz em contemplar os defeitos e desgraças alheias, na esperança de encontrar nessa contemplação um lenitivo para as próprias. O açoriano, impregnado da tristeza da paisagem, preocupado subconscientemente como os sismos e os vendavais sempre eminentes, abatido pelo *azorean torpor*, desforra-se rindo dos outros, das suas fraquezas, dos seus ridículos que maldosamente amplifica (*id.*, *ibid.*)

Finalmente, o isolamento - pesando «extraordinariamente sobre as almas» (*id.*: 537) - seria outra das circunstâncias «mesológicas» determinantes na configuração específica do temperamento açoriano. Responsável pela conservação de inúmeros traços culturais arcaizantes, por um forte «apego à terra» (*id.*: 542) e pela limitação do conceito de pátria à ilha de naturalidade, ele teria sobretudo imprimido um carácter particularmente «servil e humilde» à «gente do povo» (*id.*, *ibid.*), incapaz de contrariar «os desmandos e violências das classes ricas» facilitados pelo «enfraquecimento do poder central» (*id.*: 539). Auxiliado por factores como «a humidade do clima temperado, (...) a indolência peculiar do açoriano e certa tristeza que a paisagem causa» (*id.*: 542), esta atitude «servil» combinar-se-ia entretanto, por um lado, com a «astúcia», a «dissimulação» e a «manha» «como forma de ladear as dificuldades» (*id.*, *ibid.*). E encontrar-se-ia, por outro lado, em declínio, particularmente em certas ilhas, em que - em virtude da extinção dos morgadios e de uma maior democratização do acesso à propriedade - «têm mudado as condições económicas de vida da gente das freguesias rurais» (*id.*, *ibid.*).

<sup>1</sup> Vale a pena sublinhar esta dupla especificação feita por Luís Ribeiro à «servilidade» do carácter açoriano. A preocupação do autor parece ser a de retirar eficácia descritiva a um traço de personalidade susceptível de introduzir elementos excessivamente negativos no retrato do açoriano.

Desenvolvendo e ampliando algumas sugestões já presentes em «Os Açores de Portugal» à luz da açorianidade de Vitorino Nemésio, Luís Ribeiro procede pois nos «Subsídios...» a uma sistematização aprofundada daqueles que considera serem os elementos estruturantes da psicologia étnica açoriana. Dado o peso que nela ocupam um conjunto de correspondências entre «condições mesológicas» e «qualidades morais», essa sistematização pode ser apresentada como uma verdadeira «geografia da alma açoriana», por intermédio da qual são retomados, reconfigurados e expandidos um conjunto de temas até aí dispersos na reflexão sobre a unidade e a diferença dos Açores ao nível da psicologia étnica. Definidos anteriormente em termos etnogenealógicos como «mais e melhores portugueses», os açorianos são agora vistos, neste plano analítico mais comprometido com o enunciado de um «espírito colectivo» próprio, como «portugueses diferentes».

Simultaneamente, os «Subsídios...» retiram a sua importância do modo como procedem a um trabalho de objectificação da cultura popular açoriana encarada a partir dessas diferenças «morais». Isto é, não se trata apenas de estabelecer a influência que a geografia tem na formação do carácter étnico açoriano e de o sistematizar a esta luz, trata-se também de proceder ao levantamento, na cultura popular açoriana, dos objectos etnográficos susceptíveis de ilustrar essa especificidade etnocultural.

Essa tendência encontra-se obviamente nalguns dos outros textos que passámos em revista. Mas é aqui que ela ganha maior consistência. Várias expressões da cultura popular açoriana até aí tratadas de forma mais dispersa são agora formalmente apropriadas como signos da «açorianidade». Rituais religiosos - como as Festas do Espírito Santo, as Romarias Quaresmais de São Miguel ou a Festa do Santo Cristo -, o cancionero, a música popular ou as danças tradicionais, deixam de ser encarados como expressões contingentes e dispersas do viver popular nas ilhas para passarem a ser vistas como objectos emblemáticos do «ser açoriano», objectos que só os Açores possuem, objectos que os Açores possuem e outros não, objectos sobre os quais repousa a possibilidade mesmo de demonstração da identidade açoriana<sup>1</sup>.

## CONCLUSÃO

Justamente porque procedem a este duplo trabalho de caracterização sistematizada da psicologia étnica açoriana e de objectificação «possessiva»

<sup>1</sup> É neste linha de objectificação da cultura popular açoriana que podem ser lidos alguns textos da produção etnográfica de Luís Ribeiro posterior aos «Subsídios...». Cf., em particular, a importância de ensaios como «O Mar no Cancioneiro Popular dos Açores» (1982b [1940]), «A Saudade na Poesia Popular Açoriana» (1982c [1953]) ou «A propósito de uma Canção Popular Terceirense - *As Velhas*» (1983d [1946]), no tratamento mais detalhado de certos aspectos ou géneros precisos do cancionero e da poesia populares açorianas à luz das ideias inicialmente formuladas nos «Subsídios...».

(Handler 1988) da «açorianidade», os «Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade» constituem um marco decisivo no processo de construção da açorianidade. Não é que depois deles, mais mitos de Monsieur Queimado - incluindo «Le Mythe de Monsieur Queimado» propriamente dito - não continuem a ser produzidos. O próprio Luís Ribeiro - cuja abordagem da questão etnogenética nos «Subsídios...» era relativamente sumária - voltará a ela com mais detalhe em 1941 - com «A Formação Histórica dos Açores» (Ribeiro 1983e) - e em 1964 - com «A Pretendida Influência Nórdica do Povo Micaelense» (Ribeiro 1983f).

Mas, no essencial, em 1936, com os «Subsídios de um Ensaio sobre a Açorianidade», chega ao seu termo a fase mais significativa desse processo de procura de um rosto identitário para os Açores que poderíamos designar por invenção da açorianidade. A partir daí, existe antes do mais um nome para esse rosto: a «açorianidade». Existe também um certo número de consensos sobre o que se esconde por detrás desse rosto: uma narrativa de origem étnica, um elenco de traços psicológicos próprios justificados em larga medida por um geografia ela própria singular, uma cultura popular marcada por «formações» específicas, etc... E existe finalmente a possibilidade de prosseguir um programa de investigação que possa aplicar algumas destas ideias aos mais variados domínios da vida açoriana, dando continuidade ao trabalho de objectificação da cultura popular açoriana iniciado de forma mais sistemática por Luís Ribeiro.

<sup>1</sup> Em ambos os casos trata-se de, partindo das ideias inicialmente afirmadas em «Os Açores de Portugal», reiterar a etnogenealogia essencialmente portuguesa dos Açores e proceder a uma contestação mais detalhada das teses que defendiam a existência de influências estrangeiras na cultura popular açoriana. Em «A Formação Histórica do Povo dos Açores», essa contestação incide sobre as teses que defendiam a importância de influências flamengas, espanholas e celto-bretãs na cultura popular das ilhas. No tocante à influência flamenga, Luís Ribeiro confere particular destaque à contestação da tese das raízes flamengas da Festa de São Marcos no Pico e no Faial, proposta no início do século por Afonso de Chaves (1857-1926) (Chaves 1906). Pondo também em causa a influência espanhola nas touradas da Terceira, Luís Ribeiro dedica por fim particular atenção à contestação das teses - inicialmente formuladas por Arruda Furtado (1884) - que, apoiando-se nomeadamente na existência de uma «povoação designada Bretanha na ilha de São Miguel» (1983e: 60) - defendiam a importância de uma presumível influência celta na população micaelense. Surgindo na sequência do ensaio sobre «A Formação Histórica do Povo dos Açores», «A Pretendida Influência Nórdica do Povo Micaelense», pelo seu lado, é consagrada à contestação mais detalhada dessas teses que, na formulação inicial proposta por Arruda Furtado, devem ser vistas como um dos escassos testemunhos - em conjunto com as teses de Teófilo Braga referidas no capítulo 2 - do «celticismo» na etnografia portuguesa. Como se sabe, o celticismo - embora com prolongamentos para o século XX - teve uma particular voga no século XIX (cf. Chapman 1978 e 1992 para uma abordagem do celticismo).

<sup>2</sup> É justamente a essa luz que podem ser interpretadas algumas das comunicações apresentadas às Semanas de Estudos dos Açores realizadas no decurso dos anos 60 e o modo como privilegiam a discussão dos factores de unidade e diferença do arquipélago. Cf., em particular Agostinho 1963 e Rosa 1965.

Mais uma vez, as similitudes entre o processo de imaginação etnográfica da açorianidade e os processos mais gerais de imaginação etnográfica da nação analisados no curso deste livro devem ser sublinhadas. Etnogenealogia, psicologia étnica, objectificação da cultura popular, são os recursos discursivos empregues em cada caso. Mas, para além deste aspecto, o que é talvez mais importante no caso açoriano é o modo como, por intermédio desta reciclagem regional de categorias propostas a partir do centro, somos confrontados com a região como um espaço instavelmente situado entre a glosa regionalizadora da nação e a construção de uma distância relativamente a esta. Dando-se idealmente como um espaço de convergências imaginárias, a nação é, mais uma vez, na prática, um espaço de debates e de dissidências que a tornam numa realidade cuja complexidade é bem maior do que aquela que o pensamento nacionalista gosta de admitir.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Na parte final do capítulo 3 - «Psicologia Étnica: Produção e Circulação de Estereótipos» - tive a oportunidade de chamar a atenção para uma dimensão algo negligenciada das etnografias portuguesas: a capacidade de circulação de alguns dos seus temas favoritos, o modo como discursos produzidos e consumidos inicialmente num círculo restrito de eruditos e/ou académicos acabam por assumir uma pertinência relativamente mais alargada. Tanto os ecos contemporâneos do ensaio de Jorge Dias «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», como o lugar da saudade nos processos recentes de reconfiguração da cultura nacional portuguesa remetiam-nos justamente para essa dimensão.

É sobre essa capacidade de circulação ampliada de alguns dos temas analisados no decurso deste livro que queria insistir nestas «Observações Finais».

Reencontramo-la, por exemplo, a propósito dos discursos açorianistas abordados no capítulo anterior. É de facto sob o signo da açorianidade que, a partir dos anos 1980, tomará corpo o debate, que prossegue até à actualidade, sobre açorianidade e literatura<sup>1</sup>. E também para a importância da açorianidade que nos remete, nos anos 1980 e 1990, o desenvolvimento do discurso açorianista pós-autonómico, particularmente na sua faceta transnacional<sup>2</sup>. De facto, uma das primeiras medidas tomada pelo governo regional dos Açores após a obtenção da autonomia político-administrativa do arquipélago foi a institucionalização de organismos de apoio às comunidades açorianas emigradas, primeiro no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais - Direcção dos Serviços de Emigração - e, depois - com a criação, em 1989, do Gabinete de

<sup>1</sup> Uma das figuras centrais desse debate é Onésimo Teotónio de Almeida. Cf. Almeida 1989 para alguns dos textos mais relevantes.

<sup>2</sup> A respeito do conceito de transnacionalidade, cf. Basch, Schiller & Blanc 1994.

Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas (GEACA) na dependência directa do Presidente do Governo Regional<sup>3</sup>. Seja em consequência do impacto desta acção do governo regional dos Açores, seja como resultado da iniciativa directa de activistas comprometidos com organizações que se reclamam dos Açores como «terra de origem», o movimento açorianista tem vindo a ganhar nas últimas décadas uma expressão particularmente importante, tanto nos contextos recentes da emigração açoriana - como os EUA e o Canadá -, como, até, em contextos em que a emigração açoriana remonta ao século XVIII - como é o caso do sul do Brasil.

Operando como o grande cimento ideológico do movimento, a açorianidade que - como vimos - se definia na origem como um discurso circunscrito aos meios mais intelectualizados do arquipélago, transformou-se numa ideia com circulação transnacional importante.

O tema da arquitectura tradicional - abordado ao longo da II parte do livro - tem também conhecido recentemente evoluções relativamente significativas. Construído ao longo do século XX como objecto de investigação estética e científica em círculos mais ou menos restritos de arquitectos, engenheiros agrónomos e antropólogos, ele tornou-se num dos principais beneficiários - como mostraram as polémicas dos anos 1980 em torno das «casas de emigrante» - dos processos contemporâneos de alargamento do conceito de património de que falam Raphael Samuel (1994) ou David Lowenthal (1998), tendo-se tornado numa referência quase incontornável na relação que vários grupos sociais estabelecem com a ruralidade e com a tradição.

É a essa luz que é possível analisar o peso que a emblematização de formas de arquitectura popular parece ter em fenómenos como o surto recente de residências «de campo» entre a classe média e a classe média alta ou o desenvolvimento do chamado turismo de habitação. Neste último, as «casas rústicas» constituem uma das principais categorias de alojamentos postos à disposição dos cidadãos, revelando-se particularmente adequadas, segundo a TURIHAB - associação de turismo de habitação - «para quem prefira usufruir da calma e do sossego da vida do campo» (*Casas de Portugal* n.º 13, Dezembro de 1998, p. 20). Delas emanaria uma simplicidade que «convida à introspecção, à revitalização do corpo e ao reencontro do verdadeiro 'eu' perdido na azáfama do *stress* diário» (id. p. 18). E também sublinhado o seu «valor etnográfico, pois usam na sua arquitectura simples de pequenas dimensões, materiais e processos construtivos caracteristicamente locais» (id., p. 20).

Na aquisição de residências secundárias a arquitectura rural tornou-se também uma presença incontornável. Basta folhear atentamente uma revista como

<sup>3</sup> Além de acções e iniciativas próprias de carácter diverso, estes organismos foram responsáveis por um conjunto de formas de apoio à actividade desenvolvida por diversas organizações mais ou menos comprometidas com a ideia açorianista, entre as quais ocupam lugar de particular relevo a realização dos Congressos das Comunidades Açorianas em 1978, 1986, 1991 e 1995.

*Casas de Portugal* - instalada no nicho do imobiliário de residências de campo - para perceber que o mercado das «casas rústicas» é um dos mais activos. Na *Casa Cláudia*, os artigos consagrados a «casas rurais», «rústicas» ou «de campo» - algumas delas restauradas por arquitectos consagrados como Bernardo Ferrão e, mesmo, Álvaro Siza - são também em número significativo<sup>4</sup>. Que uma revista como a *Evasões* inclua entre as suas secções regulares uma - assinada por um arquitecto - consagrada a conselhos práticos sobre problemas de restauração de casas «rurais» ou «tradicionais» é também revelador. Como de resto o confirmam em cada número dessa revista artigos especializados sobre casas de turismo de habitação ou sobre aldeias e vilas como Piódão ou Óbidos, a arquitectura popular, em conjunto com a cozinha ou as festas tradicionais, transformou-se num dos símbolos por excelência da tradição e da ruralidade.

Não é por isso de espantar que ela seja hoje um dos meios principais de *marketing* desses valores. E o que se passa, por exemplo, como o projecto de turismo local «Aldeias Históricas de Portugal», coordenado pelo INATEL e abrangendo um conjunto de 10 aldeias envolventes da Serra da Estrela. Nos materiais de difusão produzidos no quadro do projecto a arquitectura tradicional ocupa recorrentemente um lugar de relevo. Relativamente a Castelo Mendo, por exemplo, chama-se a atenção para «pequenas casas de pedra, com alpendres e janelas apuradas [que] revelam uma arquitectura tradicional atribuída às gentes com menos posses». Sobre Castelo Novo, refere-se as «casas de pedra limpas com sardinheiras à janela». Piódão é-nos descrita como «uma aldeia de lousa e tradição» que se ergue «encosta acima, em becos estreitos de casas alinhadas, com pequenas janelas de cor azul». Em Monsanto - tal como há 60 anos atrás? - «as casas de pedra enfeitam-se de sardinheiras para receberem os visitantes com bons modos»<sup>5</sup>. Como o tornam claro as fotografias dos livros consagrados pelo INATEL a cada uma das dez aldeias históricas de Portugal - vendidos em conjunto com edição de sábado do *Diário de Notícias* ao longo dos meses de Fevereiro e Março de 2000 -, a arquitectura tradicional é, definitivamente, um dos rostos principais que a tradição apresenta nesses dez concelhos da Beira.

Confirmando a capacidade de atracção contemporânea de temas que começaram por circular em grupos restritos de intelectuais, os processos que indicámos ilustram o peso que na cena social e cultural contemporânea têm as agendas de re-traditionalização e as políticas de identidade - nacional, regional, local - que são a outra face da modernização e da globalização. Ao mesmo

<sup>4</sup> Cf., por exemplo, a colectânea *Evasões Rurais e Urbanas*, editada pela Casa Cláudia. O artigo «Minho. Nos Campos de Moledo» é consagrado a um projecto de Álvaro Siza (pp. 8-13) e o artigo «Douro. Um Olhar sobre o Vale» a um projecto de Bernardo Ferrão (pp. 48- 57).

<sup>5</sup> Citações extraídas do folheto *Aldeias Históricas de Portugal - Carta do Lazer*. Para uma apresentação mais detalhada do projecto, cf. o n.º 102, de Janeiro de 2000, da revista *Tempo Livre*, editada pelo INATEL.

tempo que, de acordo com Mare Augé (1994), o mundo contemporâneo se parece ter especializado na produção de «não lugares» - que não definem identidades, recusam a relação e se encontram desenraizados da história - ele multiplica simultaneamente aquilo que, à semelhança de Pierre Nora (1992), poderíamos classificar de «lugares de memória» - onde as identidades se reconstróem, o sentido de relação é central e a história o recurso discursivo por excelência.

Depois de reconstituída a genealogia «erudita» de alguns desses «lugares de memória», trata-se agora de perceber de forma mais detalhada o modo como eles habitam as paisagens culturais contemporâneas.

## BIBLIOGRAFIA

- 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, Maio-Junho de 1948, s/d, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- ACCIAIUOLI, Margarida, 1998, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ACKERMAN, James, S., 1995 (1990), *The Villa. Form and Ideology of the Country Houses*, London, Thames & Hudson.
- AGOSTINHO, José, 1963, «As Dominantes Histórico-Sociais do Povo Açoriano», *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 139-163.
- ALMEIDA, Fialho de, 1915, *À Esquina (Jornal dum Vagabundo)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 1998, *Por um Pós-Lusotropicalismo. Raízes e Ramificações dos Discursos Lusotropicalistas ou de 'Como Certos Erros Passam de um Manual para os Outros \ Ms.*
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 1989, *Açores, Açorianos, Açorianidade. Um Espaço Cultural*, Ponta Delgada, Signo.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1970, «Raúl Lino. Arquitecto. Moderno», *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 115-180.
- ALPERS, Paul, 1996, *What is Pastoral?* Chicago-London, The University of Chicago Press.
- Álvaro Siza. *Obras e Projectos*, 1995, s/l, Electa.
- ALVES, Vera Marques, 1997, «Os Etnógrafos Locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso», Brito, J. P. & J. Leal (eds.), «Etnografias e Etnógrafos Locais», *Etnográfica*, I (2), 237-257.
- AMARAL, Francisco Keil do, 1959, «Acerca dum Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa», *Gazeta Musical e de Todas as Artes* (2.ª série), Ano VIII 89-90, 137-139.

- , 1999 (1947), «Uma Iniciativa Necessária», *Keil do Amaral O Arquitecto e o Humanista*, 1999, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 125-126.
- AMARAL, Luciano do, 1996a, »Reformismo Agrário», Rosas, F. & J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário da História do Estado Novo*, II Vol., Venda Nova, Bertrand, 821-823.
- , 1996b, »Rafael Duque», Rosas, F. & J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário da História do Estado Novo*, I Vol., Venda Nova, Bertrand, 278-279.
- ANDERSON, Benedict, 1991 (1983), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, New York, Verso.
- Arquitectura Popular em Portugal*, 1980 (1961), Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- AUGE, Mare, 1994 (1992), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1993, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento.
- , 1996a, «Colonização Interna», Rosas, F. & J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário da História do Estado Novo*, I Vol., Venda Nova, Bertrand, 159-162.
- , 1996b, «Política Agrária», Rosas, F. & J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário da História do Estado Novo*, II Vol., Venda Nova, Bertrand, 749-754.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, Joaquim Pais de BRITO & Benjamim PEREIRA (eds.), 1989, *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 569-580.
- BARATA, Paulo Martins, 1997, «A Arte de Construir no Nosso Tempo», *Álvaro Siza 1954-1976*, Lisboa, Editorial Blau, 37-198.
- BARBOSA, Cassiano (ed.), 1972, *ODAM Organização dos Arquitectos Modernos. Porto 1947-1952*, Porto, Edições ASA.
- BARREIRA, João, 1909, «A Habitação em Portugal», *Notas sobre Portugal*, Vol. II, 147-178.
- BARROS, Henrique de (ed.), 1947, *Inquérito à Habitação Rural II Vol A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- BASCH, Linda, Nina GLICK SCHILLER & Cristina Szanton BLANC, 1994, *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, Basel, Gordon and Breach Publisher s.
- BASTO, Eduardo Alberto Lima & Henrique de BARROS (eds.), 1943, *Inquérito à Habitação Rural I Vol A Habitação Rural no Norte de Portugal (Minho, Douro-Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- BASTOS, Teixeira, 1878, «Origens da Família», *O Positivismo I*, 255-268.

- BAUSINGER, Hermann, 1993 (1971), *Volkskunde ou VEthnologie Allemande. De la Recherche sur VAntiquité à VAnalyse Culturelle*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- BEITL, Klaus, Christian BROMBERGER & Isac CHIVA (eds.) 1997, *Mots et Choses de VEthnographie de la France*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme
- BELINO, Albano, 1903, «Habitação Urbana (Braga e Guimarães)», *Portugalia* I (3), 613-618.
- BENEDICT, Ruth, 1934, *Patterns of Culture*. London, Routledge.  
 , 1946, *The Crysanthemum and the Sword. Patterns of Japanese Culture*, Boston MA, Houghton Mifflin Company.
- BOTELHO, Abel, 1903, «A Casa Portuguesa», *O Dia*, 12 de Março, p. 2.
- BRAGA, Teófilo, 1867a, *Cancioneiro Popular coligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade.  
 , 1867b, *Romanceiro Geral coligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade.  
 , 1871, *História da Poesia Portuguesa (Escola Nacional). Epopeias da Raça Moçárabe*, Porto, Imprensa Portuguesa.  
 , 1894, *A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron.  
 , 1902, *História da Poesia Popular Portuguesa: As Origens* (3.ª edição reescrita), Lisboa, Manuel Gomes Editor.  
 , 1911, *Cancioneiro Popular Português*, Vol. I, Lisboa, J. A. Rodrigues.  
 , 1985 (1885), *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 Vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote.  
 , 1987 (1883), *Contos Tradicionais do Povo Português*, 2 vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1985, «A Propósito da Presente Reedição», Braga, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I vol. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 15-25.  
 , 1986, «Cultura como Ciência? Da Consolidação do Discurso Antropológico à Institucionalização da Disciplina», *Ler História* 8, 75-101.  
 , 1995, «Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal», Branco, J. F. & J. Leal (eds.), «Retratos do País. Actas do Colóquio», *Revista Lusitana* (n.s.) 13/14, 145-177.  
 , 1999a, «A Fluidez dos Limites. Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal», *Etnográfica* III (1), 23-48.  
 , 1999b, «Autoritarismo Político e Folclorização em Portugal: o Mensário das Casas do Povo», *Actas dei VIII Congresso de Antropologia. Mesas de Trabajo*, Santiago de Compostela, Federación de Asociaciones de Antropologia dei Estado Espanol - Asociación Galega de Antropoloxía, 29-45.





- , 1993g (1901), «Alfaia Agrícola Portuguesa. Exposição da Tapada da Ajuda em 1898», *Obra Etnográfica. Vol. I. Festas Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 571-619.
- , 1993h (1910), «A Cultura Mental no Analfabetismo», *Obra Etnográfica. Vol. II, Cultura Popular e Educação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 253-271.
- , 1993i (1910), «Atraso da Cultura em Não Analfabetos», *Obra Etnográfica. Vol. II, Cultura Popular e Educação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 273-299.
- COLARES, Nunes, 1914, «A Casa do Exm<sup>o</sup> Sr. Artur Santa Cruz Magalhães na Rua Ocidental do Campo Grande. Arquitecto Sr. Álvaro Machado», *A Arquitectura Portuguesa* VII (8), 29-32.
- CORDEIRO, Carlos, 1994, «Introdução», Motta, Aristides da, *Autonomia Administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 9-47.
- , 1995, «Regionalismo e Identidade Açoriana. O Debate nos Anos 20», *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores. Vol. I. A Autonomia no Plano Histórico*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 277-287.
- CORREIA, A. A. Mendes, 1913, *Os Criminosos Portugueses*, Lisboa.
- , 1919, *Raça e Nacionalidade*, Lisboa, Renascença Portuguesa
- , 1928, «A Lusitânia Pré-Romana», Peres, D. e E. Cerdeira (eds.), *História de Portugal* Vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 77-214.
- CORREIA, Vergílio, 1915a, «Arte Popular Portuguesa», *A Águia* (2.ª série) 39, 117-123, 45, 97-106, 48, 239-249.
- , 1915b, «As Cabanas de Assafarja», *A Águia* (2.ª série) 37, 38-45.
- , 1916-17, «Chaminés do Sul», *Terra Portuguesa* II, 21-27.
- , 1916a, *Etnografia Artística. Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana*, Porto, Renascença Portuguesa.
- , 1916b, «As Alminhas», *Etnografia Artística. Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana*, Porto, Renascença Portuguesa, 9-20.
- , 1916c, «Esgrafitos», *Etnografia Artística. Notas de Etnografia Portuguesa e Italiana*, Porto, Renascença Portuguesa, 21-25.
- , 1940, «O Carro Rural», *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 103-113.
- COSTA, Alexandre Alves, 1995, «A Problemática, a polémica e as Propostas da Casa Portuguesa», *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 55-72.
- , 1996, Entrevista com o Autor.
- , 1997, «Álvaro Siza», *Álvaro Siza 1954-1976*, Lisboa, Editorial Blau, 9-36.
- COSTA, F. Ramos da, 1944, *Inquérito à Habitação Rural. Crítica à Obra. Estudo e Soluções do Problema*, Lisboa, Seara Nova.



- , 1961 (1953), «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar,
- , 1963, «A Etnografia como Ciência», *Revista de Etnografia* 1, 7-15.
- , 1971a (1953), «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», *Estudos do Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 9-33.
- , 1971b (1968), «O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura», *Estudos do Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 35-49.
- , 1985 (1953), *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- , 1990a (1953), «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», *Estudos de Antropologia* Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 135-157.
- , 1990b (1955), «Algumas Considerações Acerca da Estrutura Social do Povo Português», *Estudos de Antropologia* Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 159-181.
- , 1990c (1960), «Tentamen de Fixação das Grandes Áreas Culturais Portuguesas», *Estudos de Antropologia* Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 183-206.
- , 1993 (1949), «O Problema da Reconstituição das Casas Redondas Castrejas», *Estudos de Antropologia*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 53-94.
- DIAS, A. Jorge & Margot DIAS, 1950, «A Encomendação das Almas», *Actas do XII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. 7.ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas*, T. VIII, Lisboa, 593-664.
- ^ \_\_\_\_\_, 1956, «A 'Recomenda das Almas' como Elemento Cultural da Área Luso-Brasileira», *Douro Litoral* (7.ª série) III-IV, 265-272.
- DIAS, A. Jorge & Fernando GALHANO, 1950, «Moinhos de Descascar Milho e o Mojolo Brasileiro», *Actas do XII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. 7.ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas*, T. VIII, Lisboa, 325-334.
- DIAS, A. Jorge, Ernesto Veiga de OLIVEIRA & Fernando GALHANO, 1959a, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. I. Moinhos de Água e Azenhas*, Porto, Instituto de Alta Cultura.
- , 1959b, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. II. Moinhos de Vento*, Porto, Instituto de Alta Cultura.
- , 1959c, «A Região e a Casa Gandaresa», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XVII, 417-443.
- , 1963, *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas. Os Espigueiros Portugueses*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

- , 1994 (1963), *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas. Os Espigueiros Portugueses*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DIAZ-ANDREU, Margarita & Timothy CHAMPION (eds.), *Nationalism and Archaeology in Europe*, London, UCL Press.
- DUARTE, Carlos, 1959, «Breves Notas sobre a Arquitectura Espontânea», *Arquitectura* 66, 38-42.
- DUFLOS-PRIOU, Marie-Thérèse, 1995, *Un Siècle de Groupes Folkloriques en France. L'Identité par la Beauté du Geste*, Paris, LHarmattan.
- DUMONT, Louis, 1983 (1979), «Une Variante Nationale. Le Peuple et la Nation chez Herder et Fichte», *Essais sur l'Individualisme. Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne*, Paris, Seuil, 115-131.
- ENES, Carlos, 1996, «Luís Ribeiro e a sua Época», Ribeiro, Luís Silva, *Obras TV. Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 13-98.
- ERIXON, Sigurd, 1963, «The Dockers or Waterfront Workers in Stockholm Before the Breakthrough of the Trade-Unions», *Revista de Etnografia* 1, 17-46.
- Escolas, Espaços de Educação*, 1995, Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.
- FABIAN, Johannes, 1983, *Time and the Other. How Anthropology Makes its Object*, New York, Columbia University Press.
- FABIÃO, Carlos, 1996, «Archaeology and Nationalism: the Portuguese Case», Diaz-Andreu, M. e T. Champion (eds.), *Nationalism and Archaeology in Europe*, London, UCL Press, 90- 107.
- FALCÃO, José António & Jorge FERREIRA, 1986, «António Tomás Pires (1850-1913)», Pires, A. Tomás, *Lendas e Romances*, Lisboa, Presença, 7-34.
- FAURE, Christian, 1989, *Le Projet Culturel de Vichy. Folklore et Révolution Nationale 1940-1944*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon-Éditions du C.N.R.S.
- FELGUEIRAS, Guilherme, 1940, «A Faina dos Campos», *Vida e Arte do Povo Português*, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 119-132.
- FERNANDES. José Manuel, 1993, *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Lisboa, Gradiva.
- , 1998, «Luís Cristino da Silva, a Obra: Enquadramento e Síntese», *Luís Cristino da Silva [Arquitecto]*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, Rogério, 1973, *As Ideias Pedagógicas de F. Adolfo Coelho*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- FERNANDEZ, James, 1994, «The Dilemmas of Provincial Culture and the Framing of Anthropological Inquiry», Sanmartin, Ricardo (ed.), *Antropologia sin Fronteras. Ensayos en Honor a Carmelo Lisón*, Madrid, CIS, 71-91.



- , 1986b, *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Madison, The Wisconsin University Press
- HELSINGER, Elisabeth, 1997, *Rural Scenes and National Representations. Britain 1815-1850*, Princeton NJ, Princeton University Press
- HERZFELD, Michael, 1986, *Ours Once More. Folklore, Ideology and the Making of Modern Greece*, New York, Pella Publishing Company.
- , *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State*, New York-London, Routledge.
- HOBBSBAWM, Eric, 1990, *Nations and Nationalism Since 1780. Programm, Myth and Reality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- In Memoriam António Jorge Dias*, 3 Vols., 1974, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Junta de Investigações do Ultramar.
- In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*, 1982, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- J. A. Coderch de Sentmenat 1913-1984*, 1989, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- , 1991-92, «Origens e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos», *Boletim do Núcleo Cultural da Horta X*, 1-33.
- KARNOUOH, Claude, 1990, *L'Invention du Peuple. Chroniques de Roumanie*, Paris, Editions Arcantère,
- Keil Amaral Arquitecto 1910-1975*, 1992, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Keil do Amaral. O Arquitecto e o Humanista*, 1999, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- KEIL, Luís, 1918-19, «Portais e 'Moinholas' de Castelo de Vide», *Terra Portuguesa IV* (29-30), 73-77.
- LAGES, Mário, 1992, «Introdução», Pires, A. Tomás, *Contos Populares Alentejanos Recolhidos da Tradição Oral*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 7-19.
- LEAL, João, 1987, «Prefácio», Braga, Teófilo, *Contos Tradicionais do Povo Português*, I Vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-19.
- , 1988, «Prefácio», Pedroso, Consiglieri, *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-40.
- , 1993a, «Prefácio» Coelho, Adolfo, *Obra Etnográfica. Vol. I. Festas Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-36.
- , 1993b, «Prefácio», Coelho, Adolfo, *Cultura Popular e Educação (Obra Etnográfica, Vol. II)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-23.

- , 1994, «Os Espigueiros Portugueses. Viagem num País Diferente» (Recensão da reedição de «Espigueiros Portugueses», de A. Jorge Dias, Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira), *Público (suplemento «Leituras»)*, 9 de Abril, p. 11.
- , 1995, «Imagens Contrastadas do Povo. Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista», Branco, Jorge Freitas e João Leal (eds.), «Retratos do País. Actas do Colóquio», *Revista Lusitana* n.s. 13/14, 125-144.
- , 1996, «Prefácio», Vasconcelos, José Leite de, *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 15-43.
- , 1999a, «'Saudade', la Construction d'un Symbole. 'Caractère National' et Identité Nationale au Portugal», *Ethnologie Française* XXIX (2), 177-189.
- , 1999b, «Mapping Mediterranean Portugal: Pastoral and Counter-Pastoral», Capo-Zmegac, Jasna (ed.), Proceedings of the Conference «Where Does the Mediterranean Begin? Mediterranean Anthropology from Local Perspectives», *Narodna Umjetnost (Croatian Journal of Ethnology and Folklore Research)*, 36 (1), 9-31.
- , 2000 (no prelo), «'Tyloean Professors' and 'Japanese Corporais': Anthropological Theory and National Identity in Portuguese Ethnography», Albera, Dionigi & Anton Blok (eds.), *L'Anthropologie et la Méditerranée. Unité, Diversité, Perspectives*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- LEAL, João *et al* (eds.), 1993, *Olhares sobre Portugal. Cinema e Antropologia*, Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Social-ABC Cine Clube.
- LEÃO, Francisco Cunha, 1971, *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, Lisboa, Guimarães & C. Editores.
- , 1973 (1960), *O Enigma Português*, Lisboa, Guimarães & C. Editores.
- LEBOVICS, Herman, 1992, *True France. The Wars over Cultural Identity 1900-1945*, Ithaca, Cornell University Press.
- LEITE, José G. Reis, 1983, «Para uma Leitura da *Corografia Açórica* de João Soares d'Albergaria de Sousa», *Arquipélago*, Série Ciências Humanas, n.º especial, 279-317.
- , 1990, «Introdução», Drumond, Francisco F., *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, I-XXIV.
- , 1994, «Palavras Prévias», Sequeira, Mont'Alverne de, *Questões Açorianas*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 9-21.
- LIMA, Fernando de Castro de Pires, 1960-63, *A Arte Popular em Portugal*, 3 Vols., Lisboa, Verbo.

- LINO, Raul, 1918, *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial.
- , 1929, «A Casa Portuguesa. Ideia Geral», *Portugal, Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- , 1937, *Auriverde Jornada*, Lisboa, Edições Valentim de Carvalho.
- , 1946, «Aspectos que Falam», *Mensário das Casas do Povo I* (6), 10 e 16.
- , 1946-47, «Que Aspecto Temos de Dar às Casas do Povo?», *Mensário das Casas do Povo I* (8), 11-12, I (10), 11-12, II (14), 10-11, II (15), 15-16, II (18), 13-14.
- , 1992 (1933), *Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquectar das Casas Simples*, Lisboa, Livros Cotovia.
- , s/d, «O Romantismo e a 'Casa Portuguesa'», *Estética do Romantismo em Portugal. Primeiro Colóquio 1970*, Lisboa, Grémio Literário, 205-210.
- LLOBERA, Josep R., 1983, «The Idea of *Volkgeist* in the Formation of Catalan Nationalist Ideology», *Ethnic and Racial Studies* 6 (3), 332-350
- LÖFGREN, Orvar, 1989, «The Nationalization of Culture», *Ethnologia Europaea* XIX, 5-24.
- LOPES, Óscar, 1994, «Expressões Modernas da Saudade Portuguesa», *A Busca de Sentido. Questões de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 127-144.
- LORENZANA, Salvador, 1986 (1953), «Teorias Interpretativas da Saudade», Botelho, A. & A. B. Teixeira (eds.), *Filosofia da Saudade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 643-685.
- LOURENÇO, Eduardo, 1978, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 1999, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva.
- LOWENTHAL, David, 1998, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LUPI, João, 1984, *A Concepção da Etnologia em António Jorge Dias. Teoria e Método no Estudo Científico da Cultura*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia.
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Ignacio, 1975, *El Horreo Gallego. Estúdio Geográfico*, Montevideo, Fundacion Pedro Barrie de la Maza.
- MARTINS, J. P. Oliveira, 1880, *Elementos de Antropologia*, Lisboa, Bertrand.
- , 1881, *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 2 vols., Lisboa, Bertrand.
- , 1882, *Sistema dos Mitos Religiosos*, Lisboa, Bertrand.
- , 1883, *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa, Bertrand.
- MARTINS, Luís, 1997, «Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras», *Etnográfica* I (2), 271-293.

- MARX, Leo, 1967 (1964), *The Machine in the Garden. Technology and the Pastoral Ideal in America*, Oxford-New York, Oxford University Press.
- MATOS, Melo de, 1903a, «As Azenhas do rio Ardila», *Portugalia* I (4), 849-850.
- , 1903b, «A Casa Portuguesa. Outro Depoimento», *A Construção Moderna* IV (93), 67-68.
- , 1904, «Chaminés Alentejanas», *Portugalia* II (1), 79-84.
- MATTOSO, José, 1998, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- MAURE, Mare, 1990, «Nation, Paysan et Musée - la Naissance des Musées d'Ethnographie dans les Pays Scandinaves», *Terrain* 20, 147-157.
- , 1996, «Le Paysan et le Viking au Musée. Nationalisme et Patrimoine en Norvège au XIXe Siècle», Fabre, D. (ed.), *L'Europe entre Cultures et Nations*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 63-76.
- MAUSS, Mareei, 1983 (1938), «Une Catégorie de l'Esprit Humain: La Notion de Personne, Celie de Moi», *Sociologie et Anthropologie*, Paris, P.U.F., 331-362
- MEDEIROS, António, 1995, «Minho: Retrato Oitocentista de uma Paisagem de Eleição», Branco, J. F. & J. Leal (eds.), «Retratos do País. Actas do Colóquio», *Revista Lusitana* (n.s.) 13/14, 97-123.
- , 1996, «Ruínas/ Notícias da Arcádia Atlântica», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 36, 47-62.
- , 1998, «Pintura dos Costumes da Nação. Alguns Argumentos», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 38 (1-2), 131-169.
- , 1999, «Cultura Popular. Notas para a sua Imaginação», Funk, Gabriela (ed.), *Actas do I Encontro sobre Cultura Popular (Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Viegas Guerreiro)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 315-336.
- MELO, Daniel, 1997, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- MENDES, Manuel, 1990, «Porto: École et Projets 1940-1986», *Architectures à Porto*, Liège-Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, 42-84.
- MENERES, António, 1999, «Keil e o Inquérito à Distância de 40 Anos», *Keil do Amaral O Arquitecto e o Humanista*, 1999, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 119-124.
- MONTANER, Josep Maria, 1993, *Despues dei Movimiento Moderno. Arquitectura de la Segunda Mitad dei Siglo XX*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli.
- MONTEIRO, Manuel, 1909, «A Varanda Transmontana», *Ilustração Transmontana* II, 1-5.
- MOTTA, Aristides da, 1987 (1892), «Projecto de Lei apresentado à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 31 de Março de 1892», *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947* (Organização, Prefácio e Notas de José G. Reis Leite), Horta, 15-20.

- , 1994 (1893), *Autonomia Administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura.
- NEMÉSIO, Vitorino, 1986a (1940), «Le Mythe de Monsieur Queimado», Gouveia, M. (ed.), *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 403-415.
- , 1986b (1929), «O Açoriano e os Açores», Gouveia, M. (ed.), *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 317-329.
- , 1986c (1932), «Açorianidade», Gouveia, M. (ed.), *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 401-402.
- NERDINGER, Winfried, 1995, «A Hierarchy of Styles. National Socialist Architecture between Neo-Classicism and Regionalism», *Art and Power. Europe under the Dictators 1930-1945*, Stuttgart, Oktagon, London, Hayward Gallery, 322-325.
- NEVES, António A., 1998, «Apresentação», Sarmento, Francisco Martins, *Antiqua. Tradições e Contos Populares*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.
- NEVES, Henrique das, 1893, *A Cava de Viriato. Notícia Descritiva e Crítico-Histórica*, Figueira da Foz, Imprensa Lusitana.
- , 1895, «Casa Portuguesa», *A Arte Portuguesa* 1, 21-22.
- , 1896, «Casa Portuguesa», *O Ocidente* 625, p. 102, 626, 109-110.
- , 1905, «Casa Portuguesa», *A Construção Moderna* 157, 3-4, 158, 11-12, 159, 18-19, 160, 26-27, 161, 34-35, 162, 42-43.
- , 1915, «Casa Portuguesa», *A Arquitectura Portuguesa* VIII (9), 35-36.
- NEVES, José Manuel, 1998, *Casas*, Lisboa, Estar Editora.
- NIEBURG, Federico & Mareio GOLDMAN, 1998, «Anthropology and Politics in Studies of National Character», *Cultural Anthropology* 13 (1), 56-81.
- NIPPERDEY, Thomas, 1992 (1983), «À la Recherche de l'Identité: Le Nationalisme Romantique», *Réflexions sur l'Histoire Allemande*, Paris, Gallimard, 156-177.
- NORA, Pierre, 1992, «Comment Écrire l'Histoire de la France?» *Les Lieux de Mémoire. III. Les Francs. I. Conflits et Partages*, Paris, Gallimard, 9-32.
- OLENDER, Maurice, 1989, *Les Langues du Paradis. Aryens et Sémites: un Couple Providentiel*, Paris, Gallimard-Le Seuil.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1957, «Velhas Casas do Porto», *Jornal de Turismo* 1-2.
- , 1958a, «Acerca das Origens da Casa Estreita e Alta Portuguesa», *O Comércio do Porto (Cultura e Arte)*, 25 de Setembro.
- , 1958b, «Ainda acerca das Origens da Casa Estreita e Alta Portuguesa», *O Comércio do Porto (Cultura e Arte)*, 25 de Outubro.
- , 1958c, «A Casa Esguia e Alta do Porto», *O Comércio do Porto (Cultura e Arte)*, 25 de Novembro.

- , 1961, «Sistemas de Construção com Madeira e Materiais Leves. Um Tipo de Tatchwerk' em Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XVIII (3-4), 347-353.
- , 1966a, «Rocha Peixoto e a Etnologia», *Boletim da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim* 5 (2), 165-214.
- , 1966b, *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- , 1968, *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- , 1974, «António Jorge Dias», *In Memoriam António Jorge Dias*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Junta de Investigações do Ultramar.
- , 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & Fernando GALHANO, 1954a, «Casas da Maia», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XV (1-2), 55-72.
- , 1954b, «Casas de Esposende», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XV (1-2), 73-84.
- , 1955-56, «Casas da Murtosa», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XV (3-4), 265-285.
- , 1956, «Um Tipo de Casa Rural dos Arredores do Porto», *Douro Litoral* (7.ª série) VIII, 727-748.
- , 1958a, «Casas do Porto», *Douro Litoral* (8.ª série) VII-VIII, 637-673.
- , 1958b, «Alguns Elementos das Casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde», *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos* 5, 1-19.
- , 1959, «Telhados do Porto», *Douro Litoral* (9.ª série) II, 217-228.
- , 1960a, «Arquitectura», Lima, F. C. P., *A Arte Popular em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Verbo, 15-137.
- , 1960b, «Mobiliário», Lima, F. C. P., *A Arte Popular em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Verbo, 139-172.
- , 1961-62a, «Casa Esguias do Porto e Sobrados do Recife», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XVIII (3-4), 175-227.
- , 1961-62b, «Casas da Zona Central do Litoral Português», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* XVIII (3-4), 229-255.
- , 1964, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- , 1992, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO & Benjamim PEREIRA, 1969, *Construções Primitivas em Portugal* Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia-Instituto de Alta Cultura
- , 1965, *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

- , 1983, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- , 1973, *Sistema de Atragem de Bois em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- , 1975, *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- , 1976, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- , 1978, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. O Linho*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- ORMONDE, Helena, 1996, *Entre Localismo e Cosmopolitismo. O Museu de Angra do Heroísmo de 1942 a 1979*, Lisboa, FCSH - UNL (Tese de Mestrado).
- ORTIGÃO, Ramalho, 1943 (1896), «O Culto da Arte em Portugal», *A Arte Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 5-198.
- PASCOAES, Teixeira de, 1978 (1915), *Arte de Ser Português*, Lisboa, Edições Roger Delvaux.
- , 1986 (1912), «O Espírito Lusitano ou o Saudosismo», Botelho, A. & A. B. Teixeira (eds.), *Filosofia da Saudade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 21-35.
- PAULO, Heloísa, 1994, «'Vida e Arte do Povo Português'. Uma Visão da Sociedade segundo a Propaganda Oficial do Estado Novo», *Revista de História das Ideias* 16, 105-134.
- PAVÃO DOS SANTOS, Vítor (ed.), 1999, *Verde Gaio. Uma Companhia Portuguesa de Bailado (1940-1950)*, Lisboa, Museu Nacional do Teatro.
- PEDROSO, Consigleri, 1882, *Portuguese Folk Tales*, London, Folklore Society.
- , 1988a (1878), «A Constituição da Família Primitiva», *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 43-75.
- , 1988b (1879-82), «Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa», *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 83-302.
- PEER, Shanny, 1998, *France on Display. Peasants, Provinciais, and Folklore in the 1937 Paris World's Fair*, New York, University of New York Press.
- PEIXOTO, Rocha, 1897, «O Cruel e Triste Fado», *Terra Portuguesa. Crónicas Científicas*, Porto, Livraria Chardron, 293-302
- , 1967a (1894), «As Maias», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 51-56.
- , 1967b (1894), «O Natal», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 65-69.

- , 1967c (1894), «O São João», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 57-64.
- , 1967d (1899), «Etnografia Portuguesa. Habitação. Os Palheiros do Litoral», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 70-88.
- , 1967e (1900), «Etnografia Portuguesa. Indústrias Populares. As Olarias de Prado», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 89-132.
- , 1967f (1904), «A Casa Portuguesa», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 153-165.
- , 1967g (1906), «Etnografia Portuguesa, Tabulae Votivae. Excerto», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 187-216.
- , 1967h (1907), «Os Cataventos», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 249-261.
- , 1967i (1908), «Etnografia Portuguesa. As Filigranas», *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 262-312.
- PEREIRA, Benjamim, 1965, *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura.
- , 1973, *Máscaras Portuguesas*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- , 1989, «Ernesto Veiga de Oliveira e o Museu de Etnologia», Baptista, F. O., J. P. Brito & B. Pereira (eds.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 555-568.
- , 1996, Entrevista com o Autor.
- PEREIRA, F. Alves, 1911, «Sobrevivências Pitorescas de uma Arquitectura Arcaica», *Limia* (Série 2) I (7-8), 101-105.
- PEREIRA, Gabriel, 1895, «Casa Portuguesa», *A Arte Portuguesa* 1, 21-22.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, 1984, «Architettura Popolare, dall'Inchiesta al Progetto», *Domus* 655, 28-30.
- , 1996a, Entrevista com o Autor.
- , 1996b, «Um Percorso na Profissão», *Escritos (1947-1966, Seleção)*, Porto, FAUP Publicações, 150-161.
- , 1996c, «Arquitectura», F. Rosas & J. M. B. Brito (ed.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 61-64.
- , 1997, «A Arquitectura do Regime 1938-19948», Becker, A., A. Tostões & W. Wang (eds.), *Arquitectura do Século XX. Portugal*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 1997, 33-39.

- , 2000 (no prelo), «As Casas da Picanceira», *Pedra & Cal* 5.
- PEREIRA, Paulo, 1995, «O Revivalismo: A Arquitectura do Desejo», Pereira, P. (ed.), *História da Arte Portuguesa. III Vol. Do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Temas & Debates, 353-367.
- PEREIRA, Rui, 1986, «A Antropologia Aplicada na Política Colonial do Estado Novo», *Revista Internacional de Estudos Africanos* 4-5, 191-235.
- , 1989a, «A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina», *Antropologia Portuguesa* 7, 61-78.
- , 1989b, «O Desenvolvimento da Ciência Antropológica na Empresa Colonial do Estado Novo», *Actas do Colóquio sobre o Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 89-100.
- , 1989c, «Trinta Anos de Museologia Etnográfica em Portugal. Breve Contributo para a História das sua Origens», Baptista, F. O., J. P. Brito & B. Pereira (eds.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 569-580.
- , 1999, «Introdução», Dias, A. Jorge, *Os Macondes de Moçambique. Vol. I. Aspectos Históricos e Económicos*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses - Instituto de Investigação Científica Tropical, V-LII.
- PESSANHA, D. José, 1902a, «Raúl Lino», *A Construção Moderna* III (56), XIX- XXI.
- , 1902b, «Casa para os Arredores de Lisboa. Arquitecto Sr. Raúl Lino», *A Construção Moderna* III (65), XLIII- XLIV.
- , 1906, «Tapetes de Arraiolos», *O Arqueólogo Português* XI, 189-197.
- PESSANHA, D. Sebastião, 1916, «Tapetes de Arraiolos», *Terra Portuguesa* I, 10-29, 59-64, 77-80.
- PICÃO, José da Silva, 1903, «Etnografia do Alto Alentejo (Concelho de Elvas)», *Portugália* I, 271-280, 535-548, 751-756.
- , 1903-05, *Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos (Concelho de Elvas)*, 2 Vols., Elvas, Tipografia Progresso.
- PICK, Daniel, 1989, *Faces of Degeneration. A European Disorder, c.1848-c.1918*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PINA CABRAL, João, 1991, «A Antropologia em Portugal Hoje», *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- PIRES, António Machado, 1988, «O Mito de Monsieur Queimado - Uma Imagem Mítica dos Açores», *Conhecimento dos Açores através da Literatura. Comunicações apresentadas na IX Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 85-93.
- , 1992, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Lisboa, Vega.
- PIRES, Daniel, 1996, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1910-1940)*, Lisboa, Grifo.

- POMIAN, Krzystof, 1992, «Francs et Gaulois», Nora, P. (ed.), *Les Lieux de Mémoire. III. Les Francs. I. Conflits etPartages*, Paris, Gallimard, 41-105.
- PORTAS, Nuno, 1970, «Raúl Lino. Uma Interpretação Crítica da sua Obra de Arquitecto e Doutrinador», *Colóquio* 41, 13-21.
- , 1999, «Arquitectura e Estado Novo», Barreto, A. & F. Mónica (eds.), *Dicionário da História de Portugal/ Suplemento*, Vol. VII, Porto, Figueirinhas, 122-125.
- RAMOS, Rui, 1994, «A Segunda Fundação (1890-1926)», Mattoso, J. (ed.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAPOSO, Paulo, 1998, «O Auto das Floripes: 'Cultura Popular', Etnógrafos, Intelectuais e Artistas», *Etnográfica* II (2), 189-219.
- RIBEIRO, Alvaro, 1951, *Os Positivistas. Subsídios para a História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.
- RIBEIRO, Irene, 1994, *Raúl Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto, FAUP Publicações.
- RIBEIRO, Luís da Silva, 1982a, *Obras I. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- , 1982b (1940), «O Mar no Cancioneiro Popular dos Açores», *Obras I. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 223-240.
- , 1982c (1953), «A Saudade na Poesia Popular Açoriana» *Obras I. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 659-677.
- , 1983a, *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- , 1983b (1919), «Os Açores de Portugal» *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1-17.
- , 1983c (1936), «Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade» *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 515-556.
- , 1983d (1946) «A propósito de uma Canção Popular da Terceira - *As Velhas*», *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 565-569.
- , 1983e (1941), «A Formação Histórica do Povo dos Açores - Subsídios para o seu Estudo», *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 45-68.
- , 1983f (1964), «A Pretendida Influência Nórdica no Povo Micaelense», *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura, 556-564.
- , 1983g, *Obras III. Vária*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura.

- , 1996, *Obras IV. Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira - Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- RIBEIRO, Orlando, 1963 (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa.
- , 1994 (1942), «Vida e Obra de José Leite de Vasconcellos», *Revista Lusitana* n.s. 12, 15-49.
- RIEGELHAUPT, Joyce, 1964, *In the Shadow of the City: Integration of a Portuguese Village*, New York, Columbia University (Tese de Doutoramento).
- , 1967, «Saloi Women: an Analysis of Informal and Formal Political Economic Roles of Portuguese Peasant Women», *Anthropological Quarterly* 40 (3), 109-126.
- , 1973, «Festas and Padres: the Organization of Religious Action in a Portuguese Parish», *American Anthropologist* 75 (3), 835-852.
- RODRIGUES, António, 1998, *Henrique Pousão*, Lisboa, INAPA.
- ROSA, Júlio da, 1965, «A Consciência de Comunidade na Vida e História do Povo Açoriano», *Livro da III Semana de Estudos dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 33-77.
- ROSAS, Fernando, 1991, «Rafael Duque e a Política Agrária do Estado Novo (1934-44)», *Análise Social* XXVI (112-113), 771-790.
- , 1994, «Agricultura e Política Agrícola: o País que nós Perdemos», Mattoso José (ed.), *História de Portugal. VII Vol. O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 431-450.
- ROTH, Michael, 1989, «Remembering Forgetting: 'Maladies de la Mémoire' in Ninetenth-Century France», *Representations* 26, 49-68.
- SAMUEL, Raphael, 1989, «Introduction: Exciting to Be English», Samuel, R. (ed.), *Patriotism. The Making and Unmaking of British National Identity*, Vol. I, London, Routledge, XVIII-LXVII.
- , 1994, *Theatres of Memory. Vol. I. Past and Present in Contemporary Culture*, London-New York, Verso.
- SANCHEZ GOMEZ, Luis Ángel, 1997, «Cien Anos de Antropologías en Espana y Portugal (1870-1970)», *Etnográfica* I (2), 297-317.
- SANCHO, José Dias, 1926, «As Chaminés do Algarve», *Alma Nova* (ns) 1, p. 2.
- SANTOS SILVA, Augusto, 1997, *Palavras para um País. Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*, Oeiras, Celta.
- SANTOS SILVA, Augusto & Vítor Oliveira JORGE (eds.), 1993, *Existe uma Cultura Portuguesa?*, Porto, Edições Afrontamento.
- SARMENTO, F. Martins, 1933a (1876), «Os Gregos no Noroeste da Ibéria», *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1-7.
- , 1933b (1878), «Sinais Gravados em Rochas», *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 8-9.
- , 1933c (1878), «O Deus Bormânico», *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 10-11.

- , 1933d (1881), «Os Lusitanos. Questões de Etnologia», *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 41-60.
- , 1933e (1882), «Os Celtas na Lusitânia», *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 100-128.
- , 1933f (1891/93), «Lusitanos, Lígures e Celtas», *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 338-415.
- SEGURADO, Jorge, 1926, «Arquitectura. Da Casa Portuguesa e do seu Carácter», *Alma Nova* (ns) 3, p. 15.
- SEQUEIRA, Mont'Alverne de, 1994 (1894), *Questões Açorianas*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura.
- SÉRGIO, António, 1986 (1914), «Epístola aos Saudosistas», Botelho, A. & A. B. Teixeira (eds.), *Filosofia da Saudade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 56-64.
- SETON-WATSON, Hugh, 1977, *Nations & States. An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*, London, Methuen.
- SILVA, Carlos, 1989, «Recordando o 'Inquérito à Habitação Rural'», Baptista, F. O., J. P. Brito & B. Pereira (eds.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 755-790.
- , 1996, Entrevista com o Autor.
- SMITH, Anthony D., 1991, *National Identity*, Hardsmondworth, Penguin Books.
- , 1995, «Gastronomy or Geology? The Role of Nationalism in the Reconstruction of Nations», *Nations and Nationalism* I (1), 3-23.
- SOBRAL, José Manuel, 1999, «Da Casa à Nação: Passado, Memória, Identidade», *Etnográfica* III (1), 71-85.
- SOUSA, Ernesto de, 1973, *Para o Estudo da Escultura Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SOUSA, Tude de, 1924, «O Abrigo Pastoril na Serra. Notas do Gerês», *Terra Portuguesa* V (37), 74-78.
- SOUSA SANTOS, Boaventura, 1994a (1991), «Onze Teses por Ocasão de mais uma Descoberta de Portugal», *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento, 49-76.
- , 1994b (1993), «Modernidade, Identidade e Cultura de Fronteira», *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento, 119-137.
- SOZAN, Michael, 1972, *The History of Hungarian Ethnography*, New York, Syracuse University (Tese de Doutoramento).
- STOCKING Jr., George W., 1982a (1965), «On the Limits of 'Presentism' and 'Historicism' in the Historiography of the Behavioural Sciences», *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology*, Chicago, The University of Chicago Press, 1-12.
- , 1982b, «Afterword: A View from the Center», *Ethnos* 47, 72-86.

- , 1987, *Victorian Anthropology*, New York, Free Press.
- , 1992, «Libros no Escritos, Câmbios de Rumos no Marcados: Notas para uma Antihistória de la Antropologia», *Revista de Ocidente* 137, 101-131.
- , 1994, *After Tylor. British Social Anthropology 1888-1951*, London, Athlone.
- STOCKING Jr., George W. (ed.), 1996, *'Volksgeist' as Method and Ethic. Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*, Madison, Wisconsin University Press.
- TÁVORA, Fernando, 1947 (1945), *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa, Cadernos de Arquitectura.
- , 1996, Entrevista com o Autor.
- THIESSE, Anne Marie, 1991, *Écrire la France. Le Mouvement Littéraire Régionaliste de Langue Française entre la Belle Époque et la Libération*, Paris, PUF.
- , 1997, *lis Apprenaient la France. UExaltation des Régions dans le Discours Patriotique*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- TOSTÕES, Ana, 1995, «Arquitectura Portuguesa do Século XX», Pereira, Paulo (ed.), *História da Arte Portuguesa, III Vol. Do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa, Temas & Debates, 507-591.
- , 1997, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações.
- , 2000 (no prelo), «João Andresen e a Herança Moderna: A Pousada de São Teotónio», *Monumentos* 12.
- TU AN, Yi-Fu, 1974, *Topophilia. A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*, Englewood Cliffs NJ, Prentice-Hall.
- VAKIL, AbdoolKarim, 1995, «Caliban na Biblioteca: Oliveira Martins, Ciências Sociais, Cidadania e Colonialismo», *Estudos Portugueses e Africanos* 25-26, 109-127.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis, 1986 (1914), «A Saudade Portuguesa», Botelho, A. & A. B. Teixeira (eds.), *Filosofia da Saudade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 145-160.
- VASCONCELOS, Joaquim de, 1908, «Ensaio sobre a Arquitectura Românica em Portugal», *Arte*, 4.º ano, n.º 38, 14-16.
- , 1909, «Arte Decorativa Portuguesa», *Notas sobre Portugal*, Vol. II, 179-208.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1880/81, «Notas Pré-Históricas», *O Pantheon*, I, 300-301 e 364-365.
- , 1881, *Estudo Etnográfico a propósito da Ornamentação dos Jugos e Cangas dos Bois no Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Empresa Editora do Jornal da Agricultura.
- , 1882, *Tradições Populares de Portugal*, Porto, Clavel & Ca.
- , 1885, *Portugal Pré-Histórico*, Lisboa, David Corazzi Editor.

- 1888a, «Conferência Luso-Ibérica do Sr. Manuel Ferreira Ribeiro», *O Repórter* 119.
  - 1888b, *Numismática Nacional*, Lisboa, Tipografia do Jornal «O Dia»
  - 1897, *Religiões da Lusitânia*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.
  - 1905, *Religiões da Lusitânia*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional.
  - 1913, *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional.
  - 1915, *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
  - 1918, *Signum Salomonis. Estudo de Etnografia Comparativa*, Coimbra, Livraria Clássica Editora.
  - 1925a, *A Figa. Estudo de Etnografia Comparativa precedido de algumas palavras a respeito do «Sobrenatural» na Medicina Popular Portuguesa*, Porto, Araújo e Sobrinho.
  - 1925b, *A Barba em Portugal. Estudo de Etnografia Comparativa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
  - 1926, «Chaminés Algarvias», *Alma Nova* (ns) 3, p. 10
  - 1927, *De Terra em Terra. Excursões Arqueológico-Etnográficas*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.
  - 1933, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
  - 1936, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
  - 1942, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
  - 1958, *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia) 1879-1899*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
  - 1963, *Contos Populares e Lendas*, Vol. I, Coimbra, Por Ordem da Universidade.
  - 1966, *Contos Populares e Lendas*, Vol. II, Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- VAZ, Katherine, 1994, *Saudade*, New York, St. Martin's Press.
- Vida e Arte do Povo Português*, 1940, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional.
- WILLIAMS, Raymond, 1993 (1973), *The Country and the City*, London, The Hogarth Press.
- WILSON, William, 1976, *Folklore and Nationalism in Modern Finland*, Bloomington, Indiana University Press.

**Colecção**  
**PORTUGAL DE PERTO**  
**Biblioteca de Etnografia e Antropologia**

1. HISTORIA DO FADO  
Pinto de Carvalho (Tinop)  
Prefácio de Joaquim Pais de Brito
2. ATRAVÉS DOS CAMPOS  
José da Silva Picão
3. ARRAIAL: FESTA DE UM POVO  
Pierre Sanchis
4. DARÁ LUZ  
Teresa Joaquim
5. DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE LISBOA  
Francisco Ignacio dos Santos Cruz  
Prefácio de José Machado Pais
6. FESTIVIDADES CÍCLICAS EM PORTUGAL  
Ernesto Veiga de Oliveira
7. PROPRIETÁRIOS, LAVRADORES E JORNALEIRAS  
Brian Juan O'Neil
8. O TRÁGICO E O CONTRASTE  
O Fado no Bairro de Alfama  
António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro
9. CONTOS POPULARES PORTUGUESES  
Adolfo Coelho  
Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira
10. O POVO PORTUGUÊS NOS SEUS COSTUMES,  
CRENÇAS E TRADIÇÕES (1.º Volume)  
Teófilo Braga  
Prefácio de Jorge Freitas Branco
11. O POVO PORTUGUÊS NOS SEUS COSTUMES,  
CRENÇAS E TRADIÇÕES (2.º Volume)  
Teófilo Braga
12. APARELHOS DE ELEVAR A ÁGUA DE REGA  
Jorge Dias e Fernando Galhano
13. CAMPONESES DA MADEIRA:  
AS BASES MATERIAIS DO QUOTIDIANO  
NO ARQUIPÉLAGO (1750-1900)  
Jorge Freitas Branco
14. CONTOS TRADICIONAIS  
DO POVO PORTUGUÊS (1.º Volume)  
Teófilo I
15. CONTOS TRADICIONAIS  
DO POVO PORTUGUÊS (2.º Volume)  
Teófilo I
16. CONTRIBUIÇÕES PARA UMA MITOLOGIA  
POPULAR PORTUGUESA  
E OUTROS ESCRITOS ETNOGRÁFICOS  
Consiglieri Pedroso  
Prefácio, organização e notas de João Leal
17. CONSTRUÇÕES PRIMITIVAS EM PORTUGAL  
Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano  
e Benjamim Pereira
18. O SANGUE EA RUA  
João Fatela
19. FILHOS DE ADÃO, FILHAS DE EVA  
João de Pina-Cabral
20. ETNOGRAFIA PORTUGUESA  
Rocha Peixoto
21. ACTIVIDADES AGRO-MARÍTOUS  
EM PORTUGAL  
Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano  
e Benjamim Pereira
22. LUGARES DE AQUI  
Actas do Seminário «Terrenos Portugueses»  
Organização e Prefácio de Brian Juan O'Neil  
e Joaquim Pais de Brito
23. HOMENS QUE PARTEM,  
MULHERES QUE ESPERAM  
Caroline B. Brettell
24. ARQUITECTURA TRADICIONAL  
PORTUGUESA  
Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano
25. HERANÇAS  
Estrutura Agrária e Sistema de Parentesco numa aldeia  
da Beira Baixa  
Armindo Santos
26. O POVEIRO  
A. Santos Graça  
Prefácio de António Medeiros
27. OBRA ETNOGRÁFICA (1.º Volume)  
Adolfo Coelho  
Organização e prefácio de João Leal
28. OBRA ETNOGRÁFICA (2.º Volume)  
Adolfo Coelho  
Organização e prefácio de João Leal

29. AS FESTAS DO ESPÍRITO SANTO NOS AÇORES:  
ESTUDO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL  
João Leal
30. ESPIGUEIROS PORTUGUESES  
Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira  
e Fernando Galhano
31. MULHERES DA PRAIA  
O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira  
Portuguesa  
Sally Cole
32. OS CIGANOS DE PORTUGAL  
Com um Estudo Sobre o Calão  
Adolfo Coelho  
Prefácio de Rosa Maria Perez
33. ALFAIA AGRÍCOLA PORTUGUESA  
Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano  
e Benjamim Pereira
34. RETRATO DE ALDEIA COM ESPELHO  
Ensaio sobre Rio de Onor  
Joaquim Pais de Brito
35. ESTUDOS DE ETNOGRAFIA COMPARATIVA  
José Leite de Vasconcelos  
Prefácio de João Leal
36. O ESTADO NOVO E OS SEUS VÁDIOS  
Susana Pereira Bastos
37. UM LUGAR NA CIDADE  
Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica  
Graça índias Cordeiro
38. FAMÍLIAS NO CAMPO  
Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho  
Karin Wall
39. CONFLITOS E ÁGUA DE REGA  
Ensaio sobre a Organização Social no Vale do Melgaço  
Fabienne Wateau
40. ETNOGRAFIAS PORTUGUESAS (1870-1970):  
Cultura Popular e Identidade Nacional  
João Leal